

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO EM GEOGRAFIA**

WILIAN PADILHA

**O PAPEL DO CRÉDITO NO DESENVOLVIMENTO DAS
COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS**

**FRANCISCO BELTRÃO, PR.
2014**

WILIAN PADILHA

O PAPEL DO CRÉDITO NO DESENVOLVIMENTO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia – nível Mestrado, área de Concentração “Produção do Espaço e Meio Ambiente” – da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão.

Orientador: Prof. Dr. Marlon Clóvis Medeiros

FRANCISCO BELTRÃO, PR.
2014

Catálogo na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas - UNIOESTE – Campus Francisco Beltrão

Padilha, Wilian

P123p O papel do crédito no desenvolvimento das cooperativas agropecuárias.
/ Wilian Padilha. – Francisco Beltrão, 2014.
229 f.

Orientador: Prof. Dr. Marlon Clóvis Medeiros.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná –
Campus de Francisco Beltrão.

1. Cooperativismo – Políticas de financiamento. 2. Sudoeste do Paraná.
3. Cooperativas - Desenvolvimento. I. Medeiros, Marlon Clóvis. II. Título.

CDD – 334.098162

Sandra Regina Mendonça CRB 9/1090

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – NÍVEL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

O PAPEL DO CRÉDITO NO DESENVOLVIMENTO DAS
COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS

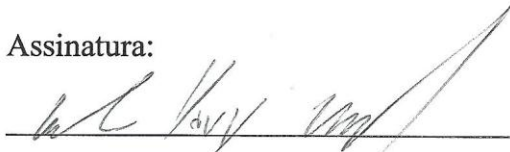
Autor: Wilian Padilha

Orientador: Prof. Dr. Marlon Clovis Medeiros

Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação defendida por Wilian Padilha e aprovada
pela comissão julgadora.

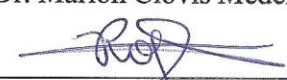
Data: 25 / 02 / 2014

Assinatura:

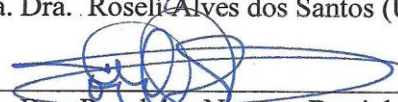


Comissão Julgadora:

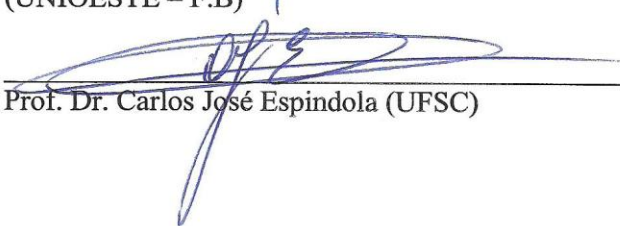
Prof. Dr. Marlon Clovis Medeiros (UNIOESTE – F.B)



Prof. Dra. Roseli Alves dos Santos (UNIOESTE – F.B)



Prof. Dra. Roselaine Navarro Barrinha da Silva
(UNIOESTE – F.B)



Prof. Dr. Carlos José Espindola (UFSC)

Francisco Beltrão - PR
2014

Aos meus pais, Joel e Joice, que fizeram do meu
sonho o seu também. Amo vocês.

AGRADECIMENTOS

Ao longo da construção desta Dissertação, muitas pessoas estiveram ao meu lado, e todos contribuíram de alguma forma para a pesquisa. Alguns fizeram parte direta dos estudos, outros, apenas por sua amizade e companheirismo, ajudaram na distração e no incentivo nos momentos de prostração.

Primeiramente agradeço ao meu orientador e amigo de longa data, Marlon Clovis Medeiros, que desde 2009 contribui no meu engrandecimento profissional e pessoal. Obrigado pelos ensinamentos, por compartilhar sua experiência, pela liberdade de expressão e por ser um exemplo de compromisso com a ciência geográfica.

Lembro também dos demais professores que ao longo da caminhada acadêmica se tornaram grandes amigos: Fernando Sampaio dos Santos, Eduardo Girroto, Waldiney Gomes Aguiar, Gilberto Martins, Fabrício Pedroso Bauab e Carlos Espíndola.

Às professoras Roseli e Roselaine, pelas contribuições na banca de qualificação e defesa. À Priscila, por sua amizade e pela correção da versão final desta Dissertação.

Agradeço às cooperativas Coagro, Coasul, Coopertradição, Coamo, Cooperalfa e Aurora, por terem colaborado com a pesquisa, fornecendo dados e informações. Também, à Tiago Pesch do BRDE e Samuel Z. Filho da OCEPAR, que me ajudaram com entrevistas e informações sobre as instituições.

Aos amigos do grupo de pesquisa: João, Marcelo, Pablo, Edson, Mari, Silvia, Letícia, Lenize, Jéssica e Alessandro. Aos amigos da graduação, principalmente, Rodrigo, Paulo, Aleandro e ao compadre Cláudio, que estiveram mais próximos nos últimos anos. Aos amigos da pós-graduação Wosnei, Renata, Elis, Valdir e Paulão.

Ao amigo Perseu e todos os demais colegas dos mais de cinco anos de república estudantil. Aos amigos João e Nívea, que me receberam em sua casa na viagem a São Paulo e foram ótimas companhias.

Em especial, ao amigo Fernando Farias, companheiro de estudos, exemplo de superação e dedicação.

Sou grato aos meus pais, Joel e Joice, a meu irmão Tiago e a toda minha família, que sempre estiveram ao meu lado e me apoiaram nessa jornada precoce e distante deles. E enfim, à Dionara, por estar comigo nos inúmeros momentos de dificuldade, por ser atenciosa nos meus delírios durante a pesquisa e por não ter ciúmes dessa minha outra paixão, que é o estudo.

RESUMO

Nos anos 2000, o cooperativismo agropecuário brasileiro vivenciou um processo de expansão horizontal e vertical, o que garantiu destaque para o setor no cenário econômico nacional. Esse crescimento ocorreu em diferentes escalas, a nível nacional, estadual e regional. Nesse sentido, esta Dissertação buscou analisar esse processo de crescimento no período recente, dando ênfase na evolução das cooperativas agropecuárias do Sudoeste do Paraná. A hipótese da pesquisa é que dentre os fatores que condicionaram tal desempenho, as políticas federais de crédito rural e agroindustrial foram centrais para a reestruturação produtiva das cooperativas, o que garantiu o crescimento do setor após 2003, momento de mudanças políticas e econômicas importantes no país. O crédito oficial no período de modernização da agricultura foi o principal agente do desenvolvimento das cooperativas, e sua escassez nos anos noventa fez com que o setor enfrentasse um momento de recessão, acompanhando o restante da economia nacional. No contexto mais recente, as políticas de financiamento retomaram sua importância no plano de governo, com elevação dos recursos e criação de programas de desenvolvimento setorial e regional. No caso do Sudoeste, o crédito possibilitou os investimentos das cooperativas, principalmente no aumento da capacidade produtiva, da armazenagem, da produtividade e da integração agroindustrial.

Palavras-Chave: Cooperativismo Agropecuário, Políticas de Financiamento e Sudoeste do Paraná.

THE ROLE OF CREDIT IN THE DEVELOPMENT OF AGRICULTURAL COOPERATIVE

ABSTRACT

In the 2000s, the Brazilian agricultural cooperatives experienced a process of horizontal and vertical expansion, which guaranteed highlight for the sector in national economic scenario. This growth occurred at different scales, in national, state and regional level. Thus, this dissertation seeks to analyze this process of growth in the recent period, with emphasis on the development of agricultural cooperatives in the Southwest of Paraná. The hypothesis of the research is that among the factors that conditioned such performance, federal policies for rural and agribusiness credit, were central to productive restructuring of cooperatives, which ensured the growth of the sector after 2003, moment of change important political and economic conditions in the country. The official credit in the period of modernization of agriculture, was the principal agent of development of cooperatives, and its scarcity in the nineties, has made the sector faced a time of recession, watching the rest of the national economy. In more recent context, funding policies regained its importance in the government plan, with increased resources and creation of sectorial and regional development programs. In the case of Southwest, the credit allowed for investment by cooperatives, especially an increase in production capacity, storage, productivity and agroindustrial integration.

Key words: Agricultural Cooperatives, Finance Policies and Southwestern of Paraná.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Participação das Cooperativas no Crédito Rural – 1990/1999	49
Tabela 02 - Crédito para cooperativas agropecuárias nas décadas de 1980/90	63
Tabela 03 - Evolução dos recursos para o RECOOP	70
Tabela 04 - Desembolsos do BRDE para o RECOOP	72
Tabela 05 - Contratações do RECOOP realizadas pelo BRDE por Estado	73
Tabela 06 - Evolução do número de Cooperativas Agropecuárias no Brasil	91
Tabela 07 - Receitas e Vendas Líquidas das Cooperativas Agropecuárias	93
Tabela 08 - Evolução do Crédito Rural para Produtores e Cooperativas – 2000/10	95
Tabela 09 - Financiamentos concedidos a Produtores e Cooperativas por Finalidade ..	96
Tabela 10 - Participação do BNDES em investimento agropecuários no Brasil – 2000/10	97
Tabela 11 - Evolução dos financiamentos via PRONAF – 1999/2010	99
Tabela 12 - Evolução do Crédito Rural para Produtores e Cooperativas – 2000/10	101
Tabela 13 - Financiamentos concedidos às Cooperativas por Finalidade	102
Tabela 14 - Distribuição regional do crédito para cooperativas entre 2000/10	104
Tabela 15 - Distribuição do Crédito para Cooperativas – Principais Estados	105
Tabela 16 - Distribuição dos Contratos para Cooperativas – Principais Estados	106
Tabela 17 - Valores médios dos Contratos para Cooperativas – Principais Estados	107
Tabela 18 - Programação e aplicação de recursos do PRODECOOP	110
Tabela 19 - Número de operações realizadas pelo PRODECOOP	111
Tabela 20 - Principais Estados tomadores de recursos do PRODECOOP	112
Tabela 21 - Participação do PRODECOOP nos desembolsos do BRDE	113
Tabela 22 - Evolução do PROCAP-AGRO entre jul/2009 a jun/2012	115
Tabela 23 - Distribuição dos recursos do PROCAP-AGRO por Estados	116
Tabela 24 - Participação das cooperativas nas exportações Agropecuárias – 1990	117
Tabela 25 - Participação das cooperativas nas exportações Agropecuárias – 2000	118
Tabela 26 - Principais Estados exportadores (cooperativas)	138
Tabela 27 - Evolução do quadro social das cooperativas agropecuárias	148
Tabela 28 - Evolução do faturamento bruto das cooperativas agropecuárias (em R\$ Mil)	151
Tabela 29 - Evolução do resultado operacional líquido das cooperativas	153
Tabela 30 - Receitas via comercialização de produtos agrícolas (em R\$ Mil)	155
Tabela 31 - Participação do faturamento e do valor da produção das cooperativas com relação ao PIB Agropecuário no Sudoeste	156
Tabela 32 - Evolução da venda de insumos pelas cooperativas (em R\$ Mil)	157
Tabela 33 - Créditos com base em troca e adiantamento de safra aos cooperados	159
Tabela 34 - Faturamento da Coasul com a produção industrial (em R\$ Mil)	163
Tabela 35 - Recebimento da produção agrícola (em sacas)	169
Tabela 36 - Evolução da capacidade estática de armazenagem das cooperativas (ton.).	171
Tabela 37 - Evolução do Ativo Total das cooperativas (em Mil R\$)	175
Tabela 38 - Evolução do Ativo Imobilizado das cooperativas (em Mil R\$)	176
Tabela 39 - Evolução dos valores de máquinas e equipamentos (em Mil R\$)	178
Tabela 40 - Evolução dos financiamentos realizados pelas cooperativas (em Mil R\$)..	183
Tabela 41 - Evolução dos financiamentos via PRODECOOP	185
Tabela 42 - Evolução dos financiamentos via PROCAP-AGRO	188
Tabela 43 - Participação das políticas no total financiado pelas cooperativas	189
Tabela 44 - Evolução dos financiamentos por banco (em Mil R\$)	192

Tabela 45 - Evolução dos financiamentos de Curto Prazo por banco (em Mil R\$)	193
Tabela 46 - Evolução dos financiamentos de Longo Prazo por banco (em Mil R\$)	194
Tabela 47 - Evolução dos juros médios pagos pelas cooperativas	199
Tabela 48 - Participação do Patrimônio Líquido sobre o Imobilizado das cooperativas	205
Tabela 49 - Evolução dos “Investimentos” em títulos e ações das cooperativas	209
Tabela 50 - Evolução das Aplicações Financeiras das cooperativas (em Mil R\$)	210

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Evolução dos valores do Crédito Rural (SNCR) – 1969/2010	47
Gráfico 02 - Efetivo de suínos nas regiões Oeste e Sudoeste paranaense (1974/94)	77
Gráfico 03 - Exportações das Cooperativas Agropecuárias (Em Bilhões de US\$)	119
Gráfico 04 - Principais destinos das exportações das Cooperativas – 2000/05	122
Gráfico 05 - Principais destinos das exportações das Cooperativas – 2006/11	123
Gráfico 06 - Distribuição das exportações das cooperativas por continentes	125
Gráfico 07 - Principais produtos exportados pelas Cooperativas Agropecuárias	135
Gráfico 08 - Principais produtos exportados pelas Cooperativas em 2011/12	137
Gráfico 09 - Participação percentual do sistema de trocas nas vendas de insumos	161
Gráfico 10 - Composição do faturamento bruto das cooperativas do Sudoeste	166
Gráfico 11 - Composição do faturamento da Coasul	167
Gráfico 12 - Composição do faturamento da Coagro	168
Gráfico 13 - Composição do faturamento da Coopertradição	168
Gráfico 14 - Participação das cooperativas na produção agrícola do Sudoeste	170
Gráfico 15 - Participação do PRODECOOP e PROCAP-AGRO no total financiado pelas cooperativas do Sudoeste	190
Gráfico 16 - Grau de endividamento das cooperativas do Sudoeste	201
Gráfico 17 - Participação do Patrimônio Líquido sobre o Ativo das cooperativas	204
Gráfico 18 - Liquidez corrente das cooperativas do Sudoeste paranaense	207

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Investimentos das cooperativas agropecuárias do Sudoeste do Paraná	196
---	-----

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Sudoeste do Paraná - localização das cooperativas agropecuárias pesquisadas	21
Mapa 02 - Cooperativas agropecuárias no início dos anos setenta	40
Mapa 03 - Área de atuação da Coagro em 1997	81
Mapa 04 - Área de atuação da Coagro em 2000	81
Mapa 05 - Exportações das cooperativas agropecuárias brasileiras em 1990	126
Mapa 06 - Exportações das cooperativas agropecuárias brasileiras em 2000	127
Mapa 07 - Exportações das cooperativas agropecuárias brasileiras em 2010	127
Mapa 08 - Destino das exportações das cooperativas agropecuárias brasileiras em 1990	130
Mapa 09 - Destino das exportações das cooperativas agropecuárias brasileiras em 1995	131
Mapa 10 - Destino das exportações das cooperativas agropecuárias brasileiras em 2000	132
Mapa 11 - Destino das exportações das cooperativas agropecuárias brasileiras em 2005	133
Mapa 12 - Destino das exportações das cooperativas agropecuárias brasileiras em 2010	134
Mapa 13 - Exportação das cooperativas agropecuárias por estado (2006/2011)	140
Mapa 14 - Área de atuação das cooperativas agropecuárias no Sudeste em 2000	146
Mapa 15 - Área de atuação das cooperativas agropecuárias no Sudeste em 2012	146
Mapa 16 - Distribuição das unidades de armazenagem das cooperativas em 2000	173
Mapa 17 - Distribuição das unidades de armazenagem das cooperativas em 2012	173

LISTA DE SIGLAS

ACARPA – Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
ACC – Antecipação de Contrato de Câmbio
AGF – Aquisições do Governo Federal
BACEN – Banco Central do Brasil
BCB – Banco Central do Brasil
BM&F – Bolsa de Mercadorias e Futuros
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNCC – Banco Nacional de Crédito Cooperativo
BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CFP – Companhia de Fomento do Paraná
CM-G – Certificado de Mercadoria com Emissão de Garantia
CPR – Cédula do Produtor Rural
DAC – Departamento de Assistência ao Cooperativismo
EGF – Empréstimo do Governo Federal
FSE – Formação Sócio Espacial
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP-DI – Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCR – Manual do Crédito Rural
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
NORCOOP – Projeto Norte de Cooperativas
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
OCERGS – Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul
OCESC – Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PIB – Produto Interno Bruto
PDC – Plano de Desenvolvimento Cooperativo
PGPM – Política de Garantia dos Preços Mínimos
PIC – Projeto Iguaçu de Cooperativas
PROCAP-AGRO – Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias
PRODECOOP – Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RECOOP – Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária
SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural
STN – Secretária do Tesouro Nacional
SULCOOP – Projeto Sul de Cooperativas
SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito
URV – Unidade de Valor Real

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Capítulo I	
CICLO LONGO E CICLO MÉDIO E AS COOPERATIVAS	
AGROPECUÁRIAS	22
1.1 A categoria de Formação Sócio Espacial	23
1.2 Ciclos longos e a economia brasileira	26
1.3 Ciclos médios e a economia brasileira	31
1.4 Ciclos e o desenvolvimento das cooperativas brasileiras	35
1.5 Gênese do cooperativismo no Sudoeste do Paraná	39
1.6 Considerações do capítulo	43
Capítulo II	
O PANORAMA DA AGRICULTURA E DAS COOPERATIVAS	
AGROPECUÁRIAS NOS ANOS OITENTA E NOVENTA	44
2.1 A crise nas políticas de financiamento	45
2.2 O novo padrão de financiamento agrícola	50
2.3 Os planos de estabilização econômica e a agricultura	51
2.4 Plano Real e suas especificidades	53
2.5 Agricultura sob o Plano Real	58
2.6 As mudanças políticas e econômicas e as cooperativas agropecuárias	60
2.7 Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP)	67
2.8 O contexto do cooperativismo no Sudoeste paranaense na década de 1980/90	74
2.8.1 O projeto da Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste (SUDCOOP)	75
2.8.2 Crise e reestruturação da Coagro	78
2.8.3 Crise e reestruturação da Coasul	82
2.8.4 Crise e queda da Capeg	84
2.8.5 A expansão da Coamo e Cooperalfa para o Sudoeste	84
2.9 Considerações do Capítulo	87
Capítulo III	
O PANORAMA POLÍTICO E ECONÔMICO NOS ANOS 2000 E O	
DESEMPENHO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS	88
3.1 A retomada do crescimento das cooperativas agropecuárias após 2000	91
3.2 A evolução do Crédito Rural nos anos 2000	94
3.2.1 A evolução do PRONAF nos anos 2000	99
3.3 O Crédito Rural e as cooperativas agropecuárias nos anos 2000	101
3.4 A distribuição espacial do crédito para cooperativas	104
3.5 Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (PRODECOOP)	108
3.6 Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (PROCAP-AGRO)	114
3.7 Mudanças no mercado mundial e as exportações cooperativas	117
3.7.1 A ascensão de novos mercados consumidores e as cooperativas	121
3.7.2 Principais produtos exportados pelas cooperativas	135
3.7.3 Distribuição das exportações por Estados	138
3.8 Considerações do Capítulo	142

Capítulo IV

CRESCIMENTO E CAPITALIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS NO SUDOESTE DO PARANÁ

4.1 Cooperativas em ascensão: a expansão espacial e social das cooperativas	143
4.2 Evolução do faturamento e lucro das cooperativas	145
4.2.1 Receitas via comercialização de produtos agrícolas	150
4.2.2 Receitas via comercialização de insumos	154
4.2.3 Receitas via produção industrial	157
4.3 Recebimento e capacidade de armazenagem das cooperativas	162
4.4 Evolução do capital e dos investimentos das cooperativas	168
4.5 O papel das políticas públicas na capitalização das cooperativas	174
4.5.1 Financiamento e crescimento das cooperativas	180
4.5.2 As políticas recentes e o crescimento das cooperativas no Sudoeste	182
4.5.3 Créditos de curto e longo prazo e os bancos públicos e privados	184
4.5.4 Evolução da taxa de juros	190
4.6 Análises do endividamento e rentabilidade das cooperativas	199
4.7 Considerações do Capítulo	200
CONCLUSÃO	212
REFERÊNCIAS	213

INTRODUÇÃO

Nos anos sessenta foi criada a política de apoio ao cooperativismo agropecuário, com distribuição de grandes quantidades de recursos financeiros, contribuindo para o crescimento do setor nos anos seguintes. Nesse contexto de incentivos do Estado, as cooperativas apresentaram expansão horizontal e vertical, aumentando a área de atuação e adentrando na produção agroindustrial.

Esse modelo de desenvolvimento ocorreu até o final dos anos oitenta, quando a política de crédito entrou em decadência, afetando o desempenho das cooperativas e da agropecuária em geral. Além do afastamento das políticas de financiamento, a recessão econômica nacional também interferiu no desempenho das cooperativas, condicionando o setor à crise.

Após o período de dificuldades na década de 1990, o cooperativismo agropecuário retomou o crescimento nos anos 2000, com aumento no número de sócios, empregados, cooperativas de produção e faturamento, tanto no Brasil como na região Sudoeste do Paraná. Isto motivou a presente pesquisa pela temática, visando analisar afundo o contexto recente do setor nas diferentes escalas.

Para a Geografia, este é um objeto de estudo interessante. No Sudoeste, por exemplo, o crescimento das cooperativas teve inúmeros desdobramentos nas mudanças espaciais ocorridas na região. O aumento no número de armazéns e agroindústrias, o comércio e processamento de grãos e a distribuição de insumos e tecnologias tiveram importante influência sobre as mudanças produtivas na modernização das propriedades rurais, na circulação de produtos, na geração de empregos e na relação da região com os demais lugares do país e do mundo. Isso interessa aos estudos geográficos, sobretudo, aos de Geografia Econômica.

Este trabalho segue uma linha de pesquisa dentro da Geografia que analisa a relação entre agricultura-agroindústria-capital financeiro, sob a ótica da formação sócio espacial (M. Santos e A. Mamigonian) e da teoria dos ciclos de acumulação/dualidade (I. Rangel). São exemplos deste grupo, trabalhos como: “As agroindústrias de carne no sul do Brasil” de Espíndola (2002), “Made in Brazil: dinâmica sócio-espacial da indústria citrícola paulista” de Fernando Sampaio (2003), “Estudos de Geografia Econômica e de pensamento geográfico” de Armen Mamigonian (2004), “A geografia econômica do setor agroalimentar brasileiro: recursos ociosos e dinâmica cíclica” de

Medeiros (2009), e “O Pronaf e o desenvolvimento da agricultura familiar do município de Flor da Serra do Sul/PR” de Farias (2010).

Os estudos sobre políticas de financiamento e cooperativas de produção já vem de longa data. Em 2009, ainda na iniciação científica eu já realizava as primeiras leituras sobre agropecuária, agroindústrias, crédito rural, etc. Desde então, fui aprofundando as bibliografias, teorias, coletando dados e gostando cada vez mais da temática. Esta Dissertação consagra anos de estudo, pesquisa e dedicação.

O objetivo central da Dissertação é analisar o crescimento horizontal e vertical das cooperativas agropecuárias do Sudoeste do Paraná, a partir dos anos 2000 destacando a participação das políticas de financiamento neste processo. Ou seja, determinar qual o papel do crédito, rural e agroindustrial, na expansão das cooperativas regionais nos últimos anos.

A hipótese sugerida é que as políticas de crédito agrícola e de investimentos no setor cooperativo, gestadas pelo governo federal pós-2003, foram decisivas para a reestruturação e modernização das cooperativas brasileiras e da região Sudoeste do Paraná, sendo base para o recente período de crescimento.

Em qualquer estudo relacionado à agricultura, o crédito rural assume importância significativa na pesquisa. Após a segunda metade do século XX, esse elemento aparece como protagonista no desenvolvimento da agropecuária e das cooperativas no país. Os estudos de Seabra (1977), Delgado (1985), Benetti (1985/92), Gonçalves (1987/94) e Alves (2003), embasam esta afirmação.

No processo de modernização da agricultura a produção no campo mudou sua forma de atuação. Na economia natural, ou complexo rural, a reprodução simples no campo dava-se pela seguinte operação: produção de mercadorias (M), para transformar em dinheiro (D) e permitir a obtenção de mais mercadorias (M'). Pela lógica da reprodução ampliada do capital, a base está em aplicar dinheiro (D) na produção de mercadorias (M), com o objetivo de obter mais dinheiro (D') (GONÇALVES, 2005).

Nesse novo contexto, o crédito passou a ser primordial na atividade agrícola, impulsionando a cadeia produtiva. Nas décadas de 1960/70/80 a financeirização da agricultura, via ação do Estado (SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural), foi fundamental para a modernização do campo e na construção do complexo agroindustrial, onde se incluem as cooperativas (DELGADO, 1985).

De acordo com Delgado (1985), o crédito é fator determinante para impulsionar a produção agrícola por dois motivos principais: a baixa lucratividade da atividade,

decorrente da transferência de parte da renda produzida na agricultura a outros elos da cadeia produtiva e a sazonalidade presente na produção, que concentra a colheita e a comercialização em uma ou duas épocas do ano, o que dificulta a disponibilidade de recursos no momento do plantio.

No caso das cooperativas agropecuárias o limite para auto-capitalização deve-se a legislação pertinente, a doutrina cooperativista (que inibe a aplicação de capital para a obtenção de lucros), a baixa rentabilidade em algumas atividades (venda de insumos, comércio de grãos, assistência técnica e armazenagem) e ao adiantamento de recursos e insumos que é uma operação comum nas instituições.

Nos anos setenta a política de investimentos nas cooperativas, pautada em recursos baratos e juros subsidiados, foi o que proporcionou a expansão do setor. Em alguns casos gerando grandes empresas, também chamadas de “multicooperativas” (BENETTI, 1992).

Conforme Benetti (1985), sem os recursos com juros subsidiados a rentabilidade das cooperativas deveria ser muito maior para poder pagar seus investimentos, remunerar o capital de terceiros, e no caso, gerar lucros.¹ Portanto, com os subsídios a lucratividade dos novos investimentos não precisava ser tão elevada, e assim, os riscos da tomada de crédito eram menores, incentivando sua utilização.

As cooperativas que hoje se destacam no cenário nacional, em grande parte foram criadas durante esse período: Cocamar, Copacol, Corol, C.Vale e Carol fundadas em 1963, Lar em 1964, Cooperalfa em 1967, Aurora em 1969, Coamo, Copagril e Coopavel em 1970, Comigo em 1974 e Frimesa de 1977.

Inclusive é neste contexto que surgem no Sudoeste as primeiras cooperativas: Camisc em 1962, Comfrabel em 1964, Capeg em 1965, Camdul em 1968, Coasul em 1969, Coagro em 1970 e Coopersabadi em 1971. Apesar de algumas terem falido, o princípio delas está relacionado à atuação do Estado e aos incentivos financeiros e creditícios.

Durante as décadas de 1980 e 1990 esse padrão de desenvolvimento agrícola e das cooperativas foi abortado. As dificuldades econômicas e o avanço das políticas

¹ No cooperativismo, por questões doutrinárias e de legislação, não existe lucros, mas sim sobras do exercício. Neste trabalho o termo “sobra” será substituído por “lucro”, pois ambos representam o resultado operacional líquido. As sobras, conforme o estatuto da cooperativa são distribuídas aos associados de acordo com as operações ou negócios realizados na cooperativa. É importante destacar também que neste trabalho em alguns momentos o termo “cooperativa” será substituído por “empresa”, isso não significa que sejam a mesma coisa, porém, como a análise se concentra no processo de expansão empresarial das cooperativas, aqui são tratados como sinônimos.

neoliberais afastaram o Estado dos setores produtivos, sobretudo, no financiamento da atividade rural e no controle dos preços agrícolas. Com isso, muitas cooperativas passaram por dificuldades e falências, que ocorreram também no Sudoeste.

Após o momento de crise as cooperativas brasileiras apresentaram novamente, sob diferentes escalas, crescimento nos anos 2000. Ao que tudo indica, assim como o crédito foi central na construção de grandes cooperativas durante a modernização agrícola, também no período mais recente, o elemento fundamental foi novamente as políticas de financiamento.

O volume de recursos aplicados na agricultura via SNCR nos anos de 1990 foi apenas R\$ 319 bilhões, 36,4% do que foi aplicado nos anos de 1970 (R\$ 875 bilhões) e 36% com relação aos anos de 1980 (R\$ 887 bilhões). A partir de 2000 os recursos da política de crédito aumentaram novamente, chegando R\$ 529,8 bilhões, cerca de 65% a mais do que na década passada (SNCR, BCB - *vários anos*).

Para as cooperativas entre a década de 1990 e 2000 houve aumento de R\$ 32 para R\$ 62 bilhões. Em 2000, o valor repassado ao financiamento do setor era R\$ 3 bilhões, aumentando para R\$ 11,3 bilhões em 2010 (SNCR, BCB - *vários anos*).

Além desses valores, houve a criação de políticas específicas para o investimento em cooperativas, caso do PRODECOOP (2003) e PROCAP-AGRO (2009), que já movimentaram mais de R\$ 11 bilhões entre 2003 e 2011.

É imprescindível destacar também o posicionamento dos diferentes governos na política agropecuária. Durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), as cooperativas e o setor agropecuário em geral, foram amplamente prejudicados pela política econômica, que beneficiou o capital financeiro internacional, deixando de lado setores produtivos nacionais. Já durante o governo Lula (2003-2010), a agricultura e os demais setores produtivos foram tratados como estratégicos para a recuperação econômica do país.

Entre 1995 e 2002 o valor destinado às cooperativas agropecuárias foi de R\$ 23 bilhões, enquanto que de 2003 a 2010 o valor aumentou para R\$ 62 bilhões, 170% a mais (SNCR, BCB - *vários anos*).

Além do crédito, outros fatores impulsionaram o crescimento das cooperativas, tais como: a evolução do mercado consumidor brasileiro, os incentivos fiscais e tributários, a melhora das condições de infraestrutura, elevação dos preços das commodities e o aumento do comércio externo. Porém, nesse trabalho a prioridade de

análise é o crédito, que dentre todos os condicionantes, aparenta ter sido o mais importante para a construção desse novo momento do cooperativismo no país.

Com relação ao Sudoeste paranaense, o cooperativismo agropecuário ganhou nos últimos anos maior destaque, aumentando sua área de atuação pela região, com acréscimo na coleta da produção, no número de sócios e no faturamento.

O Sudoeste apesar de ser a menor mesorregião territorial do Paraná (ao todo são dez), com cerca de 11,6 milhões de Km², se destaca na produção agropecuária. Os solos férteis e clima subtropical, com período definidos de calor e frio, permite uma variedade muito grande de cultivares. A região é o 3º maior produtor de fumo, 4º na produção de milho, 5º maior produtor de feijão e 6º na produção de soja e trigo do Paraná.² Além disso, se destaca na pecuária com a criação de gado leiteiro, aves e suínos.

Com relação as características fundiárias, o Sudoeste apresenta em sua maioria pequenas propriedades. Cerca de 45% dos agricultores possuem área de até 10 hectares, 27% de 10 a 20 hectares e 18% de 20 a 50 hectares. Ou seja, mais de 90% das propriedades estão abaixo de 50 hectares. Isso reflete no padrão dos produtores cooperados, na grande maioria (65%) pequenos proprietários, abaixo de 20 hectares (IBGE, Censo Agropecuário 2006).

As cooperativas agropecuárias selecionadas para caracterizar o desenvolvimento do setor no Sudoeste foram: a Coasul (Cooperativa Agroindustrial Sudoeste), Coagro (Cooperativa Agropecuária Capanema) e a Coopertradição (Cooperativa Agropecuária Tradição). As duas primeiras são pioneiras no cooperativismo na região, a Coasul de 1969 com sede em São João e a Coagro de 1970, com sede em Capanema. Já a Coopertradição foi fundada em 2003 em Pato Branco.

Apesar da diferença nos anos de fundação, as instituições foram concebidas com objetivos parecidos: obter melhores preços nas compras de insumos e na venda dos produtos, e demanda por infraestruturas de armazenagens, rompendo com o poder do capital privado. As cooperativas, através da união de capitais dos pequenos produtores, tinham por objetivo o fortalecimento e viabilização da atividade econômica dos sócios, no caso a produção agrícola ou pecuária.

Todas concentram suas atividades na mesorregião, atuando principalmente no ramo de grãos, com destaque para soja, milho, trigo e feijão, e na produção e abate de

² Foi somada a produção de 2000 a 2010 (IPEADATA).

aves (Coasul), leite (Coagro) e sementes (Coopertradição). Além disso, possuem venda de insumos, assistência técnica e supermercado (no caso da Coasul e Coagro).

As três são as maiores e mais importantes cooperativas que atuam da região. De acordo com Censo Agropecuário de 2006, o total de produtores rurais do Sudoeste era 44,4 mil, sendo que as cooperativas possuíam neste ano 9,1 mil sócios, cerca de 20,5% desse total. Apesar de não haver dados para comparação atualmente, é provável que esse percentual tenha aumentado, pois em 2012 o número de sócios das cooperativas estudadas chegou a 11,4 mil e o número de produtores na região diminuiu.

Com relação à produção agrícola, entre 2000 e 2010 foram produzidos na região 420 milhões de sacas de soja, milho e trigo. A soma das cooperativas no mesmo período foi de 78 milhões, cerca de 18,5%. Em 2000 Coasul e Coagro respondiam por 11,2% da produção regional. Em 2005, com a entrada da Coopertradição esse percentual foi para 20%, e em 2010 as cooperativas em análise foram responsáveis pelo recebimento de 23,6% da produção regional dos grãos.

Em 2010 a Coasul, Coagro e Coopertradição somaram juntas faturamento de R\$ 580 milhões, que corresponde a 45% do PIB Agropecuário do Sudeste (R\$ 1,3 bilhão).

Além destas, outras cooperativas atuam no Sudoeste: a Camisc (Cooperativa Agrícola Mista São Cristóvão) de Mariópolis, a Capeg (Cooperativa Agropecuária Guarany) de Pato Branco, a Coamo (Cooperativa Agroindustrial Mouraoense) com unidade em Coronel Vivida, e a Cooperalfa (Cooperativa Agroindustrial Alfa) com unidades em Flor da Serra do Sul e Vitorino.

O **Mapa 1** (pág. 21), demonstra a localização do Sudoeste paranaense, bem como a distribuição das cooperativas que atuam na região, destacando o município onde se encontra a sede da empresa ou a sua unidade (no caso das cooperativas de outras regiões).

Com relação a metodologia de pesquisa, além da análise de referências sobre o cooperativismo, agricultura, políticas de financiamento, desenvolvimento econômico e Geografia, a maior parte das informações e discussões, partiram da análise de dados pertinentes à temática, coletados no IBGE, IPEADATA, BACEN, MDIC, MDA, MAPA, BIRD, BNDES, BB, BRDE, IPARDES, OCEPAR e OCB.

Nos indicadores das cooperativas estudadas, a base foram os Balanços Anuais e os Relatórios de Atividades coletados junto às empresas. A partir da análise das informações presentes nestes documentos houve a confecção de alguns mapas, tabelas e gráficos (em alguns casos exigindo conhecimento de outras áreas, como contabilidade),

que contribuíram para caracterizar e avaliar o padrão de desenvolvimento do setor na região.

Foram realizadas entrevistas com técnicos, produtores e gerentes das cooperativas agropecuárias (Coagro, Coasul, Coopertradição, Capeg, Cooperalfa, Aurora, Coamo e Coodetec), e com técnicos da OCEPAR e BRDE. As entrevistas foram fundamentais para compreensão do panorama econômico, político e social do cooperativismo no Sudoeste paranaense, no Paraná e no oeste de Santa Catarina.

Por fim, a dissertação está dividida em quatro capítulos:

O primeiro capítulo ocupa-se do embasamento teórico da pesquisa. É destacada a teoria dos Ciclos Econômicos sob a perspectiva de Ignácio Rangel e a categoria Formação Sócio Espacial (FSE), contribuição de Milton Santos e Armem Mamigonian. Nesse momento será analisado o papel dos movimentos cíclicos (internos e externos) na constituição da sociedade brasileira e na evolução das cooperativas agropecuárias no país e no Sudoeste paranaense.

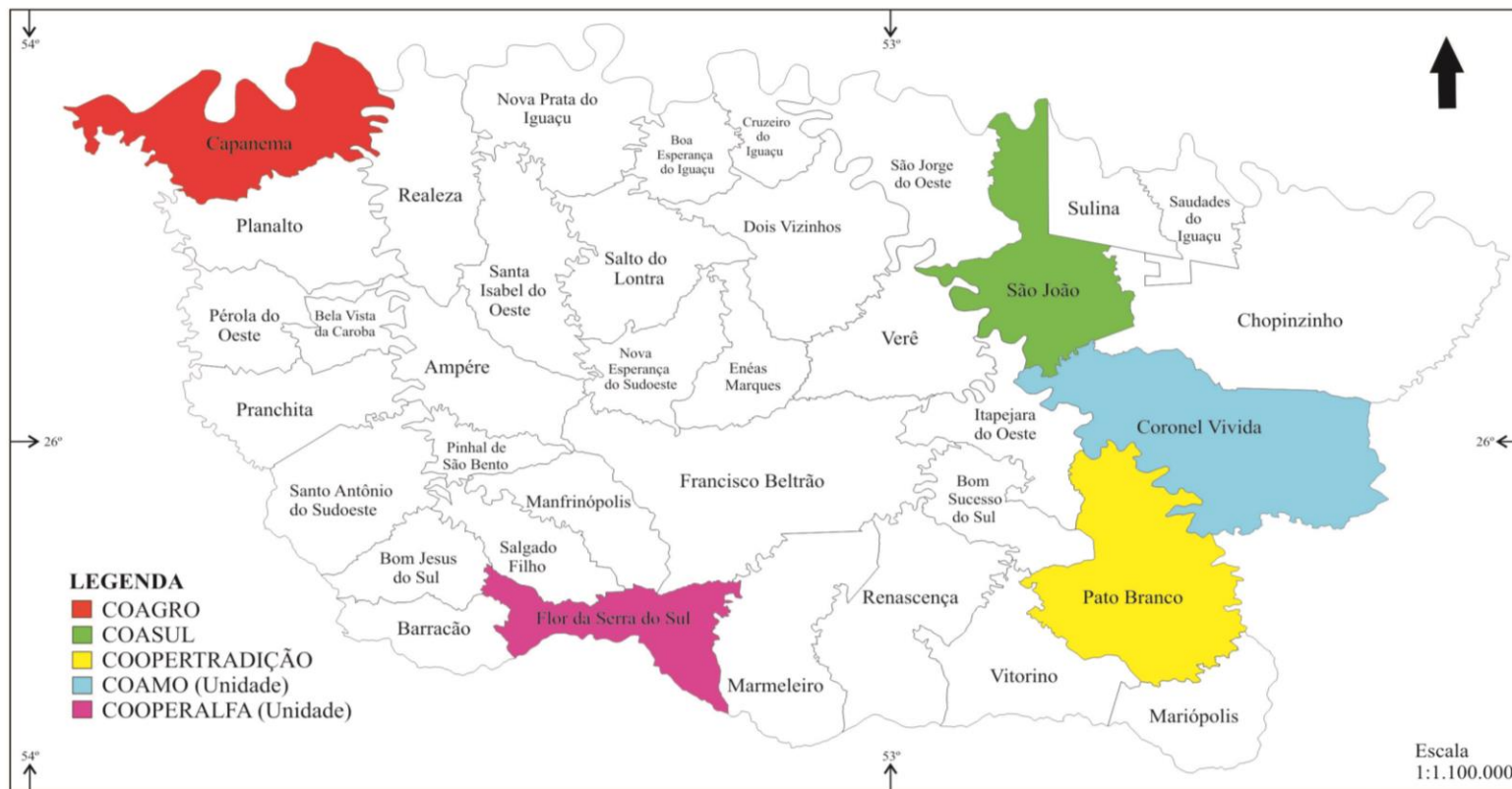
No segundo capítulo a discussão se concentra no contexto do cooperativismo agropecuário nos anos oitenta e noventa. Serão abordadas quais as mudanças políticas e econômicas nesse período que afetaram o desenvolvimento da agricultura e das cooperativas, com ênfase nas mudanças ocorridas nas instituições do Sudoeste.

Assim como no capítulo anterior, que apresentou os condicionantes da crise, no terceiro capítulo serão examinados quais os fatores determinantes para a retomada do crescimento das cooperativas nos anos 2000. Dentre os elementos foram destacados a evolução das políticas de financiamento para a agricultura e para as cooperativas, e ainda o papel do mercado externo.

O quarto capítulo, e último, apresenta o crescimento das cooperativas do Sudoeste após 2000, descrevendo o papel da política de crédito no processo de crescimento do setor. Essa é a parte mais importante da pesquisa, onde se comprovou a hipótese de que as políticas de investimento foram cruciais para a retomada da expansão do setor.

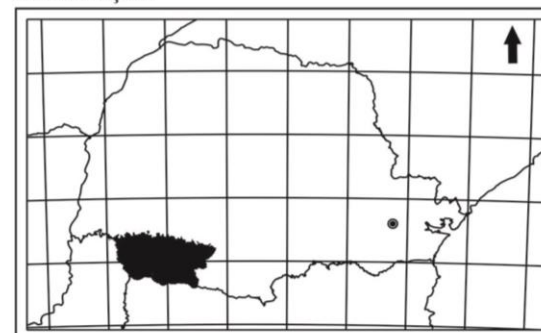
Na abertura de cada capítulo haverá uma introdução sobre o mesmo, por isso aqui foram descritos de forma sucinta.

Mapa 1: Sudoeste do Paraná - localização das cooperativas agropecuária pesquisadas (município da matriz)



Fonte: Base cartográfico do IBGE, organizado pelo autor.

Localização:



Capítulo I

CICLO LONGO E CICLO MÉDIO E AS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS

“O ciclo é inerente à economia capitalista, que se transformará noutra coisa, quando for privada desse predicado”.
I.Rangel (1985).

A fase atual do cooperativismo agropecuário brasileiro faz parte de um longo processo de desenvolvimento cíclico do setor, que ora esteve em crise, e ora, como agora, em crescimento.

A hipótese central para explicar esta dinâmica setorial é a de que o desempenho das cooperativas está diretamente ligado ao da economia nacional, que é cíclica. Portanto, há a necessidade de se entender antes de qualquer coisa a teoria dos ciclos econômicos.

O referencial teórico é a interpretação de Ignácio Rangel sobre a evolução da economia e sociedade brasileira, com base na teoria dos ciclos. Para o autor, o processo de desenvolvimento econômico é eminentemente cíclico, regido por ondas de inovação tecnológica e pelo processo de acumulação de capital (RANGEL, 1981).

Os ciclos, longos (externos) e médios (internos), foram decisivos na formação socioeconômica do Brasil. A abordagem utilizada pelo autor, partindo da categoria de Formação Econômica e Social para analisar a realidade brasileira, com influência de Marx, Schumpeter, Keynes e Smith, garantiram a Rangel destaque na ciência econômica nacional.

De acordo com Bresser Pereira (1993), o autor sempre esteve preocupado em entender especificidades das leis de formação histórica e de funcionamento da economia brasileira, utilizando-se de um referencial estrangeiro, mas se atendo à realidade estudada: “tudo muda na ciência econômica ao mudar a realidade estudada”.

Na Geografia, a categoria de Formação Socioeconômica é muito importante, pois, como aponta Santos (1977), não existe Formação Econômica e Social fora do Espaço, ou seja, é também uma Formação Sócio Espacial (FSE).

A base do pensamento dos autores apresenta relação direta: “Toda realidade concreta é particular e em cada particularidade está presente todo o Universo” (RANGEL, 1957). E, “O dado global é o conjunto de relações que caracterizam uma dada sociedade, mas, tem um significado particular para cada lugar” (SANTOS, 1977).

Portanto, o estudo da relação entre os movimentos cíclicos e a economia e política nacional, são fundamentais para compreensão do desenvolvimento econômico, político e social brasileiro, que tiveram impactos diretos e indiretos sobre a evolução das cooperativas agropecuárias do país e do Sudoeste Paranaense.

A proposta deste capítulo inicial é introduzir o leitor ao referencial teórico. Os estudos de Rangel são ponto de partida para analisar o desenvolvimento econômico e político do Brasil, sendo base também, para compreender o recente desenvolvimento das cooperativas no país e na região Sudoeste do Paraná.

Nesse sentido, a categoria Formação Sócio Espacial também contribui na análise da temática, pois permite uma visão de totalidade sobre o objeto de estudo, considerando a relação entre diversos fenômenos em diversas escalas. Por exemplo, como os movimentos cíclicos longos interferem na economia brasileira; como a economia responde a essas interferências; os reflexos nas condições de mercado e nas políticas públicas, que por sua vez irão impactar sobre a agropecuária e cooperativas. Ao mesmo tempo, pode-se analisar os desdobramentos sobre as instituições da região Sudoeste do Paraná e como elas se comportam (considerando suas especificidades) sob este panorama político e econômico estadual, nacional e mundial.

O capítulo está dividido em cinco momentos: a caracterização da categoria geográfica Formação Sócio Espacial; a abordagem sobre os ciclos longos e a economia nacional; a análise dos ciclos médios brasileiros; o papel dos ciclos e o desenvolvimento das cooperativas brasileiras ao longo do século XX; e por fim, a influência dos ciclos no surgimento das cooperativas no Sudoeste do Paraná.

1.1 A categoria de Formação Sócio Espacial

Dentre os conceitos principais da Geografia Humana, destacam-se o Espaço, Território, Região, Paisagem e Lugar. Além destes, há também a categoria de Formação Sócio-Espacial, que surgiu na geografia brasileira com os estudos de Milton Santos e Armem Mamigonian na segunda metade do século XX.

Segundo Mamigonian (2004), esta categoria decorre do pensamento marxista de Formação Econômica e Social, muito bem expressa nos trabalhos de Lênin, em o “Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”, Trotsky em “Peculiaridades do

Desenvolvimento da Rússia”, Gramsci em “Questão Meridional”, e Rangel em a “História da Dualidade Brasileira”.

Santos (1977) se utilizou desta categoria marxista para a construção de uma teoria sobre o espaço, válida para a Geografia. De acordo com o pensamento do autor:

O espaço, ele mesmo é social. Daí a categoria de Formação Econômica e Social parecer-nos a mais adequada para auxiliar a formação de uma teoria válida do espaço. Esta categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso. A base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual grupo se confronta. Deveríamos até perguntar se é possível falar de Formação Econômica e Social sem incluir a categoria de espaço. Trata-se de fato de uma categoria de Formação Econômica, Social e Espacial mais do que uma simples Formação Econômica e Social (SANTOS, 1977, p.1-2).

O Espaço seria a base de toda construção social e econômica, e por isso, não podemos falar em Formação Social sem mencionar o Espaço. Conforme Santos (1977), o Modo de Produção, Formação Social, e Espaço são elementos interdependentes.

Através do estudo da Formação Social (que é espacial) pode-se entender como ocorre a construção do espaço geográfico. Para Lênin (1982), não é à sociedade geral que o conceito de Formação Econômica e Social se refere, mas a uma sociedade dada. Ou seja, essa categoria busca analisar a sociedade que está construída em determinado espaço e num dado tempo.

Outra característica de uma análise a partir das Formações Sócio-Espaciais é a relação entre os fatores globais e locais. Segundo Santos (1977), é a partir da relação entre o Modo de Produção e as estruturas locais, construídas ao longo da história, que se configura determinado espaço. Para o autor:

O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui, em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS, 1977, p.91).

Mamigonian (2004) complementa ainda, que na análise nos movimento globais e locais é necessário ficar atento às escalas intermediárias, sobretudo, a regional e nacional. A região atua como “filtro” para as influencias externas, determinando a dinâmica do desenvolvimento regional.

A totalidade é outro elemento importante na compreensão da categoria estudada. Para Sereni (*apud* SANTOS, 1977), a Formação Social expressa a unidade e totalidade das diversas esferas da vida de uma sociedade: a econômica, social, política e cultural.

Santos (1977) e Mamigonian (2004), destacam a importância da visão holística sobre o espaço para atingir a totalidade. O dado global é o conjunto de relações que caracterizam uma dada sociedade, e tem um significado particular para cada lugar, mas, este significado não pode ser apreendido senão ao nível de totalidade.

Outro fator importante da FSE é o Tempo. Como dito anteriormente, não há nenhuma sociedade a-espacial, e muito menos, a-histórica. Para a Geografia a relação espaço-tempo é fundamental.

A Formação Social é interessante para geografia por permitir uma interpretação do espaço humano como o fato histórico, a partir da relação entre a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local. Segundo Santos (2006), não se pode separar espaço e tempo, que estão conectados a partir das técnicas, onde o trabalho não ocorre sem tempo, nem espaço (SANTOS, 1977).

Nesse sentido é que Mamigonian (2004) vai defender que o geógrafo deve analisar seu objeto de estudo a partir da interdisciplinaridade, pois somente com conhecimentos da sociologia, economia, história e outras ciências aliadas à geografia é que haverá um conhecimento sobre a totalidade de fato.

Todas essas características da categoria de Formação Sócio Espacial contribuem para análise da temática desta dissertação. A relação entre diferentes fatores e escalas permite relacionar elementos externos (evolução dos preços das commodities, preços dos insumos, crescimento dos mercados, etc.), e internos (políticas de financiamento, crédito agrícola, crescimento econômico, aumento da renda e consumo, infraestruturas e logística, etc.).

A combinação de fatores é fundamental para compreensão do desenvolvimento das cooperativas agropecuárias e o recente crescimento do setor no país e no Sudoeste.

O objetivo principal da pesquisa: analisar o crescimento das cooperativas agropecuárias do Sudoeste do Paraná e avaliar o papel do crédito no processo de desenvolvimento, não é alcançado sem o estudo dos fatores para além da região, no caso, as políticas governamentais, gestadas a nível nacional. Porém, os desdobramentos para a região dependem de características locais, como a produção agrícola, o padrão dos agricultores, tamanho das cooperativas, saúde financeira e etc.

Nesse sentido, a teoria dos Ciclos Econômicos é importante, na medida em que permite o entendimento dos movimentos econômicos nacionais e internacionais, e a interferência sobre a dinâmica da evolução do cooperativismo no Brasil e no Sudoeste. Os ciclos são analisados a seguir.

1.2 Ciclos longos e a economia brasileira

A dinâmica cíclica é inerente ao capitalismo. Ao longo da história deste modo de produção, os ciclos tem determinado o desenvolvimento econômico, mesmo em regiões onde o capital ainda não era plenamente dominante. De acordo com Mamigonian (1999), a Revolução Industrial no final do século XVIII inaugurou os ritmos industriais de várias durações, principalmente os ciclos decenais e os ciclos longos.

A descoberta dos ciclos longos ocorreu no início do século XX, pelo pesquisador russo Nicolai Kondratieff, que sistematizou e provou a existência dos movimentos. Porém, Freemann (1984), aponta que anteriormente outros pesquisadores já haviam percebido os movimentos cíclicos da economia (Marx), mas foi Kondratieff que popularizou a ideia, tendo seu nome associado ao ciclo longo (ciclos de Kondratiev ou ondas longas de Kondratiev).

Ao estudar a evolução secular de algumas séries, como da produção, salários, comércio exterior, consumo de matérias-primas, preços e investimentos, em países onde o capitalismo era mais avançado (Inglaterra, EUA, Alemanha e França), Kondratiev (1935) concluiu que, além dos ciclos de menor duração (curtos e médios), a economia capitalista possuía uma dinâmica cíclica mais complexa, a dos ciclos longos, com duração média de 50 anos, tendo uma fase de ascensão (fase “a”), e uma de recessão (fase “b”).

Conforme a teoria dos ciclos longos, o primeiro movimento cíclico ocorreu de 1789 e 1849, sendo, entre 1789 e 1814 a fase ascendente, e de 1814 a 1849 a fase de crise (KONDRATIEV, 1935).

O segundo ciclo se iniciou em 1849 e terminou em 1896, sendo de 1849 a 1873 a fase “a” e de 1873 a 1896 a fase “b”. Kondratieff (1935), ainda conseguiu sistematizar a fase de ascensão do terceiro ciclo, de 1896 a 1920. Após isso foi preso e morreu em 1938.

Muitos outros autores se apossaram desta teoria para construir suas pesquisas e aprofundar a discussão sobre os ciclos e a evolução do capitalismo. Schumpeter (1961) concentrou sua análise na relação entre inovação tecnológica e os movimentos cíclicos. Para o

autor, o mecanismo cíclico não tem cura: “Os ciclos não são como amígdalas, coisas que podem ser separáveis do corpo, suscetíveis de serem tratadas separadamente, mas sim, como o pulsar do coração, inerentes a essência do organismo que tem esse pulsar” (SCHUMPETER in RANGEL, 1985, p.33).

De acordo com Schumpeter (1961), o processo de destruição criadora é centro da dinâmica cíclica e básico para se entender o capitalismo. A tecnologia ou um novo padrão tecnológico tem o poder de gerar uma destruição criadora, ou seja, destruir o antigo padrão para a expansão de um mais produtivo e moderno, criando assim, um novo período de crescimento.

Keynes, economista britânico, teorizou a possibilidade de administrar os efeitos dos ciclos médios na economia, eliminando o mecanismo cíclico com uma combinação entre Estado e Mercado. Ou seja, o Estado deveria interferir, sob formas específicas, a fim de evitar as “crises” e decréscimos na eficiência marginal do capital. Para o autor, o ciclo econômico deve ser considerado como o resultado de uma variação cíclica na eficiência marginal do capital (PREBISH, 1991).

De acordo com Mamigonian (1999), sob o viés marxista, a dinâmica dos ciclos longos está relacionada a tendência da queda da lucratividade a longo prazo, com esgotamento do uso das invenções revolucionárias ligadas a cada uma das revoluções industriais. Isso estimula invenções que reestabeleçam lucratividade, e que aplicadas sucessivamente aos diferentes setores e ramos, acabam esgotando a lucratividade possível, provocando a necessidade de novas invenções.

Nas fases ascendentes eram postas em prática invenções tecnológicas básicas, que elevavam fortemente a produtividade do trabalho (máquina a vapor para a 1ª Revolução Industrial). Assim que essas eram paulatinamente estendidas a toda a economia acabavam baixando a taxa de lucro, desestimulando os investimentos e provocando uma fase de depressão, na qual novamente eram gestadas mudanças tecnológicas básicas, que postas em prática elevavam a taxa de lucro, garantindo a retomada dos investimentos e da expansão (MAMIGONIAN, 1999).

Para Rangel (1985), os ciclos longos são resultantes de movimentos econômicos e tecnológicos profundos, oriundos do centro dinâmico da economia mundial. Os ciclos tiveram importante papel sobre a formação sócio-econômica brasileira, sobretudo, pelo fato do país

ser periferia do sistema capitalista, estando condicionado, sem interferência, aos movimentos externos.

Conforme a teoria dos ciclos, os movimentos longos foram os seguintes: de 1790-1815 a fase “a” do 1º Kondratiev e de 1815-1848 a fase “b”. O 2º Kondratiev de 1848-1876 a fase “a” e de 1876-1896 a fase “b”. O 3º Kondratiev de 1896-1921 a fase “a” e de 1921-1948 a fase “b”. Por fim, o 4º Kondratiev com a fase ascendente de 1948-1973 e a fase crítica de 1973-96, mas, que se estende até os dias atuais.

O Brasil já nasceu como uma formação periférica da economia capitalista que se desenvolvia na Europa no tempo das descobertas. Ao longo da história, as flutuações externas refletiram sobre a economia brasileira, ora exigindo maior participação na divisão do trabalho, condicionando um grau elevado de abertura da economia, ora forçando uma maior medida de auto-suficiência ou de fechamento da economia (RANGEL, 1983).

Nas fases ascendentes o centro do sistema tem necessidade de mais matérias-primas, alimentos e mercados consumidores da periferia, tendo interesse em aprofundar a divisão internacional do trabalho, bem como expandir geograficamente seu raio de atuação, inclusive incorporando novos territórios. Nessa fase são alocados grandes recursos, tanto no centro como na periferia, visando a atender a expansão em curso (MAMIGONIAN, 1987).

Nas fases de depressão ocorre a diminuição do ritmo econômico do centro do sistema capitalista, ocorrendo uma contração das quantidades e dos preços das matérias-primas e alimentos produzidos na periferia. Como os recursos em uso nas áreas periféricas estavam em parte voltados ao atendimento do comércio internacional, que passou a declinar na fase “b” dos ciclos longos, esses recursos sob a forma de terras, trabalhadores e capitais entram parcialmente em ociosidade. Faz-se necessário então, procurar utilizações que lhes deem rendimento, levando a economia de alguns países periféricos, dentre eles o Brasil,³ a se concentrarem na produção de artigos tradicionalmente importados, isto é, aos moldes da chamada produção de substituição de importações (MAMIGONIAN, 1987).

Rangel (1985), aponta que a economia brasileira encontrou maneiras de crescer tanto nos períodos de ascensão do Kondratiev, como nos de recessão. A recessão externa se manifesta como uma contração importante e durável da capacidade para importar. A

³ O Brasil foi um dos poucos países periféricos que conseguiu continuar crescendo nas fases depressivas do Kondratieff, porque adotou, segundo Rangel (1992), processo de industrialização via substituição de importações, com planejamento econômico. Outro exemplo foi a URSS. A substituição de importações não foi um processo generalizado nos países periféricos.

economia tem uma resposta ativa, promovendo uma forma de substituição de importações adequada ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das instituições.

Na fase “a” do primeiro ciclo longo (1790-1815), houve a Abertura dos Portos (1808), com intensificação no comércio com o centro dinâmico da época, a Inglaterra. Na fase recessiva (1815-48), houve a busca pela suficiência, com a diversificação da produção nas fazendas de escravos, favorecendo o autoconsumo. Com isso, a economia nacional tornava-se menos dependente das importações (RANGEL, 1985).

Na fase “b” do 1º ciclo ocorreu um fato político importante, a Independência (1822). A partir dessa, constituiu-se a primeira “Dualidade Brasileira”, onde emergiram duas classes ao poder, os Senhores de Escravos, descendentes do regime colonial e a classe dos Comerciantes (Burguesia Mercantil), descendente do capitalismo mercantil português, fortalecidos pela abertura comercial. O Império formalizou esse pacto de poder sob a hegemonia dos escravistas (RANGEL, 1985).

Nas fases recessivas dos próximos ciclos de Kondratiev, a reviravolta econômica desembocara em um fato político dominante e a formação de uma nova dualidade. Esse pacto de poder seria responsável pelo controle político por toda a fase de crescimento posterior.

Na fase “a” do 2º Kondratiev (1848-76), a fazenda voltou a se concentrar na atividade primário-exportadora, crescendo a receita monetária da fazenda e a receita cambial do país. Houve um movimento de urbanização com a transferência das casas-grandes para as cidades, que trouxeram também, parte da mão-de-obra escrava e semi-livre, que antes estavam ocupadas em atividades substitutivas de importações (RANGEL, 1985).

Na fase recessiva do segundo ciclo longo (1876-96), houve novo esforço para substituição de importações, agora na cidade, com a proliferação de unidades artesanais, algumas pré-industriais, sob o controle do Capital Mercantil (RANGEL, 1985).

O fato político que ocorreu foi Abolição (1888), e a Primeira República (1889), com relação direta na construção da 2ª Dualidade (1870-1930), representada pela Burguesia Mercantil (comerciantes import-export), e como sócio menor, os Fazendeiros Latifundiários (Latifundiários Feudais), descendente da parte progressista dos senhores de escravos (RANGEL, 1985).

Na fase “a” do 3º Kondratiev (1896-1921), houve o aumento no intercâmbio com o exterior, mas, logo foi interrompido pelas condições da I Guerra Mundial e pelo advento da fase recessiva do ciclo. Na fase “b” do ciclo (1921-48), com a retração dos mercados

externos, houve um novo processo de substituição de importações, que se distinguiu dos demais por assumir um caráter industrial, dando início ao processo de industrialização brasileira (RANGEL, 1985).

A Revolução de 30 foi o fato político da fase “b” do 3º Kondratiev, com o advento da 3ª Dualidade, com os Latifundiários Feudais no controle (Getúlio Vargas exemplo da liderança), e como sócio menor, os nascentes Capitalistas Industriais ou Burguesia Industrial, uma dissidência progressista da classe de comerciantes (RANGEL, 1985).

O período de 1930 a 1970 vai ser marcado por intenso processo de crescimento da economia. De acordo com Rangel (1992), o Brasil e os países socialistas (URSS), conseguiram contornar a recessão correspondente à fase “b” do terceiro ciclo longo. No caso brasileiro, o processo de industrialização por substituição de importações fez com que o país crescesse mesmo no período de crise.

Na fase “a” do 4º Kondratiev (1948-73), o Brasil continuou crescendo, e seguindo o desenvolvimento dos setores industriais de base (Departamento I), que até então eram pré-industriais, com intensivo uso de mão-de-obra.

A parte recessiva do ciclo iniciou em 1973, marcada pela Crise do Petróleo. Conforme a teoria da dualidade um novo pacto de poder emergiu, tendo como sócio maior a Burguesia Industrial, política e economicamente amadurecida. Como sócio menor, apareceram os Capitalistas Agrícolas, herdeiros do latifúndio feudal (RANGEL, 1985).

Contudo, a 4ª Dualidade não se concretizou. Rangel (1992), concluiu que o novo pacto de poder foi abortado e o que houve nesse momento foi uma Contra-Revolução Neoliberal, onde o capital financeiro internacional assumiu o comando político, juntamente com o capital financeiro nacional que lutava pelo controle da inflação, para viabilizar os lucros da especulação e o crescimento das importações.

De acordo com Bresser-Pereira (2012), a partir de 1990 houve a interrupção da revolução nacional que desde 1930 vinha transferindo para o Brasil as decisões sobre o interesse nacional. Após isso, a dependência externa acentuou-se, devido ao crescimento amparado na poupança externa e no endividamento externo.

Fragilizado pela crise, o setor real da economia, ao invés de se associar ao setor financeiro, como acontece nos países desenvolvidos, a ele se subordinou, ao mesmo tempo em que este se submetia aos rentistas locais e aos interesses dos países ricos. A política macroeconômica, marcada pela alta taxa de juros (que beneficia rentistas e o setor financeiro)

e por taxa de câmbio valorizada (que beneficia multinacionais, que remetem lucros, os países ricos e o comércio importador), resultou em uma semi-estagflação entre 1980 e 2003 (BRESSER-PEREIRA, 2012).

O Brasil, que havia sido ativo em relação às fases recessivas do ciclo longo, passa nesse momento a ser coadjuvante de sua própria economia.

Nos anos 2000, ainda sob a égide recessiva do ciclo longo, a economia brasileira retoma o crescimento, condicionado por políticas que incentivavam os setores produtivos, o aumento na renda, o aumento das exportações, e o crescimento interno.⁴

1.3 Ciclos médios e a economia brasileira

Os ciclos médios foram assinalados no século XIX, pelo estudioso francês Juglar, que constatou fases de expansão dos negócios, na Europa e EUA, seguidos de crise e anos de depressão, variando, no conjunto, de 8 a 11 anos. Marx e Engels haviam também constatados ciclos decenais entre 1848 e 1957, mas, esses foram sistematizados em 1860 por Juglar (MAMIGONIAN, 1999).

Estes movimentos são específicos de uma economia industrial, por isso, na fase recessiva do terceiro Kondratiev (1921-48), em que ocorreu no Brasil o início do processo de industrialização, surgiram os ciclos médios brasileiros ou juglariano brasileiros (RANGEL, 1985).

De acordo com Rangel (1985), a capacidade de gerar os próprios ciclos não exclui o fato de o Brasil ser uma formação socioeconômica periférica, que continua sendo sensível aos movimentos externos.

O primeiro movimento de substituição de importações industriais ocorreu durante a Crise de 1930, fazendo implantar no Brasil, sobretudo nas regiões mais desenvolvidas do país, a produção de bens de consumo, que antes estavam na pauta das importações (RANGEL, 1983).

É importante salientar que a década de 1930 marca o amadurecimento do capital industrial nacional, que havia surgido décadas antes. A substituição de importações não surge

⁴ A relação entre o ciclo longo e o contexto econômico brasileiro nos anos 2000 será melhor analisada na introdução do Capítulo III.

do nada, mas de indústrias que em boa parte já existiam e passaram a contar com apoio do Estado (RANGEL, 1985).⁵

Nos anos seguintes, houve a continuidade do processo de implantação da indústria no país, de setor a setor, começando pelo Departamento II (bens de consumo), até chegar ao Departamento I (bens de capital, indústria pesada e serviços de infra-estrutura), na década de 1970 (RANGEL, 1992).

A dinâmica dos ciclos médios difere dos ciclos longos. De acordo com Rangel (1983), os ciclos internos brasileiros estão relacionados à formação de capacidade ociosa de um setor, que após ter se desenvolvido integralmente, acumula capacidade e recursos.

Na fase “a” de cada ciclo endógeno, o país é confrontado com dois setores: um, dotado de excesso de capacidade produtiva, e o outro, retardatário, em relação ao sistema como um todo. O primeiro em condições de suprir poupança, a qual deverá tomar a forma de investimento, no outro, procedendo às inovações institucionais necessárias (RANGEL, 1992).

A proposta de Rangel (1983) sobre os ciclos internos indica que os primeiros quinquênios de cada década, desde 1920,⁶ foram recessivos (1921-25/1930-34/1941-46/1951-54/1961-65), enquanto que os períodos subsequentes foram expansivos (1926-29/1935-40/1947-51/1955-60).

A cada um destes ciclos médios correspondeu um degrau na escada da substituição de importações: indústria de bens de consumo simples, indústrias de materiais de construção, indústria de bens de consumo duráveis e indústria química e mecânica pesadas (MAMIGONIAN, 1990).

A partir da dinâmica dos ciclos internos, desencadearam-se diversos fenômenos políticos e econômicos que marcaram cada década no pós-1930.

Nos anos de 1930, a primeira metade da década foi politicamente convulsionada, correspondendo à fase recessiva do ciclo médio (1930-34). Com a Revolução de 30, seguiram-se vários movimentos de insurreição, com destaque para o 9 de Julho de São Paulo

⁵ Mamigonian (1990), em sua pesquisa sobre a industrialização brasileira, comprovou a existência de algumas produções industriais avançadas no país já no início do século XX, como: alimentos, têxteis e vestuário. A substituição de importações industriais de bens de consumo começou ainda no fim do século XIX e início do séc. XX. O diferencial da década de 1930 é que estes esse processo encontrava-se amadurecido, suficiente para tirar o país da crise, com o Estado assumindo um projeto de industrialização.

⁶ Apesar dos ciclos médios terem surgido após a industrialização brasileira, Rangel (1983), identifica na década de 1920 uma diferença entre o primeiro e o segundo lustro do decênio. O primeiro foi assinalado por intensa movimentação política (os dois 5 de julho, a Coluna Prestes, e a Semana de Arte Moderna), que, como aponta o autor, seria um preambulo para as mudanças de fundo capituladas na Revolução de 30. O segundo lustro do decênio foi um período de relativa paz no campo político.

(1932), e a Aliança Libertadora Nacional (1935). A capacidade de importar brasileira caiu drasticamente, houve também queda do nível dos preços (custo de vida).⁷ O segundo lustro foi um período de calmaria política (Estado Novo), e de óbvia expansão econômica (1935-40) (RANGEL, 1983).

Nos anos de 1940, apesar de ser obscurecido pela coincidência com a Segunda Guerra Mundial, o lustro de 1941-46 foi recessivo e politicamente convulsionado com o fim do Estado Novo, seguido de um momento de grande expansão econômica, sobretudo, de 1947-1952 (RANGEL, 1983).

A década de 1950, principalmente após 1952, o lustro voltou a ser recessivo, politicamente agitado, conducente com uma série de mudanças institucionais, centradas na Instrução nº 70 da SUMOC,⁸ que reorientava os favores cambiais e a reserva de mercado da indústria leve para certas áreas da indústria pesada, preparando o caminho para a fase ascendente (1955-60), coincidente com o governo de Juscelino Kubitschek e o Programa de Metas (RANGEL, 1983).

Nos anos de 1960, por volta de 1962, o impulso de crescimento estaria esgotado, abrindo caminho para uma fase recessiva, politicamente convulsiva (Golpe Civil-Militar) que abriria o caminho para um complexo de mudanças institucionais centradas no instituto da correção monetária. Isto deu origem a um novo e vigoroso aparelho de intermediação financeira, preparando o advento para uma nova fase expansiva. Este ciclo, com início em 1966 e prolongado até 1974, foi um período de grande ascensão interna, também chamada de Milagre Econômico (RANGEL, 1983).

De acordo com Bresser-Pereira (1993), a fase “a” do ciclo breve dos anos sessenta (1966-74) se prolongou devido a coincidência com a etapa final ascendente do ciclo longo (1948-73), retardando por alguns anos da fase “a” para a fase “b”. Para o autor, a fase recessiva da década de 1970 foi, além de curta, muito amena.

No período de 1975-80 o Brasil continuou crescendo, devido a uma política econômica que se propunha levar a economia adiante em “marcha forçada”, ocasionada pelo II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento).

⁷ Segundo Rangel (1983), naquele tempo a queda no índice de preços costumava associar-se à recessão econômica, contrariamente ao que, depois da Segunda Guerra Mundial, se tornaria regra.

⁸ A Instrução nº 70 estabelecia numerosas categorias para as exportações, e principalmente para as importações, funcionando como mecanismo de proteção da indústria nascente, e incentivando a importação de bens de capital para o setor (Rangel, 1985).

Desta forma, a crise internacional só vai realmente ser sentida internamente na década de 1980, quando o ciclo médio entra no período de recessão, e soma-se ao ciclo longo, que se encontravam na fase “b” desde a década passada, dando origem a pior crise industrial da história brasileira (MAMIGONIAM, 1987).

Após os anos oitenta, sob a égide da fase recessiva do ciclo longo, o ciclo médio brasileiro teve poucos momentos de ascensão e cada vez menos intensos. Conforme Kondratieff (1935), nas fases descendentes do ciclo longo são mais numerosos os anos de depressão no ciclo médio.

Observando a evolução do PIB brasileiro ao longo dos anos oitenta e noventa, pode-se constatar que os momentos de crescimento foram reduzidos (e menos intensos) e os de crise maiores: de 1981 a 1983 a média foi de -2,2%, de 1984 à 1986 a média foi de 7,0%, de 1987 a 1992 foi 0,52%, de 1993 a 1995 foi 4,8% e de 1996 a 2003 foi de 1,9% (Banco Mundial, 2012).

Com relação à produção industrial, o crescimento de 1981 a 1983 foi de -2,18%, de 1984 a 1989 foi de 8,6%, de 1990 a 1995 foi de -4,7% e de 1996 à 2000 foi de 3,8% (IPEADATA, 2012).

O período de 1980 e 1990 foi marcado por políticas neoliberais, preocupadas em conter a inflação, diminuir os gastos públicos (corte de crédito e aumento dos juros), e liberalização da economia (câmbio sobrevalorizado), que prejudicaram o setor real, beneficiando o capital financeiro especulativo.

Na década de 2000, pelo contrário, houve a retomada do crescimento econômico, pautado em políticas de investimento na produção agropecuária e industrial. Após 2000 percebe-se duas fases: de crise, iniciada ainda na década passada (1998) e que continuou até meados de 2003, quando o PIB cresceu em média 1,6% ao ano, e depois a fase de crescimento de 2004 a 2010 onde o PIB cresceu 4,5% ao ano (Banco Mundial, 2012).

Nesse último momento a produção industrial cresceu 3,74% ao ano, chegando a 10,4% em 2010, contra -2,5% ao ano entre 1998 e 2003 (IPEADATA, 2012).⁹

⁹ As décadas de 1990 e 2000 serão melhor analisadas nos capítulos seguintes (II e III).

1.4 Ciclos e o desenvolvimento das cooperativas brasileiras

Com base em autores que estudaram os diferentes momentos do setor no Brasil, como Gonçalves (1987, 1994), Benetti (1985, 1992), Seabra (1977) e Alvez (2003), pode-se definir as seguintes etapas do cooperativismo: 1930 a 1950, 1960 a 1980, e 1980 a 2000, e de 2000 em diante.

Em cada fase as cooperativas agropecuárias possuem características específicas e em cada momento houve a influência dos ciclos econômicos, externos ou internos.

A fase de 1930 a 1950 tem sua gênese na recessão mundial ocasionado pela fase “b” do 3º Kondratiev. Na Grande Depressão, o Brasil como periferia do sistema capitalista ficou a mercê dos movimentos internacionais. Como consequência, houve um movimento de substituição de importações, pois, o principal produto gerador de divisas externas, o café, teve seu mercado recuado (países desenvolvidos).

Com o processo de industrialização brasileira houve a aceleração da urbanização, e conseqüentemente, o aumento da necessidade de abastecimento alimentar dos centros urbano-industriais.

Essa mudança interferiu no desenvolvimento do cooperativismo. Apesar das cooperativas surgirem ainda no final do século XIX, é somente a partir da década de trinta que começam a obter importância econômica (ALVES, 2003).

Para Gonçalves (1987), a industrialização, acompanhada da urbanização, levava a dificuldade de abastecimento, que enfrentava o desafio de um mercado em expansão sem estrutura varejista e expunha os operários à escassez. Além da dificuldade de abastecimento, outro problema era a predominância do capital comercial tradicional, que devido às margens de comercialização elevadas, encareciam os produtos agrícolas que chegavam à cidade.

Portanto, havia a demanda por alimentos para os operários da nova indústria, que fossem em maior quantidade e preços acessíveis, garantindo a manutenção da mão-de-obra a custos baixos. Com o apoio do Estado as cooperativas expandiram-se como alternativa para enfrentar a crise de 1929. As cooperativas de consumo no meio urbano foram as primeiras a ganhar expressão, seguidas das cooperativas agropecuárias de compra e venda em comum (GONÇALVES e VEGRO, 1994).

Após 1930, o governo passou a direcionar sua política econômica em favor da indústria nacional e da agricultura para o mercado interno. Neste momento, houve o surgimento de

outras empresas ligadas ao abastecimento alimentar, como a Sadia (1944), cuja expansão esteve ligada ao crescimento urbano e industrial pelo qual o país passava, sobretudo, São Paulo (ESPÍNDOLA, 1997).

Esse vai ser um momento de aproximação entre o Estado e as cooperativas. Em 1932 foi promulgada a primeira lei federal referente ao cooperativismo, definindo as especificidades daquele movimento diante de outras formas de associações (UNIRCOOP, 2003).

Nos anos seguintes, a legislação cooperativista foi sendo alterada, impulsionando a criação de cooperativas agrícolas, e garantindo o crescimento das empresas já existentes (SEABRA, 1977). Houve também a criação de incentivos fiscais e creditícios às cooperativas, como a Caixa de Crédito Cooperativo, fundada em 1943.¹⁰

As cooperativas de compra e venda comum ou de comercialização, organizavam os produtores rurais para comercialização conjunta da produção e ao mesmo tempo os repassava insumos. Com isso, as associações obtiveram ganhos de margens antes destinadas aos intermediários, tanto na venda do produto, quando na compra dos insumos. As organizações também contribuíram para romper com as instabilidades dos mercados, principalmente na área de hortigranjeiros, produtos perecíveis que tornam impraticáveis sua produção sem garantia de colocação (GONÇALVES e VEGRO, 1994).

Esse padrão de atuação do setor foi incentivado e chegou ao seu auge nos anos sessenta, quando, novamente um movimento cíclico, só que agora interno, mudou o panorama político e econômico do país e por consequência, alterou a relação entre Estado e Cooperativas.

Como descrito no item anterior, no movimento que engendrou o capitalismo industrial, o Brasil passou a criar seu próprio ciclo econômico, o Ciclo Médio, chamado por Rangel (1983), de juglariano brasileiro.

Nessa etapa do desenvolvimento industrial brasileiro, final dos anos setenta, início dos anos oitenta, ocorreu a internalização da indústria de bens de capital (Departamento I industrial). Neste contexto, a agricultura passou a ter uma nova função no desenvolvimento da economia: deveria intensificar o fornecimento de alimentos e matérias-primas, liberar mão-

¹⁰ O Decreto Lei nº 5.893 de 19/10/1943 criou a Caixa de Crédito Cooperativo. Posteriormente houve decretos que regulamentaram a isenção de todos os tributos federais, estaduais e municipais, também a abertura de créditos especiais junto ao Ministério da Agricultura para integralização do Capital Social para assistência creditícia ao sistema Cooperativo Brasileiro. Em 13/08/1951 a Lei nº 1.412 transforma a Caixa de Crédito Cooperativo em Banco Nacional de Crédito Cooperativo vinculado ao Ministério da Agricultura (Entrevista online com João Mendes da Silva, ex-funcionário do BNCC).

de-obra para a cidade (sem diminuir a produção), criar mercado consumidor para os produtos industriais, expandir as exportações e financiar parte da capitalização da economia (DELGADO, 2001).

O problema entre agricultura e industrialização, no que diz respeito a necessidade de aumento de oferta de bens agrícolas e ao mesmo tempo liberar parte de mão-de-obra, foi resolvido através da entrada de capital para compensar a saída de mão-de-obra, processo conhecido como modernização da agricultura brasileira (RANGEL, 2000).

Há com isso uma reorientação no papel das cooperativas agropecuárias. O setor passa a ser instrumento do Estado para promover o desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Os incentivos fiscais, tributários e creditícios às cooperativas de comercialização foram retirados e em contraposição o governo passou a incentivar as cooperativas de produtores rurais (GONÇALVES, 1987).

Ao mesmo tempo, acompanhando o movimento de industrialização, as cooperativas adentraram na produção industrial. O setor passou por um processo de integração vertical a montante (produção de insumos) e jusante (agroindustrialização). Nesse sentido, segundo Gonçalves e Vegro (2004), as cooperativas agropecuárias deixaram de ser uma simples resposta à intermediação do capital comercial tradicional e passaram a ser concorrentes do grande capital produtivo.

De acordo com Benetti (1992), as cooperativas agropecuárias foram importantes instrumentos de modernização agrícola. Elas apresentavam a possibilidade de reduzir os custos operacionais e os gastos de circulação e produção, facultariam a compra de grãos, oportunizariam a difusão e incorporação de tecnologia avançada, e garantiriam maior produtividade física e econômica da lavoura.

Nesse contexto foi promulgada em 1971 a Lei 5.764, conhecida como “Lei do Cooperativismo”, tornando-se até os dias atuais o principal marco legal a regular a prática cooperativista no Brasil. Com a legislação também foi instituído um conjunto de entidades representativas do setor: a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) à nível nacional, e em cada unidade da Federação, uma organização estadual (Ex. OCEPAR – Paraná, OCESC – Santa Catarina, OCERGS – Rio Grande do Sul, OCESP – São Paulo, etc.).

Esse novo movimento do cooperativismo agropecuário foi influenciado por dois programas criados pelo Governo: o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado em 1965, e a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), em vigor desde 1960, mas que foi

reformulada em 1965 e passou a ser a principal fonte de recursos para comercialização da produção agrícola brasileira (ALVES, 2003).

O crédito oficial contribuiu para a organização e expansão de empresas que se tornaram grandes complexos de capitais ligadas à produção agroindustrial, com diversificação de atividades (comercialização, agroindustrialização, produção de insumos, pesquisa, projetos de colonização, etc.) e com importância crescente no mercado (DELGADO, 1985).

A década de 1970 ficou conhecida como “auge do cooperativismo agrícola” no Brasil. Durante o período de modernização agrícola os recursos do Crédito Rural chegaram a 140 bilhões de reais em 1979. O acumulado da década de 1970 foi de R\$ 875 bilhões. Entre 1975 e 1985 os valores ultrapassam os trilhões, chegando a 1,1 trilhões de reais.¹¹ O valor total da produção agropecuária brasileira na década de 1970 foi de R\$ 985 bilhões, apenas 12% a mais do que foi aplicado no crédito no mesmo período. Entre 1975 e 1985 o valor da produção foi de 1,35 trilhões de reais, ou seja, apenas 20% a mais do que foi aplicado no crédito rural (IPEADATA, 2012).

Essa fase do cooperativismo se estende até meados da década de 1980, quando o crescimento econômico brasileiro foi abalado pela fase recessiva do ciclo interno e a fase depressiva do 4º Kondratiev.

A partir de então uma nova fase para as cooperativas passou a ser gestada, caracterizada principalmente pelo afastamento do Estado, com o fim dos subsídios e corte no crédito, abertura do setor para concorrência com o mercado privado (nacional e internacional), etc.

Conforme Delgado (1985), o ciclo recessivo e o corte de recursos impulsionou o início da concentração de capital entre as próprias cooperativas como forma de enfrentar a crise e a crescente concorrência com o capital privado. Nesse momento houve a tendência das cooperativas agropecuárias se tornarem grandes empresas, pois, como grandes capitais, teriam maior competitividade no mercado.

O segundo capítulo trata exclusivamente da fase de 1980-90, com análise mais aprofundada sobre a economia e política brasileira neste período e os desdobramentos para a agricultura e para as cooperativas agropecuárias. Em seguida, o terceiro capítulo destina-se a análise do período mais recente, pós-2000, onde serão apresentados os fatores julgados fundamentais para a construção de uma nova fase do cooperativismo brasileiro.

¹¹ Valores constantes em Reais – IGP-DI – Índice Médio Anual (2010). Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural, *vários anos*, BCB.

1.5 Gênese do cooperativismo no Sudoeste do Paraná

O movimento cíclico, que desencadeou mudanças políticas e econômicas durante os anos de 1960/70 e que repercutiram sobre a evolução das cooperativas no Brasil, também teve impacto no desenvolvimento do setor no Sudoeste paranaense.

Foi a partir desse momento que as cooperativas começaram a se desenvolver na região, ligadas, a princípio, à compra e venda em comum de produtos e insumos. O objetivo das instituições era atender as necessidades mais sentidas pelos agricultores, como o fornecimento de bens de consumo, equipamentos para a lavoura e promover a venda da produção. Nesse contexto destacou-se o papel do Estado. A ação do governo foi decisiva para o desenvolvimento do setor na região.

Em 1969, as três principais entidades relacionadas ao cooperativismo no Paraná: o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Departamento de Assistência ao Cooperativismo (DAC) e a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (Acarpa), com o apoio do Banco do Brasil, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) e Companhia de Fomento do Paraná (CFP), implantaram um projeto pioneiro no país, com o objetivo de disciplinar e estabelecer um zoneamento cooperativista para cada região do Paraná (IPARDES, 1974).

O estado do Paraná foi dividido em três projetos regionais de cooperativismos: o Projeto Iguaçu (PIC), que teve início em 1971, abrangendo as regiões Oeste e Sudoeste do estado; o Projeto Norte (NORCOOP), iniciado em 1974, abrangendo as regiões ao norte do estado; e o Projeto Sul de Cooperativismo (SULCOOP), que iniciou em 1976, abrangendo as regiões Centro e Sul do estado.

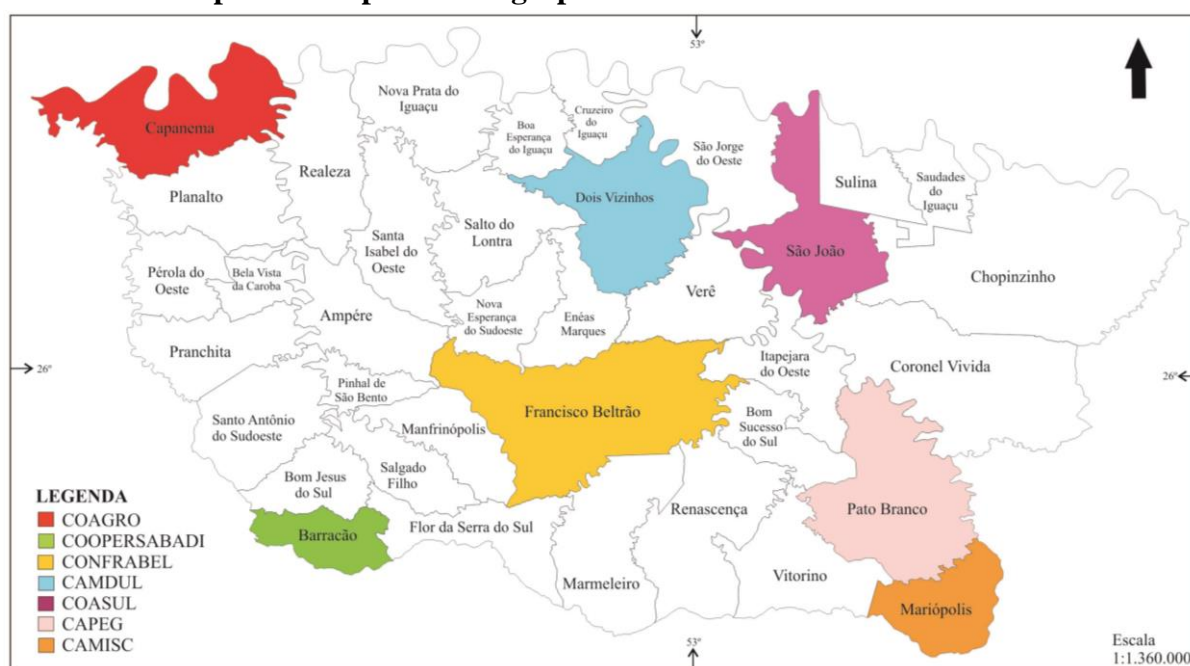
Segundo Alves (2003), com a implantação dos três projetos de cooperativismo cobrindo todo o estado, cada cooperativa passou a ter uma área de ação definida, visando eliminar a concorrência e melhorar o relacionamento entre elas. Isso evitaria a existência de um número excessivo de cooperativas agropecuárias, concorrendo entre si não apenas por mercados, mas também, por associados.

No Sudoeste, seis cooperativas integraram o Projeto Iguaçu: a CAMISC (Cooperativa Agropecuária Mista São Cristóvão), fundada em 1962, em Mariópolis; a COMFRABEL (Cooperativa Mista de Francisco Beltrão), fundada em 1964, em Francisco Beltrão; a CAPEG

(Cooperativa Agropecuária Guarani), fundada em 1965, em Pato Branco; a CAMDUL (Cooperativa Agrícola Mista Duovizinhense), fundada em 1968, em Dois Vizinhos; a Cooperativa COASUL (Cooperativa Agropecuária Sudoeste), fundada em 1969, em São João e a COAGRO (Cooperativa Agropecuária Capanema), fundada em 1970, em Capanema. Em 1971 foi criada a COOPERSABADI (Cooperativa Agropecuária Sabadi), em Barracão, ingressando também no PIC.

O **Mapa 02** demonstra o município sede das cooperativas citadas, no início dos anos setenta.

Mapa 02: Cooperativas agropecuárias no início dos anos setenta



Fonte: Informações IPARDES (1974), organizadas pelo autor.

As cooperativas atuavam inicialmente no ramo de grãos (soja, milho, trigo, feijão, e outros). A expansão da soja pela região também foi um importante fator para intensificar o processo de crescimento das cooperativas (IPARDES, 1974).

Assim como para as demais instituições do país neste período, o crédito foi um elemento fundamental para a expansão do cooperativismo no Sudoeste. As políticas de financiamentos e investimentos (para cooperativas e produtores) atuaram no processo de modernização da agricultura na região.

As cooperativas da região foram o primeiro veículo de transporte de recursos do governo para os produtores rurais, repassando crédito aos associados. Por exemplo, no

primeiro ano de atuação da Coagro (1971), juntamente com a ACARPA, a cooperativa repassou cerca de Cr\$ 330 mil, para aquisição de insumos para lavoura de milho e soja dos cooperados (171 projetos).

Em 1975 o repasse de recursos do SNCR para os cooperados subiu para Cr\$ 20,9 milhões, atendendo 1.727 projetos de custeio e investimentos (SINHORINI, 2007).

A Coagro manteve um setor de repasse de financiamentos do Banco do Brasil em seus entrepostos (inicialmente em Capanema e Realeza) até o momento da instalação de agências nas cidades em que atuava. Além disso, a empresa teve acesso em 1972 as linhas de crédito, altamente subsidiadas pelo Estado, que favoreceram a criação dos primeiros armazéns, da sede e outras infraestruturas (SINHORINI, 2007).

De 1970 a 1975 a Coagro aumentou de 62 o número de associados para 2.582, atuando já em cinco municípios (Capanema, Realeza, Planalto, Santa Izabel d'Oeste e Perola d'Oeste). A produção recebida (entre soja, trigo, milho e feijão) aumentou 9 mil sacas em 1971 para 344,4 mil em 1975 (SINHORINI, 2007).

A Coasul até a década de 1970, devido a facilidade de aquisição de recursos, realizou financiamento para a expansão, sobretudo, área de armazenagem, tendo como principais parceiros o Banco do Brasil, BRDE e BNCC. A cooperativa atuava também no repasse de recursos aos cooperados para o processo de modernização da produção, devido a inexistência de agências do Banco do Brasil na região (COLET, 2003).

Em 1980 o repasse de crédito aos cooperados foi de Cr\$ 358 milhões, mais Cr\$ 113 para aquisição de insumos e mais Cr\$ 88 milhões para investimentos permanentes e capital de giro (Relatórios de Atividades Coasul, 1980).

O número de sócios aumentou de 500 em 1971 para 3 mil em 1988. A produção recebida aumentou de 524 mil sacas (soja, milho, trigo, feijão, arroz, aveia, centeio e triticales) em 1980, para 1,7 milhão de sacas em 1985 (Relatórios de Atividades Coasul, 1980/85/88).

Com os incentivos para a diversificação e crescimento das empresas, e ao mesmo tempo, a crise dos preços internacionais da soja, que foi de US\$ 1000 a tonelada em 1973 para US\$ 214 em 1982, as cooperativas começaram a diversificar suas atividades, buscando alternativas para geração de renda, tanto para si como para os cooperados e continuar sua expansão (IPARDES, 1974).

Assim, instalou-se a produção e comercialização de suínos (Comfrabel, Camisc e Coagro) e comércio em geral, via supermercados (Coagro, Camdul e Coasul).

Logo, as cooperativas iniciaram o processo de industrialização, movimento apoiado pelo Estado e que já ocorria com cooperativas de outras regiões do país. Houve a construção de fábrica de rações (Comfrabel), resfriamento de leite (Capeg, Coagro e Coasul) e produção de sementes (Coasul, Comfrabel, Coagro e Camisc).

Nesse mesmo momento, em outras regiões o cooperativismo já estava bem desenvolvido, como no Rio Grande do Sul (Cotrisa, Cotríjui e Fecotrigo), São Paulo (CAC) e em outras partes do Paraná (Coamo, Coopavel, Batavo, Cocamar e Lar), onde as instituições estavam consolidadas como complexos agroindustriais.

O processo de crescimento das cooperativas regionais vai até meados de 1980 e 1990, quando as dificuldades da economia brasileira chegaram ao Sudoeste, principalmente via corte de crédito e retração do mercado interno.

Nesse momento, assim como no âmbito nacional, o cooperativismo passa por um processo de reestruturação na busca de enfrentar as dificuldades financeiras do momento. No próximo capítulo será analisado mais detalhadamente os desdobramentos da crise para as cooperativas da região.

1.6 Considerações do capítulo

- A dinâmica cíclica esteve presente na evolução da FSE brasileira. Apesar dos ciclos longos serem hegemônicos, o Brasil sempre foi ativo aos impulsos externos, gestando inclusive seu próprio ciclo de desenvolvimento. No caso das cooperativas agropecuárias, sua evolução foi marcada pela ação dos movimentos cíclicos.
- Após a década de 1930, as cooperativas desenvolveram-se em fases ou ciclos decorrentes dos movimentos da economia nacional. As fases do setor foram: 1930/1950 (cooperativas ligadas à comercialização/compra e venda em comum), 1960/1980 (setor voltado capital industrial/integração vertical e horizontal), e 1980/1990 (fase de crise desencadeada pelo afastamento do Estado do financiamento e regulação de preços da agricultura).
- As cooperativas do Sudoeste surgiram e expandiram-se na fase de 1960/70. Nesse contexto, a ação do Estado, via crédito subsidiado e extensão rural, consolidou as empresas, que por sua vez, tiveram importante papel no processo de modernização dos produtores associados na região.
- Analisando a evolução das cooperativas, percebe-se que o Estado teve papel central nos períodos de crescimento no setor, fazendo uso das cooperativas de acordo com as necessidades do país em cada contexto.
- O meio utilizado para condicionar o desenvolvimento das cooperativas foi a oferta de crédito, via políticas de financiamento agropecuário e agroindustrial. O crédito decorrente das políticas governamentais representou o elo entre a evolução cíclica da economia e as cooperativas.
- A partir do ano 2000 inicia-se uma nova fase com retomada de crescimento do setor. Os elementos que influenciaram e as características desse contexto serão abordados no Capítulo III.

Capítulo II

O PANORAMA DA AGRICULTURA E DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NOS ANOS OITENTA E NOVENTA

Conforme Mamigonian (1987), no início dos anos oitenta o ciclo médio entrou em uma fase descendente, somando-se ao ciclo longo que estava em fase recessiva desde 1973. Nessas condições críticas de ambos os ciclos a economia brasileira entrou em uma profunda crise econômica, a pior de todos os tempos.

A economia brasileira foi ativa aos movimentos cíclicos externos, crescendo mesmo sob o contexto externo desfavorável. Porém, no final da década de 1980 e nos anos de 1990, diferente do que ocorreu no passado, a resposta à fase “b” do 4º Kondratiev não fez com que o Brasil continuasse crescendo.

Durante o século XX, o Brasil seguido do Japão, foi o país que mais cresceu no mundo capitalista, contudo, na última década do século a política econômica entregou o país de mãos amarradas ao processo de globalização, onde foi apenas mero coadjuvante sem importância (DELFIN NETTO, 1997).

De acordo com Rangel (1992), a abertura da fase recessiva do 4º Kondratiev daria início a um novo pacto de poder. Mas, como o próprio autor descreve, o que houve nesse momento foi uma Contra-Revolução Neoliberal. O pacto entre Burguesia Industrial e o Latifúndio Capitalista foi abortado e o capital financeiro internacional assumiu o comando político.

Conforme Paulo Netto (1999), a investida do capital financeiro contra a nação brasileira começou em 1989 com a eleição presidencial de Collor, passa por Itamar, porém só vai se consolidar com o “Plano Real” de Fernando Henrique Cardoso.

As políticas neoliberais postas em prática afetaram os setores produtivos da economia. A indústria nacional foi amplamente prejudicada pela abertura comercial com taxa elevada do câmbio, falta de investimentos e concorrência com grupos internacionais.

Observando a evolução do PIB brasileiro ao longo dos anos oitenta e noventa, pode-se constatar a consecutiva diminuição no ritmo da economia. Na década de 1980 o crescimento médio do PIB foi 3% e nos anos noventa caiu para 1,7%. No PIB da Indústria houve queda significativa entre as décadas: de 5,7% para -2,1% ao ano (IPEADATA, 2012).

A recessão e a ideologia neoliberal deteriorou a relação entre Estado e agricultura com o fim de muitas políticas importantes, como, o crédito rural, aquisições do governo, subsídios, preços mínimos, etc.

Nesse contexto o cooperativismo entrou em crise. A falta de incentivos do governo, a concorrência com o setor privado (por mercado, produtores e recursos), a queda nos preços agrícolas, aumento dos juros e outros fatores, prejudicaram o desempenho das cooperativas.

O PIB da Agropecuária nos anos noventa teve média de -1,98% ao ano com crescimento de 2,76% entre 1990 e 1999 (de R\$ 148 para R\$ 152 bilhões). Nos anos oitenta, mesmo com corte de crédito a agropecuária manteve crescimento: de 1980 a 1989 a evolução foi de 38,7% (de R\$ 155 para R\$ 215 bilhões), com média de 4% ao ano (IPEADATA, 2012).

No Sudoeste do Paraná, assim como em outras regiões, a falta de recursos foi um dos principais condicionantes da crise. Sem o auxílio do Estado, as cooperativas agropecuárias tiveram dificuldade de capitalizar os produtores e a si próprias. Nesse contexto, somado a outros fatores, o desempenho do setor na região foi recessivo.

Neste capítulo serão analisadas as mudanças políticas e econômicas das décadas de oitenta e noventa e os desdobramentos para a agricultura e o cooperativismo. O objetivo é compreender os fatores que levaram o setor à crise neste período. Serão apresentados também os impactos desse contexto para o desenvolvimento das cooperativas do Sudoeste paranaense.

2.1 A crise nas políticas de financiamento

Assim como o crédito foi o principal responsável pelo crescimento e consolidação das cooperativas agropecuárias nos anos sessenta/setenta/oitenta, sua ausência foi também o fator decisivo para a crise do setor no final nos anos oitenta e durante os anos noventa.

O Crédito Rural foi institucionalizado nos anos sessenta. Em 1965 foi criado o SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural), que visava distribuir recursos com juros negativos (subsidiados) aos produtores dispostos a aderir ao novo padrão técnico na produção agrícola (DELGADO, 1985).

Esta política de financiamento foi fundamental para a consolidação do processo de modernização da agricultura brasileira. Além de o SNCR ter promovido crescimento dos índices de produtividade do trabalho e da terra nas lavouras e nas criações, também garantiu a consolidação da agroindústria brasileira de máquinas e insumos (fertilizantes e defensivos) e a

implantação da agroindústria processadora e da agroindústria de alimentos e vestuário (GONÇALVES, 2005).

Conforme Benetti (1992), a partir do crédito as cooperativas puderam fornecer aos cooperados condições para a modernização de sua propriedade, repassando recursos para custeio e investimento, o que proporcionou a expansão da atividade agrícola e o aumento da produtividade. O financiamento também contribuiu no processo de industrialização da empresa, evoluindo de cooperativas de comercialização para as “multicooperativas”.¹²

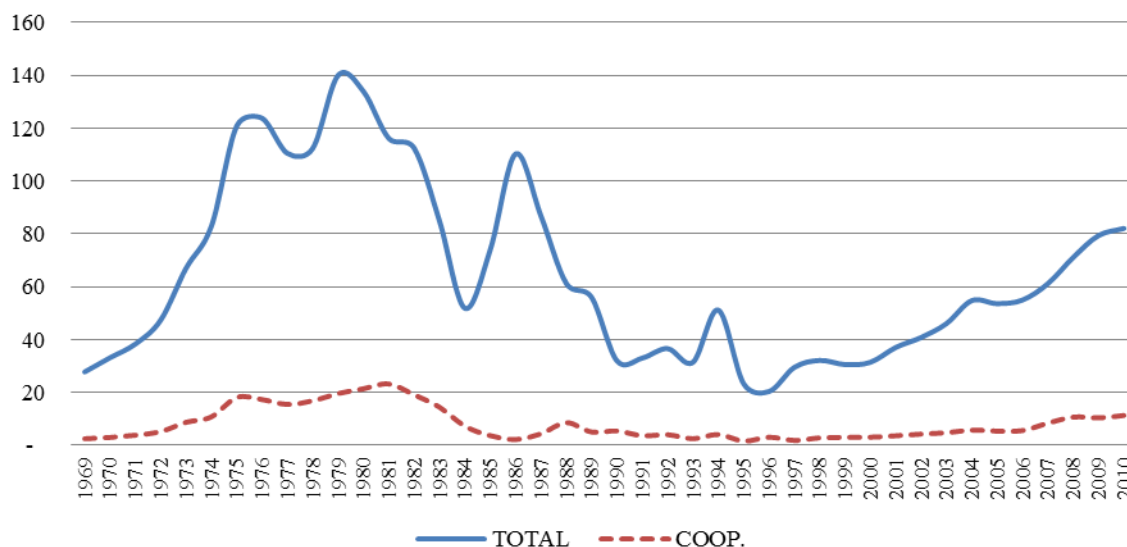
Com o afastamento do Estado no financiamento rural no final da década de 1980 o padrão de desenvolvimento agrícola foi alterado. A crise econômica pela qual a economia brasileira passava, forçou o ajustamento nas contas do governo resultando no corte de algumas políticas, como o crédito subsidiado (SNCR).

Com o avanço das políticas neoliberais no final dos anos oitenta e na década seguinte, se intensifica o processo de distanciamento entre Estado e agropecuária, diminuindo ainda mais o crédito no mercado, prejudicando os produtores rurais, agroindústria e cooperativas.

A expansão do crédito esteve relacionada ao movimento ascendente da economia nacional, à dinâmica interna do ciclo, que condicionou ao processo de modernização agrícola e as condições de liquidez do mercado externo durante a fase “a” do 4º Kondratiev (1948-73). O fim das políticas de financiamento e incentivos a agricultura, pelo contrário, decorreu do encontro entre a fase “b” do 4º Kondratiev e da fase recessiva do ciclo médio brasileiro no início dos anos oitenta.

O **Gráfico 01** apresenta a evolução do crédito agrícola (SNCR) entre 1969 a 2010, considerando os valores aplicados no financiamento total (produtores e cooperativas) e os valores repassados às cooperativas.

¹² Termo utilizado por Benetti (1992), para descrever as cooperativas que atuavam, além da comercialização, na industrialização da produção coletada, no caso pesquisado, da soja. Possuíam também, grande poder de mercado, altamente capitalizadas, atuando em outras áreas, como na exportação (*tradings*), projetos de colonização, infraestrutura, etc.

Gráfico 01: Evolução dos valores do Crédito Rural (SNCR) - 1969/2010

Valores constantes em reais – IGP-DI: Índice Médio Anual – 2010. Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural – BCB/PANZUTTI, 2008.

No auge do crédito rural no Brasil, na década de 1970, foram disponibilizados R\$ 875 bilhões, sendo que em 1979 houve o maior valor registrado, cerca de R\$ 140 bilhões. Na década seguinte foram aplicados R\$ 887 bilhões, sendo 1,3% superior a década de setenta. Porém, na década de 1980 os valores começam a diminuir. Em 1980 os recursos eram de R\$ 133,8 bilhões e em 1989 caíram para R\$ 56 bilhões.

Para as cooperativas, a década de 1970 acumulou R\$ 118,8 bilhões e nos anos oitenta esse valor caiu para R\$ 109,3 bilhões, queda de 8%. O maior valor registrado no crédito para cooperativas é de R\$ 23,2 bilhões em 1981.

O crédito oficial era repassado às cooperativas pelo Banco do Brasil, BNDE, BRDE e BNCC. As taxas de juros eram subsidiadas, ou seja, os custos reais eram negativos. O subsídio era concedido da seguinte maneira: os valores dos juros pagos pelo empréstimo ficavam bem abaixo da taxa de inflação, a diferença entre eles é o subsídio. Em 1965 os subsídios chegaram a 65% para as cooperativas (BENETTI, 1992).

De acordo com Benetti (1992), sem os subsídios a rentabilidade das cooperativas deveria ser muito maior para poder pagar seus investimentos, remunerar o capital de terceiros e gerar os lucros empresariais. O crédito oficial substituiu a acumulação prévia interna de capital, encorajando as cooperativas em novos projetos sem a necessidade de apresentarem alta rentabilidade. Assim, conforme a autora, um dos motivos para o amplo crescimento das cooperativas na década de 1970 se deve a participação dos recursos públicos subsidiados.

Nos anos oitenta a economia brasileira entrou em recessão interna, conhecida como “Crise da Dívida”. Conforme Rangel (1985), a crise foi acentuada, pois coincidiu com a recessão no plano internacional. Isso provocou uma reestruturação na atuação do Estado, havendo diminuição dos recursos para a política de crédito oficial.

Segundo Medeiros (2010), o Brasil, assim como muitos outros países, para assimilar a sucessão de choques externos teve de adotar um programa convencional de ajustamento, que consistia na redução de gastos governamentais com custeio, investimento e transferência, aumento da carga tributária, restrição ao crédito interno, acompanhada de elevação da taxa de juros, arrocho salarial e valorização da taxa câmbio real.

A maior parte dos recursos usados no financiamento agrícola provinha de fontes orçamentárias. Com a “falência” do Estado, o volume de crédito disponível sofreu expressiva redução, com as taxas de juros nominais elevando-se após um longo período com taxas negativas. Outro fator que contribuiu para a redução do volume de crédito foi o aumento das taxas mensais de inflação, uma vez que a parcela dos depósitos à vista que os bancos obrigatoriamente deveriam direcionar aos financiamentos rurais (Recursos Obrigatórios), que representava outra importante fonte de recursos para a agricultura, sofreu uma redução considerável em virtude da fuga dos depositantes para as aplicações financeiras remuneradas (ALVES, 2003).

Os anos oitenta marcam o período de transição do crédito rural. No início da década os recursos eram fartos e foram escasseando após 1986/87. Nos anos noventa a crise do crédito rural foi mais evidente. No acumulado dessa década foram aplicados no financiamento rural R\$ 320 bilhões, apenas 36% do que foi aplicado nos anos oitenta. Em 1996 foi registrado o menor valor do SNCR, cerca de R\$ 20 bilhões.

Para as cooperativas, nos anos noventa a queda dos valores foi maior. Na década foram aplicados cerca de R\$ 32,1 bilhões, queda de 73% com relação aos anos setenta e 70,6% comparada aos anos oitenta. Em 1995 foi registrado o menor valor no financiamento do setor, apenas R\$ 1,6 bilhão. A **Tabela 01** demonstra a participação das cooperativas no Crédito Rural na década de 1990.

Tabela 01: Participação das Cooperativas no Crédito Rural – 1990/1999

	Total	Cooperativas	%¹
1990	31,9	5,42	17
1991	33	3,63	11
1992	36,6	4,03	11
1993	31,4	2,49	7,9
1994	51,1	4,11	8,0
1995	23,2	1,60	6,9
1996	20,3	3,08	15,2
1997	29,5	1,86	6,3
1998	32,1	2,82	8,8
1999	30,5	3,03	9,9
Total	319,6	32,08	10,2

¹ Participação do crédito para cooperativas com relação ao total do SNCR..
 Valores constantes em Bilhões de R\$ – IGP-DI – Índice médio anual.
 Fonte: Dados de PANZUTTI (2008), corrigidos pelo IGP-DI (2010).

Em 1990 o crédito destinado às cooperativas era de R\$ 5,4 bilhões, 17% do total do Crédito Rural. Nos próximos anos os valores foram abaixo disso. Em 1995 as cooperativas somaram R\$ 1,6 bilhão e em 1997 R\$ 1,8 bilhão.

A participação das cooperativas no financiamento total também caiu ao longo dos anos. Nos anos setenta a média de participação era de 13%, caindo para 12% nos anos oitenta e 10% nos anos noventa.

Além do crédito oficial, foram eliminadas outras políticas de incentivos ao setor, como: o EGF (Empréstimos do Governo Federal) e AGF (Aquisições do Governo Federal) e o PGPM (Programa de Garantia de Preços Mínimos). Este distanciamento do Estado prejudicou a atividade agropecuária gerando dificuldades principalmente para as cooperativas, pois o setor passou a competir abertamente com empresas privadas por crédito, pela coleta da produção, venda de insumos e produtos.

Nos anos 2000 houve a retomada no crescimento dos recursos com valor aplicado entre 2000/10 de R\$ 611,8 bilhões, aumento de mais de 90% com relação a década passada. O crescimento médio do crédito total foi de 9,6%, enquanto que para as cooperativas, os financiamentos cresceram na média de 13,75%. A participação das cooperativas nos valores totais aumentou para 11,5%. No **Capítulo III** será analisado com mais detalhes a evolução dos recursos do Crédito Rural a partir dos anos 2000.

2.2 O novo padrão de financiamento agrícola

Mesmo com a decadência das políticas oficiais de financiamento agrícola, houve a continuidade do processo de modernização da agricultura brasileira com a mudança de uma fase de recursos financeiros abundantes e insumos baratos para uma fase de recursos escassos e insumos encarecidos (GONÇALVES e FONSECA, 1995).

Com o fim dos recursos oficiais surgem mecanismos privados como formas alternativas de crédito. Um dos fatores que possibilitou essa transição foi o SNCR, que durante sua atuação permitiu a inserção da agricultura na lógica do sistema financeiro, criando bases para a edificação de um novo padrão de financiamento. Assim, já havia integração entre a indústria, agricultura e agroindústria no momento de diminuição dos recursos oficiais, facilitando o surgimento de formas alternativas de financiamento agrícola.

Os agentes envolvidos no processo de produção e comercialização agrícola passaram a ser os principais financiadores. Gonçalves (2005), aponta que o novo padrão de financiamento esteve lastreado na ação direta de compradores e fornecedores da agropecuária.

As estruturas agroindustriais a montante e a jusante da agropecuária, que tinham interesse no desempenho da agricultura, geraram mecanismos de financiamento do custeio oferecendo formas de ofertar capital de giro para sustentar os avanços da produção, garantindo o fornecimento de matérias-primas e a demanda por insumos.

Houve aumento significativo dos “contratos informais” que evoluíram para os contratos chamados de “Soja Verde”, correspondendo à venda antecipada da safra em troca de recursos ou insumos. Segundo Gonçalves et al (2005), em 1989/90 os principais agentes informais eram firmas que comercializam insumos e produtos (72%), cooperativas (11%) e usinas de açúcar e álcool (9%). Importante destacar que os agricultores em larga escala captavam 63% dos recursos formais e 52% dos informais, sendo a ligação majoritária com firmas de insumos e produtos.

Na década de 1990, os recursos para o crédito rural diminuíram ainda mais. Para Oliveira e Carvalho (2006), a tendência do governo nesse momento foi de distanciar-se do financiamento direto e usar outros instrumentos para alavancar recursos para o sistema de crédito. A estratégia era atrair a poupança interna e externa para financiar as operações de produção, de processamento e de comercialização das cadeias de produção agrícola.

Isso fez com que as formas de financiamento já existentes fossem institucionalizadas através de instrumentos mais avançados, com maior segurança jurídica e garantias na qualidade e quantidade contratada (GONÇALVES, 2005).

Para Gonçalves (2005), um fator que contribuiu para que os mecanismos privados ganhassem destaque foi a queda da inflação na metade da década de 1990, permitindo surgir novas formas de venda antecipada no mercado futuro com elevação nas operações no mercado financeiro (venda de títulos na Bolsa de Mercadorias & Futuros – BM&F).

De acordo com Belik e Paulillo (2001), os instrumentos mais destacados na década de 1990 foram o Certificado de Mercadoria com Emissão Garantida (CM-G), criado em 1993 e a Cédula de Produto Rural (CPR)¹³ criada em 1994, que contribuíram para alavancagem de recursos aos produtores rurais e aos poucos foram substituindo os contratos de Soja Verde.¹⁴

Apesar das alternativas para o financiamento rural, estas se destacaram no dinheiro de curto prazo (custeio). Com relação ao crédito para investimentos, não foram desenvolvidos mecanismos consistentes.

2.3 Os planos de estabilização econômica e a agricultura

A agricultura também foi afetada pelos fracassos dos planos de estabilização que começaram nos anos oitenta com o Plano Cruzado (1986), Bresser (1987), Verão (1989) e na década seguinte continuam com o Plano Collor (1990) e o Plano Real (1994), mesmo este último tendo êxito no combate à inflação.

De acordo com Gasques et all (2004), nas fases iniciais dos planos há vários sinais que levaram euforia à agricultura, causando o aumento dos investimentos por parte do setor e o endividamento agrícola. Tais sinais consistiram de um aumento generalizado dos preços dos

¹³ De acordo com Belik e Paulillo (2001), a CPR foi o instrumento de financiamento privado mais famoso. Poderia ser emitida por um agricultor, cooperativa ou associação, sendo que este tinha a obrigação de entregar o produto agrícola na quantidade e qualidade especificadas. É uma venda antecipada com recebimento no ato e entrega diferida, como um contrato a termo, podendo ser emitido nas fases anterior, durante e posterior do plantio, trazendo a possibilidade de alavancagem de recursos no volume e no momento desejável pelo agricultor.

¹⁴ Segundo Gonçalves et all (2005), mais tarde, já nos anos 2000, o sistema privado de financiamento rural será aperfeiçoado. A CPR foi aprimorada em 2000 quando foi criada a CPR Financeira, que envolve novas operações e permite o aumento dos agentes envolvidos no financiamento rural. Conforme o autor, em 2004 há um importante avanço, diversificando de forma consistente as opções de títulos financeiros da agricultura tanto em termos de variedade de papéis como pela amplitude dos agentes que podem atuar como formadores de fontes de recursos. Foram criados nesse ano: o Certificado de Depósito Agropecuário (CDA) e Warrant Agropecuário (WA), o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), a Letra de Comércio Agrícola (LCA) e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA).

produtos agrícolas e do preço da terra como consequência de uma fuga generalizada do mercado financeiro em direção aos ativos reais da economia.

O Plano Cruzado em 1986 gerou uma expectativa de crescimento econômico devido à estabilização momentânea da economia, que causou queda da inflação e dos juros (ALVES, 2003).

Houve o congelamento de preços e aumento real dos salários incentivando a população a consumir. Isso fez com que a demanda aumentasse e que os produtores rurais buscassem investir mais, levando ao aumento das dívidas. Porém, logo constatou-se que a estabilização havia sido um fracasso, deixando o setor agrícola endividado:

Já nos últimos meses de 1986, as taxas mensais de inflação voltaram a patamares elevados, as taxas de juros aumentaram, e as regras de atualização dos saldos devedores dos empréstimos agrícolas foram alteradas, fazendo com que os empréstimos contratados pelos agricultores para financiar aqueles investimentos se tornassem onerosos, enquanto os preços por eles recebidos por seus produtos encontravam-se deprimidos em razão da supersafra interna e da importação de alguns produtos (ALVES, 2003, p.35).

Segundo o autor, houve um forte aumento das dívidas dos produtores, que no ano seguinte foram perdoadas pelo governo. Em 1989 com o Plano Verão os preços agrícolas ficaram congelados e os financiamentos foram corrigidos, aumentando os valores contratados inicialmente, causando novamente endividamento dos produtores.

Os planos de estabilização no final dos anos oitenta foram complicando a situação financeira dos produtores agrícolas. Na década seguinte, a situação do setor piora, pois, além do fracasso do Plano Collor I e II, a abertura comercial, o aumento dos juros e o corte de crédito, prejudicaram ainda mais a agricultura. O Plano Real, apesar de ter controlado a inflação, também gerou consequências à atividade agrícola.

O Plano Collor de 1990 teve duas repercussões que prejudicaram a agricultura: a falta de recursos no momento da safra devido ao confisco dos ativos financeiros e a correção monetária dos financiamentos rurais em 74,6%, enquanto os preços mínimos foram reajustados em 41,3%. Isso levou muitos produtores e cooperativas à insolvência e fez com que o PIB do setor primários baixasse 4,4% em 1990 (ALVES, 2003).

Entre o final dos anos oitenta e início dos anos noventa a agropecuária diminuiu o PIB em 31%. Em 1989 o valor era de R\$ 215,4 bilhões e em 1990 é de R\$ 148 bilhões. Em 1991 e 1992 ainda houve queda do PIB Agropecuário para R\$ 134,8 e R\$ 133,4 bilhões. Em 1993 e

1994 o PIB aumentou para R\$ 151,3 e R\$ 201,2 bilhões, mas logo após caiu novamente (IPEADATA, 2012).

Quando o Plano Real entrou em vigor, assim como nos demais planos de estabilização, houve euforia de investimentos na agricultura que mais tarde foi surpreendida pelo aumento dos juros, corte de crédito, aumento das importações agrícolas e a falta de investimentos em setores produtivos. A seguir será analisado o desenvolvimento do Plano Real e suas consequências para a produção agrícola.

2.4 Plano Real e suas especificidades

Durante os anos de 1991/94 a inflação era de mais de 1.000% ao ano, combatida com políticas “ortodoxas” de alta nas taxas de juros e incessantes ajustes fiscais. O Plano Real começou a ser elaborado em 1993 quando Fernando Henrique Cardoso era Ministro da Fazenda (SINGER, 1999).

O primeiro passo foi a criação da URV (Unidade de Valor Real) em 1º de março de 1994. De acordo com Singer (1999), havia naquele momento um sistema de indexação de preços muito confuso, que distorcia os valores e contribuía para o aumento da inflação. Os valores monetários eram periodicamente reajustados por algum índice representativo da evolução das médias dos preços. Como havia um sistema muito abrangente de indexação, a “média” causava muitos problemas no ajustamento dos preços.

Batista Jr. (2000) explica que esse amplo e complexo sistema de indexação era uma das singularidades da economia brasileira que abarcava a maior parte dos contratos e preços no país. Preços de bens e serviços, salários, aluguéis, câmbio, impostos e ativos financeiros estavam referenciados em índices gerais.

Assim, a URV nada mais era que um indexador universal que fez neutralizar as inúmeras pressões geradas pelo processo de inflação/indexação e uniformizou o reajustamento de preços. A partir da criação da URV todos os preços, salários e demais valores passaram a ser corrigidos diariamente, ainda cotados em cruzeiros. Era uma nova moeda que se auto-corrigia (SINGER, 1999).

O segundo passo do Plano Real foi a “âncora cambial”. De acordo com Delfin Netto (1997), em primeiro de julho de 1994 decidiu-se que 2.750 unidades da moeda antiga, o cruzeiro, seriam iguais a R\$ 1,00, que seria igual a US\$ 1,00. Nesse momento os preços

vieram abaixo instantaneamente, tendo sobrado a verdadeira inflação que existia sem o sistema de reprodução diária da URV.

Ao mesmo tempo, nas vésperas do lançamento da nova moeda (o Real), o governo liberou a importação de milhares de produtos, intensificando a abertura do mercado interno que havia sido começada por Collor (SINGER, 1999).

Com a nova moeda extremamente valorizada criou-se um subsídio para as importações afetando toda a produção nacional que passou a ser taxada de “atrasada”, “não-competitiva” e “super-protegida”. A crise provocada na indústria nacional foi vista como positiva pelos defensores do Plano Real (MEDEIROS, 2009).

Assim, sobrou a inflação de 1 a 1,5% ao mês que lentamente foi sendo reduzida, gerando algo em torno de 10% ao ano. A inflação baixou e não houve nenhuma corrida no mercado financeiro e nem falta de produto, devido a intensificação da liberalização.

Porém, para executar tal política de valorização cambial o país necessitava de uma enormidade de recursos para equivaler o Real ao Dólar. Nas condições da economia, vindo de recessão desde a década de oitenta, o Brasil não contava com esses recursos em caixa para bancar o Plano Real.

Para Singer (1999), a receita liberal de estabilização pode funcionar à custa de uma recessão, porém, isso não ocorreu no primeiro momento em função da conjuntura externa extremamente favorável.

A combinação de uma acentuada valorização cambial com aceleração da abertura às importações não teria sido possível sem a farta disponibilidade de capitais externos. Nos anos iniciais da década de 1990 havia uma ampla liquidez internacional para o Brasil e a maioria dos países da América Latina, tendo oferta de capital externo abundante. Graças a isso o Banco Central brasileiro pôde acumular reservas cambiais e começar a reforma monetária com um grande estoque de divisas em caixa (BATISTA JR., 2000).

Com isso, inicialmente o Plano Real causou a queda dos preços, aumento da demanda e reestruturação do crédito (pois com uma inflação alta era impossível ter crédito). Houve enorme êxito no controle da inflação, porém, logo após o Plano Real se tornou uma armadilha para o crescimento da economia (DELFIN NETTO, 1997).

A importação de capital tornou-se fundamental para a estabilização, já que o país não contava com reservas monetárias para o aumento cambial. Havia então um dispêndio de grandes quantidades de divisas no exterior. Conforme Singer (1999), em 1993 o saldo da

balança de capitais foi de 10,1 bilhões de dólares seguida de 14,3 bilhões em 1994, e 30,7 bilhões em 1995.

Isso causou o aumento da dívida interna do país. Para cada dólar que entra o Banco Central tinha que emitir US\$ 1,00 de dívida interna. Em 1995 foram pagos de juros cerca de R\$ 24 bilhões e em 1996, cerca de R\$ 38 bilhões (DELFIN NETTO, 1997).

O crescimento da dívida interna no período pode ser explicado pela sobrevalorização do Real. Com isso, o Brasil começou a ter grandes déficits na sua balança comercial, que incluíam também os juros, serviços e as remessas de lucros para o exterior. Para equilibrar as contas o país teve que atrair capitais externos de curto prazo oferecendo taxas de juros altíssimas. A entrada desses capitais contribuiu para valorização do Real frente ao Dólar. Porém, isso criou um círculo vicioso que fez a dívida pública interna líquida sair de 20,7% do PIB em 1994 e chegar a quase 40% do PIB, cerca de 400 bilhões de reais no final de 1999. O total gasto com juros ultrapassou os 250 bilhões de reais em seis anos, entre 1994 e 1999 (BRESSER-PEREIRA, 2012).

Além do capital externo, o país foi inundado por mercadorias de todos os tipos. Com o câmbio valorizado, as importações cresceram em volume e em valor, o que causou impactos na produção nacional, pois os produtos estrangeiros tinham preços menores que os similares brasileiros.

No primeiro semestre de 1994 o país importou 13,1 bilhões de dólares em mercadorias, no segundo semestre, quando o Plano Real já estava em vigor, este valor subiu para 20 bilhões. Com relação ao déficit em conta-corrente, foi de US\$ -1,69 bilhões de dólares em 1994 para US\$ -17,97 bilhões em 1995, US\$ -24,35 bilhões em 1996 e US\$ -33,44 bilhões em 1997 (SINGER, 1999).

Ao mesmo tempo em que o câmbio valorizado favorecia as importações, acabava restringindo as exportações, pois o produto brasileiro ficava mais caro no exterior. Isso contribuiu para piorar os saldos de conta-corrente do país:

Passamos a ter déficits crescentes na balança comercial de mercadorias, cobertos com empréstimos externos e investimentos diretos do exterior. O que serviu para ampliar, pouco depois, o déficit na balança de serviços, onerada por crescentes remessas ao exterior de juros e rendimentos (SINGER, 1999, p. 32).

Para Delfin Netto (1997), o Plano Real lançou a economia em um processo chamado de *stop and go*. A primeira coisa que aconteceu quando o câmbio foi sobrevalorizado foi o

seguinte: o país começou a sacar dinheiro sobre o exterior e passou a financiar o déficit do governo com déficit em contas-correntes. Rapidamente a situação externa começou a piorar tornando-se insustentável.

Criou-se uma armadilha para o crescimento da economia brasileira, pois quando a economia começava a crescer ocorria aumento no consumo e ampliava-se o déficit em contas-correntes. O governo então forçava um desaquecimento da economia para evitar o crescimento do endividamento no exterior, aumentando os juros e diminuindo o crédito.

Se o objetivo fundamental é manter a estabilidade, a escolha é reduzir o ritmo de crescimento. E como de reduz o crescimento? Pela via da restrição do crédito e pela sustentação de altas taxas de juros. O fato estilizado nesse processo, então, é o seguinte: no início, rápida queda dos preços e rápida expansão do produto e, depois, uma recessão (DELFIN NETTO, 1997, p. 94).

A economia brasileira ficou muito vulnerável às oscilações externas. Em 1995 a conjuntura internacional que era favorável se modifica. De acordo com Singer (1999), o fluxo de capital externo reverteu seu sentido e passou a deixar o Brasil em março de 1995. O motivo foi a Crise Mexicana no final de 1994.¹⁵

Esse acontecimento causou insegurança nos investidores estrangeiros com relação aos países em desenvolvimento o que fez então que ocorresse uma fuga maciça de capitais desses países. A resposta brasileira foi rápida, houve um forte arrocho do crédito e a elevação da taxa de juros pra garantir atratividade aos investidores estrangeiros.

O desequilíbrio nas contas externas se acentuou, mas os capitais deixaram de fugir e passaram a retornar. Para trazer de volta os capitais externos e forçar a contínua baixa da inflação, houve a necessidade de criar uma recessão no segundo semestre de 1995 que se estendeu pelo ano seguinte (SINGER, 1999).

A alta dos juros e constrangimento crédito pegaram o setor industrial e o setor comercial de surpresa, pois acreditavam que aquele sistema era permanente. Eles haviam aumentado os estoques, a quantidade de funcionários, de máquinas e de repente veio a crise. O constrangimento do crédito foi mais perverso para a pequena e média indústria nacional, que já sofria com a concorrência dos produtos importados (DELFIN NETTO, 1997).

¹⁵ Aplicadores, na maioria mexicanos, passaram a trocar pesos por dólares, supostamente como reação a incidentes políticos, até que as reservas cambiais do governo se esgotaram. O México anunciou a suspensão dos pagamentos externos e que o peso passaria a flutuar livremente. A quebra mexicana foi evitada por um pacote de créditos armado pelos EUA, porém, no ano seguinte o país já havia perdido 6% do seu PIB.

Em 1996 o governo passou a incentivar as exportações para melhorar a condição econômica do país. A recessão criada em 1996/97, devido ao aumento dos juros e corte de crédito, afetaram a demanda interna. Isso conteve a expansão das importações e forçou as indústrias a exportar mais, já que estavam impedidas de elevar as vendas dentro do Brasil (SINGER, 1999).

Para Batista Jr (2000), foram adotadas algumas restrições à importações com o intuito de reduzir o desequilíbrio nas contas externas e proteger certos setores da economia. Houve a criação de incentivos tributários e creditícios para as exportações. No entanto, as importações continuaram crescendo e as exportações cresceram pouco, pois o Real continuou valorizado. O déficit comercial cresceu até 2001.

Em 1997 a política cambial teve algumas mudanças, passando a desvalorizar gradualmente o Real em relação ao Dólar, num ritmo aproximado de 5% ao ano em termos reais. Porém, a desvalorização da moeda brasileira é praticamente insignificante com relação a outras moedas, que se desvalorizam mais em relação ao dólar.

Com a Crise Asiática em 1997, novamente o governo promove o corte no crédito, elevação da taxa de juros e ajuste fiscal.¹⁶ Logo em seguida a economia mergulhou em recessão e os capitais externos deram meia-volta e começaram a retornar ao país (SINGER, 1999).

O plano de estabilização econômica levou à estagnação da economia se tornando uma armadilha para o crescimento. O contexto de *stop and go*, desencadeado pela implantação e gerência do Plano Real, ocasionou a precarização dos serviços públicos, privatizações, desempregos, elevação dos juros, corte de crédito, etc. Os setores produtivos, como a indústria e agricultura, foram afetados diretamente pela política econômica da década de 1990, que em contrapartida, contribuiu para o desenvolvimento do capital financeiro especulativo internacional.

¹⁶ Delfin Netto (1997), explica que os cortes de orçamento e arrocho fiscal são feitos sob a necessidade de controlar o déficit público. Os recursos, que antes eram investidos nos setores sociais e infraestrutura nos estados e municípios, passam a ser direcionados para pagar os serviços/juros da dívida externa. Para Singer (1999), o arrocho fiscal imposto aos estados e municípios causou deterioração nos serviços públicos e forçou que estados privatizassem empresas públicas. As privatizações foram uma escolha política, não foram soluções “automáticas”. O retorno do crescimento econômico foi abandonado como opção política para saída da crise e redução dos déficits. Os estados e municípios assumiram parte da responsabilidade sobre o déficit da União. Além disso, o governo promoveu reformas na previdência e na administração pública como necessidade contra o déficit público.

O Plano Real controlou a inflação, porém, à custa da estagnação/recessão econômica do país. Isso, como aponta Rangel (2005), seria como matar o paciente para curar a doença. Em seguida serão analisados os impactos do Plano Real para a agricultura brasileira.

2.5 Agricultura sob o Plano Real

Com o Plano Real a agricultura foi beneficiada pela queda da inflação, porém, foi prejudicada pela maneira como se chegou à estabilização econômica.

Inicialmente, como nos demais planos, criou-se um ambiente atraente para investir na produção agrícola. Conforme Alves (2003), o Plano Real causou forte aumento do consumo das famílias. O PIB evoluiu 5,85% em 1994, a maior taxa de crescimento verificada desde 1986. Incentivados pela explosão do consumo de alimentos nos meses seguintes à implantação do Real, os agricultores e a agroindústria correram aos bancos em busca de empréstimos para ampliar a produção (ALVES, 2003).

Analisando o **Gráfico 01** (pág. 47), percebe-se que em 1994 houve um crescimento considerável no volume de crédito aplicado na agricultura. Entre 1993 e 1994 o aumento foi de mais de 60% nos recursos aplicados, de R\$ 31,4 para R\$ 51,1 bilhões. Para as cooperativas o crédito aumentou de R\$ 2,4 bilhões em 1993 para R\$ 4,1 bilhões em 1994, aumento de 70%.

O problema é que este cenário favorável não se manteve. Com a crise do México em 1995 ocorre uma fuga maciça de capital do país e as medidas tomadas pelo governo para a contenção desta fuga (corte do crédito e aumento da taxa de juros) lançaram a economia à recessão, prejudicando ainda mais a agricultura. O desmonte das políticas agrícolas, que já haviam começado, continuou e se tornou mais intenso.

Segundo Lucena e Souza (2001), o aumento dos juros e os cortes em crédito se estenderam por toda a economia numa tentativa de inibir o crescimento do país e desacelerar o consumo do mercado interno. Isso comprometeu as vendas agrícolas gerando endividamento do setor, que não conseguiu receita para quitar os financiamentos.

A desaceleração forçada da economia fez declinar os depósitos bancários, diminuindo os Recursos Obrigatórios¹⁷ para o financiamento rural. Além disso, houve o aumento da taxa

¹⁷ Os Recursos Obrigatórios são uma das fontes de recursos para o Crédito Rural decorrentes dos depósitos a vista em bancos comerciais. Em 1994 a exigência de repasse para o financiamento agrícola era de 10%. Com a

juros, o que fez com que os encargos financeiros do crédito rural aumentassem sensivelmente, pois estavam indexados à Taxa Referencial (TR).¹⁸ A TR subiu de 1,85% ao mês em fevereiro de 1995 para 3,47% em abril do mesmo ano (ALVES, 2003).

De 1994 para 1995 o crédito rural caiu de R\$ 51,1 para 23,2 bilhões (-54%). Em 1996 o valor caiu mais 12%, chegando a R\$ 20 bilhões. Para as cooperativas o crédito diminuiu cerca 60%, de 4,1 bilhões para R\$ 1,6 bilhão em 1995.

Outro fator que prejudicou a agricultura foi a intensificação da abertura comercial. As reformas no comércio exterior começam a ser introduzidas já em 1987, continuadas em 1990 e 1991 com Collor. A partir de 1994 ocorre a desregulamentação de setores importantes ao mesmo tempo em que há a valorização do câmbio, tornando as mercadorias externas mais baratas (GASQUES et al, 2004).

De acordo com Medeiros (2009), o governo da época acreditava que um dos problemas da inflação era o “excesso de demanda” de mercadorias e a deficiência na produção interna. Isso serviu de justificativa para a abertura comercial, que teoricamente garantiria o abastecimento interno com produtos de melhor qualidade.

Não só a agricultura foi prejudicada, mas toda a indústria interligada. Com a importação de insumos a produção interna de fertilizantes, defensivos, máquinas e equipamentos foram prejudicadas. Apesar de baixar os custos do produtor, com insumos mais baratos e melhores, isso acabou inibindo os investimentos na produção interna dos insumos e permitiu a entrada de grandes empresas que adquiriram empresas nacionais e passaram a controlar a produção no país (FARIAS, 2010).

Além disso, quando houve a desvalorização cambial, a partir de 1999, os insumos importados se tornaram muito caros. Ou seja, tanto em um momento como em outro, a agricultura enfrentou problemas.

A entrada de produtos agroindustriais representou também forte concorrência para a agroindústria nacional. Além da concorrência do mercado com os produtos, grupos estrangeiros se instalaram no Brasil via aquisições de empresas e passaram a concorrer na captação da produção agrícola (ALVES, 2003).

decadência dos recursos do tesouro nos anos noventa, os Recursos Obrigatórios passam a ser uma das principais fontes de recursos para o financiamento agrícola.

¹⁸ Com o fim da correção monetária e a extinção do Bônus do Tesouro Nacional (BTN), o governo criou por meio de medida provisória nº 294, em 1º/2/1991, a Taxa Referencial (TR) com o objetivo de permitir o funcionamento do sistema financeiro no contexto criado com a desindexação da economia. Segundo a medida, a Taxa Referencial será mensalmente divulgada pelo Banco Central, no máximo até o oitavo dia útil do mês de referência (SADRONI, 1999).

Com relação aos produtos agrícolas, alguns ficaram mais expostos à competição com similares importados tendo a produção comprometida, como o caso do algodão e do trigo. Segundo Alves (2003), a produção nacional de algodão foi de 1,36 milhões de toneladas na safra 1990/91 para apenas 524 mil toneladas na safra 1996/97. No caso do trigo o impacto foi ainda maior, a produção nacional passou de 6,13 milhões de toneladas na safra 1987/88 para apenas 1,52 milhões na safra 1994/95.

Entre 1990 e 1993 foram importados cerca de R\$ 12,2 bilhões em produtos agrícolas, equivalente a 30% do que foi exportado pelo setor. Entre 1994 e 1997 as importações aumentam para R\$ 27,3 bilhões, equivalente a 43% do que foi exportado. Com relação ao PIB da Agropecuária, em 1994 era de R\$ 201 bilhões, em 1995 diminuiu para R\$ 156 bilhões, R\$ 153 bilhões em 1996 e R\$ 151 bilhões em 1997 (IPEADATA, 2012).

2.6 As mudanças políticas e econômicas e as cooperativas agropecuárias

Como visualizado anteriormente, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por mudanças econômicas e políticas tendo afetado o desenvolvimento da agricultura e por consequência, das cooperativas de produção agrícola.

Ao mesmo tempo, o cenário econômico internacional também mudou com a diminuição da liquidez, aumento nos juros e outros fatores que comprometeram a condição financeira das cooperativas que haviam crescido sob o endividamento externo, contribuindo para a crise no setor.

Para melhor compreensão dos fatores que levaram o cooperativismo agropecuário à recessão, este texto está dividido em duas partes: primeiramente estão considerados os fatores externos da crise e em seguida os condicionantes internos.

Com relação aos fatores externos: durante a década de 1970 houve um surto de crescimento das cooperativas, que teve como base o crédito abundante e barato. O setor se desenvolveu aceleradamente via endividamento e não somente com recursos oficiais, mas com recursos alocados do exterior (BENETTI, 1992).

É interessante destacar que a acumulação de capital por parte das cooperativas tem certos limites o que dificulta a obtenção de recursos próprios para novos investimentos, sobretudo, em projeto de industrialização que dependiam de grandes quantidades de recursos.

Na falta de recursos financeiros prévios para o processo de desenvolvimento, as cooperativas obtiveram o capital necessário via financiamentos.

De acordo com Benetti (1985), as condições de financiamento junto a instituições internacionais eram atrativas devido a alta liquidez do mercado financeiro e juros baixos. O governo levava uma política cambial que tornava atrativa a contratação de débitos no exterior e criava instrumentos de captação de recursos, como as ACCs (Antecipação de Contrato de Câmbio) e a Resolução nº 63. Isso contribuiu para a capitalização com base em empréstimos.

A ACC tinha o objetivo de incentivar as exportações. A cooperativa realizava uma “promessa” de exportação de grão ao mercado internacional e obtinha o direito de realizar uma ACC no valor da operação. Ocorria a antecipação para a cooperativa dos valores negociados, feita por um banco doméstico. Depois de realizada a operação de venda o importador pagava a cooperativa e esta, transferia para o banco doméstico que havia antecipado os recursos. Esse mecanismo foi amplamente utilizado pelas cooperativas para obtenção de crédito e foi responsável por grande parcela do endividamento das cooperativas (BENETTI, 1985).

Muitos dos investimentos realizados pelas cooperativas desconsideraram os critérios de rentabilidade, tendo sido realizados com objetivo de operacionalizar as atividades de comercialização de grãos (sobretudo a soja e trigo) que estavam em rápida expansão nos anos sessenta e setenta (BENETTI, 1985).

Os financiamentos eram realizados em dólares. Assim, o passivo estava vinculado a moeda estrangeira, estando indexado a variação cambial e sujeito as mudanças da taxa de juros do mercado internacional (BENETTI, 1985).

No início dos anos oitenta, houve mudanças no panorama econômico externo com a diminuição da liquidez dos capitais e aumento da taxa de juros. Somado a isso, o governo brasileiro promoveu entre 1979 e 1983 duas maxidesvalorizações da moeda (cruzeiro), ocasionando o aumento da dívida das empresas em torno de 30% (BENETTI, 1985).

A partir 1981 os preços da soja entraram em declínio no mercado mundial, atingindo apenas US\$ 214¹⁹ a tonelada em 1982, contribuindo para aumentar o hiato entre as receitas operacionais e as despesas financeiras (ALVES, 2003).

¹⁹ Em 1973 a tonelada chegou a atingir o valor de US\$ 1000.

Com a necessidade de pagar os financiamentos, que aumentaram subitamente, uma das medidas adotadas pelas cooperativas foi a realização de novos empréstimos para pagar os anteriores. Contudo, essas renegociações eram realizadas a taxas de juros mais elevadas.

Muitos empréstimos foram realizados para cobrir prejuízos oriundos de operações especulativas nas bolsas internacionais de grãos. Nesse sentido, a crise foi mais acentuada em cooperativas de grande porte, pois tinham mais acesso ao mercado externo de capitais e aos mecanismos internacionais de obtenção de capital.

Com relação aos fatores internos que contribuíram para a crise do cooperativismo, pode-se destacar o afastamento do Estado do setor. Até 1980 o crescimento das cooperativas havia sido amparado pelo Estado, via crédito, juros subsidiados, taxas de carência, isenção de impostos, assistência técnica, garantias de comercialização, incentivos para exportação, doação de infra-estrutura de armazenagem e transporte (BENETTI, 1992).

Contundo, esse contexto se encerra com a crise interna ainda nos anos oitenta. Em decorrência desta, houve o fim de muitas políticas de incentivos, diminuição do volume de recursos para financiamento, aumento dos juros, queda nos preços agrícolas, o crescimento da inflação e em consequência, sucessivos planos de estabilização que se mostraram muito mais prejudiciais à agricultura do que a própria inflação.

O crescimento das cooperativas nos anos sessenta e setenta esteve atrelado aos recursos baratos, que viabilizaram investimentos, expansão, modernização e industrialização. Além disso, as cooperativas desde a década de 1960 atuavam na pulverização do crédito, repassando recursos aos produtores associados.

Um elemento importante que é fundamental para compreender a crise no setor nos anos noventa é justamente o papel que a cooperativa assumiu de “repassadora de recursos”. Para Gonçalves e Vegro (1994), o repasse via cooperativa permitiu a democratização dos recursos, ao mesmo tempo, atendeu objetivo governamental de modernizar a agricultura. Com isso, as empresas permitiram que os produtores tivessem acesso aos insumos, máquinas e equipamentos, assistência agrônômica, garantindo o aumento da produtividade.

Assim, entre as décadas de 1960 e início da de 1980, as cooperativas agropecuárias ampliam sua abrangência, tornando-se grandes empresas industriais, modernizadas e com enorme poder de mercado.

Porém, quando o Governo rompe com o padrão de desenvolvimento, provocou um impacto nas organizações que haviam crescido sob o manto de suas políticas (GONÇALVES e VEGRO, 1994).

Para as cooperativas, a diminuição nos repasses de recursos começa em 1984, quando o crédito disponível caiu cerca de 50%, de R\$ 14,4 bilhões para R\$ 7,2 bilhões. Nos anos seguintes os valores continuam diminuindo drasticamente, com quedas ainda maiores na década de 1990. A **Tabela 02** demonstra a evolução dos recursos para as cooperativas nas décadas de 1980 e 1990, destacando também a participação destes nos valores totais do Crédito Rural.

Tabela 02: Crédito para cooperativas agropecuárias nas décadas de 1980/90

	Recursos	Cresc.	% Total²		Recursos	Cresc.	% Total²
1980	21,4	9,30	16	1990	5,4	7,9	17
1981	23,2	8,4	20	1991	3,6	-33,2	11
1982	19,1	-17,7	17	1992	4,0	10,9	11
1983	14,4	-24,5	17	1993	2,5	-38,0	8
1984	7,3	-49,7	14	1994	4,1	65,1	8
1985	3,7	-49,1	5	1995	1,6	-61,0	7
1986	2,2	-40,3	2	1996	3,1	92,5	15
1987	4,3	97,1	5	1997	1,8	-39,8	6
1988	8,6	97,6	14	1998	2,8	51,5	9
1989	5,0	-41,3	9	1999	3,0	6,6	10
Soma	109,3	-1,02 ¹	12	Soma	32,1	6,26 ¹	10

Valores constantes em Bilhões de R\$ – IGP-DI: Índice Médio Anual – 2010.

¹ Crescimento Médio. ² Percentual com relação ao total do SNCR.

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural – BCB/PANZUTTI, 2008.

Entre as décadas de oitenta e noventa houve queda de 70% nos valores repassados às cooperativas, de R\$ 109 bilhões nos anos oitenta para apenas R\$ 32,1 bilhões nos anos noventa. Os menores valores são encontrados no primeiro governo FHC, com R\$ 1,6 bilhões em 1995 e R\$ 1,8 bilhões em 1997.

Essa diminuição dos valores esteve atrelada às políticas de aumento dos juros e corte de crédito, promovidos acentuadamente durante o Plano Real. Além da queda dos valores a participação das cooperativas no financiamento total também diminuiu. Na década de 1980 a média foi de 12% e em 1990 foi de 10%.

Outro fator que prejudicou a capitalização das cooperativas foi a extinção do BNCC (Banco Nacional de Crédito Cooperativo) em 1990. O BNCC foi um importante agente no financiamento das cooperativas durante as décadas de 1970 e 1980.

Através da Medida Provisória nº 151 que virou a Lei 8.029/90 o governo Collor, além de acabar com as operações do BNCC, deu fim ao projeto do banco que era criar uma cooperativa em cada seguimento do mercado comercial para autofinanciamento com os recursos gerados entre os associados.²⁰

Nesse contexto em que o Governo rompe com o compromisso de fomentar a modernização da agricultura, a cooperativa não engendrou para baixo a nova situação, crendo na possibilidade de que prosperassem esquemas alternativos de subsídios, o que não se realizou (GONÇALVES e VEGRO, 1994).

Acompanhando o movimento que estava ocorrendo na agricultura, as cooperativas desenvolveram formas diferenciadas para obtenção de recursos, tanto para sua capitalização, como do associado.

Como Gonçalves e Vegro (1994) apontam, o ideal nesse momento para que as cooperativas mantivessem a saúde financeira e continuassem crescendo, era repassar os ônus do ajuste ao conjunto dos cooperados. Porém, essa estratégia não foi pacificamente aceita nas assembleias gerais.

O que houve foi que as cooperativas agropecuárias passaram a atuar como bancos, fornecendo recursos para os produtores rurais que não tinham mais acesso ao crédito oficial e que não conseguiam negociar no mercado financeiro. Como as cooperativas não possuíam recursos próprios para realizar estes empréstimos aos produtores, elas o faziam recorrendo às instituições financeiras e, portanto, acabavam assumindo o risco do crédito (GIMENES et al, 2008).

Essa atitude colocou em perigo a integridade financeira das cooperativas. Diferente dos anos setenta, quando as cooperativas eram repassadoras do crédito oficial, neste momento elas passam a assumir riscos crescentes, uma vez que não contavam mais com os subsídios governamentais que amorteciam os possíveis prejuízos (ALVES, 2003).

Segundo Alves (2003), as “operações troca-troca” foram o principal mecanismo adotado pelas cooperativas para financiar a produção de seus associados. Suas regras previam o adiantamento por parte das cooperativas de recursos (insumos) aos cooperados, sendo a

²⁰ Informações coletadas em entrevista (via e-mail), com João Mendes da Silva, ex-funcionário do BNCC, em 14/02/2013.

dívida convertida em quantidades equivalentes de produto. Na época da colheita o produtor deveria quitar a dívida entregando a quantidade de produto acordada à cooperativa. Como as cooperativas não possuíam recursos próprios para adquirir os insumos repassados aos associados recorriam a linhas bancárias de capital de giro. Com isso, a cooperativa tornava-se responsável pelo financiamento junto ao agente financeiro.

Caso houvesse frustração de safra ou o produtor não honrasse suas obrigações com a cooperativa, esta, obrigava-se a renegociar suas dívidas com os agentes financeiros a taxas de juros cada vez mais altas (GONZALES e COSTA, 1998).

Com as mudanças macroeconômicas (planos de estabilização e suas consequências) dos anos de 1980 e 1990 a agricultura ficou endividada. Muitos produtores rurais tornaram-se inadimplentes com suas cooperativas no período e quem assumiu o ônus da dívida foi a empresa.

As cooperativas foram obrigadas a renegociar suas dívidas a juros cada vez mais altos e ao mesmo tempo, devido aos compromissos financeiros já firmados, não poderiam assumir novas dívidas. De acordo com Gonçalves e Vegro (1994), como as cooperativas não repassaram aos produtores o ônus do ajustamento da dívida a instituição funcionou como amortecedora da crise, complicando-se financeiramente.

Filho e Pinheiro (2008), afirmam que a estagnação da economia na década de 1990 acabou afetando as cooperativas com o rebaixamento dos preços agrícolas e a sobrevalorização da moeda. Os planos econômicos também contribuíram para o aumento no endividamento das cooperativas, pois, por um lado as dívidas agrícolas foram corrigidas, mas por outro, os preços dos produtos agrícolas ficaram congelados.

Por exemplo, com o Plano Real o setor agropecuário, além de ser prejudicado pelo aumento dos juros e corte de crédito, se transformou na “âncora verde”, onde os preços de vários produtos apresentaram evolução inferior às taxas médias de inflação (ALVES, 2003).

O desempenho das cooperativas rurais depende do desempenho dos associados. Essa relação se torna mais sensível a partir do momento em que o produtor contraiu altas dívidas com a cooperativa, comprometendo a integridade financeira da empresa.

A crise do cooperativismo esteve atrelada também a financeirização do produtor por parte da empresa. Como os produtores rurais foram prejudicados pelas quedas de preços dos produtos, ele não conseguiu capital para saldar sua dívida, repassando a crise à cooperativa.

Nesse contexto, o distanciamento do Estado do financiamento agrícola impulsionou o surgimento e expansão das cooperativas de crédito, sobretudo, ligadas às cooperativas agropecuárias.

Conforme Benetti (1992), o crescimento das cooperativas de crédito a partir do final da década de 1980, evidencia a escassez de recursos para financiamento da agricultura com a elevação de taxas de juros e a falta de controle pelos produtores de suas condições de produção.²¹

Em 1980 a participação das cooperativas de crédito agrícola no financiamento rural era de 0,56%. Em 1985 aumentou para 1,04%, em 1990 para 3,97% e em 1999 para 4,86% (PANZUTTI, 2008).

As cooperativas de crédito vinculadas às cooperativas agropecuárias foram uma alternativa para buscar recursos no mercado financeiro sem pesar sobre a cooperativa de produção agropecuária. Alguns exemplos são: a CrédiCoopavel, ligada à Coopavel, fundada em 1981, a Crédialfa, ligada à Cooperalfa, de 1984 e a Crédicoamo, ligada à Coamo, fundada em 1989.

Segundo Alves (2003), as cooperativas agropecuárias não estavam preparadas para enfrentar essa nova realidade devido ao amparo governamental tido até então, o que encaminhou muitas empresas para crescentes dificuldades financeiras.

A partir das mudanças no contexto internacional e nacional, foi gestada a crise no sistema cooperativo, que teve como principais consequências o endividamento do setor, a falência de cooperativas, o desestímulo a criação de novas associações e a diminuição no faturamento das empresas.

Dentre as empresas que faliram, o caso mais destacado foi da CAC (Cooperativa Agrícola de Cotia – SP) que havia sido a maior cooperativa do Brasil e entrou em liquidação em 1994. De acordo com o Balanço Anual (Gazeta Mercantil, 1990), em 1989 a CAC obteve como receita líquida cerca de NCz\$ 3,0 bilhões e as dívidas financeiras da empresa chegavam a NCz\$ 3,3 bilhões, equivalente a 110% do faturamento total.

²¹ Conforme Benetti (1992), outro fator fundamental a ser destacado foi a introdução na Constituição de 1988, no artigo 192, inciso VIII, a disposição que determina que a lei complementar que regulará o sistema financeiro nacional deve dispor também sobre o "(...) funcionamento das cooperativas de crédito e os requisitos para que possam ter condições de operacionalidade e estruturação próprias das instituições financeiras". Com isso, foi dado o primeiro e o mais importante passo a nível jurídico-institucional no sentido de as cooperativas poderem vir a ser verdadeiros bancos.

A soma das receitas líquidas das dez maiores cooperativas do Brasil somava em 1989 NCz\$ 13,1 bilhões e as dez maiores dívidas financeiras de cooperativas somavam NCz\$ 6,8 bilhões. Isso indica um panorama de endividamento alto do setor. O faturamento bruto das quarenta e quatro maiores cooperativas do país em 1989 era de NCz\$ 19,8 bilhões, enquanto que o endividamento delas chegava a NCz\$ 8,8 bilhões, cerca 45% do faturamento total (BALANÇO ANUAL, 1989).

2.7 Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP)

As medidas que mais afetaram a agricultura nos anos noventa foram: a liberalização comercial, a valorização cambial, o corte no crédito e o aumento da taxa de juros, que juntos criaram um ambiente negativo para os setores produtivos da economia.

A dificuldade de financiamento e endividamento da agricultura forçou o governo a tomar algumas medidas, como: a renegociação das dívidas agrícolas no final de 1995, alongando as dívidas dos produtores rurais e cooperativas; a desindexação do crédito rural, que desde a década de 1980 acompanhava a taxa real de juros da economia;²² e estímulo aos financiamentos privados para reduzir a dependência do sistema produtivo no crédito oficial, tornando-o mais seletivo (LUCENA e SOUZA, 2001).

Conforme Ramos e Junior (2010), a agropecuária encontrou dificuldades para cumprir os compromissos com os financiamentos que eram corrigidos por juros em rápida elevação. Segundo os autores, a inadimplência do setor foi de 22,9% em julho de 1994 para 38,8% em dezembro de 1995 e 54,7% em setembro de 1997. Essa situação levou ao acirramento das discussões sobre a renegociação da dívida, culminando na estruturação de um amplo programa de renegociações.

Em 1998, para se ter noção da dívida agropecuária, o Banco do Brasil apresentava cerca de R\$ 3,3 bilhões de créditos em atraso ou em liquidação, sendo cerca de R\$ 3,1 bilhões oriundos de financiamentos rurais e agroindustriais, gerando uma inadimplência nessa carteira de cerca de 21% (FILHO, 2005)

²² A queda dos juros decorrentes da desindexação do crédito rural garantiu a estabilidade nos financiamentos agrícolas a partir de juros pré-fixados. Segundo Alves (2003), depois de muitos anos convivendo com taxas de juros pós-fixadas, houve a desindexação do crédito agrícola de custeio e de comercialização na safra 1995/96, quando foi estabelecida uma taxa de juros nominal de 16% a.a. Na safra seguinte, a taxa de juros caiu para 12% a.a., atingindo 8,75% na safra 1998/99. Com o crédito para investimento, a partir de 1996, quando a taxa de juros do recém-criado FINAME Agrícola Especial foi fixada em 16% a.a., chegando a 11,95% a.a. em 1998.

A partir de 1995 foram criados três programas: a Securitização,²³ o Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA)²⁴ e o Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP).

O RECOOP surge em 1998 para atender as necessidades de recapitalização do setor cooperativo que se encontrava em dificuldades financeiras. O objetivo do programa era reestruturar e capitalizar as cooperativas de produção agropecuária, visando ao desenvolvimento autossustentado em condições de competitividade e efetividade, que resultasse na manutenção, geração e melhoria do emprego e da renda (ALVES, 2003).

De acordo com a OCEPAR (2002), o RECOOP foi criado para corrigir as distorções causadas pelas políticas econômicas do governo federal que nos anos de 1980 e início da década seguinte fizeram com que as instituições financeiras deixassem praticamente a responsabilidade de financiar o produtor rural ao sistema cooperativista, o que levou muitas cooperativas a enfrentar problemas de caixa.

Em 1998, ano que se inicia o RECOOP, a receita líquida das quarenta maiores cooperativas do país somava R\$ 8,4 bilhões, e as dívidas financeiras somavam R\$ 1,9 bilhão, sendo 22% do faturamento. Em 1999 o faturamento foi de R\$ 10,6 bilhões e as despesas financeiras representaram R\$ 2,5 bilhões, sendo 23,5% do faturamento (BALANÇO ANUAL, 1999 e 2000).

Os recursos do RECOOP poderiam ser utilizados para o pagamento de dívidas das cooperativas junto ao mercado financeiro, de cotas-partes, refinanciamento de dívidas com cooperados e valores a receber de cooperados, dívidas tributárias e fiscais com fornecedores, encargos trabalhistas e sociais, financiando também investimentos e capital de giro (BACEN – Resolução 002665).

Juntamente com o programa de revitalização, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) com objetivo de viabilizar a implementação do Programa de Autogestão (OCB, 2012).

²³ Conforme Alves (2003), a Securitização da dívida agrícola em 1995 foi destinada a permitir, de imediato, o acesso ao crédito dos produtores afetados pelo endividamento, onde para elevar a aceitação dos bancos definiu-se que as dívidas seriam securitizadas, sendo respaldadas por títulos públicos federais, o que significa que o Governo assumiria o risco de crédito do agente financeiro.

²⁴ O PESA foi criado em 1998, destinado à produtores rurais e cooperativas que estavam em dificuldades financeiras, com um período longo de financiamento da dívida (cerca de 20 anos) e com juros que variavam de 8% e 10% ao ano de acordo com o montante da dívida, mais variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M).

A ideia do SESCOOP era profissionalizar a gestão das cooperativas para evitar os problemas financeiros ocorridos no passado. Assim, o governo liberou os recursos via RECOOP e ao mesmo tempo criou um programa para garantir que as cooperativas melhorassem sua administração.²⁵

Enquanto o RECOOP previa a liberação de recursos para as cooperativas que apresentassem um projeto de reestruturação completo que as tornasse auto-sustentáveis, o SESCOOP viabilizava a efetiva implementação do Programa de Autogestão (OCB, 2012).

De acordo com Tiago Pesch, Gerente de Operações Adjunto/Grandes Empresas do BRDE, responsável pelo financiamento das cooperativas no Paraná, o SESCOOP foi um importante programa para a profissionalização da gestão das cooperativas do estado, contribuindo para o posterior crescimento. É na gestão que as instituições paranaenses se diferenciam das demais do país, fato que garante destaque no cenário nacional.²⁶

Para ter acesso aos recursos, as cooperativas deveriam solicitar através de uma Carta-Consulta o enquadramento no programa.²⁷ Os pedidos seriam avaliados pelo Comitê Executivo do programa com representantes do governo e das cooperativas sob a coordenação do Ministério da Fazenda. Caso aceitas, as empresas deveriam apresentar um Plano de Desenvolvimento Cooperativo (PDC),²⁸ demonstrando as ações tomadas para o saneamento das dívidas.

Segundo Oliveira (2001), foram enviadas 651 Cartas Consultas ao Comitê Executivo, das quais 439 foram consideradas habilitadas a fazerem os projetos voltados à sua revitalização, obedecendo as regras dentro do roteiro básico para a sua elaboração. Comparadas com o total de cooperativas agropecuárias no país em 1998, que era de 1.449, as 651 cartas correspondem a 45% o que demonstra um número elevado de empresas em dificuldades financeiras.

²⁵ Entrevista realizada com o Coordenador de Comunicação da OCEPAR, Samuel Z. Miléo Filho, em fevereiro de 2013.

²⁶ Entrevista realizada no BRDE – Curitiba, no dia 04/07/2013.

²⁷ A Carta Consulta deveria ser aprovada em Assembleia Geral.

²⁸ O PDC deveria conter: 1. Projeto de Reestruturação e Viabilidade Econômico-Financeira: procura redirecionar as atividades da cooperativa para seu foco principal; 2. Projeto de Capitalização: propõe recursos novos para a reestruturação da cooperativa; 3. Projeto de Profissionalização da Gestão: busca uma estrutura profissional para a cooperativa adequada ao mercado competitivo; 4. Projeto de Organização e Profissionalização dos Associados: objetiva fidelizar os associados à cooperativa; 5. Projeto de Monitoramento do PDC: acompanha a execução dos demais projetos.

Um dos principais fatores que levaram as cooperativas a solicitar a ajuda do RECOOP está descrito abaixo:

Várias cooperativas pleitearam em carta-consulta financiamentos de valores recebíveis de associados, sob a alegação de que a insuficiência de crédito rural no início desta década levou muitas delas a captarem recursos de outras modalidades no mercado financeiro, para a aquisição de insumos (sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, etc.), visando suprir a necessidade dos cooperados para a manutenção de suas atividades. Entretanto, quebras de safras por motivos climáticos e níveis de preços estáveis em decorrência do processo de abertura comercial brasileira, além do endividamento acumulado por diversos desses produtores com o sistema financeiro, acabaram deixando o associado inadimplente na sua cooperativa e esta por sua vez descapitalizada e, mais grave, endividada (Projeto de Medida Provisória, E.M.I nº 58, 1998, p.2).

Foram contemplados 322 projetos dos 439, sendo aprovado R\$ 3,2 bilhões para atender as necessidades de revitalização das cooperativas, onde R\$ 2,1 bilhões viriam do Tesouro Nacional e o restante, R\$ 1,1 bilhão, de fundos constitucionais que se destinariam ao alongamento de dívidas (OLIVEIRA, 2001).

Os juros variaram de acordo com a finalidade do financiamento, de 4% à 8,75% ao ano, acrescidos da variação do IGP-DI. Contudo, segundo Gimenes (2008, et all), em 2001 o teto dos juros subiram para 9,5%, e em 2002 para 9,75%. Os prazos para quitação dos financiamentos variam de 2 a 15 anos.

Apesar dos recursos aprovados pelo governo, nem todos os projetos aprovados foram contemplados com o financiamento. A **Tabela 03** demonstra a evolução dos desembolsos do RECOOP de acordo com dados da Secretaria Nacional do Tesouro (STN) considerando os recursos mobilizados pelo Tesouro Nacional.

Tabela 03: Evolução dos recursos para o RECOOP

Ano	1999	2000	2001	2002	2003	Total
Valor*	1,2	281,2	252,3	261,9	44,2	840,8

* Valores em Milhões de R\$.

Fonte: Relatório de Atividades, Secretária do Tesouro Nacional, 1999/2003.

No total foram disponibilizados pelo RECOOP, via STN, o montante de R\$ 840,8 milhões o que corresponde a 40% dos valores reservados ao programa pelo governo (R\$ 2,1 bilhões). Entre 2000 e 2002 foi o período onde houve maior aplicação dos recursos.

Em 1999 foi registrado desembolso de R\$ 1,2 milhão, sendo que no ano seguinte o total dos desembolsos alcançou R\$ 281,2 milhões. Em 2001 foi programado para o programa R\$

475 milhões, contudo apenas R\$ 252,3 milhões foram utilizados, equivalente a 53% do programado (Relatório de Atividades, STN, 1999/2000/2001).

No ano de 2002 houve uma programação inicial de apenas R\$ 25 milhões que se destinariam a atender compromissos já assumidos, mas, em julho do mesmo ano foi aprovado orçamento de mais R\$ 358 milhões, somando no ano R\$ 383 milhões, do qual foi utilizado o valor de R\$ 261,9 milhões, ou seja, 68,4% do planejado. Em 2003, último ano de funcionamento do RECOOP, os valores aprovados para o programa diminuíram, correspondendo a R\$ 44,2 milhões para atender apenas compromissos já assumidos, sendo que foram utilizados integralmente os recursos previstos para este ano (Relatório de Atividades, STN, 2002/2003).

Do valor de R\$ 1,1 bilhão estipulado para alongamento de dívidas, até início de 2001 foram utilizados R\$ 413,8 milhões, cerca de 37,6%. Assim, foi alavancado aproximadamente pelo RECOOP cerca de R\$ 1,25 bilhão, que corresponde a apenas 39% do total programado (R\$ 3,2 bilhões) (OLIVEIRA, 2001).

Analisando os dados, percebe-se que o programa teve abrangência inferior ao inicialmente planejado. Houve baixa adesão do sistema financeiro. Dos R\$ 475 milhões programados em 2001, apenas R\$ 252,3 milhões foram utilizados, equivalente a 53%. Em 2002 a programação foi de R\$ 383 milhões, dos quais foram utilizados R\$ 261,9 milhões, ou seja, 68,4% do planejado. Isso se deve ao fato das operações do RECOOP conterem riscos, pois o objetivo do programa era atender empresas que estavam já em dificuldades financeiras o que desencorajou os bancos (Relatório de Atividades, STN, 2001/2002).

De acordo com a OCEPAR (2001), os bancos aumentaram as exigências para contratarem os projetos das cooperativas. Com isto, no lugar de revitalizar as cooperativas agropecuárias o RECOOP acabou servindo para solucionar os problemas do sistema financeiro, pois os recursos deferidos para o alongamento de dívidas (Pesa e Cotas Partes) é superior aos recursos alocados para a revitalização.

Um dos principais agentes envolvidos foi o Banco do Brasil. Esta instituição contratou o volume de R\$ 1,2 bilhão para 172 cooperativas, sendo R\$ 776 milhões em alongamento de dívidas e R\$ 459 milhões em novos créditos (BANCO do BRASIL, 2004).

Outra instituição que teve participação importante neste programa foi Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) atendendo as cooperativas do Sul do Brasil.

Segundo Alves (2003), entre 2000 e 2003 houve um incremento no volume de negócios realizados pelo BRDE e as cooperativas agropecuárias devido ao RECOOP. Em 2000, por exemplo, foram disponibilizados às cooperativas cerca de R\$ 142 milhões, sendo que 89,3% desse valor era referente ao RECOOP. Nos dois anos seguintes, este programa continuou sendo a principal fonte dos recursos repassados às cooperativas, responsável por 64,4% do montante contratado. A **Tabela 04** foi elaborada com os valores aplicados pelo BRDE no RECOOP.

Tabela 04: Desembolsos do BRDE para o RECOOP

	I	II	III	IV	V	Total
2000	63.024	52.018	8.450	3.646	117	127.255
2001	6.000	39.089	3.520	1.200	-	49.809
2002	29.532	56.256	200	-	-	85.988
2003*	-	5.400	-	-	-	5.400
Soma	98.556	152.763	12.260	4.846	117	268.542

I – Refinanciamento; **II** – Investimentos; **III** – Capital de Giro; **IV** – INSS; **V** – Dívidas Cooperados.

Valores em Mil R\$ Correntes/ *Até agosto de 2003.

Fonte: Alves (2003).

Os dados expressos correspondem quase que a totalidade do RECOOP, pois essa política não se estendeu além de 2003. O total alocado pelo BRDE foi de R\$ 268 milhões, equivalente a 32% do total repassado ao programa pela STN (R\$ 840,8 milhões).

Além da participação relevante deste banco no programa, o BRDE não concentrou sua atuação no refinanciamento de dívidas antigas, tendo na realidade, alocado a maior parte dos recursos no financiamento a novos investimentos.

Conforme os dados apresentados, na soma dos anos o banco desembolsou R\$ 152,7 milhões somente para investimentos, representando 56,8% do total. Para o refinanciamento de dívidas foram alocados R\$ 98,5 milhões, equivalente a 36,7% do total. As demais finalidades tiveram pouca expressão, tendo o Capital de Giro alcançado 4,5% do total, dívidas com INSS cerca de 1,8% e Dívida de Cooperados 0,04%.

Somando Investimentos e Capital de Giro, os valores chegam a R\$ 165 milhões, sendo 61,4% do total aplicado. Percebe-se que as operações de refinanciamento concentraram-se no ano 2000, enquanto que nos anos seguintes houve ampla predominância da concessão de recursos novos. As cooperativas sanaram as dívidas por primeiro para poder investir em ampliação de estrutura nos anos seguintes.

Dentre os estados, o Paraná foi o mais beneficiado pelo RECOOP, tendo absorvido mais de 50% dos recursos disponibilizados pelo programa (OCEPAR, 2013).²⁹ A **Tabela 05** demonstra a distribuição dos recursos alocados pelo BRDE entre os estados do Sul.

Tabela 05: Contratações do RECOOP realizadas pelo BRDE por Estado

	PR	SC	RS	Total
Refinanciamento	57.514	35.671	5.371	98.556
Investimentos	130.368	11.603	10.792	152.763
Capital de Giro	6.259	1.049	4.953	12.261
INSS	-	-	4.846	4.846
Dív. Cooperados	-	-	117	117
Soma	194.141	48.323	26.079	268.542

Valores em Mil R\$ Correntes/De 2000 a agosto de 2003. Fonte: Alves (2003).

Do total dos valores, R\$ 268,5 milhões, o Paraná representou 72%, equivalente a R\$ 194 milhões, seguido de Santa Catarina, que acumulou R\$ 48 milhões (18%) e Rio Grande do Sul com R\$ 26 milhões, sendo apenas 10% do total.

Com relação ao refinanciamento, o Paraná tomou 58% dos recursos para essa finalidade, correspondendo a R\$ 57 milhões. Logo após, Santa Catarina com 36%, (R\$ 35 milhões) e Rio Grande do Sul com 5% (R\$ 5,3 milhões).

Os investimentos foram onde o Paraná mais se destacou, somando R\$ 130 milhões, o que representa 85% dos recursos. O restante ficou em 7,5% para Santa Catarina e 7% para Rio Grande do Sul. No financiamento de Capital de Giro o Paraná somou R\$ 6,5 milhões (51%), Santa Catarina R\$ 1 milhão (8,5%) e Rio Grande do Sul R\$ 4,9 milhões (40%). Com relação ao refinanciamento de dívidas do INSS e cooperados, somente o Rio Grande do Sul realizou essas operações, somando nas duas finalidades cerca de R\$ 4,9 milhões.

Analisando a finalidade dos recursos em cada estado, no Paraná e no Rio Grande do Sul os valores foram destinados ao financiamento de investimentos e de capital de giro associado 70,4% e 59,0%, respectivamente. Em Santa Catarina, ao contrário, o alongamento de dívidas antigas foi o destino da maior parte dos recursos contratados, cerca de 74%, enquanto que investimento e capital de giro foi de apenas 26%.

Além dos estados do Sul, São Paulo e Minas Gerais também se destacaram no programa. Segundo dados da OCB (2003) até março de 2002, os projetos aprovados eram:

²⁹ Entrevista realizada com o Coordenador de Comunicação da OCEPAR, Samuel Z. M. Filho, em fevereiro de 2013.

Rio Grande do Sul com 40, Minas Gerais com 32, Paraná com 30, Santa Catarina com 22 e São Paulo com 19. Somando as cooperativas atendidas nos cinco estados têm-se 143 que é 82% de todas as empresas contempladas pelo programa até então.

A partir dos dados e informações analisadas, percebe-se que o RECOOP foi uma política que atuou num curto período de tempo e teve sua abrangência limitada a poucos estados, concentrado os recursos e com vários problemas burocráticos. Apesar disso, para as empresas contempladas a política foi fundamental para estabilização financeira e retomada do crescimento.

De acordo com Freitas (2003), as cooperativas que obtiveram recursos deste programa exibiram um crescimento médio no faturamento de 20% entre 2001 e 2003, sendo parte desse crescimento devido às exportações, resultando em significativa contribuição ao País, em divisas e ocupação de mão-de-obra.

A renegociação das dívidas das cooperativas permitiu não apenas o alongamento dos débitos vencidos, mas, a eliminação de restrições a novos empréstimos. Com isso, tornou-se viável a implantação de uma linha de crédito como o PRODECOOP.³⁰ Assim, a frustração das cooperativas agropecuárias está no fato do RECOOP não ter sido mais abrangente.

O programa também foi importante para a modernização da administração das cooperativas. Um dos pré-requisitos para ter acesso aos recursos era possuir um plano de profissionalização da gestão, onde se destacou o SESCOOP, atuando através de cursos e programas de formação para a melhoria na gestão das cooperativas.

2.8 O contexto do cooperativismo no Sudoeste paranaense nas décadas de 1980/90

A crise do cooperativismo se manifestou de diferentes formas pelo Brasil, dependendo de vários fatores, como o grau de endividamento da instituição, os tipos de financiamentos realizados, a relação com o mercado, se atuava ou não na agroindustrialização, a relação com os associados, etc.

No Sudoeste do Paraná, as cooperativas estavam em pleno crescimento desde 1970, incentivadas pelas políticas de financiamento e pelos serviços de extensão rural do governo (ACARPA).

³⁰ O PRODECOOP é um programa de investimentos para cooperativas agropecuárias, gestado no início dos anos 2000. No Capítulo III ele será detalhado.

Contudo, o crescimento das cooperativas foi interrompido pela crise econômica brasileira nos anos oitenta e noventa, o que acabou promovendo uma reestruturação do setor na região. As mudanças no âmbito nacional (que foram desencadeadas por mudanças externas) interferiram no desenvolvimento das empresas regionais.

Uma das principais consequências foi a estagnação do processo de agroindustrialização. As cooperativas do Sudoeste estavam iniciando investimentos na área industrial quando os recursos do crédito ficaram escassos, ao mesmo tempo em que a crise interna do país comprometeu o mercado consumidor, prejudicando as vendas do setor.

Entender os reflexos da crise para as cooperativas regionais é fundamental para a compreensão do momento de ascensão posterior das empresas. A seguir, serão apresentados alguns exemplos dos impactos que o contexto econômico e político dos anos noventa tiveram sobre o desenvolvimento das instituições no Sudoeste.

2.8.1 O projeto da Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste (SUDCOOP)

Em 1978 foi fundada a Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste (SUDCOOP) que atualmente é a Cooperativa Central FRIMESA. A SUDCOOP foi constituída com o objetivo de agregar valor na produção via industrialização de suínos, aves e leite, e realizar compras em conjunto, conseguindo melhores preços nos insumos (principalmente fertilizantes).

Assim como a AURORA (Cooperativa Central Aurora) no Oeste de Santa Catarina, a SUDCOOP integrava as cooperativas singulares da região Sudoeste: a Coasul, Comfabel, Coopersabadi, Coagro e Camdul. A sede ficava em Francisco Beltrão, onde se encontrava o frigorífico de suínos.³¹

O Sudoeste na época já se destacava pela produção de suínos, possuindo as características ideais para que essa atividade prosperasse, como: pequenas propriedades, terreno favorável, bastante mão-de-obra, água em abundância e muitos suinocultores.

Em 1979 o rebanho de suínos no Sudoeste era de 1,15 milhões de cabeças, sendo que no Paraná, o rebanho era de 5,6 milhões de cabeças, ou seja, cerca de 20,5% do rebanho do Estado (IPEADATA, 1979).

Em 1979, as cooperativas da região Oeste paranaense procuraram as lideranças da SUDCOOP com uma proposta de compra da massa falida do Frigorífico Medianeira S/A (FRIMESA). Nesse momento, uniram-se às singulares fundadoras: a COTREFAL, hoje LAR

³¹ Entrevista realizada pelo Jornal de Beltrão, com Paulino Fachin, presidente da Coasul, em abril de 2011.

(Medianeira), COPAGRIL (Marechal Cândido Rondon), a extinta COOPAGRO (Toledo), COPACOL (Cafelândia) e C.VALE (Palotina) (FRIMESA, 2012).

Nesse momento houve uma pressão muito grande sobre as cooperativas integrantes do SUDCOOP por parte de políticos locais para que em vez de construir novos frigoríficos em Francisco Beltrão a central adquirisse o patrimônio do falido Frigorífico Medianeira S/A.³²

Os recursos para a compra da FRIMESA vieram de um empréstimo realizado pelo BNCC em 1979 na ordem de 200 milhões de cruzeiros, sendo que 160 milhões foram pagos pela massa falida da empresa e o restante, 40 milhões, foram utilizados para readequação de equipamentos (SEIBERT, 2008).

Em 1980 a central continuou expandindo suas atividades atuando no abate e industrialização de suínos (cortes, congelado, mortadelas, presunto, apresuntados, linguiça e salame) e na industrialização do leite (transformados em leite, cremes e queijos) (FRIMESA, 2012).

Contudo, os novos investimentos necessários para o processo de agroindustrialização, comprometeram a permanência das cooperativas do Sudoeste na central FRIMESA. Em 1981, sem condições de aportar mais capital, as cooperativas regionais saíram do grupo e a sede foi transferida de Francisco Beltrão para Medianeira, no Oeste do Estado.

As cooperativas do Sudoeste demandavam investimentos em outras áreas que eram prioritárias naquele momento, como secagem e armazenagem. A capacidade financeira impediu que as cooperativas bancassem suas necessidades e as da central, fazendo com que abandonassem a FRIMESA para seguir seus projetos particulares.

Com a saída das instituições do Sudoeste, o projeto de industrialização ficou comprometido, pondo em crise também a comercialização de suínos, pois as cooperativas singulares não tinham mais a central para escoar a sua coleta.

A partir de informações obtidas em campo com produtores rurais associados às cooperativas,³³ nesta época houve um gradativo abandono da produção de suínos no Sudoeste paranaense.

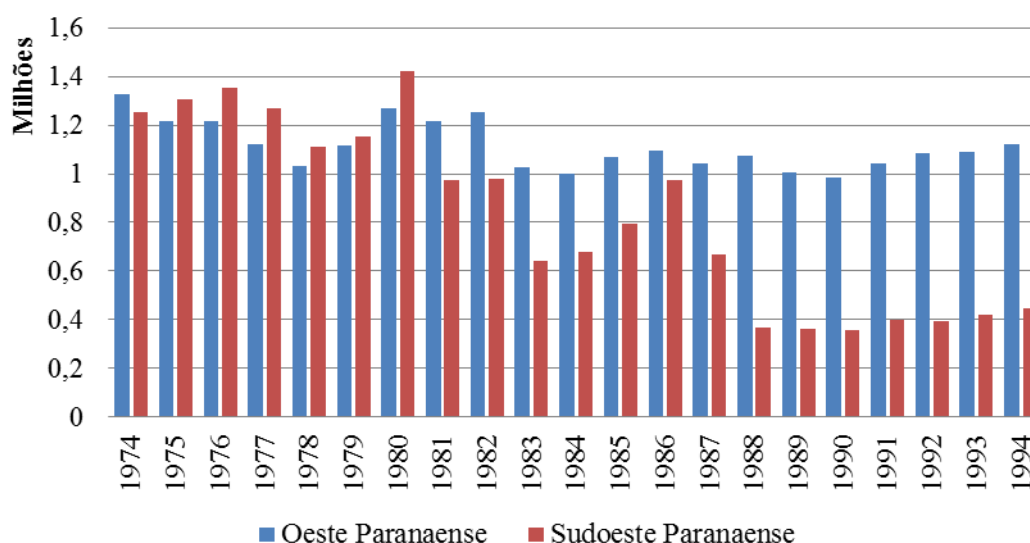
³² Entrevista realizada com Jacir Scalvi, vice-presidente da Coasul, no dia 19/11/2013.

³³ Entrevista realizada em novembro de 2012, em Pranchita, com os produtores Casemiro Iachinsque e Marino Guerra, que na época eram associados às cooperativas Coagro e Coopersabadi e que desenvolviam suinocultura nos municípios de Pranchita e Santo Antônio do Sudoeste.

Em 1990, os dados já mostram uma inversão no rebanho de suínos, onde o Oeste aparece com 984 mil cabeças, portanto, havendo crescimento³⁴ e no Sudoeste o rebanho diminuiu para 355 mil cabeças.³⁵

O **Gráfico 02** demonstra a evolução do efetivo de suínos na região Oeste e Sudoeste. Com o abandono do projeto da industrialização de suínos por parte das cooperativas, houve a diminuição de animais na região, enquanto que no Oeste, onde a FRIMESA continuou, o rebanho se manteve alto, quase sempre acima de um milhão de cabeças.

Gráfico 02: Efetivo de suínos nas regiões Oeste e Sudoeste paranaense (1974/94)



Fonte: IPEADATA, 1974/1995.

O ano com maior destaque é em 1980, quando o efetivo do Sudoeste chegou a atingir 1,42 milhões de cabeças. Um ano depois, com o fim da SUDCOOP o rebanho diminuiu para 971 mil cabeças, queda de 31%. Em 1980 o Sudoeste possuía cerca de 25% do rebanho de suínos do Paraná e em 1990 o percentual caiu para 10%.

As duas grandes associações da época ligada à produção de porcos, a Coopersabadi e Comfrabel, já estavam em dificuldades e logo anunciaram a liquidação o que contribuiu para desestimular a produção de suínos na região. As demais continuaram seu desenvolvimento separado.

³⁴ A continuidade da Cooperativa Central FRIMESA na região Oeste incentivou a produção de suínos, enquanto, que no Sudoeste o rebanho foi diminuindo.

³⁵ Dados coletados da Pesquisa Pecuária Municipal, IBGE, 1990.

A Coopersabadi, que atuava na comercialização de grãos e suínos, entrou em liquidação em 1983, desfazendo-se de suas unidades em Santo Antônio do Sudoeste e Barracão. Os motivos foram dificuldades financeiras decorrentes da inviabilidade econômica de suas unidades (SEIBERT, 2008).

A inviabilidade descrita provavelmente se deve ao fim das atividades da central no Sudoeste. Como o principal produto comercializado pela cooperativa era o suíno, destinados à central (Francisco Beltrão), com o fim do projeto a comercialização de suínos ficou dificultada na região.

Já a Comfrabel, de acordo com Ficagna (1991), na segunda metade da década de 1980 passa a apresentar problemas econômicos. A empresa atuava na comercialização de suínos, grãos, produção de sementes e possuía fábrica de ração.

Com o fim dos recursos provenientes do crédito subsidiado, houve processo de adiantamento de recursos aos produtores, o que gerou um endividamento na empresa. Somado a falta de fiscalização da administração e a situação econômica do país, aumentaram os problemas econômicos da cooperativa, tornando sua dívida maior que o patrimônio.

Inicialmente a cooperativa se desfez de parte de seu patrimônio para pagar dívidas, mas inviabilizada economicamente, entrou em processo de liquidação no início da década de 1990.

Segundo Senhorini (2007), em 1992 um grupo de associados reuniu-se e fundou outra cooperativa, a Coopersantana (Cooperativa Agropecuária Santana) que passou a funcionar nas antigas instalações da Comfrabel, dedicando-se à comercialização de cereais, insumos e, principalmente, na agroindustrialização do trigo, do milho e do feijão.

2.8.2 Crise e reestruturação da Coagro

Outro exemplo dos impactos da crise nacional sobre a região foi a Coagro, que após ter passado por um processo de crescimento e agroindustrialização durante os anos setenta e oitenta, na década de noventa encontrou dificuldades financeiras.

Além do recebimento e comercialização da soja, milho, trigo, feijão, laranja e outros produtos, a cooperativa atuava na agroindustrialização de feijão, trigo, leite (laticínios – leite, queijo e iogurte), frigoríficos de suínos e aves, fábrica de ração, comercialização de insumos, supermercados e assistência técnica.

A partir de 1994, a COAGRO começa a apresentar resultados negativos, acumulando dívidas. Em 1999 o resultado operacional foi de R\$ -4,7 milhões. Os motivos das dificuldades

financeiras foram, além da má gestão e negócios mal realizados, as mudanças ocasionadas pela política econômica, falta de apoio do Estado (crédito) e concorrência com o setor privado (SINHORINI, 2007).

Devido à crise econômica na década de 1990, alguns dos clientes das indústrias (frigoríficos, laticínios, e ração) da cooperativa faliram e ficaram devendo. Houve também a negociação de soja antecipada, sendo que no momento da entrega do produto, o valor estava muito acima do que a cooperativa tinha recebido, acarretando em mais dívidas. Essas dificuldades fizeram com que a empresa recorresse a empréstimos, que foram alterados pelo aumento de juros, ampliando ainda mais o seu endividamento (SINHORINI, 2007).

A dívida da cooperativa chegou a R\$ 7 milhões em 1999. Ao mesmo tempo, os lucros eram negativos. Em 1995 o lucro da atividade econômica da empresa foi de R\$ -985 mil, em 1996 foram de R\$ -1,5 milhão, chegando a R\$ -4,7 milhões em 1999. Os lucros só foram positivos novamente em 2002.

Em crise, a Coagro pôs em prática o projeto de reestruturação para que recuperasse a saúde financeira. Houve a demissão de muitos trabalhadores (cerca de 117 colaboradores, 42% do total), corte de despesas administrativas (cerca de R\$ 2 milhões), venda de ativos e retenção de capital dos associados (Relatório de Atividades Coagro, 1999).

Para sanar as dívidas, em 1999 houve a venda de alguns ativos, ocorrendo um processo de reestruturação das atividades. Em 1999 foram vendidos cerca de R\$ 4,5 milhões em máquinas e equipamentos, armazéns, edifícios e veículos, correspondente a 64% dos ativos da cooperativa. Em 2000, a venda de ativos foi de R\$ 1,7 milhão (Relatório de Atividades, 1999 e 2000).

Dentre os bens comercializados, destacam-se a unidade de grãos de Realeza, Pranchita, Santa Isabel do Oeste e Santo Antônio do Sudoeste, o Frigorífico de aves e suínos, a Fábrica de Rações, a Unidade de Frios em Planalto, o Mercado em Pérola do Oeste, além de máquinas, equipamentos e automóveis (Relatório de Atividades Coagro, 1999).

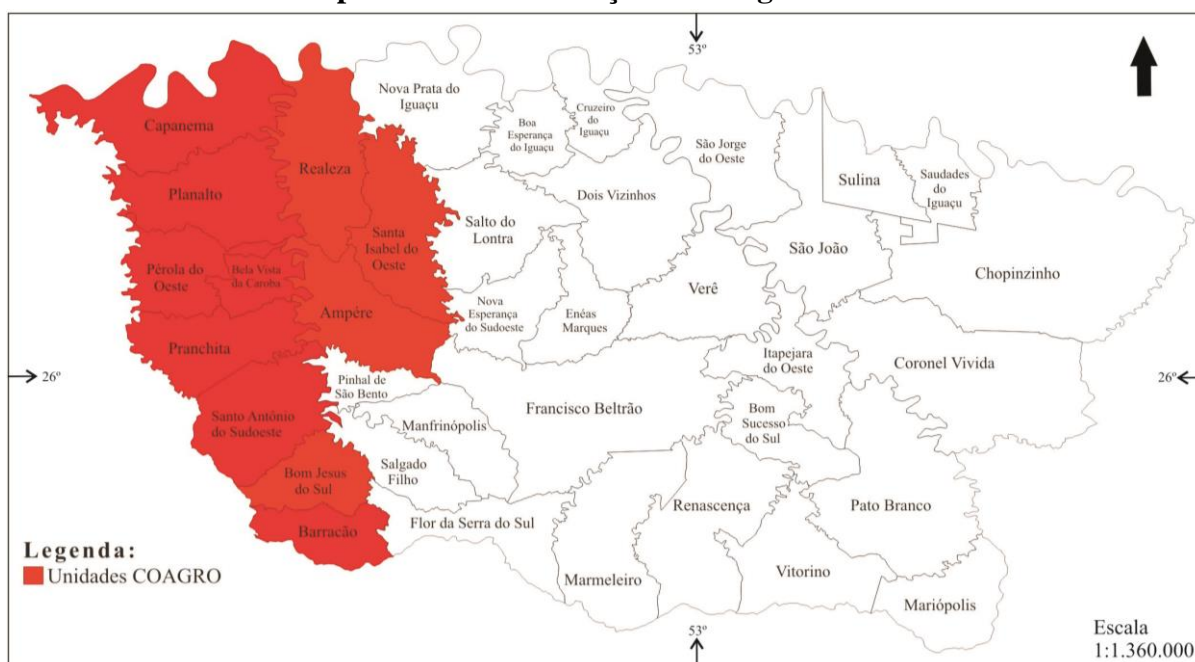
O Laticínio foi alugado para a Frimesa. Mesmo assim, a Coagro continuou a captar leite entre os associados, repassando à Frimesa, que além do aluguel, paga o valor correspondente ao leite entregue (SINHORINI, 2007).

Com essa reestruturação a cooperativa abandonou a produção industrial. A capacidade de armazenagem diminuiu de 138,4 mil toneladas em 1995 para 60 mil toneladas em 2000, queda de 56,6% na capacidade total.

Como consequência, houve a diminuição na área de atuação da cooperativa. Em 1997 estava presente em onze municípios (Capanema (sede), Planalto, Pérola D'Oeste, Realeza, Santa Izabel do Oeste, Pranchita, Santo Antônio do Sudoeste, Barracão, Ampére, Bom Jesus do Sul e Bela Vista da Caroba) e em 2000 em apenas sete (Capanema, Pranchita, Pérola D'Oeste, Planalto, Santo Antônio do Sudoeste, Bela Vista da Caroba e Barracão). Os associados caíram de 5.127 em 1995 para 4.450 em 2000, redução de 14%, enquanto que a produção recebida teve queda de 55% entre esses anos (Relatório de Atividades Coagro, 2000).

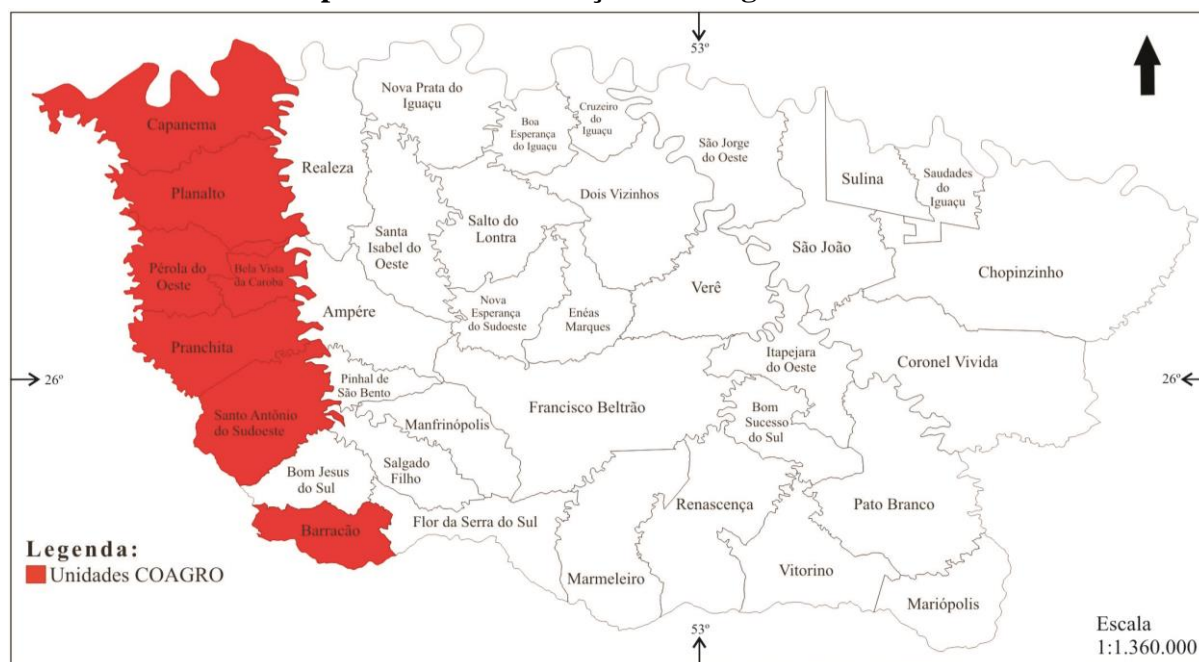
Os **Mapas 03** e **04** demonstram a área de atuação da cooperativa antes e depois da crise.

Mapa 03: Área de atuação da Coagro em 1997



Fonte: Dados Sinhorini (2007), organizados pelo autor.

Mapa 04: Área de atuação da Coagro em 2000



Fonte: Dados do Relatório de Atividades Coagro em 2000, organizados pelo autor.

Em 2000 a cooperativa conseguiu o alongamento das dívidas através do PESA (Programa Especial de Saneamento de Ativos). Foram renegociados cerca de R\$ 5 milhões, sendo R\$ 4,8 milhões via Banco do Brasil e R\$ 121 mil via BRDE, com juros de 9,5% e 8% ao ano respectivamente, e prazo de quitação em vinte anos (Relatório de Atividades, 2000).

Em 2002 a Coagro teve acesso ao RECOOP, porém, na linha de Capital de Giro, obtendo apenas R\$ 200 mil (Relatório de Atividades Coagro, 2002).

2.8.3 Crise e reestruturação da Coasul

A Coasul também enfrentou dificuldades durante os anos noventa. Nas décadas de 1970 e 1980, a cooperativa passou por um processo de expansão incentivada pelas condições favoráveis de financiamento da época.

A empresa se estendia pelos municípios de São João (sede), Chopinzinho, São Jorge do Oeste, Sulina e Saudade do Iguaçu, atuando no recebimento, beneficiamento, armazenagem e comercialização da Soja, Milho, Trigo, Feijão, Arroz, Aveia, Centeio, Triticale e Suínos. Além disso, possuía laticínio, supermercados, lojas de insumos e assistência técnica (COLET, 2003).

Com a dificuldade de obtenção de crédito nos anos noventa, devido o afastamento do Estado do financiamento agropecuário, a cooperativa lança em 1993 um programa de troca e repasse de crédito e insumos aos produtores associados.

De acordo com Colet (2003), a empresa foi forçada a realizar essa operação. A falta de recursos na época do Plano Collor e Plano Real obrigou a cooperativa a utilizar recursos do seu capital de giro para viabilizar o plantio de parte dos associados. Eram fornecidos os insumos necessários aos produtores e estes pagariam a cooperativa com produto (soja).

Era comum neste momento a operação de “troca”: primeiramente a cooperativa adquiria insumos juntos as multinacionais ou adquiria financiamento com terceiros para aquisição de insumos, com o compromisso de pagar a dívida no momento da safra, em dinheiro ou produto (dependendo do contrato). A mesma operação era realizada junto ao produtor, que adquiria os insumos necessários para o plantio com o compromisso de pagamento na safra, descontando o valor da produção entregue na cooperativa.³⁶

Com as distorções nos preços dos produtos, ocasionados pela política econômica e frustrações de safra, os associados não conseguiram pagar sua dívida com a empresa, tornando-se inadimplentes. Houve então a necessidade de buscar recursos no mercado financeiro, com juros elevados, para cobrir os débitos dos cooperados, sendo que essa dívida não pôde ser repassada aos associados, que já estavam endividados.

³⁶ Entrevista realizada com Jacir Scalvi, vice-presidente da Coasul, no dia 19/11/2013.

A situação financeira da Coasul começou a se agravar, fazendo com que recorresse em 2000 ao RECOOP, almejando financiamento do governo para o saneamento das dívidas, devido sua incapacidade de pagamento e assim, retomar o processo de expansão.

Foram liberados via RECOOP o montante de R\$ 16,3 milhões, sendo R\$ 5,1 milhões para refinanciamento de quotas partes, R\$ 4,2 milhões em recebíveis de cooperados (financiamento das dívidas dos cooperados) e R\$ 7 milhões para novos investimentos e capital de giro. A taxa de juros foi de 4% ao ano, mais variação do IGP-DI, com prazo de amortização de quinze anos (Relatório de Atividades Coasul, 2000).

Dentre os investimentos, destacam-se a aquisições de máquinas e equipamentos, silos (cerda de 118 mil sc.), tombadores, secadores para os entrepostos de São João, Chopinzinho, Sulina, Nova Lurdes, Renascença e a construção da unidade de Saudade do Iguaçu. O valor destinado às imobilizações foi de R\$ 5 milhões (Relatório de Atividades Coasul, 2000).

Diferentemente da Coagro, que não obteve recursos do RECOOP, sendo obrigada a negociar parte de sua estrutura para o pagamento das dívidas, a Coasul obteve recursos do programa de revitalização o que permitiu o saneamento das dívidas da empresa.

Com isso a cooperativa continuou o processo de expansão. Em 1999 a Coasul implantou e depois modernizou os entrepostos de Renascença e Saudade do Iguaçu. Em 2000, foram instalados em estruturas alugadas os entrepostos de Itapejara do Oeste e Bom Sucesso do Sul, e lojas de insumos em Rio Bonito do Iguaçu e Francisco Beltrão. Em 2002 foi criado o entreposto de Porto Barreiro (COASUL, 2012).

Em 2002, a cooperativa alugou sua unidade de recebimento e resfriamento de leite em São João para a FRIMESA. Assim como a Coagro, a empresa concentrou sua atividade na produção agrícola.

O desempenho da Coasul e seu processo de reestruturação deve-se a ajuda do RECOOP. Isso comprova a importância do programa para as cooperativas que conseguiram recursos, permitindo a recuperação da saúde financeira e a continuidades do processo de expansão.

Com estabilidade nas contas, mais tarde a empresa pode se expandir horizontalmente, atuando em outros municípios e verticalmente, iniciando o processo de agroindustrialização, com a primeira fábrica de rações em 2003.

2.8.4 Crise e queda da Capeg

Outro exemplo da crise no Sudoeste foi a Capeg. Esta, foi uma importante instituição no Sudoeste, chegando a possuir cerca de cinco mil cooperados, atuando na comercialização de grãos e recebimento de leite (laticínios).³⁷

Na virada da década de 1980 para 1990, devido a má administração e ao mesmo tempo a decadência da economia nacional, a cooperativa acumulou dívidas. Essas dívidas correspondem ao pagamento dos direitos trabalhistas de muitos empregados demitidos e de empréstimos realizados para contornar a crise.

Com a suspensão de novos financiamentos (devido as ações trabalhistas), a empresa passou por um processo de reestruturação. Após denúncias e execuções judiciais, a cooperativa ficou com seu crédito comprometido, inviabilizando-a de prosseguir no setor de cereais. As unidades de grãos foram vendidas ou alugadas, sendo que a cooperativa concentrou suas atividades no leite.

Dentre as negociações realizadas, duas foram com a Coamo (Cooperativa Agropecuária Mouraoense), que expandiu sua área de atuação para o Sudoeste paranaense com a aquisição da estrutura de armazenagem da Capeg em Coronel Vivida.

Atualmente a Capeg possui um laticínio e outras duas estruturas de armazenagem em Pato Branco, que estão alugados. A cooperativa ainda trabalha para pagar as dívidas.

Outras cooperativas que passaram por dificuldades no Sudoeste e que atualmente ainda se encontram com problemas, são a Camdul, que recentemente vendeu sua estrutura de armazenagem para a Coasul, encerrando sua atividade e a Camisc. Em 1989 a Camdul era a 45ª maior cooperativa do Brasil, com receita líquida de NCz\$ 75,5 milhões e a Camisc era a 49ª, com receita líquida de NCz\$ 65,0 milhões, sendo as duas melhores colocadas do Sudoeste na época (BALANÇO ANUAL, 1990).

2.8.5 A expansão da Coamo e Cooperalfa para o Sudoeste

Coamo e Cooperalfa, já na década de 1990, eram grandes cooperativas. Em 1989, a Coamo era a terceira maior cooperativa do Brasil, ficando atrás da Copersucar e da CAC (que faliu em 1994). Em 1999 a Coamo era a segunda maior cooperativa do Brasil e a Cooperalfa a 17ª maior do setor.³⁸

³⁷ Informações obtidas em entrevista com o presidente da CAPEG em 02/10/2010.

³⁸ Balanço Anual, Gazeta Mercantil, 1990, 1999 e 2000.

A crise econômica se desenvolveu de forma diferente para essas cooperativas. Como representavam conglomerados de capitais, consolidados como grandes grupos agroindustriais, essas empresas tinham mais acesso a recursos e maior competitividade no mercado. Uma das estratégias de crescimento durante os anos oitenta e noventa, por parte das grandes cooperativas, foi a aquisição de empresas e cooperativas que estavam em dificuldades financeiras, estabelecendo uma expansão horizontal nessa época.

Segundo Delgado (1985), já nos anos de 1970 haviam sido constituídas cooperativas com grande poder de mercado, denominadas de “multicooperativas”, sendo conglomerados de capitais. No período de crise, essas instituições aumentaram seu crescimento, principalmente pela compra ou fusão com outras empresas que estavam em dificuldades.

Assim, uma característica do cooperativismo na década de 1990 é que em meio a crise e falência de muitas cooperativas, outras instituições apresentaram crescimento, que é o caso da Coamo e Cooperalfa.

Foi a partir da aquisição das instalações da Capeg em Coronel Vivida que a Coamo começou a atuar no Sudoeste do Paraná. Além das unidades da Capeg, também adquiriu as instalações da Copalma e Coopercentro, de Pitanga (PR) em 1978, a Cooperal em 1984, em Abelardo Luz (SC) e outras.

Algo semelhante ocorreu com a expansão da Cooperalfa (Cooperativa Agroindustrial Alfa) na região, que se instalou no município de Flor da Serra do Sul em 2001, a partir da aquisição da estrutura de outra cooperativa que estava em processo de liquidação, a Cooper São Miguel.

A Cooper São Miguel, com sede em São Miguel do Oeste, atuava na região Oeste catarinense e Sudoeste do Paraná, contava com mais de quatro mil cooperados, dedicando-se no recebimento de grãos (milho e feijão), suínos, leite, erva mate, frutas cítricas, além de possuir supermercados, lojas agropecuárias e fábrica de ração e concentrados.³⁹

Com dificuldades financeiras, devido principalmente aos investimentos realizados que não demonstraram rentabilidade, repasse de recursos aos cooperados que tornaram-se inadimplentes, e má administração, a empresa foi obrigada a negociar seu patrimônio.

Em 2000 a Cooperalfa, com a ajuda da Aurora (Cooperativa Central Aurora), iniciou a incorporação no extremo oeste catarinense da Cooper São Miguel. Após a incorporação das instalações da cooperativa, a Cooperalfa passou por um processo de crescimento. Houve

³⁹ Informações retiradas do Jornal Regional, reportagem de 08 de novembro de 1997.

aumento nas estruturas produtivas e de comercialização da empresa e aumento no quadro social, o que foi uma vantagem econômica para a cooperativa.⁴⁰

A Cooperalfa adquiriu, além da Cooper São Miguel, a Cooper Pindorama, de Xanxerê (SC) em 1999, em 2005, a Coopercanoinhas, de Canoinhas (SC), e mais recente uma unidade da Camisc, em Vitorino, no Sudoeste paranaense.

⁴⁰ Informações obtidas em entrevista com o presidente da COOPERALFA, Romeu Bet, em 17/07/2012.

2.9 Considerações do Capítulo

- A década de 1970 foi um período próspero para a agricultura e as cooperativas com destaque para a política de crédito, que condicionou tal crescimento. Pelo contrário, o final dos anos oitenta e os anos noventa, foram prejudiciais. A recessão econômica e as políticas neoliberais tiveram efeitos perversos sobre os setores produtivos.
- As medidas adotadas para conter a inflação nos seguidos planos de estabilização, acabaram afetando os setores produtivos da economia. O Plano Real, apesar de ter contido a inflação, desencadeou um processo de recessão econômica até o início dos anos 2000.
- O corte de crédito, juros elevados, diminuição dos preços agrícolas, abertura comercial (importações, concorrência com empresas e produtos externos), câmbio sobrevalorizado, falta de investimentos e retração do mercado interno, foram os principais condicionantes da recessão para a agricultura e cooperativas agropecuárias nos anos noventa.
- Com o corte de crédito, as cooperativas, acompanhando o movimento que ocorria na agropecuária brasileira, desenvolveram formas alternativas para obtenção de recursos, tanto para sua capitalização, como do associado. O setor passou a atuar como banco, fornecendo recursos para os produtores rurais que não tinham mais acesso ao crédito oficial e que não conseguiam negociar no mercado financeiro.
- Com as mudanças macroeconômicas (planos de estabilização e suas consequências) dos anos de 1980 e 1990, a agricultura foi prejudicada, gerando endividamento do setor. Muitos produtores rurais tornaram-se inadimplentes com suas cooperativas no período e quem assumiu o ônus da dívida foi a empresa.
- O crescente endividamento das cooperativas desencadeou a criação do RECOOP (Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária) em 1998. O programa atuou no saneamento financeiro das empresas via alongamento de dívidas e em novos investimentos.
- No Sudoeste, os efeitos da crise ditaram o desenvolvimento das cooperativas, sobretudo nos anos noventa. A falta de recursos oficiais foi o principal complicador. Neste contexto, o setor passou por momentos difíceis na região, com falência de instituições como a Comfrabel, Coopersabadi, Capeg e Camdul e crise na Coagro e Coasul. A credibilidade das cooperativas também foi afetada, desestimulando o ingresso de novos produtores.

Capítulo III

O PANORAMA POLÍTICO E ECONÔMICO NOS ANOS 2000 E O DESEMPENHO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS

A sistematização dos ciclos médios brasileiros começou com Rangel, que estudou os eventos entre 1930 e 1980. Atualmente, os ciclos médios são mais facilmente perceptíveis, pois, há mais dados disponíveis e séries estatísticas mais completas.

O ciclo longo, pelo contrário, é mais difícil de definir. Teoricamente, a fase “b” do 4º Kondratiev, iniciado em 1973, terminaria em meados de 1998. Contudo, essa recessão vem se prolongando devido às políticas anticíclicas e às estratégias financeiras, como as “bolhas” “ponto com” e “imobiliária”.

O período de análise que se concentra a pesquisa é no pós 2000. Com relação aos movimentos cíclicos da economia, percebe-se que: externamente a economia encontra-se sob a égide do ciclo longo recessivo e internamente a dinâmica dos ciclos médios ainda está presente.

No panorama externo, a crise internacional foi mais acentuada nos países centros do sistema (EUA, Europa e Japão), sobretudo, depois de 2008. Mas, diferentes das outras fases recessivas dos ciclos longos, o comércio mundial se intensificou expressivamente.

Segundo Mamigonian (1999), o período depressivo atual (1973-?), caracteriza-se pelo não fechamento abrupto do mercado americano, diferente da queda no comércio mundial nos anos de 1930. Isso significou a ampliação das trocas internacionais e a chance para a exportação dos mais competitivos, Japão e Alemanha nos anos oitenta e noventa e China e Leste Asiático nos anos mais recentes.

Em 1990 foi comercializado no mundo cerca de US\$ 3,3 trilhões, em 2000 o valor foi de US\$ 6,2 trilhões e em 2011 houve aumento para US\$ 17,7 trilhões (MDIC, 2012).

No caso brasileiro, em 2000 foi exportado US\$ 55 bilhões, aumentando para US\$ 256 bilhões em 2011. Entre esses anos, a soma do valor comercializado foi de US\$ 1,56 trilhão, com média anual de crescimento de 16% ao ano (MDIC, 2012).

Para as cooperativas as exportações cresceram de US\$ 759 milhões em 2000 para US\$ 6,1 bilhões em 2011. A recessão de 2008, que afetou o comércio com países europeus, foi compensada pelo aprofundamento das relações comerciais com países asiáticos, sobretudo, a China.

O aumento do fluxo comercial dos países asiáticos tem ocasionado uma mudança no mercado mundial, que alteraram os parceiros comerciais das cooperativas. Historicamente o principal mercado das associações brasileiras foi o continente europeu e após 2000, a maior parte das comercializações tem se dado com a Ásia.

Em 1990, por exemplo, 55% das exportações do setor eram destinadas à Europa, 25% para a Ásia, 14% para a América e 6% para a África. Em 2000 os números mudam: 45% para a Europa, 34% para a Ásia, 14,5% para a África e 6,5% para a América. Em 2010, 50% das exportações se concentram a Ásia, 23,5% na Europa, 17,5% na América e 9% na África (MDIC, 2010).

Assim, apesar da crise ainda estar sob o comando do ciclo longo, o Brasil e as cooperativas encontraram maneiras de intensificar as trocas comerciais, fazendo uso do contexto externo, o que contribuiu para seus respectivos crescimento nos últimos anos.

No caso da economia brasileira a década de 2000 foi de crescimento. Em 2002, último ano do governo FHC o PIB do Brasil era de US\$ 504,2 bilhões.⁴¹ Quando se inicia o governo Lula a economia avança, chegando a US\$ 1,65 trilhão em 2008, seguido de pequena diminuição em 2009 para US\$ 1,62 trilhão. Em 2010 o PIB foi de US\$ 2,14 trilhões e US\$ 2,47 trilhões em 2011 (Banco Mundial, 2012).

Sob a ótica da dinâmica dos ciclos médios, a década de 2000 apresentou duas fases: de crise, iniciada ainda na década passada (1998) e continuou até meados de 2003, quando o PIB cresceu em média 1,6% ao ano, e depois, a fase de crescimento de 2004 a 2010, onde o PIB cresceu 4,5% ao ano (Banco Mundial, 2012).

Nesse último momento a PIB Industrial cresceu 3,74% ao ano, chegando a 10,4% em 2010 contra -2,5% ao ano de 1998 a 2003 (IPEADATA, 2012).

O recente ciclo endógeno de crescimento beneficiou as cooperativas de duas formas principais: com o crescimento do mercado consumidor interno e com o fortalecimento do Estado no financiamento do setor.

Grande parte do mercado consumidor das cooperativas é nacional, principalmente, para as empresas voltadas à produção de gêneros alimentícios. O avanço do mercado interno atua também como incentivador para novos investimentos.⁴²

⁴¹ É interessante mencionar que o PIB foi de US\$ 871 bilhões em 1997, tendo decrescido até 2002.

⁴² Medeiros (2009), demonstra a evolução do mercado consumidor brasileiro nos últimos anos, evidenciando que o aumento na renda da população gerou, no pós-2000, um aumento considerável na demanda por alimentos (sobretudo de alimentos mais elaborados), bem como, a procura por refeições fora do lar – “food service”.

No tocante ao papel do Estado, retomou-se a política de incentivos creditícios ao setor cooperativo, muito parecido com a política da década de 1970/80, pautadas na oferta de recursos com subsídio dos juros.

Sob a ótica dos ciclos endógenos, o denominador comum entre o desempenho das cooperativas na região e da economia nacional foi o crédito. O aumento no volume aplicado no financiamento agrícola é reflexo do recente ciclo de crescimento econômico brasileiro, que se iniciou no governo Lula.

Apesar da dinâmica própria do ciclo interno, é inegável que o compromisso do governo pós-2003 com os setores produtivos da economia afetou o crescimento nacional. As políticas de desenvolvimento nacional ganham destaque nos anos 2000. Na indústria há o PAC 1 e 2, os incentivos fiscais, creditícios e a redução dos juros. Para a agricultura (e cooperativismo) o destaque é o aumento no volume de recursos para financiamentos.

O volume de recursos aplicados na agricultura via SNCR cresceu de R\$ 31 bilhões em 2000 para R\$ 82 bilhões em 2010. Para as cooperativas, o valor aumentou de R\$ 3 bilhões em 2000 para R\$ 11,3 bilhões em 2010 (BCB, 2010).

Com relação aos valores repassados às cooperativas, houve a criação de políticas específicas para o investimento no setor, caso do PRODECOOP (2003) e PROCAP-AGRO (2009), que já movimentaram mais de R\$ 11 bilhões entre 2003 e 2011.

Assim, após o período de afastamento nos anos oitenta e noventa, a União retomou seu papel ativo, incentivando os já velhos pontos de estrangulamento, como industrialização, para o aumento do valor agregado à produção agropecuária (em ramos alimentícios, produção de insumos, rações, sementes e etc.), capacidade de recebimento e armazenagem e mais recente, a pesquisa agropecuária.

O objetivo deste capítulo é analisar dois fatores que contribuíram na retomada do crescimento do setor cooperativo: o crédito agrícola e mercado externo. Ambos decorrem de movimentos cíclicos da economia, um à nível mundial e outro, interno. É importante destacar que nos dois casos há uma riqueza de dados disponíveis o que contribuiu para pesquisa.

Antes, porém, serão demonstrados alguns indicadores do crescimento das cooperativas agropecuárias brasileiras, caracterizando a nova fase que se iniciou nos anos 2000. Em seguida, há análise das políticas de crédito para a agricultura e cooperativas e por fim, a evolução do mercado externo para as cooperativas brasileiras.

3.1 A retomada do crescimento das cooperativas agropecuárias após 2000

A nova fase do cooperativismo começa no início do século XXI, mas precisamente após 2003, momento de mudanças políticas e econômicas. Diferente do que foi a década de 1990, a partir desse momento, o cooperativismo agropecuário apresentou crescente expansão. Prova disso, é o aumento no número de associados às cooperativas, o número de empregados e o surgimento de novas cooperativas.

A **Tabela 06** apresenta a evolução do número de cooperativas, sócios e empregados, entre 2000 e 2011.

Tabela 06: Evolução do número de Cooperativas Agropecuárias no Brasil

	Cooperativas	Cresc.	Associados	Cresc.	Empregados	Cresc.
2000	1.411	-	831.654	-	108.233	-
2001	1.587	12,4	822.294	-1,1	108.273	0,04
2002	1.624	2,3	865.494	5,2	105.597	-2,5
2003	1.519	-6,4	940.482	8,6	110.910	5,0
2004	1.398	-7,9	865.173	-8,0	116.919	5,4
2005	1.514	8,3	879.918	1,7	123.368	5,5
2006	1.549	2,3	886.076	0,7	123.890	0,4
2007	1.544	-0,3	879.649	-0,7	139.608	12,7
2008	1.611	4,3	968.767	10,1	134.579	-3,6
2009	1.615	0,2	942.147	-2,7	138.829	3,2
2010	1.548	-4,1	943.054	0,1	146.011	5,2
2011	1.523	-1,6	969.541	2,8	155.896	6,8

Fonte: Números do Cooperativismo - OCB (*vários anos*).

Com relação às cooperativas, o ano que apresentou maior número de associações foi em 2002 com 1.624 empresas e o menor foi em 2004 com 1.398 empresas. Após isso novamente o número de cooperativas voltou a crescer, chegando a 1.615 instituições em 2009.

A partir de 2009 houve nova redução do número de cooperativas. Esse acontecimento deve-se ao processo de fusão e incorporação que ocorreu para melhorar a competitividade do setor no mercado, principalmente após a crise deflagrada em 2008 (SESCOOP, 2012).

Já a diminuição de cooperativas entre 2002 e 2004 decorre de incentivos financeiros do governo federal para fomentar fusões, para que o setor ganhasse escala de produção e poder de barganha (BRANDÃO, 2003).

No passado, nas décadas de 1960 e 1970, as cooperativas agropecuárias também passaram por um amplo processo de fusão, acompanhando o movimento geral da economia, em resposta a entrada de grandes oligopólios no país.

De 1960 a 1970, o número de cooperativas caiu de 1.739 para 1.160, revertendo a tendência no decênio seguinte (1980) ao atingir 1.480 entidades em todo Brasil. Já o número de cooperados não teve o mesmo comportamento, sendo crescente em todo período 1960-80, saltando de 406 mil para 1.718 mil (GONÇALVES e VEGRO, 1994).

A evolução dos associados demonstra a abrangência do setor, mesmo com a diminuição de instituições. Em 2000 os cooperados somavam 831.654 e em 2011 aumentaram para 969.541, acréscimo de 16,5%.

Conforme dados de Gonçalves e Vegro (1994), em 1980 o número de associados era de 1,7 milhões, e em 2000 esse número caí para 831 mil (-51,6%). Nesse meio tempo o setor passou por crise, sendo prejudicado por fatores econômicos e políticos.

A variação do número de empregados é a mais expressiva. Entre 2000 e 2011 houve crescimento de 44%, de 108.233 para 155.896 empregos, incremento de 47,6 mil postos de trabalho. Em 2002 e 2008 foram os únicos anos que houve redução dos empregados, -2,5% e -3,6%.

Com relação ao faturamento do setor, para caracterizar a década de 2000, a **Tabela 07** demonstra a evolução da Receita Líquida e das Vendas Líquidas. Foram selecionadas as dez melhores receitas de cooperativas em cada ano, e com relação as vendas, as seis cooperativas que tiveram maior destaque em vendas em cada ano.⁴³

⁴³ Esta escolha deve-se a disponibilidades dos dados.

Tabela 07: Receitas e Vendas Líquidas das Cooperativas Agropecuárias

	Receita L.¹	Cresc.	Vendas L.²	Cresc.
2000	4,59		4,10	
2001	4,43	-3,5	4,81	17,3
2002	7,48	68,8	6,07	26,1
2003	10,03	34,1	6,81	12,2
2004	11,86	18,2	7,52	10,3
2005	10,22	-13,8	5,62	-25,2
2006	8,76	-14,3	5,10	-9,2
2007	12,15	38,7	6,49	27,2
2008	17,41	43,3	7,87	21,2
2009	16,28	-6,5	7,05	-10,3
2010	17,56	7,9	7,09	0,6
Total	120,7	17,2	68,5	7,02

Valores em Bilhões de R\$ Correntes. ¹ Corresponde ao lucro das cooperativas no ano. Fonte: 2000 a 2007 – Balanço Anual, Gazeta Mercantil. 2008 a 2010 – Valor 1000, Valor Econômico.

² Corresponde as vendas totais das cooperativas. Fonte: Maiores e Melhores, EXAME.

Em 2000, a receita líquida das dez principais cooperativas foi R\$ 4,59 bilhões, e em 2010 o valor chegou à R\$ 17,56 bilhões. A soma nos anos citados é de R\$ 120,7 bilhões.

Em 2000, as vendas líquidas somavam R\$ 4,10 bilhões, e em 2010 atingem R\$ 7,09 bilhões. A somatória é de R\$ 68,5 bilhões.

Em 2011, das vinte empresas que mais faturaram com vendas do setor agropecuário, dez eram cooperativas. As vinte empresas faturaram cerca de US\$ 25,9 bilhões e as dez cooperativas somaram no ano US\$ 10,4 bilhões, 40% do total.⁴⁴

Em dois momentos da década pode-se constatar queda no faturamento das cooperativas, tanto nas vendas, como nas receitas líquidas. Primeiro em 2005 e 2006, quando as receitas diminuem 13,8% e 14,3% e as vendas recuam 25,2% e 9,2%. Nesse mesmo momento houve a queda nos valores da Soja, um dos principais produtos comercializados pelas cooperativas, que diminui de US\$ 226 a tonelada em 2004, para US\$ 199 em 2005 e US\$ 193 em 2006.

Em 2007 a tonelada da Soja aumentou para US\$ 260, depois US\$ 388 em 2008. Nesses anos, a receita das cooperativas evoluiu 38,7% e 43,3% consecutivamente e as vendas cresceram 27,2% e 21,2%.

⁴⁴ Dentre elas destaca-se a Coamo, que entre 1995 e 2011 liderou nove vezes o ranking das empresas que tiveram maior venda líquida do setor agropecuário, sendo que nos demais anos manteve-se entre os primeiros lugares. A Coamo foi a cooperativa mais importante, faturando US\$ 29,7 bilhões entre 2000 e 2011. Outras cooperativas que destacaram-se foram: C.Vale, Lar, Cocamar, Agrária, Copacol, Comigo, Castrolanda, Aurora, Integrada, Cooperalfa e Frimesa.

Em 2009 houve novamente queda nas receitas e vendas, decorrentes da crise econômica internacional que prejudicou o setor. Houve recuo dos preços da soja, porém, o principal fator que influenciou na queda do faturamento do setor foi a retração dos principais mercados internacionais, fazendo diminuir as exportações cooperativas (No *item 3.7* será analisada a evolução do mercado internacional e as exportações das cooperativas).

Os dados apresentados demonstram que o cooperativismo agropecuário ganhou abrangência e importância econômica nos anos 2000. Dentre os fatores que interferiram na retomada do crescimento do setor, destacam-se: a melhora nas condições políticas (a política de crédito, juros abaixo do mercado e isenções tributárias e fiscais) tanto para a agricultura, como para os setores interligados (caso das cooperativas). Além disso, a evolução do mercado interno e as exportações intensificaram as vendas das cooperativas e com isso, o aumento no faturamento das empresas. O restante do capítulo aborda duas questões, crédito e mercado externo.

3.2 A evolução do Crédito Rural nos anos 2000

Sem dúvida, o crédito rural é o principal condicionante de crescimento e crise das cooperativas agropecuárias no país. Foi via política de financiamento subsidiados que durante o Governo Militar, as cooperativas agrícolas se consolidaram como grandes promotoras do desenvolvimento no campo, atuando na distribuição de insumos químicos e maquinário, assistência técnica, armazenagem e comercialização (preços), industrialização e colonização de áreas agrícolas (BENETTI, 1992; GONÇALVES, 1987).

Após a crise na política de financiamento, que na década de noventa somou apenas R\$ 319 bilhões, 36,4% do que foi nos anos setenta, e 35,9% com relação aos anos oitenta, o volume de recursos voltou a crescer nos anos 2000, tornando-se novamente o fator de impulso ao desenvolvimento do setor. Entre 2000 e 2009 o crédito rural foi de R\$ 529,8 bilhões, 65% a mais do que na década passada.

Com o aumento do crédito rural oficial indiretamente as cooperativas se beneficiaram. Com acesso aos recursos, o produtor garante o custeio da safra (matéria-prima para a comercialização ou industrialização da cooperativa) e consegue investir em sua propriedade, levando ao aumento de produtividade. Isso se reflete na entrega do produto na cooperativa. Ao mesmo tempo, a cooperativa não precisa se envolver diretamente no fornecimento de

recursos ao cooperado, captação de capital com terceiros para repasse aos sócios, que foi um dos motivos do endividamento de muitas associações na década de noventa.

Os dados apresentado neste item correspondem aos recursos repassados à produtores e cooperativas. A **Tabela 08** apresenta a recente evolução do SNCR.

Tabela 08: Evolução do Crédito Rural para Produtores e Cooperativas – 2000/10

Ano	Crédito Rural¹	Crescimento Anual	Crescimento Acumulado²
2000	31,3	%	%
2001	37,0	18,2	18,2
2002	40,8	10,3	30,4
2003	46,0	12,7	47,0
2004	54,7	18,9	74,8
2005	53,6	-2,0	71,2
2006	54,9	2,4	75,4
2007	61,1	11,3	95,2
2008	71,1	16,4	127,2
2009	79,3	11,5	153,4
2010	82,0	3,4	162,0
Total	611,8	10,3	-

¹ Valores em Bilhões de R\$, corrigidos – IGP-DI (2010) – Índice médio anual. ² Com relação ao ano 2000.
Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural – Banco Central do Brasil.

Após 2002, exceto em 2005, o volume de recursos está em crescimento constante. Destacam-se os últimos anos da tabela, 2009 com R\$ 79 bilhões, e 2010 com R\$ 82 bilhões. Desde 1987 que os financiamentos não atingiam valores tão altos.

Durante os anos noventa, o máximo atingido foi R\$ 52 bilhões em 1994. A média anual foi de R\$ 32 bilhões, bem menor que nos anos 2000, que foi de R\$ 53 bilhões. Entre 2000/10 o crescimento médio dos recursos foi de 10,3% ao ano.

É importante destacar o planejamento do governo com relação ao Crédito Rural. Todos os anos, a partir de 2003, é publicado o Plano Agrícola e Pecuário, que é uma forma de planejar os recursos que serão aplicados no setor agropecuário.

Outro fator a ser observado é a divisão dos recursos do crédito. A **Tabela 09** apresenta a evolução dos financiamentos por finalidade: custeio, investimento e comercialização.

Tabela 09: Financiamentos concedidos a Produtores e Cooperativas por Finalidade

	Custeio	%	Invest.	%	Comerc.	%	Total
2000	20,3	64,7	5,3	16,9	5,7	18,3	31,4
2001	21,9	59,1	7,7	20,7	7,5	20,3	37,1
2002	24,7	60,5	8,8	21,6	7,3	17,9	40,8
2003	28,1	60,9	10,6	22,9	7,5	16,2	46,1
2004	31,5	57,5	12,1	22,1	11,2	20,4	54,8
2005	29,7	55,4	11,9	22,2	12,0	22,4	53,6
2006	30,6	55,7	12,7	23,1	11,7	21,2	55,0
2007	36,6	59,8	13,0	21,3	11,6	18,9	61,2
2008	42,3	59,5	15,4	21,6	13,5	19	71,2
2009	45,2	57	18,5	23,3	15,6	19,7	79,4
2010	45,8	55,8	20,9	25,5	15,3	18,7	82,1
Total	356,7	58,7	136,9	21,9	118,9	19,3	612,5

Valores em Bilhões de R\$, corrigidos – IGP-DI (2010)

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural – Banco Central do Brasil.

Entre as finalidades, a mais destacada é o custeio. Na média dos anos, o custeio foi responsável por 58,7% das aplicações do crédito. Os investimentos somaram 21,9% e a comercialização 19,3%.

Entre 2000 e 2010, o custeio cresceu 125%, indo de R\$ 20,3 bilhões para R\$ 45,8 bilhões. Apesar da superioridade, o custeio perdeu participação na composição total. Em 2000 sua tomada era de 64,7%, diminuindo 57,5% em 2004 e 55,8% em 2010.

A comercialização cresceu de R\$ 5,7 bilhões em 2000 para R\$ 15,3 bilhões em 2010, cerca de 170%. Com relação a participação total, em 2000 a comercialização correspondia a 18,3%, atingindo 22,4% em 2005. A partir de então decresceu, atingindo 18,7% em 2010.

A perda de espaço do custeio e comercialização se deve ao avanço nos valores dos investimentos, que nos últimos anos (2006 a 2011) mais que dobram. Entre 2000 e 2010, os investimentos multiplicaram-se por três, indo de apenas R\$ 5,3 bilhões para R\$ 20,9 bilhões. Em 2000 sua participação representava 16,9%, subindo de 23% em 2006 e 25,5% em 2010.

Isso demonstra o avanço de políticas de investimento na agricultura, que durante os anos noventa foram inexpressivas. Como analisado no capítulo anterior, houve a mobilização do governo para criar mecanismos que captassem recursos do mercado financeiro, mas o crédito para investimento foi muito pouco desenvolvido. Na década de 1990 foram realizados poucos investimentos em expansão da capacidade produtiva e em maquinário.

Nesse sentido, o BNDES teve relevante papel nos últimos anos, sendo importante veículo do crédito para investimentos na agricultura. Analisando a **Tabela 10**, somente este banco representou ao longo dos anos citados, quase 50% dos recursos para essa finalidade. A soma de 2000 a 2010 nos total de investimento agropecuário no Brasil é de R\$ 110 bilhões, onde o BNDES participou com R\$ 50 bilhões.

Tabela 10: Participação do BNDES em Investimentos Agropecuários no Brasil – 2000/10

	BNDES¹	Investimento	%
2000	1,49	2,33	63,9
2001	2,11	3,71	57,0
2002	3,52	4,85	72,6
2003	3,78	7,11	53,2
2004	6,47	8,95	72,4
2005	4,09	9,29	44,1
2006	2,89	10,13	28,6
2007	3,79	10,90	34,8
2008	4,81	14,26	33,8
2009	6,32	17,54	36,0
2010	10,85	20,92	51,9
Total	50,1	110,0	49,8

*Valores Correntes, em R\$ Bilhões.

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural e MAPA.

¹ Somados: *Moderagro, Moderinfra, Moderfrota, Linha Especial (até 2008), Finame Agrícola - TJLP (até 2008), Propflora (a partir de 2002), Prodecoop (a partir de 2003), Proleite (2000 a 2003), Prodeagro (até 2006), Prodefruta (até 2006), Prolapec (2006 e 2007), Pronaf (a partir de 2007), Produsa (a partir de 2008), Moderfrota Proger (a partir de 2008), Procap-Agro (a partir de 2010), Outros Programas(a partir de 2009: incluem os programas Cerealistas, BK Comercialização em TJLP e BK Comercialização com Taxa Fixa).*

Organizado pelo autor.

Entre 2000 e 2010 os recursos de investimento do BNDES aumentaram cerca de 630%, incremento de R\$ 9,3 bilhões. Com relação a participação do BNDES no total de investimento na agropecuária em 2000, dos R\$ 2,3 bilhões de recursos para investimento, 63% era correspondente a participação do Banco. Ao longo dos anos, a porcentagem de participação variou, atingindo o mínimo de 28,6% em 2006 e o máximo de 72,4 e 72,6% em 2004 e 2002.

Entre 2005 e 2009 os recursos do BNDES mantiveram-se abaixo do que haviam sido em anos anteriores, enquanto que o investimento total continuou crescendo nestes anos. Isso se deve a diminuição dos recursos dos seguintes programas:

Linha Especial: até 2004 vinha em ascensão de valores, correspondendo neste ano R\$ 1,9 bilhões, mas após isso começa a decrescer, somando em 2005 R\$ 52 milhões, em 2006 R\$ 18 milhões, em 2007 R\$ 12 milhões e em 2008 R\$ 500 mil.

MODERFROTA: em 2002 somava R\$ 2,8 bilhões e em 2004 representava R\$ 2,3 bilhões, sendo o principal fornecedor de crédito para investimento do BNDES. A partir de 2005 os valores começam a decrescer continuamente, tendo somado neste ano R\$ 1,9 bilhões, em 2006 R\$ 1,3 bilhões. Em 2007 e 2008 o programa voltou a crescer em valores, chegando a R\$ 2 bilhões neste último.

MODERAGRO: também teve seus valores diminuídos a partir de 2004, de R\$ 1,1 bilhão neste ano, para R\$ 899 milhões em 2005, R\$ 715 milhões em 2006, R\$ 877 milhões em 2007, R\$ 609 milhões em 2008, R\$ 499 milhões e R\$ 284 milhões em 2010.

Outros programas que também diminuem recursos são o MODERINFRA e FINAME Agrícola, mas em valores menores. O primeiro em 2004 somava R\$ 462 milhões, caindo para R\$ 144 milhões em 2007, recuperando-se em 2008 e 2009, e em 2010 novamente caiu para R\$ 86 milhões. O FINAME, apesar de pouca expressão, se relacionado com os valores das demais políticas mencionadas, em 2005 e 2006 diminuí em valores.

Nos últimos anos o volume de crédito aumentou consideravelmente. Entre 2009 e 2010 o crescimento foi de 71,5%, de R\$ 6,3 bilhões para R\$ 10,8 bilhões.

Essa recuperação se deve a ascensão de outras políticas, como o PRODECOOP, PROCAP-AGRO,⁴⁵ PRONAF e outros programas.

O PRODECOOP, por exemplo, desde seu surgimento em 2003 cresceu, somando em 2009 e 2010 R\$ 1,5 bilhão e R\$ 1,4 bilhão. O PROCAP-AGRO, que surgiu em 2009, já disponibilizou R\$ 5 bilhões (até 2011).

O PRONAF Investimento surgiu em 2007, com R\$ 307 milhões, aumentando para R\$ 433 milhões em 2008, R\$ 992 milhões em 2009 e R\$ 1,15 bilhão em 2010. Somente esses três programas, PRODECOOP, PROCAP-AGRO e PRONAF somam em 2010 cerca de R\$ 4,6 bilhões, 42% do total de investimentos via BNDES.

É interessante mencionar que dos últimos três programas citados, dois são destinados à cooperativas agropecuárias o que demonstra a importância do banco para a capitalização do setor.

⁴⁵ PRODECOOP e PROCAP-AGRO serão discutidos a seguir. Ambos os programas são específicos para as cooperativas agropecuárias.

3.2.1 A evolução do PRONAF nos anos 2000

Outra política que ganhou destaque no financiamento rural foi o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Nos últimos anos os investimentos via PRONAF foram consideráveis e juntamente com o custeio, contribuiu no financiamento de pequenos produtores rurais.

Segundo Conti e Roitman (2011), o crescimento dos financiamentos sintetiza uma expansão em vários aspectos: criação de inúmeras linhas de crédito no âmbito do programa, ampliação do universo de potenciais beneficiários e institucionalização de programas de garantia atrelados ao PRONAF.

Apesar de o programa ter surgido em 1997, ele só ganhou importância após 2003, quando os valores aplicados aumentam consideravelmente. Em 1999 o PRONAF abrangia 3.403 municípios, com recursos na ordem de R\$ 4,6 bilhões. Em 2008 a abrangência da política é de 5.379 municípios e os recursos somam R\$ 8,6 bilhões. Em 2010 o valor aplicado foi de R\$ 11,9 bilhões (MDA e BANCEN).

Tabela 11: Evolução dos financiamentos via PRONAF – 1999/2010

	Valor¹	Cresc.	Contratos	Cresc.
1999	4.603,7		791.677	
2000	4.247,3	-7,7	834.049	5,4
2001	4.562,8	7,4	800.653	-4
2002	4.390,8	-3,8	829.433	3,6
2003	4.678,1	6,5	1.003.837	21
2004	5.941,8	27,0	1.345.713	34,1
2005	7.390,0	24,4	2.208.198	64,1
2006	9.002,3	21,8	2.551.497	15,5
2007	8.513,9	-5,4	1.923.317	-24,6
2008	9.310,7	9,4	1.550.749	-19,4
2009	11.844,1	27,2	1.704.947	9,9
2010	11.988,0	1,2	1.585.486	-7
Total	86.474	9,8	17.129.556	8,9

¹Valores constantes em Milhões de R\$ – IGP-DI – Índice médio anual (2010).
Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural – Banco Central do Brasil.

Entre os anos de 1999 e 2010 os valores aplicados via PRONAF aumentaram 160%, saindo de R\$ 4,6 para 11,9 bilhões. No total dos anos apresentados, o programa aplicou cerca de R\$ 86 bilhões, realizando 17 milhões de operações, média de 5.048 reais por contrato.

A taxa média de crescimento foi de 9,8% ao ano. Até 2002 os financiamentos pouco cresceram, inclusive registrando queda, sendo os valores de 2002 menores que de 1999. Os maiores aumentos se concentram entre 2004 e 2006 e depois em 2009.

Em 1999 o PRONAF representava 15% do total do crédito no país, diminuindo para 10% em 2002. Em seguida, a participação do programa no total de financiamentos começa a aumentar, chegando a 16,4% em 2006, e depois se estabilizando na média de 14% nos anos seguintes.

Com relação aos contratos, entre 1999 e 2010 houve aumento de 100%. Em 1999 o número de operações era de 791 mil, e em 2010 é de 1,5 milhão. Os anos com maior número de contratos foram em 2005 e 2006, com R\$ 2,2 e R\$ 2,5 bilhões respectivamente. Em média, o número de contratos cresceu 8,9% ao ano, com destaque no período de 2004 e 2006.

Nos últimos anos da **Tabela 11**, o número de operações diminuiu, contudo, os recursos aumentaram. Isso indica a elevação do valor médio dos contratos. Em 1999 a média de cada contrato foi de 5.815 reais e diminuiu para 5.293 em 2002 e 3.346 reais em 2005. Logo após, os valores médios aumentaram, atingindo 6.000 em 2008, 6.946 em 2009 e 7.561 em 2010.

O crescimento nos recursos para o PRONAF tem retorno favorável às cooperativas agropecuárias. A maioria dos cooperados são pequenos agricultores, que até então tinham muita dificuldade para a obtenção do crédito rural.

No caso do Sudoeste do Paraná, onde a pesquisa se desenvolveu, em 2006, havia 44,4 mil produtores rurais, dos quais, 7 mil eram associados à alguma cooperativa agropecuária. Destes cooperados, 34,5% possuíam propriedade inferiores à 10 hectares, e 30% com áreas entre 10 e 20 hectares. Ou seja, cerca de 65% dos cooperados da região são pequenos proprietários. No Paraná esse número é inferior. Dos cooperados do estado, 50% possuem áreas menores que 20 hectares, e no Brasil, o percentual é de 45%. Apenas 5,4% dos cooperados da região Sudoeste possuem área superior a 100 hectares (Censo Agropecuário, 2006).⁴⁶

Com relação aos produtores em geral (cooperados e não cooperados) do Sudoeste, cerca de 45% possuem área até 10 hectares, 27% entre 10 e 20 hectares e 18% entre 20 e 50 hectares (Censo Agropecuário, 2006).

Um elemento que merece atenção é a desigualdade regional na distribuição de recursos. Em média, 60% dos financiamentos são destinados apenas aos três estados do Sul. Isto

⁴⁶ Os dados específicos sobre os sócios das cooperativas pesquisadas serão analisados no próximo capítulo.

demonstra que embora o programa tenha facilitado o acesso ao crédito para pequenos produtores, entre estes, há grande diferença na aquisição dos recursos.

Além do custeio, foram disponibilizados recursos para investimentos, financiamento para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção e aplicação em capital de giro. O PRONAF Agroindústria, uma linha investimentos para agregação de valor à produção via agroindústrias forneceu às cooperativas de produtores familiares cerca de R\$ 1,3 bilhão entre 2006 e 2011 (BNDES, 2012).

3.3 O Crédito Rural e as cooperativas agropecuárias nos anos 2000

Os recursos do crédito rural repassado às cooperativas agropecuárias também aumentou. Na década de 1990 o valor repassado foi de R\$ 32,1 bilhões, equivalente a 10% do total dos financiamentos no mesmo período. Na década de 2000, os repasses foram de R\$ 61,9 bilhões, correspondendo a 11,6% do crédito total. O crescimento com relação ao período anterior é de 93%.

Esses recursos compreendem os financiamentos executados pelas cooperativas de produtores rurais, englobando custeio, comercialização e investimento. Também, podem ser utilizados para o exercício e desenvolvimento das atividades estatutárias e para consolidar a estrutura patrimonial da empresa (MCR, Banco do Brasil, 2012).

Tabela 12: Evolução do Crédito Rural para Produtores e Cooperativas – 2000/10

Ano	Total		Cooperativas	
	Valor	Valor	Cresc.	% total
2000	31,3	3,0	1,0	9,8%
2001	37,0	3,6	18,0	9,8%
2002	40,8	4,2	17,9	10,5%
2003	46,0	4,7	12,0	10,4%
2004	54,7	5,7	20,3	10,5%
2005	53,6	5,3	-6,7	10,0%
2006	54,9	5,5	4,1	10,2%
2007	61,1	8,3	49,8	13,7%
2008	71,1	10,6	27,7	15,0%
2009	79,3	10,3	-3,1	13,1%
2010	82,0	11,3	9,2	13,8%
Total	612,4	73,2	13,7*	11,9%*

Valores em Bilhões de R\$ – Corrigidos pelo IGP-DI (2010) – Índice médio anual. * Média.
Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural – BACEN.

Entre 2000 e 2010 os valores do crédito para cooperativas aumentaram de R\$ 3 bilhões para R\$ 11,3 bilhões. A somatória entre 2000 e 2010 é de R\$ 73,2 bilhões, que equivale a 12% do crédito total.

Em média, os valores cresceram na ordem de 13,7% nos anos citados. O maior percentual foi em 2007 e 2008, quando o crédito aumentou 49,8% e 27,7% respectivamente.

Desde 1983 os valores do crédito para as cooperativas não ultrapassava a casa dos dez bilhões. Na década de oitenta, a média dos financiamentos foi de R\$ 10,9 bilhões, nos anos noventa, a média caiu para R\$ 3,2 bilhões e nos anos 2000 a média foi de R\$ 6,1 bilhões.

A tendência é que o valor continue aumentando. Em 2011 os repasses de crédito para o setor foram de R\$ 15,1 bilhões e em 2012, R\$ 14,6 bilhões.

É interessante mencionar que praticamente todo o montante de crédito repassado às cooperativas é destinado à atividade agrícola, sendo os recursos à pecuária inferiores a 1% na série analisada. Com relação à finalidade, grande parte foi direcionado ao custeio agrícola. Na **Tabela 13** pode-se visualizar a distribuição dos valores por finalidades (BCB, 2012).

Tabela 13: Financiamentos concedidos às Cooperativas por Finalidade

	Custeio	%	Invest.	%	Comer.	%	Total
2000	2.535,4	82,6	89,0	2,9	445,1	14,5	3.069,5
2001	2.988,9	82,5	105,1	2,9	529,0	14,6	3.623,0
2002	3.545,8	83,0	42,7	1,0	683,5	16,0	4.272,1
2003	3.943,5	82,4	105,3	2,2	737,0	15,4	4.785,8
2004	4.812,4	83,6	86,3	1,5	857,7	14,9	5.756,4
2005	4.085,4	76,1	144,9	2,7	1.138,1	21,2	5.368,4
2006	3.891,5	69,6	145,4	2,6	1.554,3	27,8	5.591,2
2007	6.375,8	76,1	268,1	3,2	1.734,3	20,7	8.378,2
2008	8.204,3	76,7	427,9	4,0	2.064,4	19,3	10.696,6
2009	7.246,4	69,9	984,8	9,5	2.135,6	20,6	10.366,8
2010	7.493,3	66,2	1.652,6	14,6	2.173,3	19,2	11.319,2
Total	56.458,2	77,1	3.075,5	4,2	13.547,0	18,5	73.227,2

* Valores em Milhões de Reais. Corrigidos pelo IGP-DI (2010) – Índice médio anual.

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural – Banco Central do Brasil.

Na série analisada, o custeio correspondeu a 77% dos valores, acumulando R\$ 56,4 bilhões, enquanto a comercialização somou R\$ 13,5 bilhões, média de 19% dos valores e os investimentos participaram com R\$ 3 bilhões, 6,1% do total.

A alta participação do custeio nos valores totais destinados as cooperativas indica que a maioria dos recursos são repassados à produtores rurais para financiamento de safra.

O custeio chegou a atingir R\$ 8 bilhões em 2008 e após isso perdeu valores. O percentual de tomada de crédito, que em 2000 era de 82%, em 2010 caiu para 66%. Essa perda de participação se deve ao avanço dos recursos para investimento e comercialização.

Entre 2000 e 2010, os investimentos cresceram de R\$ 89 milhões para R\$ 1,6 bilhão. Em 2009 e 2010 houve um crescimento significativo dos investimentos, sendo que somente esses dois anos representam 86% do total analisado.

A comercialização também cresceu sua participação com relação a primeira metade da década. Os valores aumentaram de R\$ 445 milhões em 2000 para R\$ 2,1 bilhões em 2010.

Com relação ao custeio total no país, que na década de 2000 somou R\$ 235,7 bilhões, no mesmo período, o custeio que passou pelas cooperativas foi de R\$ 47,6 bilhões, equivalendo a 20% do total.

Na comercialização, a participação das cooperativas foi de R\$ 11,8 bilhões, sendo que o total do crédito para essa finalidade foi de R\$ 80,9 bilhões, ou seja, a percentual de participação das cooperativas foi de 14,5%.

Nos investimentos, as cooperativas tiveram participação mais reduzida com relação ao total, sendo apenas de 2,5%. Na década elas somaram R\$ 2,3 bilhões, enquanto o total de investimentos na agropecuária brasileira foi de R\$ 91 bilhões.

Para além desses recursos oficiais, é importante salientar que as cooperativas possuem formas alternativas de financiamento. No caso do custeio, são comuns nestas associações a “venda antecipada” ou “contratos de troca”, formas de financiamentos gestados durante a crise do crédito.

Esses contratos funcionam como mecanismos para adiantar ao produtor os insumos necessários para o plantio, acompanhado de assistência técnica prestada pela cooperativa. No momento da colheita, o produtor paga seu débito com a empresa via entrega da produção. Isso gerou benefícios aos dois lados, para o produtor que garante a safra e para a cooperativa que garante o recebimento da produção.

Com relação à “comercialização”, destacam-se as vantagens de armazenagem que os sócios possuem o que evita a utilização de recursos para tal finalidade.

3.4 A distribuição espacial do crédito para cooperativas

Com relação à distribuição espacial dos recursos, o crédito destinado às cooperativas concentrou-se nas regiões Sul e Sudeste do país. A **Tabela 14** apresenta a participação de cada região na tomada de crédito.

Sul e Sudeste representam mais de 90% do total do crédito entre 2000 e 2010. Na soma do período analisado, as regiões possuem R\$ 69 bilhões de um total de R\$ 73 bilhões.

O Sul é o principal tomador de recursos. Na média dos anos, a região corresponde a 55% do total. Em 2002 e 2003 chegou a representar 65% e 67%. Em 2000, os recursos aplicados na região foram de R\$ 1,8 bilhão, aumentando gradativamente ao longo dos anos, chegando a R\$ 5,3 bilhões em 2010. A região é onde o sistema cooperativo mais se destaca.

Tabela 14: Distribuição regional do crédito para cooperativas entre 2000/10

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total
2000	7	22	211	992	1.838	3.070
2001	4	26	248	1.259	2.087	3.623
2002	1	8	264	1.198	2.800	4.272
2003	27	29	298	1.225	3.207	4.786
2004	1	40	307	1.681	3.727	5.756
2005	14	79	173	1.817	3.285	5.368
2006	7	85	175	2.506	2.818	5.591
2007	7	142	248	3.852	4.129	8.378
2008	17	267	384	4.495	5.537	10.697
2009	23	106	366	4.267	5.604	10.367
2010	50	182	502	5.199	5.385	11.319
Total	50	986	3.176	28.492	40.419	73.227

* Valores em Milhões de Reais, Corrigidos pelo IGP-DI (2010).
Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural – Banco Central do Brasil.

O Sudeste até 2005 manteve-se bastante inferior ao Sul em valores. Em 2006, a região começa aumentar sua participação, evoluindo para 45%. Em 2007 e 2009 a região somou 46% dos recursos, ficando atrás do Sul, que nesses anos somou, respectivamente, 49% e 47%.

Na média dos anos, o Sudeste representou 37% dos valores totais. A região aumentou o volume de recursos de R\$ 992 milhões em 2000 para R\$ 5,1 bilhões em 2010.

São nessas duas regiões que se concentram a maior parte das cooperativas do país e possuem destaque também, na produção agropecuária. Assim, é natural que os recursos estejam aí concentrados.

O Centro-Oeste é o terceiro mais destacado, com pouco mais que 5% dos valores totais. O Nordeste é o próximo, com uma soma que varia em torno de 1% do total nos anos apresentados, e o Norte sequer atingiu um ponto percentual do total. Essas três regiões, por possuírem poucas cooperativas agrícolas têm o volume de recursos bem menor.

A distribuição do crédito de acordo com os estados apresenta com mais veemência a concentração de recursos. Apenas cinco estados são responsáveis por praticamente todos os recursos destinados ao setor. A **Tabela 15** destaca os principais estados tomadores de crédito para cooperativas.

Tabela 15: Distribuição do Crédito para Cooperativas – Principais Estados

	PR	MG	SP	RS	SC	Total	Brasil	%*
2000	1.023	477	477	568	250	2.797	3.070	91,1
2001	1.242	414	807	642	228	3.333	3.623	92,0
2002	1.563	345	854	1.000	236	3.999	4.272	93,6
2003	1.763	326	904	1.156	296	4.445	4.786	92,9
2004	2.194	447	1.233	1.138	406	5.418	5.756	94,1
2005	2.007	652	1.150	767	511	5.087	5.368	94,8
2006	1.533	1.219	1.269	779	503	5.302	5.591	94,8
2007	2.486	1.900	1.781	884	765	7.816	8.378	93,3
2008	3.365	2.408	1.881	1.183	989	9.826	10.697	91,9
2009	3.220	1.921	2.111	1.130	1.256	9.638	10.367	93,0
2010	2.990	2.670	2.240	1.260	1.130	10.289	11.319	90,9
Total	23.386	12.780	14.708	10.506	6.571	67.951	73.227	92,8

Valores em Milhões de Reais. Corrigidos IGP-DI (2010).

* Percentual dos Estados selecionados com relação ao total do Crédito.

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural – Banco Central do Brasil.

Juntos, estes estados representam mais de 90% de todo o crédito para cooperativas. Somando a tomada destes estados entre 2000 e 2010 têm-se R\$ 67,9 bilhões, sendo o total do crédito para cooperativas no Brasil foi de R\$ 73,2 bilhões.

O Paraná é o principal tomador. Com relação ao total no país, nos anos citados o estado representou 32%, acumulando R\$ 23,3 bilhões. Em seguida vem São Paulo, com R\$ 14,7 bilhões (20% do total), Minas Gerais com R\$ 12,7 bilhões (17,4%), Rio Grande do Sul com R\$ 10,5 bilhões (14,3%) e Santa Catarina com R\$ 6,7 bilhões (8,9%).

É importante destacar que o Paraná não possui política estadual de financiamento para cooperativas agropecuárias, o que aumenta a demanda pelos recursos federais. As associações do estado estão articuladas com a OCEPAR, SENADO e BRDE, justamente para obter mais recursos e pressionar na criação de políticas e programas, buscando o aumento nos valores e a queda das taxas de juros.

Com relação ao crescimento em números, Minas Gerais foi o estado que apresentou maior valor, saindo de R\$ 477 milhões em 2000 para R\$ 2,6 bilhões em 2010. O Paraná aumentou de R\$ 1 bilhão para R\$ 2,9 bilhões, e o Rio Grande do Sul cresceu de R\$ 477 milhões para R\$ 2,2 bilhões.

A ausência na tabela do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, que possuem considerável participação na produção agrícola, deve-se ao fato de que nestes estados o cooperativismo é pouco presente e em consequência, o crédito para o setor é baixo.

Com relação ao número de contratos, a **Tabela 16** demonstra as operações realizadas entre 2000 e 2010. Percebe-se que os principais estados são Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Tabela 16: Distribuição dos Contratos para Cooperativas – Principais Estados

	PR	MG	SP	RS	SC	Total	Brasil	%
2000	881	840	473	1.020	391	3.605	4.181	86,2
2001	642	594	646	637	297	2.816	3.217	87,5
2002	1.292	257	622	3.014	256	5.441	5.781	94,1
2003	1.422	260	589	2.853	327	5.451	5.882	92,7
2004	1.217	330	795	1.186	463	3.991	4.353	91,7
2005	927	386	821	979	615	3.728	4.113	90,6
2006	867	459	1.000	950	1.039	4.315	4.937	87,4
2007	1.139	1.804	1.343	926	1.121	6.333	7.306	86,7
2008	1.145	1.974	1.361	1.035	2.024	7.539	8.822	85,5
2009	1.004	1.704	1.365	862	3.262	8.197	9.324	87,9
2010	1.414	2.246	1.327	1.421	3.499	9.907	11.561	85,7
Total	11.950	10.854	10.342	14.883	13.294	61.323	69.477	88,7

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural – Banco Central do Brasil.

Os cinco estados correspondem a 89% dos contratos realizados. O Rio Grande do Sul acumulou no período 14.883 contratos, seguido de Santa Catarina com 13.294 contratos.

Santa Catarina aumentou significativamente o número de contratos nos últimos anos, somente entre 2006 e 2010 o estado somou 10.945 operações. Outro estado que se destacou

nos últimos anos foi Minas Gerais, que entre 2006 e 2010 acumulou 8.187 contratos. Ambos estados foram nos últimos anos os principais contratantes.

São Paulo também cresceu nos últimos anos. Entre 2000 e 2005 o estado somou apenas 3.946 e entre 2006 e 2010 o número de contratos subiu para 6.396.

Em contraposição a esses, Paraná e Rio Grande do Sul diminuiram o número de operações. Entre 2000 e 2005 os estados somaram, consecutivamente, 6.381 e 9.689 contratos, que representa 60% de todos os contratos do período. Porém, após 2005 os contratos diminuiram, e entre 2006 e 2010 o Paraná somou 5.569 e o Rio Grande do Sul 5.194, o que representa apenas 25% do total de contratos entre os cinco estados no mesmo período.

Com relação aos valores médios dos contratos, ao longo dos anos a média nacional aumentou e depois diminuiu. Em 2000 o valor médio era de R\$ 730 mil por operação. Em 2004 esse valor sobe para R\$ 1,3 milhão, diminuindo novamente para R\$ 980 mil em 2010.

Tabela 17: Valores médios dos Contratos para Cooperativas – Principais Estados

	PR	MG	SP	RS	SC	Brasil
2000	1,16	0,57	1,01	0,56	0,64	0,73
2001	1,93	0,70	1,25	1,01	0,77	1,13
2002	1,21	1,34	1,37	0,33	0,92	0,74
2003	1,24	1,25	1,53	0,41	0,91	0,81
2004	1,80	1,35	1,55	0,96	0,88	1,32
2005	2,17	1,69	1,40	0,78	0,83	1,31
2006	1,77	2,66	1,27	0,82	0,48	1,13
2007	2,18	1,05	1,33	0,95	0,68	1,15
2008	2,94	1,22	1,38	1,14	0,49	1,21
2009	3,21	1,13	1,55	1,31	0,39	1,11
2010	2,11	1,19	1,69	0,89	0,32	0,98
Total	1,96	1,18	1,42	0,71	0,49	1,05

Valores em Milhões de Reais. Corrigidos IGP-DI (2010).

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural – Banco Central do Brasil.

As melhores médias estão no Paraná e em São Paulo, sendo R\$ 1,9 milhão e R\$ 1,4 milhão. O Paraná chegou a possuir média de R\$ 2,9 milhões em 2008 e R\$ 3,2 milhões em 2009.

São Paulo apresenta um crescimento contínuo ao longo dos anos, com exceção de 2005 e 2006 quando os valores diminuem, mas logo voltam a crescer.

Em Santa Catarina as médias são menores, na somatória dos anos é de apenas 490 mil reais. Na primeira metade dos anos 2000, o valor médio dos contratos era superior, porém após 2005 está diminuindo.

Minas Gerais, entre 2002 e 2006, teve um perceptível aumento na média, chegando a R\$ 2,6 milhões e logo após diminuindo os valores.

O Rio Grande do Sul oscilou nos anos observados. Chegou a somar R\$ 1,1 milhão em 2001, logo após diminuindo sua média para R\$ 330 mil e novamente aumentando em 2008 e 2009.

Comparando com as médias dos contratos do Crédito Rural para produtores rurais, que em 2010 foi cerca de R\$ 30 mil, a média dos contratos das cooperativas são extremamente elevados, R\$ 980 mil.

Essa diferença aumenta se compararmos com a média dos contratos do PRONAF, que em 2010 foram de R\$ 7.500. Essa política é responsável por 67,8% de todos os contratos de crédito rural no país.

Isso ocorre porque as cooperativas financiam grandes volumes de recursos, que depois são repassados aos associados. Nesse sentido, os produtores recorrem à cooperativa para obter recursos para custeio e investimentos, como: compra de máquinas e equipamentos (trator, plantadeira, colheitadeiras, carretas, etc.), construção de aviários, chiqueiros, sistemas de irrigação, ordenhadeiras, compra de fertilizantes e adubos para correção de solo e outras estruturas e investimentos que viabilizem sua atividade.

Além desses recursos repassados pelos SNCR para as cooperativas existem políticas de capitalização específicas para o setor, como o RECOOP do final da década de 1990 e o PRODECOOP e PROCAP-AGRO nos anos 2000. Ambos serão analisados a seguir.

3.5 Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (PRODECOOP)

O Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (PRODECOOP) foi criado em 2003 e desde então tem sido a principal política de crédito para o cooperativismo agropecuário.

O programa destina-se a fornecer recursos para investimento em infra-estrutura, com o objetivo de incrementar a competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas

brasileiras por meio da modernização dos sistemas produtivos e de comercialização. A fonte dos recursos provém do Tesouro Nacional, equalizados pelo BNDES (Resolução BANCEN nº 2.987, 2002).

Os objetivos do PRODECOOP, como observado, são bem diferentes do RECOOP. Porém, como aponta Alves (2003), existe uma relação entre ambos: a renegociação das dívidas das cooperativas realizada pelo RECOOP permitiu não apenas o alongamento dos débitos vencidos, mas, a eliminação de restrições a novos empréstimos, devido à melhoria da situação cadastral dessas empresas junto ao SFN (Sistema Financeiro Nacional). Com isso, tornou-se viável a implantação de uma linha de crédito como o PRODECOOP.

Inicialmente o valor máximo de empréstimo por cooperativa era R\$ 20 milhões. Em 2005/06 aumenta para R\$ 35 milhões e em 2009/10 para R\$ 50 milhões. Em 2012 o limite aumenta para 100 milhões.

A taxa de juros foi fixada em 10,75% ao ano. Em 2006/07 os juros baixaram para 8,75% ao ano, em 2007/08 para 6,75% ao ano e em 2012 para 5,5% ao ano. Sobre os prazos de pagamento, são de doze anos, com três anos de carência.

Entre os itens que o programa financia, destacam-se os projetos de instalação, ampliação e modernização de indústrias ligadas ao processamento e beneficiamento vegetal (fibras, cereais, oleaginosas, legumes, vegetais, ervas, frutas, sucos, grão em geral), animal (carnes suína, aves, pescados, ovos, leite, e couro), indústrias de produção de álcool, açúcar e biodiesel, fábrica de rações, fertilizantes, Unidades de Beneficiamento de Sementes (UBS), etc.

A **Tabela 18** demonstra a evolução dos recursos destinados ao PRODECOOP, separados pela programação e aplicação entre jul-2002/jun-03 e jul-2010/jun-11.

Tabela 18: Programação e aplicação de recursos do PRODECOOP

Ano	Programação	Aplicados	Crescimento	Percentual*
jul/02 a jun/03	250	23	-	9%
jul/03 a jun/04	450	140	508,7	31%
jul/04 a jun/05	550	289	106,5	53%
jul/05 a jun/06	550	304	5,2	55%
jul/06 a jun/07	450	239	-21,4	51%
jul/07 a jun/08	450	572	139,3	127%
jul/08 a jun/09	1.000	939	64,2	94%
jul/09 a jun/10	2.000	1.616	72,1	81%
jul/10 a jun/11	2.000	1.040	-35,6	52%
jul/11 a jun/12	2.000	410	-60,6	20,5%
Total	9.700	5.572	-	57,4%

* Percentual de aplicação dos Recursos. Valores em Milhões de R\$ Correntes.

Fonte: MAPA (Organizado pelo Autor).

Somando o total do que foi programado para o PRODECOOP tem-se R\$ 9,7 bilhões, sendo que 57,4% dos recursos foram utilizados.

Ao longo dos anos aumentaram os valores programados, de R\$ 250 milhões em 2003, depois variando entre 450 e 550 milhões, e após 2008 houve crescimento considerável, primeiro para R\$ 1 bilhão e depois R\$ 2 bilhões.

Em 2008/09, quando há a queda na taxa de juros do programa para 6,75%, a aplicação dos recursos aumentou de R\$ 572 milhões para R\$ 939 milhões, crescimento de 64%. No mesmo ano o governo também mudou os valores programados, de R\$ 450 milhões para R\$ 1 bilhão.

O auge do PRODECOOP, considerando os valores aplicados, vai de 2007/08 a 2010/11, quando foram aplicados R\$ 4,1 bilhões, 74,7% do total observado.

A aplicação dos recursos aumentou de R\$ 23 milhões em 2002/03 para R\$ 1,6 bilhão em 2009/10. Depois de 2010 os valores aplicados diminuíram, caindo para R\$ 410 milhões em 2011/2012.

Entre 2010/11 houve decréscimo nos recursos aplicado para cerca de R\$ 1 bilhão (-35,6%), que se intensificou em 2011/12 quando os valores atingem apenas R\$ 410 milhões (-60,6%).

Segundo o Globo Rural (2011), em 2011 ocorreu remanejamento de recursos do PRODECOOP para o PROCAP-AGRO no valor de R\$ 1 bilhão. Por isso a brusca queda nos valores desta política a partir desta data.

A **Tabela 19** demonstra os dados da evolução das operações/contratações realizadas pelo PRODECOOP.

Tabela 19: Número de operações realizadas pelo PRODECOOP

Ano	Operações	Crescimento¹	Acumulado²
jul/03 a jun/04	217	-	-
jul/04 a jun/05	462	112,9	112,9
jul/05 a jun/06	390	-15,6	79,7
jul/06 a jun/07	323	-17,2	48,8
jul/07 a jun/08	400	23,8	84,3
jul/08 a jun/09	473	18,3	118
jul/09 a jun/10	514	8,7	136,9
jul/10 a jun/11	293	-43,0	35
jul/11 a jun/12	176	-39,9	-18,9
Total	3.248	-	-

¹ Crescimento Anual em porcentagem. ² Crescimento com base em jul/03-jun/04.

Fonte: MAPA (Organizado pelo Autor).

Nos anos apresentados o programa somou 3.248 operações, destacando-se os anos de 2004/05, 2008/09 e 2009/10, que juntos correspondem a 1.449 operações, 44% do total demonstrado.

Da metade de 2007 até metade de 2010 houve aumento no número de operações, atingindo 514 contratos em 2009/10. Contudo, a partir deste ano o número de operações diminuiu, chegando a 176 entre 2011/12, a menor quantidade registrada. Assim como os valores, as operações também declinaram.

Calculando a média dos valores das operações, os melhores números correspondem aos anos de 2010/11 com R\$ 3,5 milhões por operação, 2009/10 com R\$ 3,1 milhões, 2008/09 com R\$ 1,9 milhão, 2011/12 (mesmo com a queda nas operações e valores) teve média de R\$ 1,5 milhão e 2007/08 com R\$ 1,4 milhão. Os demais anos variaram entre 625 e 779 mil reais por operação.

Com relação a distribuição espacial dos recursos do PRODECOOP, o Sul corresponde a 73,7% do total, seguindo pelo Sudoeste com 21,2% e Centro-Oeste com 4,4%. A participação do Norte e Nordeste é inexpressiva, sendo que juntas as regiões não somam 1% dos recursos totais.

A **Tabela 20** destaca a distribuição dos recursos nos principais estados. Juntos, os sete estados somam 97,2% dos recursos aplicados, o que equivale a R\$ 4,7 bilhões na soma dos anos.

Tabela 20: Principais Estados tomadores de recursos do PRODECOOP

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Soma ²	% ³
MG	1,0	16,1	87,3	28,4	0,5	-	5,4	4,1	-	142,8	2,9
ES	-	-	0,2	-	32,2	20,5	232,9	172	66,56	524,3	9,7
SP	7,3	14,5	8,0	14,8	14,5	45,8	190,1	171,7	11,57	478,3	8,9
PR	30	110,4	168,1	89,4	243,1	289,3	690,6	680,1	292,5	2.593	48,1
SC	22,1	32,9	22,7	47,5	65,4	120,1	173,7	147,3	59,38	691,1	12,8
RS	14,9	41,8	33,5	22,2	77,4	146,4	151,5	179,6	24,01	691,3	12,8
GO	-	20	-	-	-	5,8	83,6	17	1,37	127,7	2,4
Soma¹	75,3	235,7	319,8	202,2	433,1	627,8	1.528	1.372	455,4	5.248	97,4
Total	75,3	238,0	329,3	202,2	434,1	643,5	1.579	1.431	456,9	5.389	100

Valores em Milhões de R\$ Correntes.

¹ Soma dos sete Estados no ano. ² Soma do Estado no período analisado. ³ Porcentagem de participação do Estado nos recursos totais. Fonte: MAPA (Organizado pelo Autor).

O estado que mais se destacou foi Paraná, que na somatória teve R\$ 2,59 bilhões, sendo 48,1% do total. Em 2007 e 2011 foram os anos em que o estado teve a maior participação percentual, de 56% e 64% com relação ao total no Brasil.

Os seguintes principais tomadores foram Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que somaram R\$ 691 milhões cada, 12,8% do total.

O Espírito Santo somou R\$ 524 milhões, 9,7% do total, seguido de São Paulo com R\$ 478 milhões, 8,9% do total. Minas Gerais obteve apenas 2,9% dos recursos, equivalente R\$ 142,8 milhões e Goiás somou R\$ 127,7 milhões, 2,4% do total.

Entre 2008 e 2009 ocorre aumento considerável nos valores do programa, perceptível em todos os estados apresentados. Isso se deve tanto pelo aumento dos recursos disponibilizados pelo governo, como pela queda dos juros, que tornou os investimentos mais atrativos. Na soma dos estados citados, entre 2008 e 2009 houve aumento de 143% com acréscimo de 900 milhões de reais.

No Paraná o aumento foi de 289 para 690 milhões de reais, correspondendo a 138% (+ R\$ 400 milhões). No Espírito Santo o aumento foi de mais 1.000%, de R\$ 20 para R\$ 232 milhões (+ R\$ 212 milhões). Em São Paulo o aumento foi de 315%, de R\$ 45 para R\$ 190 milhões (+ R\$ 144,4 milhões). Em Goiás houve aumento de 1.341%, de R\$ 5,8 para R\$ 83

milhões (+ R\$ 77,8 milhões) e em Minas Gerais, que em 2008 não teve participação, em 2009 obteve R\$ 5,4 milhões. Em Santa Catarina os valores aumentaram de R\$ 120 para R\$ 173 milhões, cerca de 45% de aumento (+ R\$ 53 milhões) e Rio Grande Sul aumentou de R\$ 146 para R\$ 151 milhões, 3,4% a mais.

Em 2008, os estados citados representavam na média 98,9% do total e nos anos seguintes esse percentual diminuiu, para 96,7% em 2009 e 95,8% em 2010. Isso ocorre devido a participação de outros estados que aumentaram nos últimos anos.

No Sul, onde o programa é mais destacado, um dos agentes mais importantes na distribuição de recursos é o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). A **Tabela 21** expressa a distribuição dos recursos pelo BRDE nos últimos anos e a participação destes recursos nos desembolsos totais do banco.

Tabela 21: Participação do PRODECOOP nos desembolsos do BRDE

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Soma
PRODECOOP	216,2	201,5	383,2	507,2	556,6	313,0	2.177
Total BRDE	1.001	1.115	1.582	2.242	1.830	1.751	9.521
Porcentagem	21,6	18,0	21,8	22,7	30,4	17,8	22,0

Valores em Milhões de R\$ Correntes.

Fonte: Relatórios de Administração – BRDE, 2006/2011.

Em 2006 foi disponibilizado via BRDE, cerca de R\$ 216 milhões e em 2007, R\$ 201 milhões. Em 2008 houve aumento para R\$ 383 milhões, em 2009 para R\$ 507 milhões, 32% a mais que no ano anterior, e em 2010 R\$ 556 milhões, 9,7% a mais que em 2009. Em 2011, os valores diminuem para R\$ 313 milhões, sendo essa queda uma tendência do programa.

Somando os anos apresentados, o PRODECOOP apresentou o valor de R\$ 2,1 bilhões, equivalente a 22% de todos os desembolsos do BRDE entre os anos. Esse valor corresponde a 43% dos recursos do PRODECOOP no Brasil no mesmo período.

Com relação ao percentual de participação do PRODECOOP dentro do BRDE, em 2006 o programa correspondeu a 21,6% dos desembolsos totais do banco, só perdeu para o BNDES Automático, que teve desembolsou R\$ 240,4 milhões (24%). Em 2007 e 2008, o PRODECOOP novamente é o segundo programa mais destacado, ficando atrás do BNDES Automático, que somou R\$ 283,9 milhões (25,5%) em 2007 e R\$ 356,6 milhões (22,5%) em 2008.

Em 2009 o PRODECOOP passa ser o principal programa de financiamento no BRDE, respondendo por 22,7% dos recursos do banco e 30,4% em 2010. Em 2011 a participação do programa diminuiu para 17,8%. Entre 2006 e 2011 o PRODECOOP disponibilizou na sua totalidade cerca de R\$ 4,7 bilhões, tendo o BRDE distribuído R\$ 2,1 bilhões, equivalente a 44,6% do total (Relatório de Administração, BRDE, vários anos).

3.6 Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (PROCAP-AGRO)

O Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (PROCAP-AGRO) surgiu em 2009, tendo como principal objetivo promover a recuperação ou a reestruturação patrimonial das cooperativas de produção agropecuária, agroindustrial, aquícola ou pesqueira; permitir o saneamento financeiro por meio da integralização de quotas-parte das cooperativas; e financiar capital de giro visando atender as necessidades imediatas operacionais das cooperativas (BNDES, 2012).⁴⁷

A taxa de juros do programa varia de acordo com a finalidade. Inicialmente, a taxa cobrada era de 6,75% ao ano, contudo, na última resolução (BACEN, nº 4.105) os juros foram alterados para 9% ao ano para capital de giro e 5,5% ao ano para integralização de quotas-parte do capital social.

Os recursos são provenientes do BNDES podendo beneficiar-se do programa os produtores cooperados e as cooperativas. Com relação ao prazo para o financiamento, variam de dois (capital de giro) a seis anos (demais operações). O limite de financiamento é de R\$ 50 milhões por cooperativa e o máximo para cooperados é de 40 mil para a integralização de cotas-partes.

É importante destacar que o PROCAP-AGRO surge justamente no momento de crise internacional. Com a recessão nos países mais desenvolvidos houve a diminuição do fluxo de recursos financeiros, que em parte eram utilizados pelas cooperativas para sua capitalização. Esse contexto pressionou o governo para criar uma linha que atendesse a demanda do setor para formação de capital de giro.

⁴⁷ A criação do PROCAP-AGRO em 2009 foi também uma resposta à crise internacional, onde os grupos internacionais diminuíram boa parte dos recursos de financiamento privado no primeiro momento. Isso limitou os recursos de capital de giro disponibilizado por empresas de comercialização de insumos e cereais ligadas ao capital financeiro internacional.

Dentre os objetivos do programa, podemos destacar o financiamento do capital de giro, que é onde se concentra a maior parte dos recursos. De acordo com Alves (2003), como as cooperativas agropecuárias assumem frequentemente o papel de repassadoras de recursos de terceiros a seus associados, o endividamento dessas empresas tende a ser mais elevado do que aquele verificado em outros segmentos da economia. Além daqueles recursos, as cooperativas também necessitam de capital de giro para financiar suas próprias atividades.

Em 2011/12, por exemplo, de acordo com o Plano Agrícola e Pecuário, dos R\$ 2 bilhões previstos para o PROCAP-AGRO, cerca de R\$ 1,4 bilhões atenderá Capital de Giro (70%) e R\$ 600 milhões será destinado a cotas-partes e saneamento financeiro (30%).

A **Tabela 22** demonstra a evolução dos valores programados e aplicados, e o número de operações realizadas entre 2009 e 2011.

Tabela 22: Evolução do PROCAP-AGRO entre jul/2009 a jun/2012

	Programação	Aplicados	%	Operações
jul/09 a jun/10	2.000	698	35%	174
jul/10 a jun/11	2.000	2.501	125%	894
jul/11 a jun/12	2.000	2.463	123%	674
Total	6.000	5.662	94%	1.742

Valores Correntes em Milhões de R\$. Percentual de aplicação dos recursos.

Fonte: MAPA (Organizado pelo Autor).

Os recursos programados foram de R\$ 6 bilhões, dos quais R\$ 5,6 bilhões foram aplicados, cerca de 84%. Em 2009/10 foram aplicados apenas 35% dos recursos programados, equivalente a R\$ 698 milhões. Nos anos seguintes os recursos programados não foram suficientes, em 2010/11 o valor aplicado foi 125% do programado e em 2011/12 foi de 123%, tendo que ser acrescentado ao programa mais R\$ 964 milhões nestes anos.

Com relação às operações realizadas, em 2009/10 (dezembro à junho) somaram 174, aumentando para 894 no ano seguinte, e queda de 24,6% em 2011/12, com 674 operações. Houve queda mais acentuada nos contratos do que nos valores, que em 2011/12 registra queda de 1,5%. Isso que corresponde a um aumento médio no valor dos financiamentos. Em 2009/10 a média era de R\$ 4 milhões por operação, em 2010/11 foi de R\$ 2,7 milhões e em 2011/12 sobre para R\$ 3,6 milhões.

Comparado com as aplicações do PRODECOOP no mesmo período, que foi de R\$ 3 bilhões, o volume alocado pelo PROCAP-AGRO foi cerca de 84% maior, somando R\$ 5,6 bilhões.

Em 2011 houve um remanejamento de recursos do PRODECOOP para o PROCAP-AGRO no valor de R\$ 1 bilhão com o objetivo de financiar capital de giro às cooperativas na safra 2011/2012. A demanda de recursos para essa finalidade fez com que os recursos migrassem para PROCAP, pois no PRODECOOP a função é investimento em modernização de sistemas produtivos e de comercialização.

Para a safra 2012/13, os recursos programados para o PROCAP-AGRO foram de R\$ 3 bilhões, sendo R\$ 2 bilhões somente para capital de giro (Plano Agrícola e Pecuário – 2012/13). A **Tabela 23** demonstra a espacialização dos recursos em 2010 e 2011, sendo que nestes anos foram aplicados 80% do total do programa.

Tabela 23: Distribuição dos recursos do PROCAP-AGRO por Estados

	2010	%¹	2011	%¹	Soma	%¹
MG	185,0	8,9	342,0	13,89	527,0	11,64
SP	419,4	20,3	335,2	13,61	754,6	16,67
PR	787,0	38,1	860,6	34,95	1.647	36,39
RS	244,5	11,8	394,9	16,04	639,4	14,12
SC	281,0	13,6	345,2	14,02	626,2	13,83
GO	85,4	4,1	50,9	2,07	136,3	3,01
Total	2.002	96,9	2.328	94,5	4.331	95,6

¹ Participação do estado do total dos recursos do PROCAP-AGRO. Valores Correntes em Milhares de R\$.
Fonte: MAPA (Organizado pelo Autor).

O Paraná é onde se destinam a maior parte dos recursos, com 36,3%, equivalente a R\$ 1,6 bilhão. São Paulo participou com 16,6%, sendo R\$ 754 milhões. O Rio Grande do Sul somou R\$ 639 milhões (14%), Santa Catarina com R\$ 626 milhões (13,8%), Minas Gerais com R\$ 527 milhões (11,6%) e Goiás com apenas R\$ 136 milhões (3%). Juntos, os estados citados representam 95,6% do programa, somando R\$ 4,3 bilhões.

No crescimento observado entre 2010 e 2011, Minas Gerais registrou o maior incremento de valores, cerca de R\$ 157 milhões, aumentando de R\$ 185 para R\$ 342 milhões (84%). O Rio Grande do Sul registrou incremento de R\$ 150 milhões, saindo de R\$ 244 para R\$ 394 milhões (61%). O Paraná cresceu de R\$ 787 para R\$ 860 milhões, aumento de R\$ 73 milhões (9,3%), Santa Catarina aumentou de R\$ 281 para 345 milhões, cerca de 65 milhões a mais (22%). Os estados que mais perderam recursos nesse período foram: Goiás que diminuiu sua participação de R\$ 85 milhões para R\$ 50 milhões, queda de 41%; e São Paulo que diminuiu de R\$ 416 milhões para R\$ 335 milhões, queda de 20%.

3.7 Mudanças no mercado mundial e as exportações cooperativas

Outro fator que contribuiu para o crescimento das cooperativas brasileiras após os anos 2000 foi o contexto externo favorável (apesar da fase “b” do ciclo longo). Somado ao apoio interno, sobretudo de políticas de investimento e estímulos às exportações, as vendas do setor aumentaram consideravelmente nos últimos anos.

Rangel (2005), destaca a importância dos impulsos externos sobre os movimentos da economia interna. Ao longo da história do Brasil, foram inúmeros acontecimentos que decorreram de mudanças no contexto político e econômico internacional até que o país engendrasses seu próprio ciclo interno, e mesmo assim, não ficando totalmente independente dos ciclos longos.

Neste sentido, analisar o recente contexto do mercado internacional contribuiu para compreender o papel do mercado mundial no desenvolvimento das cooperativas brasileiras após os anos 2000.

Como mencionado na introdução, apensar do ciclo longo estar desde a década de 1970 na sua fase recessiva, o comércio mundial nos anos mais recentes se intensificou. A partir disso as cooperativas brasileiras aumentaram os valores exportados.

Comparando as **Tabelas 24 e 25**, que demonstram as exportações das cooperativas e da agropecuária brasileira, durante os anos noventa e dois mil, é evidente a brusca mudança no comércio exterior.

Tabela 24: Participação das cooperativas nas exportações agropecuárias – 1990

	Exp. Agro.	Cresc.	Exp. Coop.	Cresc.	%¹
1990	8.848		657		7,4
1991	8.031	-9,2	562	-14,5	7,0
1992	9.188	14,4	604	7,5	6,5
1993	9.868	7,4	686	13,6	6,9
1994	12.785	29,6	637	-7,1	4,9
1995	13.630	6,6	917	43,9	6,7
1996	15.573	14,3	993	8,3	6,4
1997	16.660	6,9	1.059	6,6	6,3
1998	15.365	-7,8	877	-17,2	5,7
1999	13.960	-9,1	859	-2,0	6,1
Total	123.908	5,9	7.851	4,3	6,4

¹ Percentual de participação das Cooperativas nas Exportações totais.
Em milhões de US\$. Fonte: IPEA, 2012/OCB, 2011. Valores Correntes.

Com relação aos anos noventa, as exportações não estabeleceram uma linha ascendente. Em muitos momentos, agropecuária e cooperativas registram quedas. O crescimento anual médio foi de 5,9% para a agropecuária contra 4,3% das cooperativas.

A somatória das exportações das cooperativas foi de US\$ 7,8 bilhões e a agropecuária somou US\$ 123 bilhões. Do começo dos anos noventa até o final houve diminuição da participação das cooperativas nas exportações totais da agropecuária. Em 1990 o setor representava 7,4%, diminuindo para 4,9% em 1994 e 6,1% em 1999.

É bom destacar, como descrito no capítulo anterior, que a década de 1990, em termos de política econômica, foi amplamente prejudicial para as cooperativas. O desempenho do setor estava em recessão, o que impactou sobre as exportações.

De 1994 à 1997 houve um súbito aumento de 66% nos valores, de US\$ 637 milhões para US\$ 1 bilhão. Contudo, após isso as exportações entraram em queda, chegando a R\$ 859 milhões em 1999.

Comparando com a década seguinte, as soma das exportações da agropecuária na década de 2000 foi a US\$ 321 bilhões, aumento de 160% e as cooperativas aumentaram as exportações para US\$ 22,3 bilhões, cerca de 185%.

Tabela 25: Participação das cooperativas nas exportações agropecuárias – 2000

	Exp. Agro.	Cresc.	Exp. Coop.	Cresc.	%¹
2000	12.897	-7,6	759	-11,6	5,9
2001	16.291	26,3	1.132	49,1	6,9
2002	17.076	4,8	1.096	-3,2	6,4
2003	21.286	24,7	1.304	19,0	6,1
2004	27.919	31,2	2.002	53,5	7,2
2005	31.795	13,9	2.253	12,5	7,1
2006	36.548	14,9	2.832	25,7	7,7
2007	44.546	21,9	3.301	16,6	7,4
2008	57.994	30,2	4.010	21,5	6,9
2009	54.599	-5,9	3.627	-9,6	6,6
2010	63.504	16,3	4.417	21,8	7,0
2011	81.551	28,4	6.175	39,8	7,6
Total	466.006	16,5	32.908	19,6	6,9

¹ Percentual de participação das Cooperativas nas Exportações totais.
Em Milhões de US\$. Fonte: IPEA, 2012/OCB, 2011. Valores Correntes.

As exportações de 2000 a 2011 cresceram 16,5% ao ano para a agropecuária e 19,6% ao ano para as cooperativas, o que indica melhor desempenho no comércio internacional das

cooperativas do que a agropecuária em geral. Na década de noventa, ocorreu o contrário, as cooperativas apresentaram evolução de apenas 4,3% ao ano, enquanto na agropecuária foi de 5,9%.

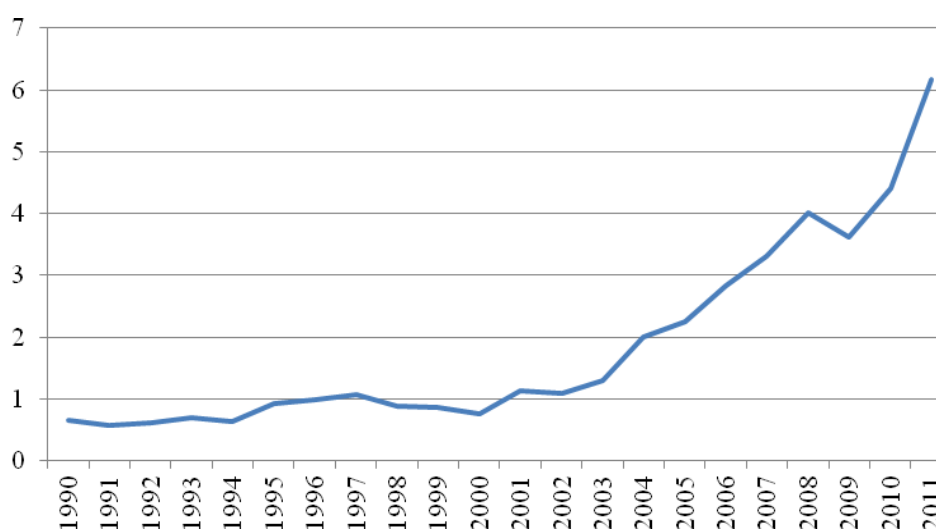
A participação das cooperativas no total exportado aumentou de 5,9% em 2000, para 7% em 2010 e 7,6% em 2011, fazendo com que o setor ganhasse mais espaço nas exportações agropecuárias, sobretudo, nos últimos anos.

Na crise internacional de 2008 as vendas foram afetadas. Em 2009 há queda, no caso da agropecuária de US\$ 57,9 bilhões para US\$ 54,5 bilhões (-5,8%), e para as cooperativas de US\$ 4 bilhões para US\$ 3,6 bilhões (-9,5%).

Em termos percentuais, a crise foi mais sentida pelas cooperativas, contudo, a retomada das exportações se demonstrou mais dinâmica para o setor, que cresceu em média 30,8% (21,8% em 2010 e 39,8% em 2011) após a crise, enquanto que as exportações da agropecuária cresceram 22,3% (16,3% em 2010 e 28,4% em 2011).

O **Gráfico 03** detalha a evolução das exportações das cooperativas na década de 1990 e 2000.

Gráfico 03: Exportações das Cooperativas Agropecuárias (Em Bilhões de US\$)



Fonte: OCB, 2011. Em bilhões de US\$ Correntes.

Entre 1990 e 2011 foram exportados cerca de US\$ 40,7 bilhões pelas cooperativas, sendo que na década de 1990 foram apenas US\$ 7,8 bilhões. Nos anos 2000 (2000 a 2009) o valor chegou a US\$ 22,3 bilhões.

A média das exportações até 2002, final do Governo FHC, era de US\$ 833 milhões por ano. Entre 2003 e 2011 a média foi de US\$ 2,99 bilhões por ano.

O crescimento mais vigoroso das exportações começa após 2003, momento de mudança no governo brasileiro. A partir de 2003, além da melhora nas condições de financiamento da agricultura e das cooperativas, houve incentivos fiscais,⁴⁸ incentivos para as exportações, agroindustrialização e outros fatores que aumentaram a competitividade das cooperativas. Há também a desvalorização cambial que se iniciou em 1999 que contribuiu para o crescimento das exportações.

Entre 2003 e 2004 houve crescimento de 53% nas exportações, o maior percentual de crescimento registrado. Na década passada ocorreu o contrário, onde foram registradas inúmeras quedas nas exportações, como em 1991 (-14,4%), 1994 (-7,1%), 1998 (-17,1%), 1999 (-2%), 2000 (-11,6%) e 2002 (-3,2%).

Após 2003, somente em 2009 houve queda nas exportações, de US\$ 4 bilhões para US\$ 3,6 bilhões. Essa diminuição pode ser atribuída à forte crise financeira de 2008, que retraiu as importações nos principais mercados das cooperativas (o estadunidense e europeu). Porém, como analisado anteriormente, os impactos da crise foram passageiros e em 2010 os valores voltaram a crescer.

Um dos principais fatores para o aumento das vendas internacionais foi o avanço de novos mercados no mundo, que passaram a comercializar com as cooperativas brasileiras, principalmente, países da Ásia, Oriente Médio e América.

O aumento da demanda internacional devido a melhora nas condições econômicas de muitos países, com aumento de renda e poder de compra, fizeram com que muitas nações passassem a importar mais, tornando-se novos consumidores dos produtos das cooperativas brasileiras.

O item a seguir, demonstra a evolução dos mercados das cooperativas brasileiras após 2000, e tem o objetivo de avaliar a importância dos novos e tradicionais países importadores para o crescimento das exportações das cooperativas nacionais.

Contudo, é bom destacar outros fatores que contribuíram para o crescimento nas exportações das cooperativas. Espíndola (2013), em seu estudo sobre os fatores que interferem no aumento do comércio internacional brasileiro – que no caso, também podem ser

⁴⁸ Conforme Filho e Pinheiro (2008), em 2003, através da Instrução Normativa nº358, editada pelo Governo Federal, foi eliminada a cobrança do PIS/Cofins para as cooperativas agropecuárias e de infra-estrutura.

atribuídos às vendas das cooperativas – cita que a inovação tecnológica em processos e produtos, câmbio, produtividade do capital, economias em escala e recursos naturais são elementos importantes no crescimento das exportações.

As políticas de financiamento, analisadas anteriormente, foi um dos elementos centrais para a reestruturação produtiva das cooperativas brasileiras na década mais recente, e, portanto, influenciou nas exportações das empresas. Para além da agroindústria, o crédito contribuiu para o aumento na produtividade do campo, refletindo também na maior entrega da produção na cooperativa.

Externamente, pode-se citar os preços elevados da soja, café, açúcar, álcool e carnes, que são os principais produtos exportados pelas cooperativas. O preço da soja (ton.), por exemplo, cresceu na média de 10% ao ano entre 2000 e 2010 (chegando a US\$ 388 em 2008), enquanto que na década de noventa, a média de evolução dos valores foi de 0,9%. A Cana-de-açúcar obteve taxa de evolução de 11,5% entre 2000 e 2010, enquanto na década passada do valor foi de 0,5% (IPEADATA, 2010).

O preço da tonelada do açúcar bruto aumentou de US\$ 175 em 2000 para US\$ 444 em 2010. O preço da tonelada do café apresentou crescimento surpreendente, de US\$ 1.613 em 2000 para US\$ 4.466 em 2011. A carne de frango cresceu cerca de 9% entre 2000 e 2010 e nos anos noventa a média foi de -3%. O preço da tonelada da carne de frango aumentou de US\$ 889 em 2000 para US\$ 1.979 em 2011. Com relação a carne suína, o preço médio da tonelada aumentou de US\$ 1.403 em 2000 para US\$ 2.949 em 2011 (MDIC-SECEX, 2012).

3.7.1 A ascensão de novos mercados consumidores e as cooperativas

Na década de 1990, a Europa foi o principal mercado das cooperativas agropecuárias brasileiras. Os Países Baixos (Holanda) foi o país mais destacado, sendo que entre 1990 e 1999 somou cerca de US\$ 1,49 bilhão, correspondendo a 20% das exportações totais (US\$ 7,49 bilhões) (MDIC, 1990).

A década de 2000, além do aumento nas exportações, houve a emergência de novos mercados consumidores, que acabou intensificando a venda externa do setor cooperativo.

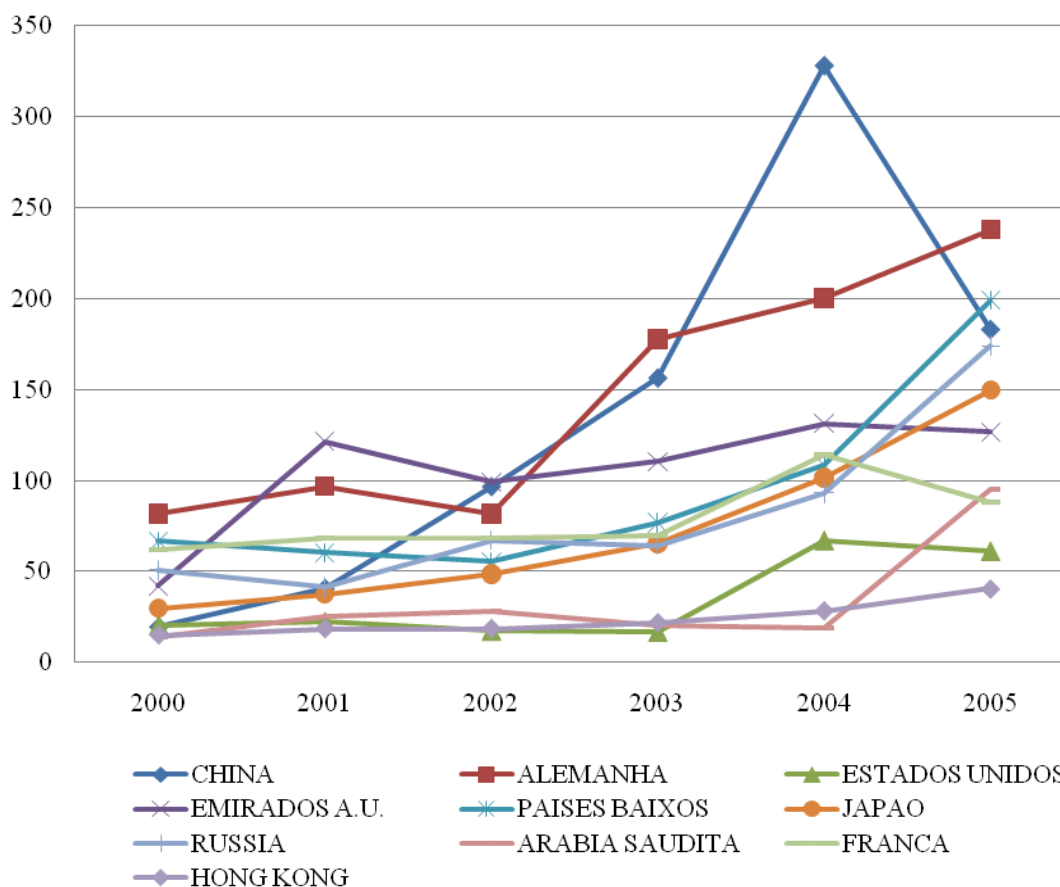
Os **Gráficos 04** e **05** destacam os principais destinos das exportações, primeiro entre 2000 e 2005 e depois entre 2006 e 2011. Foram selecionados os dez principais destinos, que entre os anos somaram US\$ 21,9 bilhões, cerca de 60% do total exportado. A divisão dos dados em dois gráficos objetiva a melhor análise das informações.

Na primeira metade dos anos 2000, podem-se visualizar, além dos países europeus, outras nações que começam a se destacar nas exportações das cooperativas brasileiras.

Na somatória, o principal importador das cooperativas brasileiras entre 2000 e 2010 foi a China, que acumulou US\$ 4 bilhões, seguido da Alemanha com US\$ 3,2 bilhões, os EUA com o valor de US\$ 2,8 bilhões, Emirados Árabes Unidos US\$ 2,6 bilhões, Países Baixo (Holanda) com US\$ 2,5 bilhão, Japão com US\$ 1,8 bilhão, Rússia com US\$ 1,5 bilhão, Arábia Saudita com US\$ 1,2 bilhão, França com US\$ 1,1 bilhão e Hong Kong com US\$ 916 milhões (MDIC, 2010).

O **Gráfico 04** apresenta os principais países destino das cooperativas entre 2000 e 2005. Os países que mais se destacavam em 2000 foram: Alemanha, Países Baixos (Holanda) e França. Ao longo da década, o país europeu que mais se destacou foi a Alemanha.

Gráfico 04: Principais destinos das exportações das Cooperativas – 2000/05



Valores em Milhões de US\$ Correntes. Fonte: MDIC.

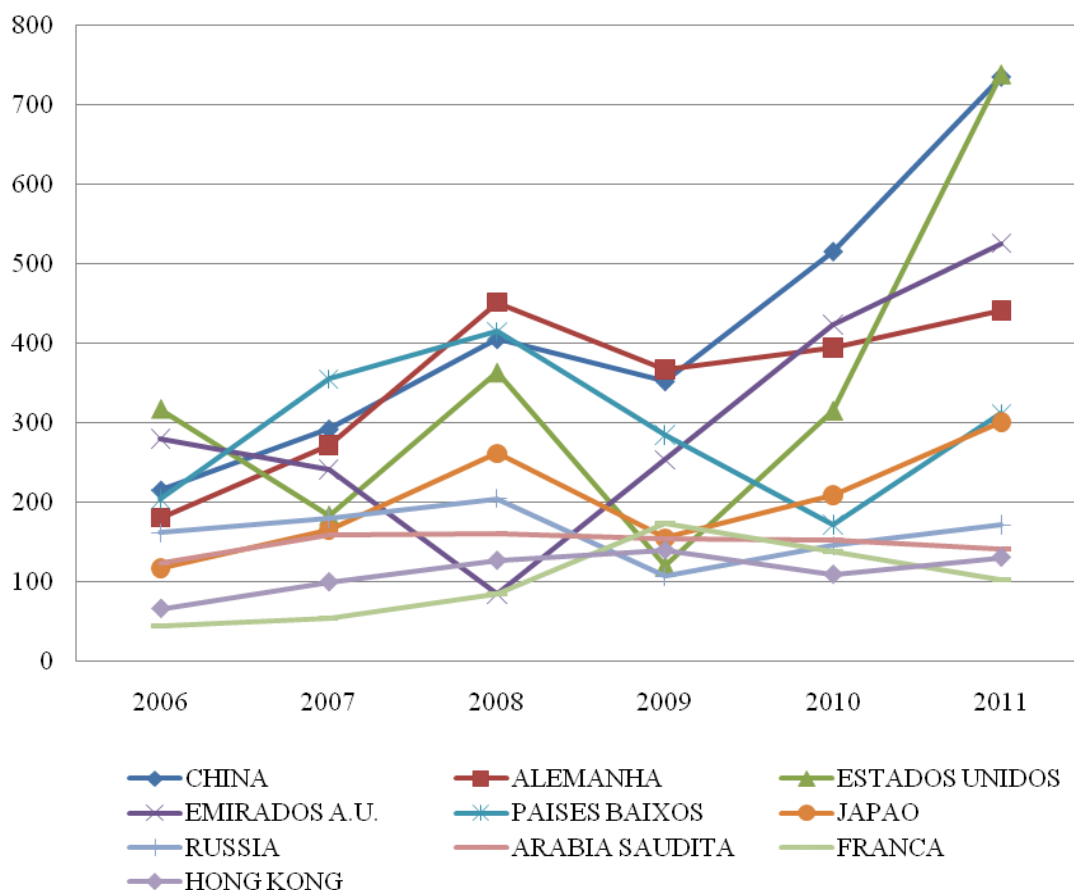
Em 2001, os Emirados Árabes Unidos foi o principal destino, e após isso, manteve-se com as exportações variando entre US\$ 100 e 150 milhões.

A China em 2002 aumentou suas importações, mantendo-se entre os principais mercados das cooperativas brasileiras. Em 2004 as importações atingiram US\$ 328 milhões.

O Japão, Rússia e Países Baixos (Holanda) mantiveram crescimento na primeira parte da década. Os EUA, Hong Kong e Arábia Saudita possuem pouca expressividade com relação aos demais países nesse primeiro momento da década.

No gráfico seguinte o valor das exportações aumenta consideravelmente. Entre 2000/05 a participação máxima de um país foi de US\$ 328 milhões em 2004, e nos anos seguintes chegam a quase US\$ 800 milhões.

Gráfico 05: Principais destinos das exportações das Cooperativas – 2006/11



Valores em Milhões de US\$ Correntes. Fonte: MDIC.

Um fator interessante nesse segundo gráfico é a evolução das exportações após a crise de 2008. A maioria dos países diminuíram suas importações em 2009, porém, algumas nações

se demonstraram mais dinâmicas após o impacto da recessão, tais como a China, EUA e Emirados Árabes Unidos.

Outras nações apresentaram crescimento moderado, como a Alemanha, Japão, Holanda e Rússia. E outros continuaram diminuindo suas importações, caso da França.

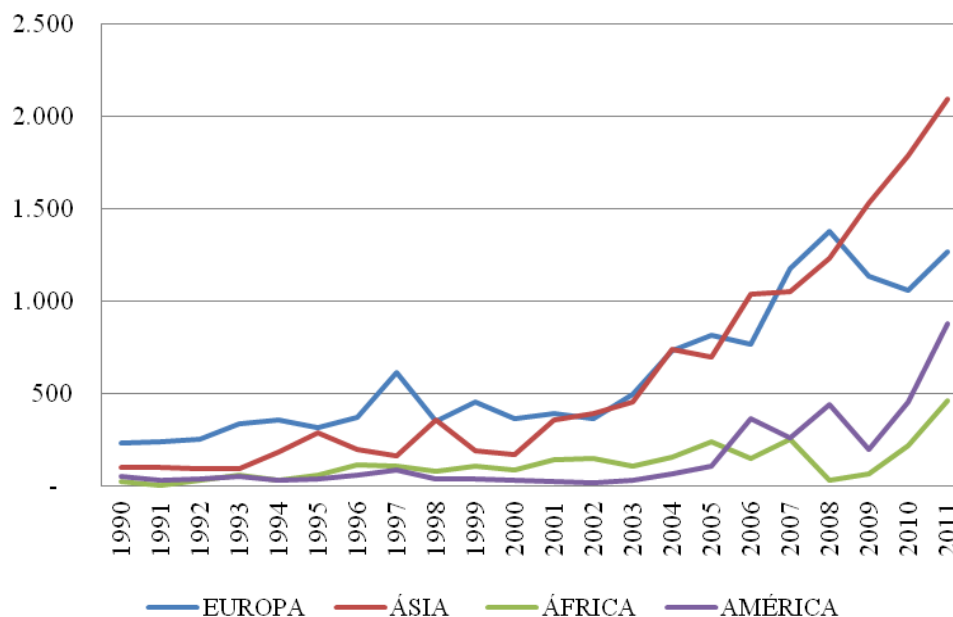
Entre 2008 e 2009 houve uma queda acentuada para alguns países, como os EUA, que diminuiu de US\$ 363 milhões para US\$ 120 milhões (-67%). A Rússia diminuiu de US\$ 205 milhões para US\$ 107 milhões (-47%), o Japão de US\$ 261 milhões para US\$ 155 milhões (-40%), os Países Baixos de US\$ 415 milhões para US\$ 285 milhões (-32%), a Alemanha diminuiu de US\$ 452 milhões para US\$ 367 milhões (-18%), a China de US\$ 405 milhões para US\$ 352 milhões (-13%) e Arábia Saudita de US\$ 161 milhões para US\$ 154 milhões (-4,3%). A França em 2009 aumentou de US\$ 85 milhões para US\$ 173 milhões, porém nos anos seguintes os valores decresceram.

Os Emirados Árabes Unidos aumentaram sua participação em 2009, de US\$ 84 milhões para US\$ 253 milhões, cerca de 300%, e Hong Kong de US\$ 127 milhões para 140 milhões.

Alguns outros países que não estão no gráfico, também aumentaram suas importações em meio a crise. Isso evitou que a queda nas exportações nesse ano fosse ainda maior. Os exemplos são: a Índia, que em 2006 importou cerca de US\$ 13 milhões e US\$ 213 milhões em 2009, ocupando a quinta colocação dos países que mais importaram naquele ano. A Coreia do Sul em 2006 participava com US\$ 26 milhões e em 2011 subiu para US\$ 134 milhões. Bangladesh aumentou de US\$ 15 milhões para US\$ 60 milhões entre 2008/09 e o Irã de US\$ 41 milhões para US\$ 66 milhões.

A crise de 2008 representou um momento de mudança nos mercados internacionais das cooperativas brasileiras. Mas, como observado, isso é um processo que já ocorria ao longo dos anos 2000.

O **Gráfico 06** apresenta a participação dos continentes nas exportações do setor. Foram selecionados os vinte países com maior importação e distribuídos de acordo com o respectivo continente.

Gráfico 06: Distribuição das exportações das cooperativas por continentes

Fonte: MDIC/Simão e Campos (2011). Milhões de US\$.

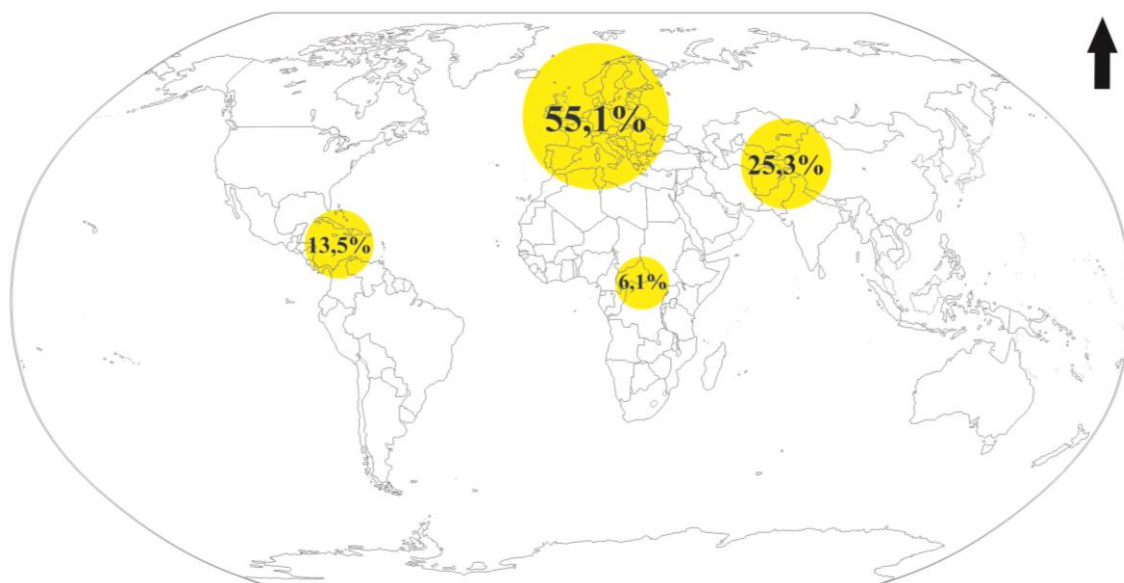
Na década de 1990 o principal mercado consumidor era a Europa. Após 2000, Europa e Ásia possuem participação similar, e depois de 2008, o continente asiático desponta na primeira colocação e a Europa perde participação. A África e América também apresentam crescimento após 2009.

No caso da América, onde os EUA são o principal mercado, o crescimento mais acentuado das exportações é após 2005 e 2009. A África por um tempo foi superior à América, perdendo espaço depois de 2005 e retornando a crescer a partir de 2009.

Com o mesmo objetivo do gráfico, foram elaborados alguns mapas que ajudam a entender essa mudança na participação dos continentes nas exportações. Na sequência de mapas a seguir estão apresentadas a distribuição das exportações cooperativas por continentes em 1990 (**Mapa 05**), em 2000 (**Mapa 06**) e em 2010 (**Mapa 07**).

Em 1990, o principal destino das exportações era a Europa, tomando para si 55,1% do total exportado. Em seguida, a Ásia correspondia a 25,3% do exportado, a América com 13,5% e a África com 6,1%.

Mapa 05: Exportações das cooperativas agropecuárias brasileiras em 1990



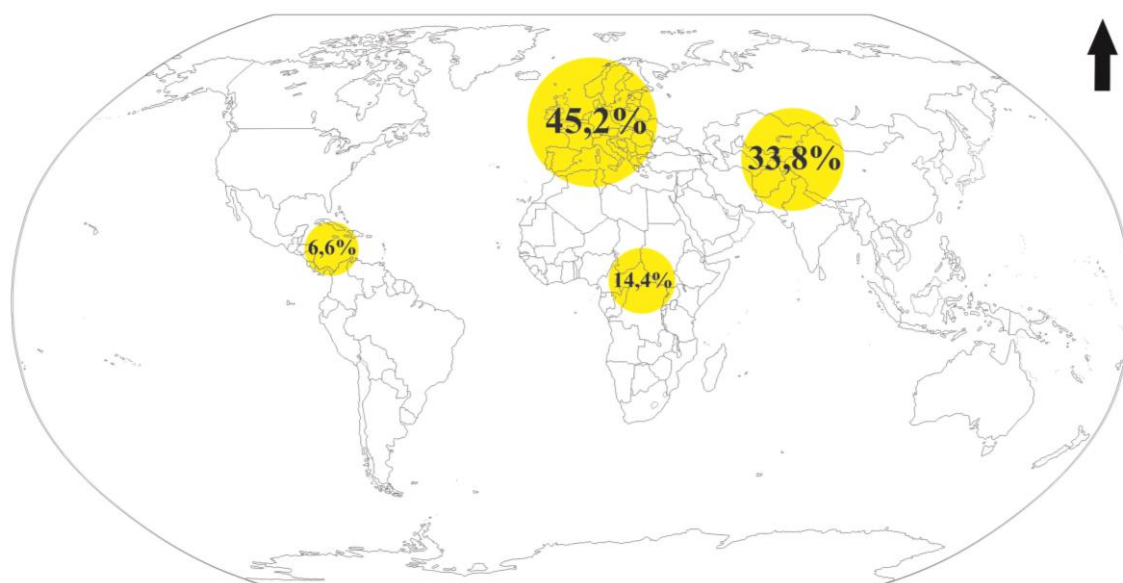
Escala: 1:290.000.000

Fonte: MDIC, 1990. Elaborado pelo autor.

Ao longo dos anos noventa a participação europeia sempre foi superior. Em 2000, ainda se destaca como principal importador, com 45,2% do total, cerca de US\$ 340 milhões. Nesse momento a Ásia aumentou sua participação para 33,8%, equivalente a US\$ 250 milhões.

Uma particularidade em 2000 é o avanço do mercado africano, com destaque para o Egito, que importou 7,57% do total. Na soma, o continente representou 14,4%, aproximados US\$ 100 milhões. A América diminuiu sua participação para 6,6%, cerca de US\$ 50 milhões. O principal fato é a retração do mercado norte-americano, que em 1990 consumiu 11,3% das exportações, e em 2000 apenas 2,6%.

Mapa 06: Exportações das cooperativas agropecuárias brasileiras em 2000



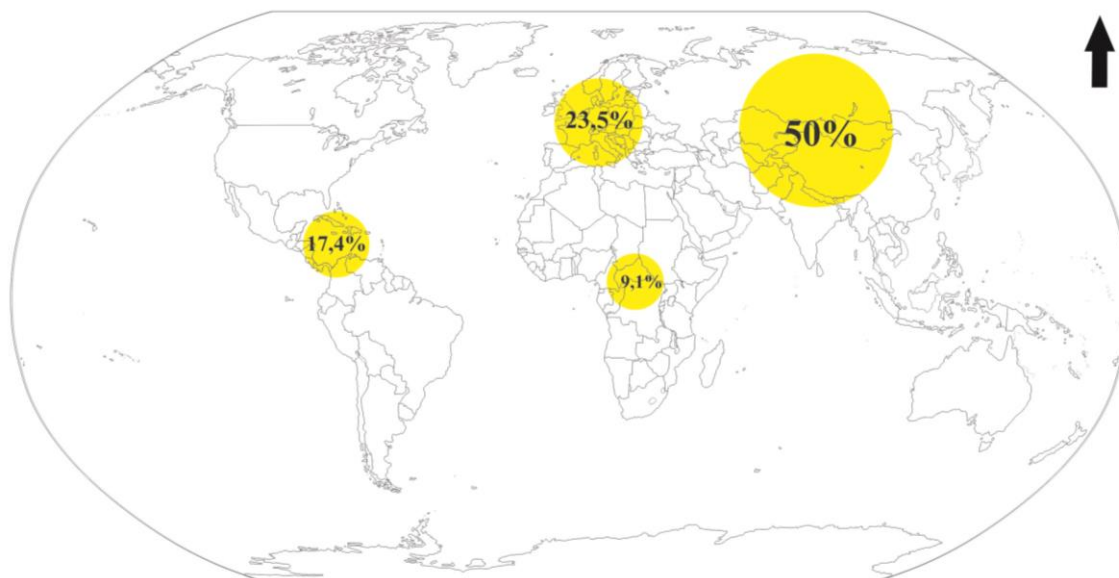
Escala: 1:290.000.000

Fonte: MDIC, 2000. Elaborado pelo autor.

Entre 2000 e 2010 ocorre uma mudança significativa nas exportações. Em 2010, o principal destino das exportações passa a ser a Ásia, com 50% do total, equivalente a US\$ 2,2 bilhões. A Europa diminuiu sua participação para 23,5%, cerca de US\$ 1 bilhão.

A América em 2010 aumentou suas importações, somando 17,4%, cerca de US\$ 750 milhões e a África representa 9,1% do total, aproximados US\$ 400 milhões.

Mapa 07: Exportações das cooperativas agropecuárias brasileiras em 2010



Escala: 1:290.000.000

Fonte: MDIC, 2010. Elaborado pelo autor.

É interessante destacar nessa mudança de mercados o surgimento de novos países importadores, sobretudo os países “emergentes”. Esse foi um fator decisivo para alavancar as exportações das cooperativas, fortalecendo as relações comerciais do setor, principalmente depois da crise de 2008.

Com relação aos países, é nítida a perda de importância das nações europeias, e a ascensão dos “emergentes”, sobretudo da Ásia e África. Para demonstrar esses dados, foram elaborados mapas da distribuição das exportações pelo mundo.

Nos anos apresentados (1990, 1995, 2000, 2005 e 2010), estão os países que juntos somaram 95% das exportações, distribuídos de acordo com sua participação percentual (*ver a partir da página 130*).

No **Mapa 08**, que apresenta as exportações em 1990, percebe-se que as exportações se concentravam em alguns países europeus, como a Holanda, que sozinha tomava 15,3% das exportações brasileiras. Outros países que se destacaram foram: França, Espanha, Alemanha Ocidental e Noruega. Além destes, os EUA teve importância no ano, com 11,3%. Nesse ano, 95% das exportações estavam distribuídas por apenas vinte quatro países. O total exportado pelas cooperativas em 1990 foi de US\$ 440 milhões.

O **Mapa 09** (*pág. 131*) já apresenta algumas mudanças. Em 1995 o número de países em que estava distribuído 95% exportações aumenta para quarenta, com incremento de alguns países da África Subsaariana, do Oriente Médio e da Ásia. Mesmo assim, uma grande parte das exportações foi destinada à Europa. Somente a Holanda toma para si 16,8% do exportado. Em seguida, China e Irã participaram com 7,6% e 7,1%.

No **Mapa 10** (*pág. 132*), que apresenta a distribuição em 2000, ocorre uma retração dos mercados. Em 1995 foi exportado pelas cooperativas US\$ 880 milhões e em 2000 há queda para US\$ 760 milhões. Em 2000, 95% das exportações está distribuída por trinta e três países.

Com relação aos países asiáticos, podemos perceber que diminuíram sua participação nas exportações: em 1995 era de 36% (US\$ 323 milhões) e em 2000 apenas 31,2% (US\$ 237 milhões). Exceto a Rússia, com 6,6% e Emirados Árabes Unidos com 5,5%, os demais países asiáticos perderam participação (provavelmente decorrente da Crise Asiática do final dos anos noventa).

Na África houve diminuição no número de países. Em 1995 eram oito países e em 2000 apenas quatro. Contudo, a participação percentual aumentou de 11,4 (US\$ 100 milhões) para

14,5% (US\$ 109 milhões), isso, devido a participação do Egito que em 2000 correspondeu a 7,5%, cerca de US\$ 60 milhões.

Em 2000, a Alemanha (10,7%), Holanda (8,7%) e França (8,1%) concentraram as exportações. A Europa representou 45% das exportações. Na América, além dos EUA, Argentina e Uruguai, em 2000 aparecem Chile e Canadá.

No **Mapa 11** (*pág. 133*), novamente ocorreu aumento no número de países que compunham 95% das exportações. Em 2005 esse número subiu para quarenta e três. Ocorreu incremento de alguns países na Ásia e África.

Nesse ano foram exportados cerca de US\$ 2,2 bilhões. Os principais importadores foram a Alemanha (10,5%) e Holanda (8,8%), porém, é nesse momento que o continente asiático superou o europeu. A Ásia importou cerca 45% em 2005, a Europa 33%, a África 14% e a América 8%.

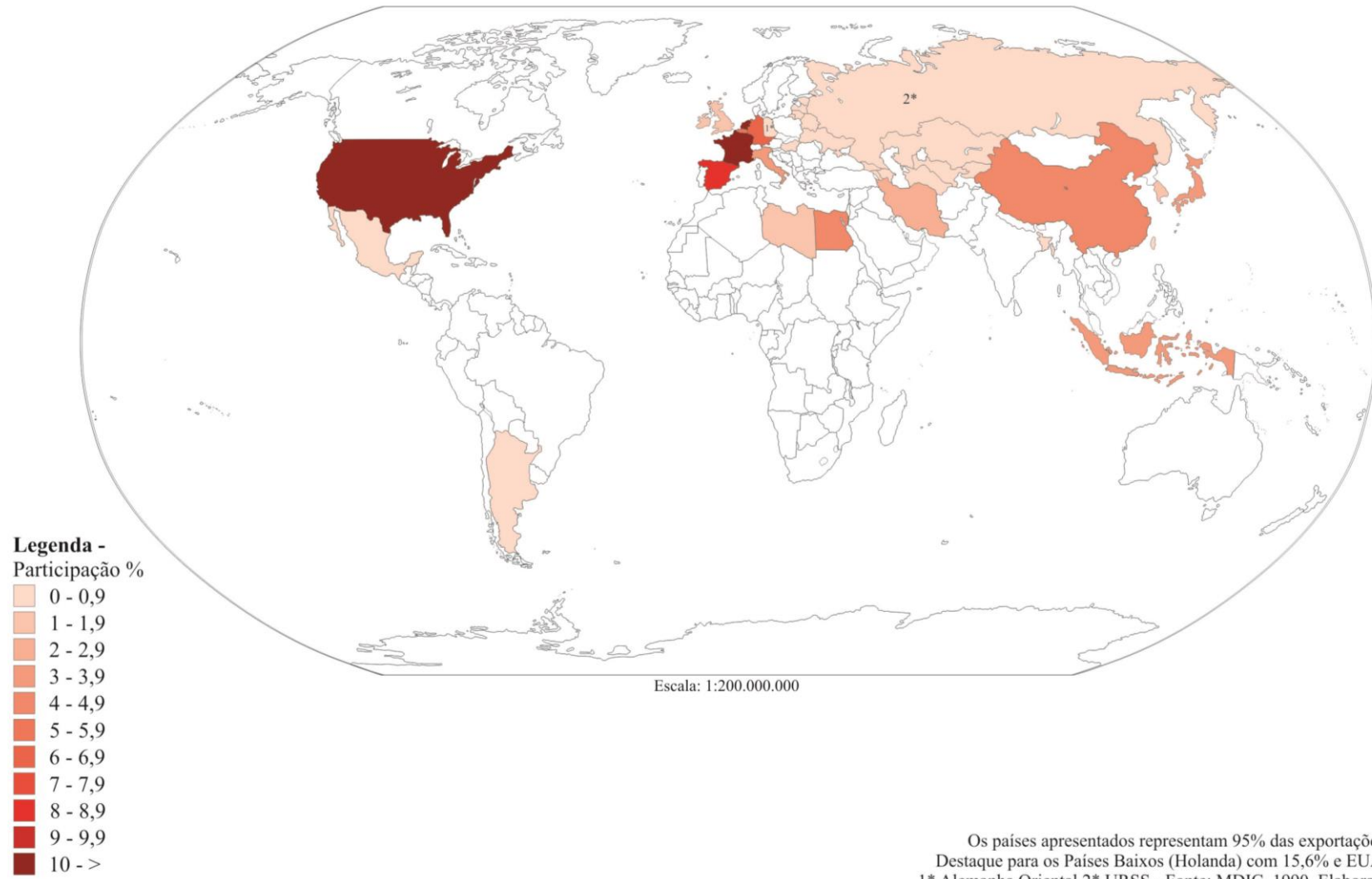
Em 2010, no **Mapa 12** (*pág. 134*), o número de países aumentou para quarenta e sete, com incremento de algumas nações na América e Ásia. Nesse momento a China passou a ser a principal exportadora com 11,7%, seguida dos Emirados Árabes Unidos com 9,6%, da Alemanha com 8,9% e EUA com 7,1%.

A maioria dos países estão localizados na Ásia (vinte países) que também concentrou a maior participação das exportações, cerca de 50% (US\$ 2,2 bilhões). A Europa com 23,5% ocupa o segundo continente com maior participação, seguida da América, que aumentou para 17,4% sua participação em 2010. A África diminuiu sua importância para 9,1%.

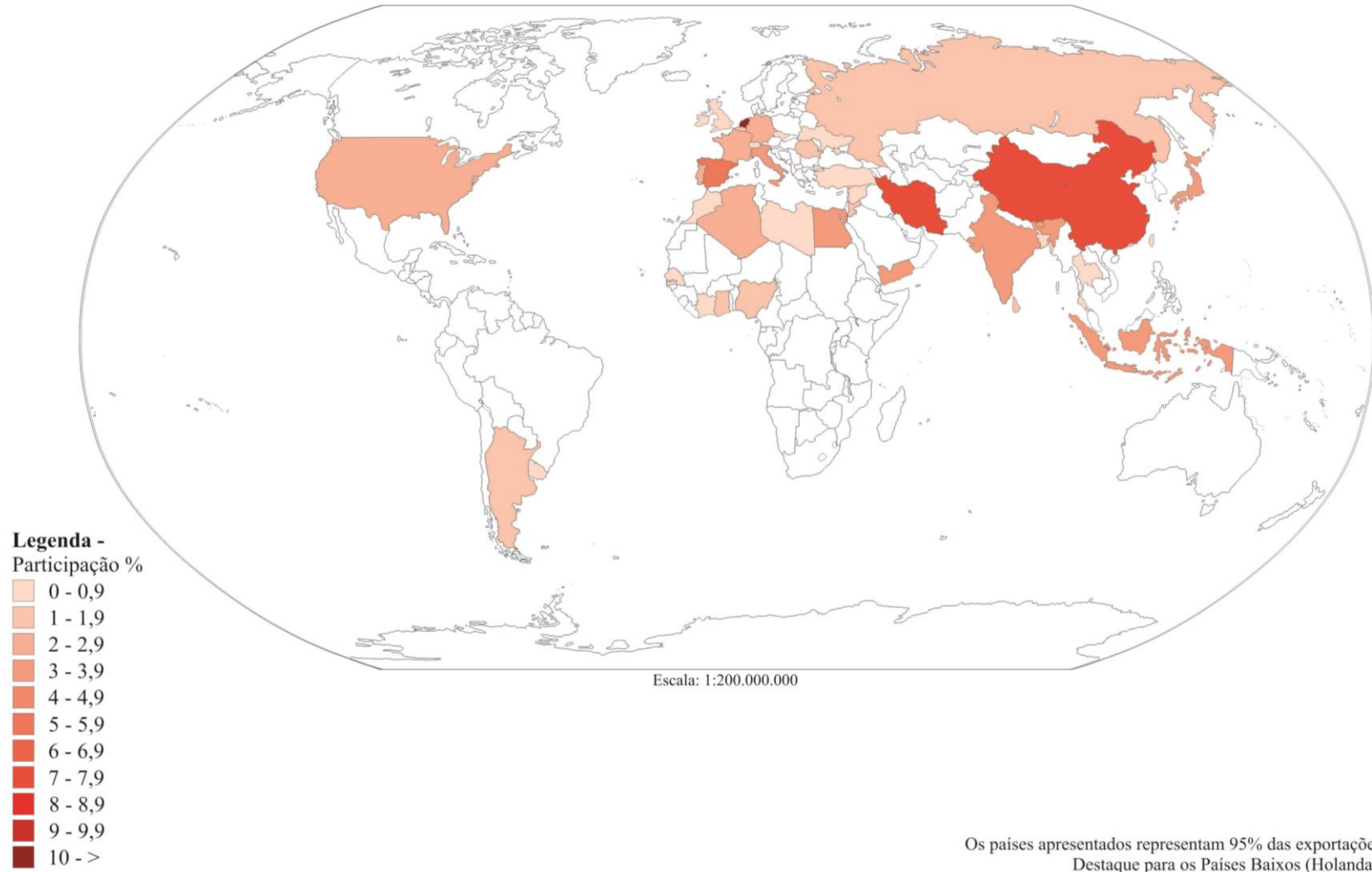
O que percebe-se na análise dos mapas é que entre 1990 e 2010 houve uma mudança no destino das exportações, onde já no em 2000, um pouco antes, elas começam a migrar para o continente asiático. Outro elemento é o aparecimento de muitos países na composição das exportações. Em 1990 eles eram apenas 24 e em 2010 foram 47. Houve o surgimento de diferentes nações, principalmente da Ásia e África.

Dos países africanos destacam-se Gana, Nigéria, Argélia, Marrocos, África do Sul e outros. Nos países do Oriente Médio, há um grande grupo de importadores das cooperativas brasileiras, como o Irã, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Síria e Paquistão. Na Ásia destacam-se a China, Rússia, Índia, Japão, Coreia do Sul, Bangladesh, Hong Kong e Indonésia.

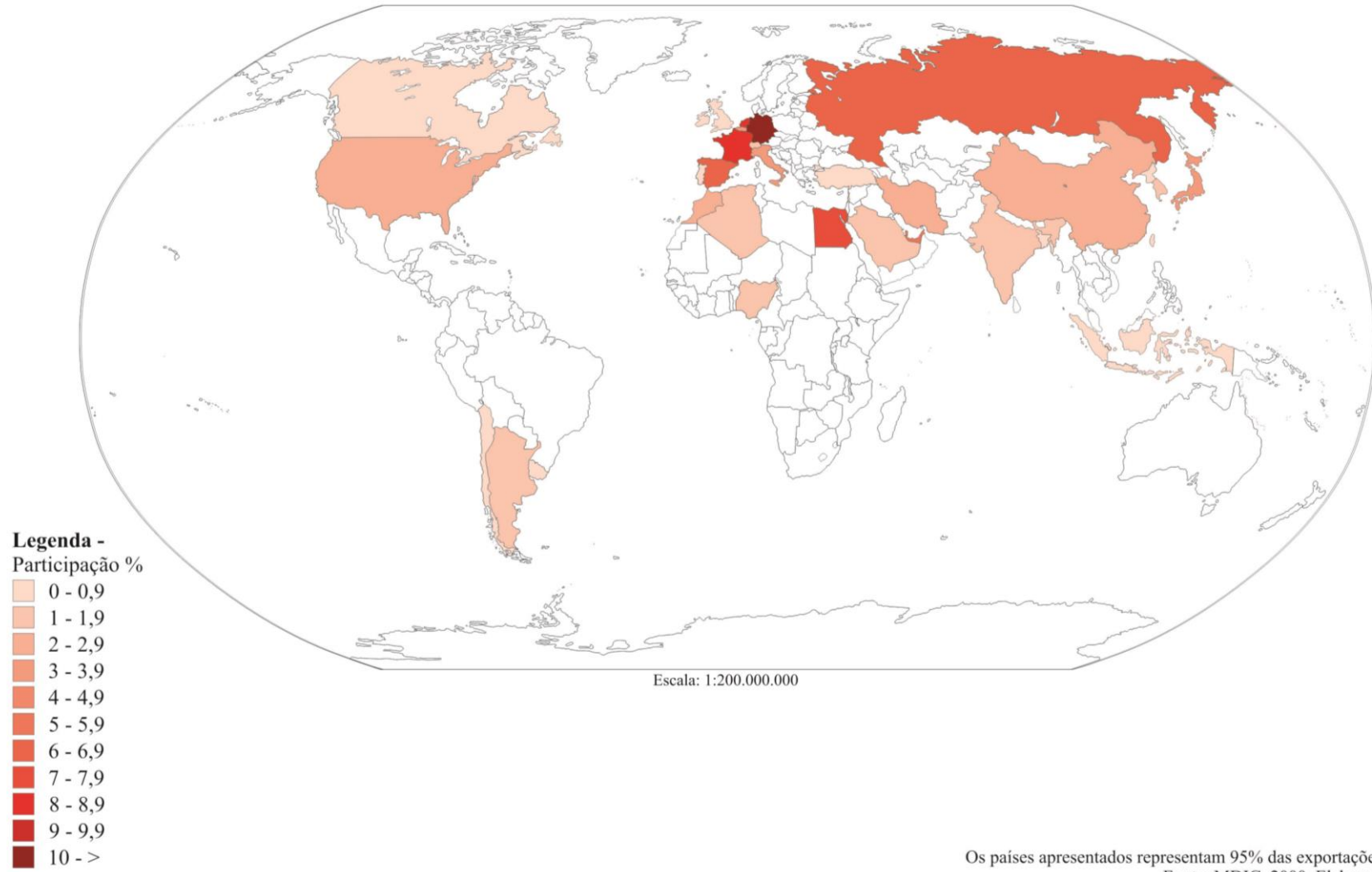
Mapa 8: Destino das exportações das cooperativas agropecuárias brasileiras em 1990



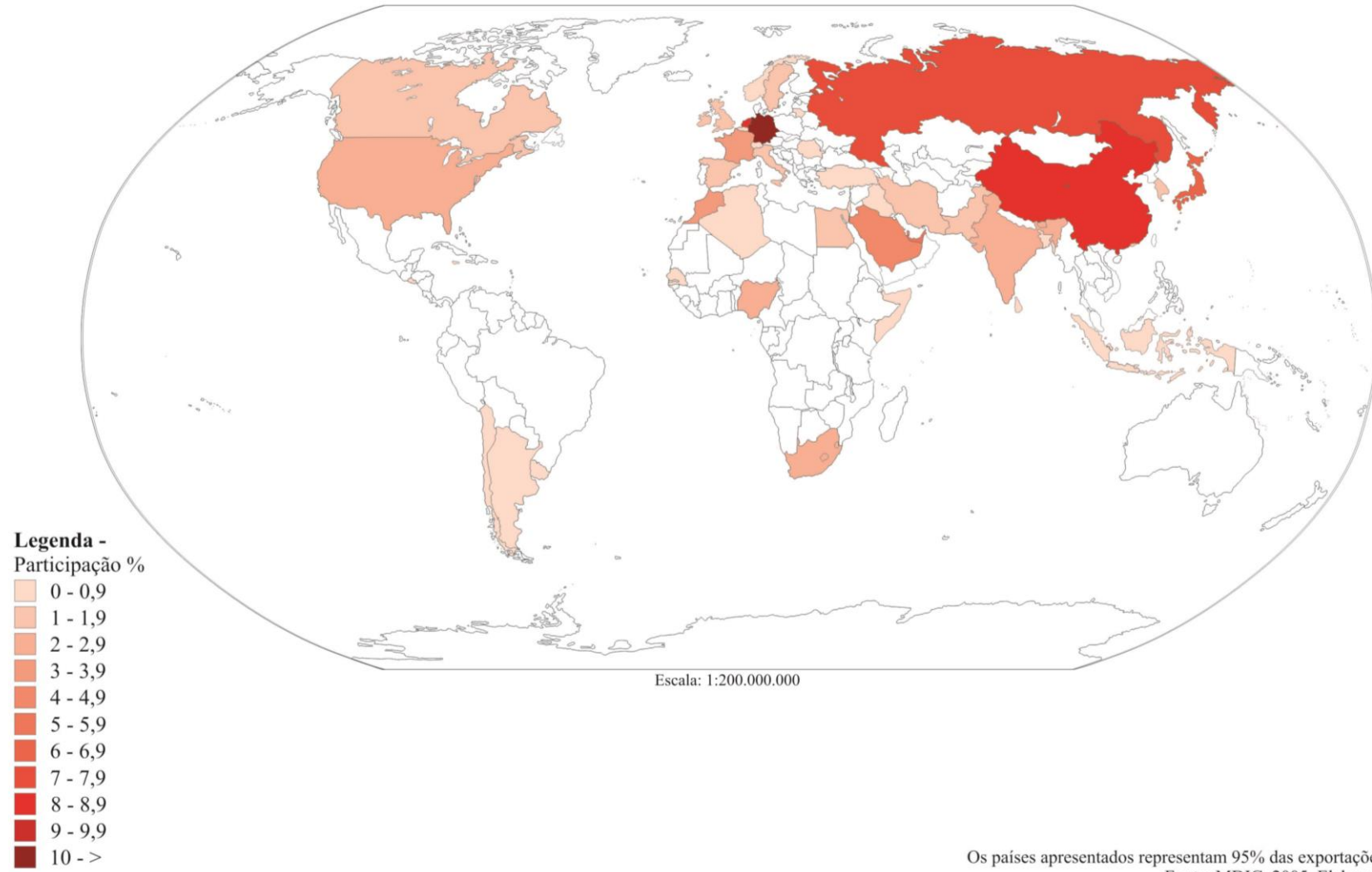
Mapa 9: Destino das exportações das cooperativas agropecuárias brasileiras em 1995



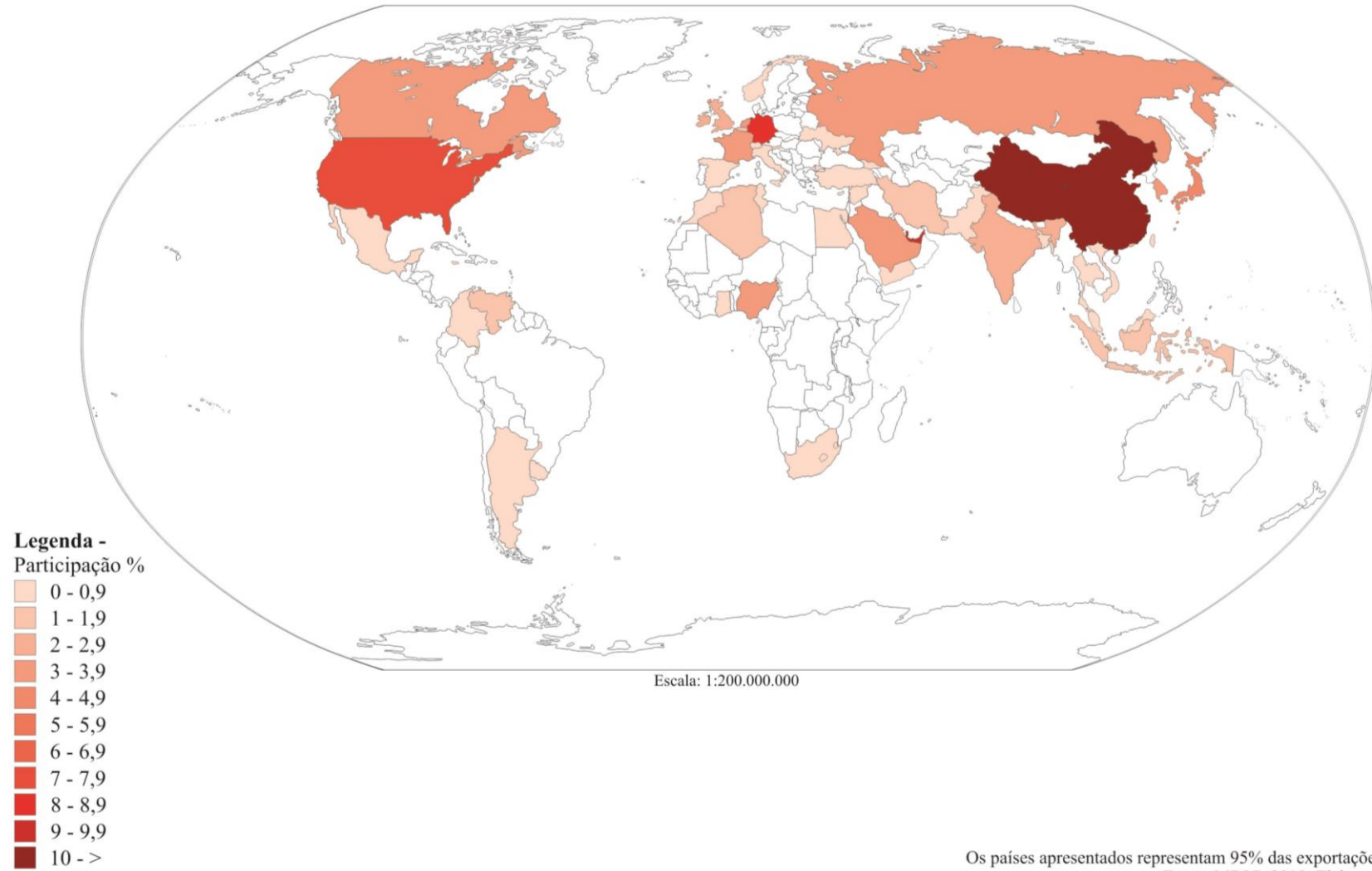
Mapa 10: Destino das exportações das cooperativas agropecuárias brasileiras em 2000



Mapa 11: Destino das exportações das cooperativas agropecuárias brasileiras em 2005



Mapa 12: Destino das exportações das cooperativas agropecuárias brasileiras em 2010

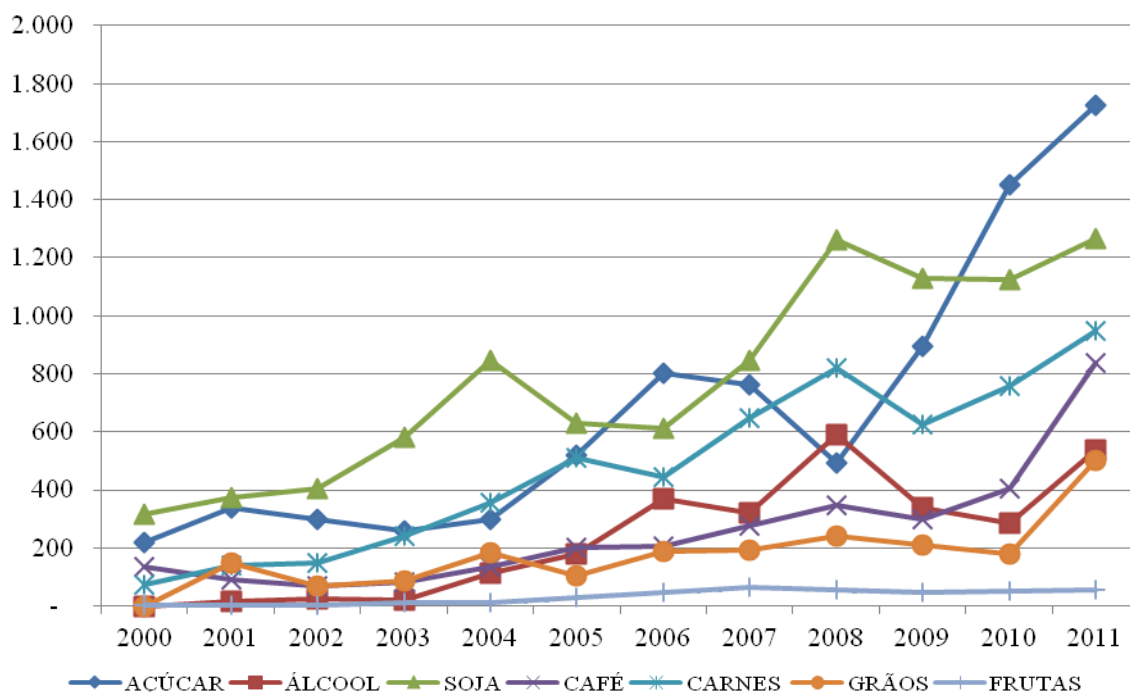


3.7.2 Principais produtos exportados pelas cooperativas

Com relação aos produtos exportados pelas cooperativas, destacam-se os grãos, principalmente Café e Soja (e derivados), Carnes (frango e suínos), Açúcar e Álcool.

O **Gráfico 07** apresenta os principais produtos exportados entre 2000 e 2011. Foram considerados os vinte produtos mais destacados em cada ano, sendo eles agrupados por setor. Por exemplo, no caso da Soja estão considerados o grão, o farelo e o óleo. Como a Soja e o Café se destacam dos demais grãos, estão separados deste grupo. Os Grãos compreendem o Milho, Trigo, Algodão, Feijão e Amendoim.

Gráfico 07: Principais produtos exportados pelas Cooperativas Agropecuárias



Valores em Milhões US\$. Fonte: MDIC.

Os produtos citados correspondem a mais de 95% dos valores exportados entre 2000 e 2011. Até a metade dos anos 2000, o complexo da Soja era o principal produto exportado, porém, a partir de 2006 o açúcar ganhou destaque também, sendo que em 2010 e 2011 foi o principal produto exportado.

Na somatória dos anos, a Soja foi responsável por receitas de US\$ 9,3 bilhões e o Açúcar por US\$ 8 bilhões. O próximo setor a se destacar foi o de Carnes (Aves, Suínos, Bovinos, e todos os seus cortes e subprodutos), que somou US\$ 5,7 bilhões.

O Café representou US\$ 3 bilhões, o Alcool US\$ 2,7 bilhões, seguido dos Grãos, que somaram US\$ 2,1 bilhões. As Frutas tiveram menor importância, com apenas US\$ 381 milhões, com destaque principalmente para Uvas e Laranjas e seus derivados.

Um dado interessante é a variação de alguns produtos nos anos de 2008 e 2009, quando o mercado mundial estava mais sensível à crise. No caso do Açúcar houve forte queda em 2008, que se deve à diminuição das exportações para os Emirados Árabes (*ver Gráfico 05*) que é o principal consumidor deste produto.

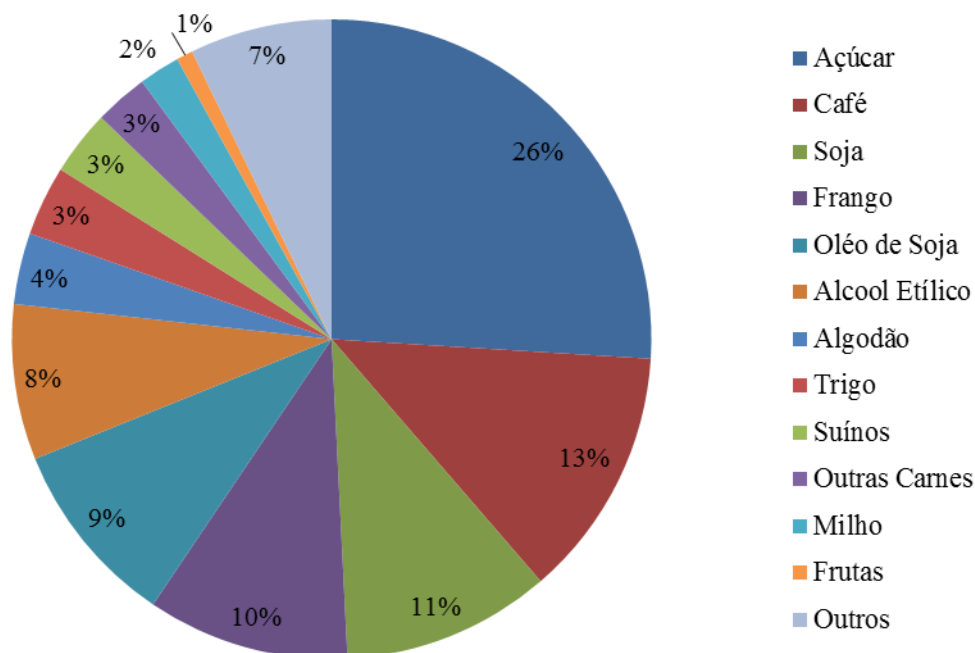
Em 2009 o Alcool também teve forte queda e desde então não voltou aos patamares de exportações que era em 2008. Isso se deve a crise no principal mercado do produto, o norte-americano, que diminuiu as importações.

O Complexo da Soja teve queda em 2009, mas se recuperou em 2011. A soja em grão teve queda apenas em 2009, sendo que em 2010 e 2011 este produto já havia recuperado as exportações. Isso devido ao mercado asiático, principal consumidor da soja. A China é o país que mais se destaca, tendo pequena oscilação nas importações de soja em 2009, mas logo volta a aumentar a importação do produto.

Os outros produtos como o Farelo e Óleo de Soja não caíram em 2009, porém em 2010 e 2011 entraram em decadência, sendo que o principal mercado, o Europeu, diminuiu as importações destes produtos.

Esse movimento também ocorreu com o setor de Carnes, Grãos e o Café, que tem sua exportação afetada em 2008 ou 2009, em decorrência dos desdobramentos da crise internacional, mas que logo voltaram a crescer.

O **Gráfico 08** apresenta os principais produtos exportados em 2011 (US\$ 6,1 bilhões) e 2012 (US\$ 5,9 bilhões).

Gráfico 08: Principais produtos exportados pelas Cooperativas em 2011/12

Fonte: MDIC, 2011/12.

Os produtos acima dispostos correspondem a 93% do total exportado pelas cooperativas em 2011/12, sendo US\$ 11,2 bilhões do total de R\$ 12,1 bilhões. Somados aos “Outros” o valor é de 100%.

Somente o Açúcar, que engloba desde o açúcar bruto de cana ao refinado, correspondeu a 26% do valor exportado, seguido do café, com 13%, e da soja em grão, com 11%. A carne de frango somou 10%, seguida do óleo de soja, com 9% e álcool com 8%. Esses produtos somam 77% das exportações, cerca de US\$ 9,3 bilhões.

Além das commodities, como soja, café e milho, as cooperativas exportam outros produtos com maior valor agregado, de origem agroindustrial, como o açúcar, álcool, óleo de soja e carnes. Somente o setor de Carnes (frango, suíno, gado e outras) teve participação de 16%, cerca de US\$ 1,9 bilhão. Os demais produtos agroindustriais (açúcar, álcool, óleo de soja) somaram 43%. Ou seja, na composição das exportações, cerca de 59% passaram por processo de agregação de valor industrial.

É importante destacar que na última década os principais produtos exportados pelas cooperativas brasileiras apresentaram uma grande elevação nos preços (por tonelada): a soja aumentou de US\$ 190 em 2000 para US\$ 495 em 2011, o farelo de soja aumentou de US\$ 176 em 2000 para US\$ 397 em 2011, o café aumentou de US\$ 1.613 em 2000 para US\$ 4.466

em 2011, o açúcar bruto foi de US\$ 175 em 2000 para US\$ 573 em 2011, a carne de frango aumentou de US\$ 889 em 2000 para US\$ 1.979 em 2011 e a carne suína aumentou de US\$ 1.403 em 2000 para US\$ 2.949 em 2011 (MDIC/SECEX, 2012).

Esses produtos que estão na pauta das exportações cooperativas possuem alto grau de tecnologia envolvido e movimentam indústrias a montante (fábricas de insumos, máquinas, a indústria genética, etc.) e a jusante (indústria processadora). Por detrás da exportação de algumas commodities há toda uma rede de indústrias de insumos, de máquinas e de processamento de produtos, além de inúmeros serviços de suporte (BENETTI, 2006).

Como explica Espíndola (2013), é preciso ter cuidado com a ideia de que exportar commodities não é uma atividade industrial. Exportar soja, carnes, suco de laranja, entre outros produtos, é muito diferente de extrair petróleo ou minério de ferro. Para os produtos agropecuários e agroindustriais é necessário mover uma complexa rede de indústrias correlatas e prestadoras de serviços.

3.7.3 Distribuição das exportações por Estados

Com relação a participação dos estados brasileiros nas exportações, apenas três unidades representam mais de 77% dos valores exportados pelas cooperativas entre 2006 e 2011, são eles o Paraná, São Paulo e Minas Gerais. Abaixo estão demonstradas as unidades federativas que se destacam no comércio internacional, que representam praticamente a totalidade dos valores entre 2006 e 2011, sendo 98,2%.

Tabela 26: Principais Estados exportadores (cooperativas)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Soma	% ¹
BH	23,9	24,0	33,0	38,6	7,6	22,8	150,1	0,62
GO	122,6	70,0	131,2	40,8	15,4	42,5	422,7	1,74
MT	100,2	101,7	219,2	176,2	177,8	234,8	1.010	4,15
MS	81,3	92,4	126,1	48,9	66,4	199,6	614,8	2,52
MG	260,5	372,0	408,3	357,1	453,2	885,4	2.736	11,2
PR	804,5	1.069	1.388	1.489	1.639	1.930	8.321	34,1
RS	147,1	252,4	391,2	251,0	216,6	363,5	1.622	6,6
SC	132,8	200,9	240,7	173,7	210,5	312,7	1.271	5,22
SP	1.099	1.043	983,2	996,1	1.564	2.078	7.766	31,8
Soma	2.772	3.226	3.921	3.572	4.352	6.070	23.916	98,2
Brasil	2.832	3.301	4.010	3.627	4.417	6.174	24.364	100%

¹ Participação do estado com relação ao total exportado. Valores em US\$ Milhões.

Fonte: MDIC.

Dentre os estados, o mais destacado é o Paraná, que somou nos anos citados US\$ 8,3 bilhões, cerca de 34% das exportações cooperativas. Em 2000 o estado era responsável por 45% do total exportado pelo setor, sendo 59% em 2002. Nos anos apresentados na tabela sua melhor participação foi em 2009 com 41%.

Essa perda de importância relativa deve-se ao avanço das exportações de cooperativas de outras federações, com São Paulo e Minas, que na segunda metade da década de 2000 começam a se destacar no comércio exterior.

Com relação ao total exportado pelas cooperativas brasileiras entre 2000 e 2011 (US\$ 32 bilhões), o Paraná participou com 39% (US\$ 12,7 bilhões). Em 2000 as exportações paranaenses foram de US\$ 355 milhões, evoluindo para 1,9 bilhões em 2011. Entre 2006 e 2011 o Paraná teve crescimento de 240%, aumento de US\$ 1,1 bilhão.

São Paulo foi o segundo maior exportador, na soma de 2006/11 comercializou cerca de US\$ 7,7 bilhões, 31% do total. Em 2008 e 2009 houve diminuição das exportações, isso se justifica pela queda nas vendas de Álcool, o principal produto vendido pelas cooperativas paulistas. Em 2010 e 2011 ocorre retomada das exportações e em 2011 o estado foi o principal exportador.

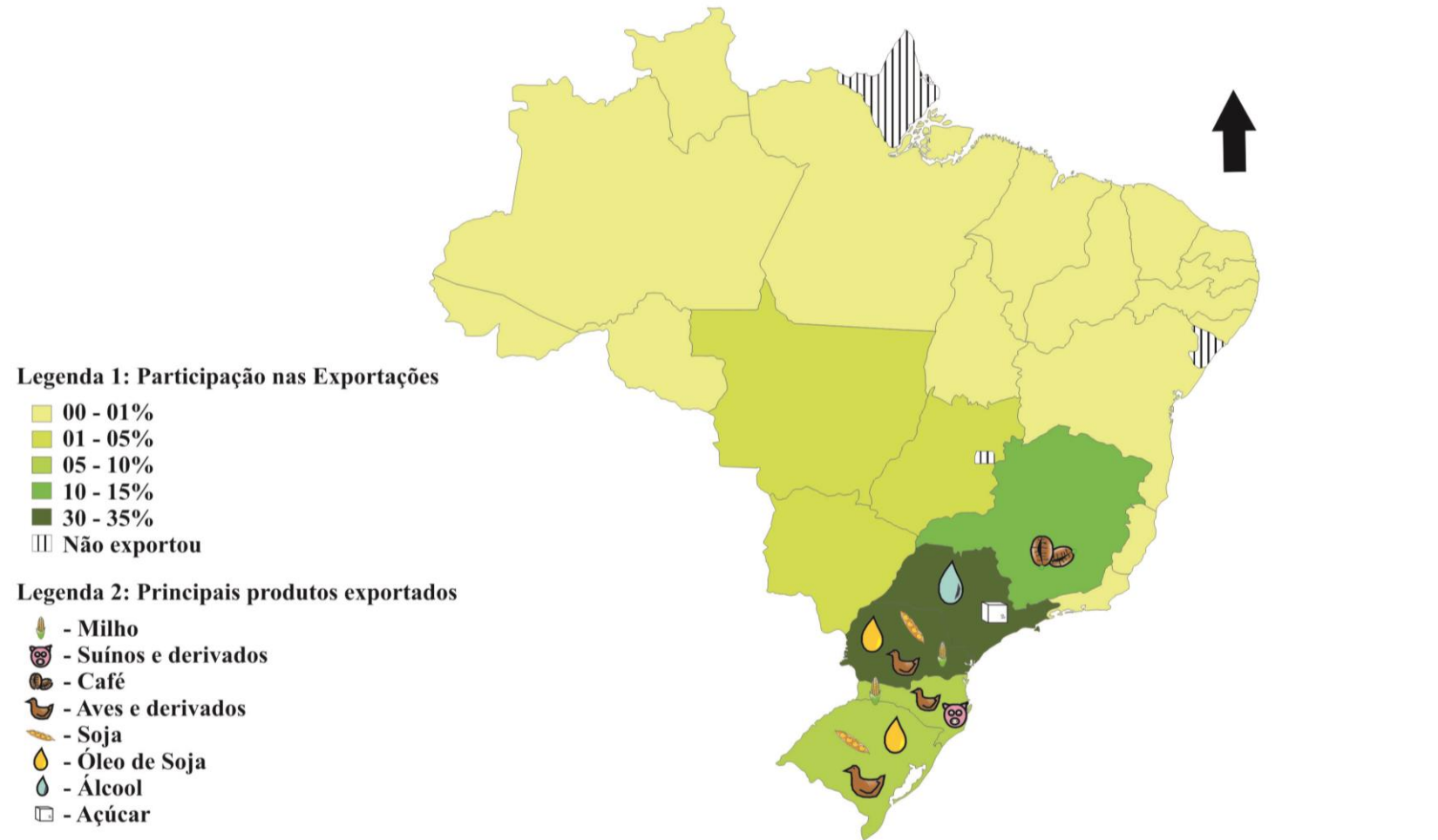
Entre 2006 e 2011 as cooperativas paulistas aumentaram 89% suas exportações, com incremento de US\$ 979 milhões.

Em terceiro lugar, Minas Gerais somou nos anos apresentados US\$ 2,7 bilhões, equivalente a 11% do total, com crescimento de 239% entre 2006 e 2011.

Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul tiveram participação semelhante, variando de 4% a 6% do total. Goiás e Mato Grosso do Sul tiveram respectivamente importância de 1,7% e 2,5%.

A partir dos dados de exportação das cooperativas, foi elaborado o **Mapa 13**, que demonstra a participação e os produtos mais destacados em cada estado.

Mapa 13: Exportação das cooperativas agropecuárias por estados (2006/2011)



Escala:
1:34.500.000

Fonte: MDIC/Números do Cooperativismo (OCB, 2009).

O corredor Sul-Sudeste é o mais destacado, aparecendo também os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás com menor importância. Os estados das Regiões Norte e Nordeste tiveram participação inferior a 1%, somando-se a eles o Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Em cada Estado, as exportações cooperativas destacam-se em um produto. O Paraná exporta principalmente produtos derivados da Soja, como o óleo e farelo, além do grão e também cortes de aves. Já as cooperativas de São Paulo se concentram na exportação de açúcar e álcool.

As empresas de Minas Gerais destacam-se pela exportação de café em grão. No Rio Grande do Sul os principais produtos exportados são a soja em grão, o óleo e a carne de aves e suínos. Em Santa Catarina, as exportações principais são as carnes de aves e suínos.

Em 2011/12 as cooperativas que tiveram maior participação nas exportações foram: COOPERSUCAR (SP), COAMO (PR), COOXUPÉ (MG), AURORA (SC), C.VALE (PR), COOPACOL (PR) e LAR (PR), que exportaram acima de US\$ 200 milhões neste anos e COOMAT (MT), COPAGRIL (PR), COOPCANA (PR) e EXPOCACCER (MG) que tiveram exportações entre US\$ 100 milhões a US\$ 200 milhões. Em 2011, a COAMO exportou cerca de R\$ 1 bilhão, o que corresponde a 16,7% das exportações do setor no ano.

3.8 Considerações do Capítulo

- A partir dos anos 2000, inicia-se uma nova fase de crescimento do cooperativismo agropecuário no Brasil. Pôde-se constatar nesse momento o aumento no número de cooperados, cooperativas, empregados, faturamento, fazendo com que o setor ganhasse importância econômica e social no país.
- A reestruturação do Crédito Rural – representou a reaproximação do Estado com os setores produtivos da economia – foi um dos principais fatores para essa fase do setor. A política de financiamento agiu de duas formas: aplicação de recursos para produtores, que, à medida que atendiam a demanda dos sócios, contribuíram indiretamente no desempenho das associações; e recursos exclusivos para investimentos nas empresas cooperativas.
- No caso das cooperativas, os programas de capitalização, PRODECOOP e PROCAP-AGRO, forneceram base para a reestruturação produtiva e comercial do setor, garantindo expansão vertical e horizontal das instituições. É importante salientar a natureza dos investimentos, voltados à produção, diferente dos financiamentos do período de crise, cujos recursos eram destinados para pagamento ou alongamento de dívidas.
- A evolução do mercado externo também repercutiu sobre o desempenho do setor. Após os anos 2000 as exportações das cooperativas aumentaram consideravelmente. Além da melhora nos preços dos produtos agrícolas, destaca-se o surgimento de novos mercados consumidores, sobretudo, países emergentes (Ásia, Oriente Médio, África e América do Sul).
- É importante salientar que o comércio internacional não teria sucesso sem fatores internos, como os investimentos em plantas industriais, modernização em sistemas de comercialização e logística, aumento na capacidade produtiva das cooperativas e na produtividade dos cooperados.
- Outros elementos importantes a serem considerados nesse novo contexto do cooperativismo são: crescimento do mercado consumidor interno, devido a melhora na renda da população, os incentivos fiscais e tributários, a estabilização dos preços agrícolas (com a retomada do programa de garantia de preços mínimos), investimentos em infraestrutura, aumento da produtividade na agropecuária, câmbio, produtividade do capital e inovação tecnológica em processos e produtos.

Capítulo IV

CRESCIMENTO E CAPITALIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS NO SUDOESTE DO PARANÁ

A década de 1990 foi bastante conturbada para as cooperativas do Sudoeste paranaense com dificuldades financeiras e perda da confiança dos produtores rurais.

Nos anos 2000, pelo contrário, as cooperativas regionais, além de ampliar sua área de atuação, aumentaram o número de sócios, empregados, o volume de grãos recebidos, insumos comercializados, registraram crescimento no faturamento global, no capital imobilizado e no capital de giro.

Este processo de crescimento foi bastante intenso. Num curto espaço de tempo, entre 1999 e 2012, o ativo total das cooperativas aumentou de R\$ 55 milhões para R\$ 745 milhões e o faturamento anual cresceu de R\$ 111 milhões para R\$ 1 bilhão.

Esse período de reestruturação esteve ligado às novas políticas governamentais, onde as cooperativas recuperaram o crescimento econômico e sua credibilidade. Sem estes recursos externos o setor não teria condições de gerar capital para expansão vertical e horizontal.

Foram aplicados mais de R\$ 250 milhões em ativos imobilizados entre 2000 e 2012, sendo a maioria dos recursos destinados à construção de armazéns, à aquisição de máquinas, equipamentos e alavancagem de projetos agroindustriais. Os financiamentos das cooperativas somaram neste período cerca de R\$ 348 milhões.

A principal fonte de recursos utilizada pelas cooperativas nos investimentos foi o PRODECOOP. Outras políticas também se destacaram, como o PROCAP-AGRO (capital de giro), o PRONAF e o FINAME (aquisição de máquinas e equipamentos).

Como demonstrado no capítulo anterior, a reestruturação das políticas de financiamento para agricultura e agroindústrias foi fundamental para dinamizar o crescimento desses setores nos anos 2000. No caso das cooperativas agropecuárias, o crédito atuou na modernização produtiva e comercial, permitindo que empresas de diferentes tamanhos e regiões tivessem acesso aos recursos oficiais e concretizassem seus projetos de expansão nos últimos anos.

A retomada dos projetos de industrialização por parte da Coasul e Coagro, que foram abortados na década de noventa, e da Coopertradição, decorrem de incentivos oficiais ao setor. Com isso, no período de análise, as cooperativas evoluíram de simples instituições de

comercialização (insumos e produtos agropecuários) para cooperativas ligadas a produção agroindustrial, agregando valor à produção recebida e aumentando o faturamento.

As cooperativas aprofundaram sua participação no processo de acumulação de capital na agricultura. Logo, os produtores cooperados também se inserem neste processo geral, independentemente de suas particularidades ou dimensão da produção ou do estabelecimento.

Assim, neste capítulo, o principal da dissertação, o estudo se concentra na análise do crescimento das cooperativas agropecuárias do Sudoeste, descrevendo o papel das políticas de crédito neste processo.

No primeiro momento será demonstrado via diferentes indicadores, o processo de crescimento horizontal e vertical das cooperativas regionais após 2000: número de sócios, expansão territorial, faturamento, armazenagem, produção recebida, comércio de produtos agrícolas, de insumos, industrialização, evolução do ativo e passivo, etc.

Em seguida, serão analisados quais foram os desdobramentos da política de crédito para o cooperativismo no Sudoeste, avaliando o montante de financiamentos, investimentos, participação do PRODECOOP e PROCAP-AGRO, e outras informações.

Todos os dados utilizados neste capítulo estão presentes no Balanço Patrimonial e no Relatório de Atividade, fornecidos pelas cooperativas estudadas ou coletados em notícias, bancos de dados (IBGE, IPEA, BACEN, BRDE e outros) e entrevistas com as cooperativas e com técnicos da OCEPAR e BRDE.

4.1 Cooperativas em ascensão: a expansão espacial e social das cooperativas

Um dos indícios do crescimento das cooperativas é o aumento na área de atuação pelo Sudoeste. O processo expansão depende de alguns fatores, como o aumento na capacidade de armazenagem, de entrepostos de comercialização de insumos, grãos e potencial de assistência rural, gestão, etc. Por isso, esse elemento se destaca no estudo sobre o crescimento do setor, pois reflete a evolução na capacidade econômica das cooperativas.

Em 2000 a Coagro e Coasul estavam presentes em quatorze municípios. Em 2012, as duas cooperativas somadas à Coopertradição, se expandiram para vinte e nove municípios, dos trinta e sete que compõem a região Sudoeste.⁴⁹

A Coagro aumentou sua área de atuação de sete para onze municípios: Capanema, Planalto, Pérola do Oeste, Realeza, Bela Vista da Caroba, Santa Izabel do Oeste, Ampére, Pranchita, Santo Antônio do Sudoeste, Bom Jesus do Sul e Barracão.

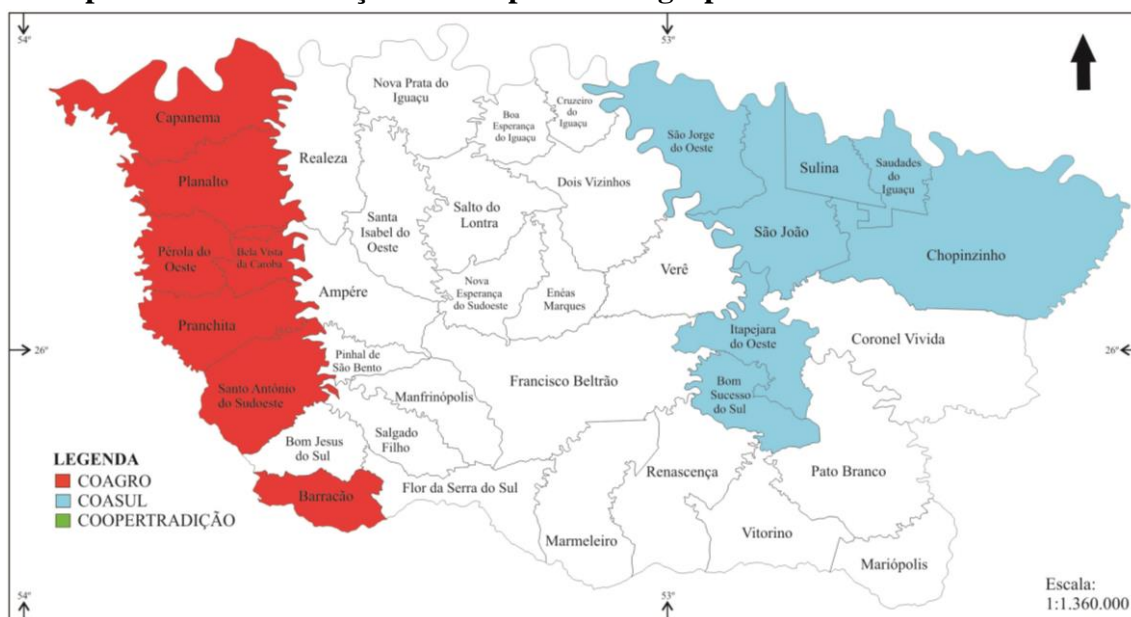
A Coasul de sete para dezenove municípios: São João, São Jorge do Oeste, Sulina, Chopinzinho, Renascença, Itapejara do Oeste, Saudade do Iguaçu, Bom Sucesso do Sul, Francisco Beltrão, Marmeleiro, Dois Vizinhos, Verê, Salto do Lontra, Nova Prata do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, Boa Esperança do Iguaçu, Enéas Marques, Rio Bonito do Iguaçu (Oeste PR), Porto Barreiro (Oeste PR) e Palma Sola (SC).

Nesse meio tempo surgiu a Coopertradição, que se expandiu por sete municípios após 2003: Pato Branco, Renascença, Clevelândia, Vitorino, Campo Erê (SC), Água Doce (SC) e Palma Sola (SC).

Os mapas a seguir demonstram a expansão das empresas na mesorregião Sudoeste entre os anos de 2000 e 2012.

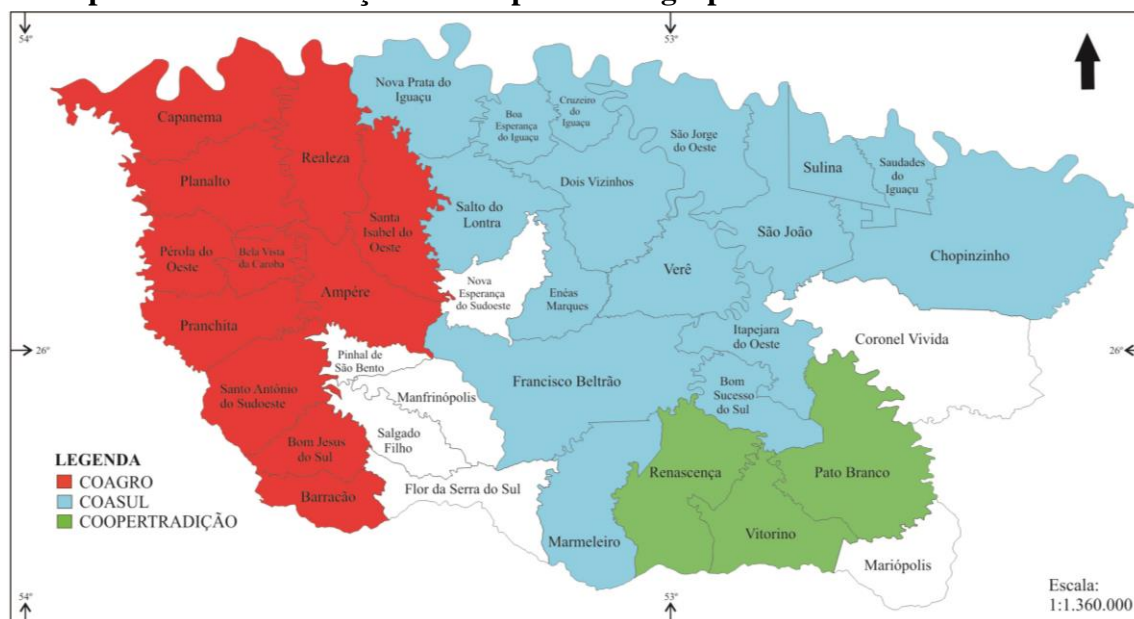
⁴⁹ Se acrescentar a área de atuação de outras cooperativas que não foram consideradas como objetos centrais na pesquisa, como Camisc, Coamo e Cooperalfa, restam apenas quatro municípios em que não existem unidades de cooperativas. Isso não quer dizer que elas não atuem indiretamente.

Mapa 14: Área de atuação das cooperativas agropecuárias no Sudeste em 2000



Fonte: Base cartográfica do IBGE/Relatório de Atividades da Coagro e Coasul em 2000. Organizados pelo autor.

Mapa 15: Área de atuação das cooperativas agropecuárias no Sudeste em 2012



Fonte: Base cartográfica do IBGE/Relatório de Atividades da Coagro, Coasul e Coopertradição, 2012. Organização autor.

No primeiro mapa pode-se observar que Coasul e Coagro atuavam em território limitado ao entorno de suas sedes. Com o processo de expansão, somando a atuação da Coopertradição, surgem unidades por quase todo o Sudoeste. Em alguns casos, as cooperativas atuam nos mesmos municípios, como em Renascença onde estão presentes Coasul e Coopertradição.

Isso não significa que as cooperativas estão disputando espaço ou que uma tomou lugar da outra. Existe um controle político exercido pela OCEPAR que organiza a distribuição territorial do setor pelo estado, evitando conflitos por produtores e produção.

A OCEPAR representa o cooperativismo a nível estadual, no caso, do Paraná. As cooperativas são obrigadas a registrar-se na entidade, que dará o aval ou não para seu funcionamento, bem como, para os projetos de expansão, incorporação, fusão ou aquisição ocorrida no setor.

No caso de Renascença, a expansão de uma segunda empresa depende da viabilidade econômica, da produção, demanda pelos serviços, e que a instalação da nova unidade não prejudique a atividade da outra cooperativa.

A área de atuação da Coagro limita-se à fronteira do Sudoeste. Em 2000 a cooperativa havia recuado na região devido a dificuldades econômicas. Com o crescimento retomado foi novamente ganhando espaço chegando a atual distribuição.

A Coasul apresentou a maior expansão espacial. Uma estratégia utilizada foi a aquisição de unidades de outras cooperativas, como Camdul e Capeg. Num primeiro momento eram alugadas as estruturas dessas associações, que estavam em dificuldade financeira e depois, ocorreu a compra. Em 2012 foram adquiridas seis unidades da Camdul: Dois Vizinhos, Verê, Sede Progresso (Verê), Salto do Lontra, Nova Prata do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu e Boa Esperança do Iguaçu.

Outra estratégia utilizada no processo de expansão horizontal da Coasul é a instalação, no primeiro momento, da loja de insumos. Com isso, a cooperativa faz reconhecimento dos produtores locais ao mesmo tempo em que apresenta seus produtos e serviços e analisa a viabilidade da instalação de uma unidade de grãos. Foi assim que ocorreu a expansão para Renascença, Marmeleiro, Francisco Beltrão, e mais recentemente para Palma Sola e Ampére (2013).⁵⁰

No caso da Coopertradição, houve no processo de expansão tanto a compra de unidades existentes, como em Vitorino, como pela construção de novas estruturas.

Esta espacialização desencadeou aumento no número de associados às cooperativas. No Sudoeste a Coasul e Coagro em 2000 somavam 6.607 cooperados, em 2012, acrescida a Coopertradição, houve aumento para 11.468 cooperados. Foram 4.861 novos sócios, 74% a mais.

⁵⁰ Informações coletadas em entrevista com Jacir Scalvi, vice-presidente da Coasul, em 19 de novembro de 2013.

A maioria dos produtores do Sudoeste, cerca de 72%, possuem propriedades abaixo de 20 hectares. Conforme Gonçalves (1987), neste caso as cooperativas possuem um importante papel na centralização do capital aplicado à agricultura, pois permitem ganhos de escala. Para o autor a concentração de capital é fundamental na economia capitalista.

Assim, a união em cooperativas é uma importante estratégia para a valorização dos capitais dos produtores, garantindo acesso a melhores condições de preços (na venda e na compra) e poder de concorrência com os grandes capitais (maioria estrangeiros) instalados na agricultura.

A **Tabela 27** apresenta a evolução do número de sócios das cooperativas estudadas.

Tabela 27: Evolução do quadro social das cooperativas agropecuárias

	Coasul		Coagro		Coopertradição		Soma	
2000	2.357	%	4.250	%	-	%	6.607	%
2001	2.614	10,9	4.745	11,6	-	-	7.359	11,4
2002	2.638	0,9	4.761	0,3	-	-	7.399	0,5
2003	2.768	4,9	4.999	5,0	563	-	8.330	12,6
2004	3.084	11,4	5.018	0,4	908	61,3	9.010	8,2
2005	3.337	8,2	5.063	0,9	923	1,6	9.323	3,5
2006	3.334	-0,1	5.071	0,2	713	-22,7	9.118	-2,2
2007	3.558	6,7	5.195	2,4	770	8,0	9.523	4,4
2008	3.693	3,8	5.199	0,1	682	-11,4	9.574	0,5
2009	3.843	4,1	5.518	6,1	492	-27,8	9.853	2,9
2010	4.613	20,0	5.872	6,4	504	2,4	10.989	11,5
2011	5.178	12,2	5.705	-2,8	663	31,5	11.546	5,1
2012	5.578	7,7	4.980	-12,7	910	37,2	11.468	-0,7
Média	-	7,6	-	1,5	-	8,9	-	4,8
2000-12	-	137	-	17,2	-	61,6*	-	73,6

Fonte: Relatório de Gestão Coasul, Coagro e Coopertradição (vários anos). * 2003-2012.

A Coasul teve o maior crescimento de sócios, 137%, com crescimento médio de 7,5% ao ano entre 2000 a 2012. A Coopertradição elevou o número de sócio em 61,6% entre 2003 e 2012, com média de 8,9% ao ano, e a Coagro obteve crescimento do quadro social de 17%, com média de 1,5% ao ano.

Até 2011 a Coagro possuía o maior número de sócios, com 5.705. Em 2012 a Coasul passou a ter o maior quadro social, com 5.578, pois a Coagro perdeu cooperados neste ano.

A Coagro em 1990 contava com 6.134 sócios, em 1995 com 5.127 e em 2000 o número caiu para 4.250, queda de 30% com relação a 1990. Essa diminuição de cooperados deve-se

as dificuldades econômicas que a empresa passou e a perda de credibilidade, fazendo com que muitos produtores se desligassem da cooperativa.

Após isso, a Coagro estabeleceu crescimento, chegando a 5.872 mil sócios em 2010. Em 2012 o número diminuiu para 4.980, decorrente do desligamento de muitos produtores que não participavam mais da cooperativa.

A Coopertradição apresentou desempenho irregular com relação aos sócios, com crescimento até 2005, chegando a 923 sócios, depois diminuindo até 2009 e novamente aumentando os sócios. A primeira queda deve-se a política da cooperativa de fidelização, que acabou causando a saída dos produtores que participavam parcialmente das atividades (apenas na compra de insumos, por exemplo).

No contexto mais recente de crescimento dos sócios houve por parte da cooperativa a busca de novos agricultores, sobretudo, pequenos produtores.

No Brasil, os cooperados do ramo agropecuário aumentaram de 831 mil em 2000 para 969 mil em 2011. Isso representa um incremento de 137,8 mil produtores rurais. Comparado com o crescimento médio do quadro social nacional, que foi de 1,5% ao ano, o quadro social das empresas do Sudoeste é bem mais acelerado, com média de 4,8% ao ano. Entre 2000/12, enquanto nacionalmente os sócios aumentaram 16,6%, nas empresas citadas esse valor foi de 73,6%.

Com relação ao crescimento médio de outras cooperativas, as empresas do Sudoeste também se destacaram. A Coamo (2002/12) e a Cooperalfa (2000/12), que estão entre as maiores instituições do setor, cresceram cerca de 4% ao ano, ficando abaixo da média das empresas regionais. A Coasul com 7,5% ao ano e Coopertradição com 8,9% ao ano destacam-se.

Do total de produtores rurais do Sudoeste, 44,4 mil (Censo Agropecuário, 2006), as três cooperativas possuíam em 2006 cerca de 9,1 mil sócios, 20,5% do total de agricultores da região.⁵¹

Um fator importante que incentivou os produtores regionais a se associarem às cooperativas são as melhores condições de preços na compra e na venda de produtos. Nesse sentido, pode-se associar o recente salto dos cooperados, sobretudo da Coopertradição, à políticas como o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB).

⁵¹ É importante salientar que na pesquisa realizado pelo IBGE foi considerado produtor todos àqueles empregados na atividade agropecuária. No caso dos cooperados, apesar de toda a família viver da atividade, somente o homem é que se associa na cooperativa. Ou seja, esse número pode ser maior.

A Coopertradição nos últimos anos incentivou a expansão do corpo social entre os pequenos produtores para que tivesse acesso a condições de financiamento diferenciadas em investimentos, repasse de crédito e comercialização de grãos com o Governo Federal.

As três cooperativas em estudo possuem a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), ou seja, todas apresentam mais de 70% do quadro social composto por agricultores familiares. Além das vantagens nos financiamentos para a empresa via o PRONAF Agroindústria, como os juros menores e carência, as cooperativas podem participar do PNPB, comercializando soja com preços melhores.

Para ter acesso ao programa, além do percentual de associados, os produtores familiares tem que participar com 55% da produção recebida pela cooperativa (MDA, 2013).

Cada saca de soja comercializada com o PNPB possui um retorno ao produtor via cooperativa. Desse valor, uma parte é destinada à assistência técnica da propriedade familiar e outra ao agricultor. A assistência técnica é obrigatória, tendo o objetivo de melhorar a produtividade dos agricultores. Em 2012 o valor comercializado pelo programa foi de R\$ 2 bilhões com cerca de 105 mil agricultores (MDA, 2013).

Na Coopertradição em 2013 (correspondente ao convênio da safra 2012) o retorno foi de R\$ 1,80 por saca, sendo R\$ 1,30 para o produtor e R\$ 0,50 para assistência técnica, o mesmo para a Coagro. Na Coasul, o valor foi de R\$ 2,20, sendo R\$ 1,50 para o produtor e R\$ 0,70 para a cooperativa, com volume comercializado de 2 milhões de sacas de soja (Imprensa Coagro, Coasul e Coopertradição, 2012/13).

4.2 Evolução do faturamento e lucro das cooperativas

O estudo do faturamento das cooperativas da região permite analisar o desempenho econômico das empresas, com base na rentabilidade de suas atividades. A partir da análise dos Relatórios Anuais de Atividade, pode-se afirmar que a maior parte de faturamento das cooperativas analisadas provém da comercialização agrícola, seguida de outras atividades, como a venda de insumos, indústrias e supermercados.

Com relação ao faturamento total das cooperativas, em 2012 foi de quase um bilhão de reais, com crescimento de 22,6% ao ano entre 2000/12 e evolução de 794% entre 2000/12. Os números indicam rápido avanço no faturamento, que explica o aumento no lucro líquido e no patrimônio líquido das empresas.

Tabela 28: Evolução do faturamento bruto das cooperativas agropecuárias (em R\$ Mil)

	Coasul		Coagro		Coopertradição		Soma	
		% ¹		% ¹		% ¹		% ¹
2000	80.891	% ¹	30.934	% ¹	-	% ¹	111.825	% ¹
2001	99.553	23,1	39.981	29,2	-	-	139.534	24,7
2002	156.827	57,5	52.878	32,3	-	-	209.705	50,3
2003	207.047	32,0	67.003	26,7	30.379	-	304.430	45,2
2004	256.250	23,7	64.757	-3,3	54.685	80,0	375.692	23,4
2005	165.273	-35,5	52.719	-18,6	64.064	17,1	282.057	-24,9
2006	167.237	1,2	42.751	-18,9	61.371	-4,2	271.360	-3,8
2007	265.594	58,8	68.034	59,1	87.277	42,2	420.905	55,1
2008	352.269	32,6	79.408	16,7	128.890	47,7	560.568	33,2
2009	349.609	-0,7	75.414	-5,0	136.558	5,9	561.582	0,1
2010	364.717	4,3	78.246	3,7	138.464	1,4	581.428	3,5
2011	546.755	49,9	103.574	32,3	210.767	52,2	861.097	48,1
2012	659.170	20,5	111.512	7,6	229.040	8,7	999.722	16,1
Média	-	22,4	-	13,5	-	27,9	-	22,6
2000/12	-	715	-	260	-	654*	-	794

¹ Crescimento anual das receitas via comercialização.

Fonte: Relatório de Gestão Coasul, Coagro e Coopertradição (vários anos). * 2003-2012.

A soma do faturamento das cooperativas entre 2000 e 2012 foi de R\$ 5,6 bilhões. O maior faturamento foi da Coasul, que em 2012 somou R\$ 659 milhões. Ao longo dos anos citados, a cooperativa somou R\$ 3,67 bilhões com crescimento anual de 22,4% e evolução de 715% entre 2000/12.

A Coopertradição faturou cerca de R\$ 1,14 bilhão, crescendo anualmente cerca de 28%, com evolução de 653% entre 2003/12. A Coagro apresentou o menor crescimento na região, apenas 13,5% ao ano com variação de 230% entre 2000 e 2012. Na somatória, o faturamento da cooperativa foi de R\$ 867 milhões.

Com relação as grandes cooperativas que atuam no Brasil, o faturamento foi o seguinte: o crescimento médio anual do faturamento da Coamo entre 2001/12 foi de 17,2%, e da Cooperalfa, entre 2000/12, foi de 16,5%. Esses percentuais são inferiores a taxa média das empresas regionais, que foi de 22,6%.

O maior crescimento percentual das cooperativas do Sudoeste deve-se ao fato de que no início da década tinham pouca expressividade econômica. Os investimentos e a expansão que ocorreram nos anos 2000 surtiram grande impacto sobre a receita das empresas.

As cooperativas são mais dinâmicas no Sudoeste, justamente pela região apresentar grandes possibilidades de expansão para o setor, tanto pelo crescimento horizontal (novos

sócios, armazenagem e aumento na receitação de grãos), como pela verticalização (industrialização), diferentemente de outras regiões, como Noroeste, Norte e Oeste do Paraná, onde as cooperativas já estão consolidadas como grandes empresas, com territórios de atuação bem definidos.

Houve dois momentos em que o faturamento diminuiu ou cresceu pouco na região: em 2005/06 e 2009/10. Esse fato também foi constatado no capítulo anterior, quando analisamos a evolução do faturamento das maiores cooperativas do país. Em 2005/06, os preços da tonelada de soja caíram de US\$ 226 em 2004 para US\$ 199 em 2005 (-11,7%) e US\$ 193 em 2006 (-14,6%). Por consequência, houve a queda na rentabilidade das cooperativas nesses anos, pois a Soja é o principal produto comercializado pelas empresas da região.

Em 2005/06 as cooperativas do Sudoeste faturam -24,9% e -3,7%. A Coamo, que têm um parque industrial ligado a soja (esmagamento e refinaria de óleo), diminuiu faturamento em -31,5% e -10,9% e a Cooperalfa, por diversificar suas atividades para além deste produto, com o frango e suínos, teve quedas amenas, de -8,4% e -9,8%.

Em 2009/10, a retração do mercado externo condicionou outras baixas, com intensidade menor para as cooperativas do Sudoeste do que o restante do setor no país. Enquanto que o faturamento caiu 0,1% em 2009 nas cooperativas regionais, no mesmo ano, Coamo e Cooperalfa, que possuem maior integração com o mercado externo, diminuíram o faturamento em -2,8% e -5,7% consecutivamente (Relatório de Atividades da Cooperalfa e Coamo, 2009/10).

É interessante mencionar que a queda de -5% do faturamento da Coagro em 2009 está relacionada a diminuição do recebimento de grãos em 40%, devido uma estiagem na região em que atua a cooperativa (fronteira do Sudoeste do Paraná com a Argentina).⁵²

Excetuando esses poucos momentos de dificuldade, o bom desempenho econômico do setor na região fez aumentar o lucro na última década. O Resultado Operacional Líquido demonstra este fato. Essa informação corresponde ao lucro da cooperativa em um determinado período. Depois de debitadas todas as despesas da receita bruta da empresa chega-se ao resultado líquido.

A partir da análise do Resultado Operacional pode-se averiguar com mais precisão o desempenho econômico-financeiro das cooperativas no ano.

⁵² Nos próximos gráficos pode-se constatar essa informação, quando aparece queda na comercialização agrícola e queda no recebimento da produção.

Tabela 29: Evolução do Resultado Operacional Líquido das cooperativas

	Coasul	Coagro	C.tradição	Total
2000	1.502.126	- 1.409.649	-	92.477
2001	1.693.602	- 492.177	-	1.201.425
2002	7.894.359	2.277.836	-	10.172.195
2003	7.608.520	1.464.212	-	9.072.732
2004	8.043.289	841.466	3.800.244	12.684.999
2005	- 590.241	966.988	1.777.898	2.154.645
2006	1.394.236	627.269	1.089.664	3.111.169
2007	2.835.904	1.909.308	1.155.331	5.900.543
2008	360.562	3.369.342	5.712.565	9.442.469
2009	6.113.259	915.204	8.126.583	15.155.046
2010	5.348.856	2.746.002	1.736.296	9.831.154
2011	- 368.369	4.141.434	8.181.414	11.954.479
2012	12.755.344	4.905.744	6.675.476	24.336.564
Soma	54.591.447	22.262.979	38.255.471	115.109.897
Média	4.199.342	1.712.537	4.250.608	8.854.607

Em R\$ Correntes. Fonte: Relatório de Gestão Coasul, Coagro e Coopertradição (vários anos).

A média do resultado operacional líquido das cooperativas foi de R\$ 8,8 milhões ao ano, sendo que a soma entre 2000/12 é de R\$ 115 milhões. O ano com o melhor resultado foi em 2012, onde as cooperativas somaram R\$ 24,3 milhões de lucro.

A Coasul obteve resultado líquido de R\$ 54,5 milhões entre 2000 e 2012. Em 2012 o lucro da empresa chegou a R\$ 12,7 milhões, o maior entre todas as cooperativas. Em 2005 as vendas de produtos agrícolas e de insumos despencaram, gerando no ano resultado negativo de R\$ 590 mil (*ver Tabelas 30 e 32*). Em 2011 houve novamente resultado negativo, desta vez, devido ao valor elevado de encargos financeiros que foram pagos no ano.

A Coopertradição teve em 2009 e 2011 seus melhores resultados, R\$ 8 milhões. A cooperativa possuiu a melhor média de faturamento entre as cooperativas, cerca de R\$ 4,2 milhões por ano. Na soma dos anos, o lucro total foi de R\$ 38,2 milhões.

A Coagro em 2000/01 obteve resultado negativo, momento em que a empresa passava por uma crise e tentava se reestruturar. Nesses anos houve prejuízo de R\$ 1,4 milhão e R\$ 492 mil, respectivamente. Nos anos seguintes, a empresa começou a aumentar o faturamento, chegando a R\$ 4,9 milhões em 2012. Em 2009 houve uma queda no lucro da empresa, ocasionada por uma quebra de produção, que diminuiu os cereais recebidos (*ver Tabela 28*) e as vendas de insumos. Entre 2000 e 2012 a Coagro faturou cerca de R\$ 22 milhões, sendo

metade desse valor correspondente aos últimos três anos (2010/11/12), o que indica que a recuperação econômica da cooperativa foi recente.

O resultado operacional líquido varia muito, no caso das cooperativas, de acordo com o preço dos produtos agrícolas, com o volume recebido e com os preços dos insumos. Como esse é um mercado que está em constante oscilação, os resultados líquidos também se demonstram oscilantes.

Isso reforça uma característica das cooperativas ligadas apenas à comercialização da produção recebida. Quando a empresa adentra na produção industrial ela sofre menos com as oscilações de preços, estabilizando o faturamento.

Apesar de nos últimos anos os investimentos em industrialização aumentarem, as cooperativas do Sudoeste ainda são pouco desenvolvidas nesse setor. A recessão nos anos noventa, fez com que as empresas abandonassem seus projetos industriais, retomados recentemente sob uma conjuntura econômica e política favorável. Foi recente a mudança do nome de “Cooperativas Agropecuárias” para “Cooperativas Agroindustriais”.

Os próximos itens – 4.2.1, 4.2.2 e 4.2.3 – demonstram separadamente a composição do faturamento das cooperativas estudadas, sendo destacadas as receitas via comercialização de produtos agrícolas, comercialização de insumos e industrialização.

4.2.1 Receitas via comercialização de produtos agrícolas

O comércio de grãos é o carro-chefe do faturamento das cooperativas do Sudoeste. Entre 2000 e 2012 foram cerca de R\$ 3 bilhões, o que representa 53% do faturamento total no mesmo período. A **Tabela 30** demonstra a evolução das receitas obtidas via comercialização de produtos agrícolas.

Tabela 30: Receitas via comercialização de produtos agrícolas (em R\$ Mil)

	Coasul		Coagro		Coopertradição		Soma	
2000	54.035	% ¹	21.880	% ¹	-	% ¹	75.915	% ¹
2001	67.835	25,5	20.248	- 7,5	-	-	88.084	16,0
2002	112.546	65,9	30.942	52,8	-	-	143.489	62,9
2003	138.654	23,2	40.108	29,6	-	-	148.763	24,6
2004	169.299	22,1	37.766	- 5,8	-	-	207.066	15,8
2005	94.051	- 44,4	27.106	- 28,2	16.043	-	137.201	-33,7
2006	101.667	8,1	16.906	- 37,6	25.159	56,8	143.732	4,8
2007	161.171	58,5	38.800	129	44.961	78,7	244.933	70,4
2008	199.448	23,7	44.256	14,1	62.201	38,3	305.906	24,9
2009	193.328	- 3,1	39.520	- 10,7	73.115	17,5	305.964	0,0
2010	196.493	1,6	40.761	3,1	81.022	10,8	318.278	4,0
2011	252.880	28,7	58.265	42,9	136.297	68,2	447.443	40,6
2012	229.782	- 9,1	62.075	6,5	143.641	5,4	435.499	-2,7
Média	-	16,7	-	15,7	-	39,4	-	19
2000/12	-	325	-	184	-	795	-	473

¹ Crescimento anual das receitas via comercialização.

Fonte: Relatório de Atividades Coasul, Coagro e Coopertradição (vários anos).

Os principais grãos comercializados pelas cooperativas no Sudoeste são a soja, milho, trigo e feijão. Mas, elas também recebem aveia, cevada, triticale e outros.

A Coasul foi quem mais faturou com a venda de produtos agrícolas. Entre 2000 e 2012 a empresa movimentou cerca de R\$ 1,9 bilhão. O maior faturamento foi em 2011, com R\$ 252 milhões.

A Coopertradição obteve cerca de R\$ 582 milhões com a venda de grãos (2005/12). Foi a cooperativa que mais cresceu percentualmente, aumentando 40% ao ano nas vendas e com evolução de quase 800% entre 2005/12. A Coagro comercializou R\$ 478 milhões entre 2000 e 2012, com crescimento anual de 15,7%.

Os valores da comercialização de grãos estão muito ligados à variação de preços dos produtos. Em 2007 e 2008 as vendas aumentaram consideravelmente, cerca de 70% e 25%. Nesse momento, o preço dos principais grãos comercializados pelas cooperativas regionais cresceu: a soja (ton.) aumentou 35% em 2007 (US\$ 260) e 50% (US\$ 388), o milho aumentou 42% em 2007 (US\$ 171) e 25% em 2008 (US\$ 215) e o trigo aumentou em 45% em 2007 (US\$ 226) e 22% em 2008 (US\$ 277) (IPEADATA, 2012).

Porém, outros fatores merecem atenção, como o aumento na produtividade agrícola, por parte dos associados (o Sudoeste em 2010 tinha a maior produtividade na produção de soja no

Paraná, média de 3,64 toneladas por hectare), e o aumento na capacidade de recepção e armazenagem das cooperativas (IPEADATA, 2010).

As estratégias de venda antecipada de insumos, com base em troca de produtos, teve papel fundamental no aumento da produtividade dos cooperados, ao mesmo tempo em que garantiu a entrega da produção a cooperativa (no próximo item será analisado as receitas via comércio de insumos).

Relacionando o valor do faturamento bruto e das receitas obtidas com a comercialização agrícola das cooperativas, com o PIB Agropecuário do Sudoeste, percebe-se o crescimento ocorrido nos últimos anos e a importância das instituições na produção agrícola regional.

Tabela 31: Participação do faturamento e do valor da produção das cooperativas com relação ao PIB Agropecuário no Sudoeste

	Faturamento Bruto	Part. %¹	Produção Agrícola	Part. %¹	PIB Agro. Sudoeste
2000	111.825	10,8	75.915	7,4	1.029.637
2001	139.534	16,0	88.084	10,1	869.241
2002	209.705	19,1	143.489	13,1	1.097.618
2003	304.430	19,9	148.763	9,7	1.525.596
2004	375.692	26,2	207.066	14,4	1.435.367
2005	282.057	31,2	137.201	15,2	902.256
2006	271.360	31,9	143.732	16,9	851.022
2007	420.905	36,5	244.933	21,2	1.153.193
2008	560.568	41,7	305.906	22,7	1.344.691
2009	561.582	46,8	305.964	25,5	1.199.602
2010	581.428	44,4	318.278	24,3	1.310.226
Soma	3.819.086	30,0	2.119.331	16,6	12.718.455

¹ Participação com relação ao PIB Agropecuário do Sudoeste no mesmo ano. Em R\$ milhares correntes.
Fonte: Relatório de Gestão Coasul, Coagro, Coopertradição e IPEADATA, vários anos.

No início da década, a participação do faturamento bruto das cooperativas com relação ao PIB Agropecuário do Sudoeste era de apenas 10,8%. Ao longo dos anos, esse percentual elevou-se, atingindo 46,8% em 2009.

Enquanto que o faturamento das cooperativas agropecuárias aumentou mais de 400% entre 2000 e 2010, com média de crescimento de 20,8% o ano, o PIB Agropecuário regional evoluiu apenas 27,2% entre 2000 e 2010, com crescimento médio de 5,1% ao ano.

No caso da comercialização de produtos agrícolas, observa-se que em 2000 os valores obtidos com a venda agrícola representavam 7,4% do PIB Agropecuário regional e em 2011 foi para 25,5%.

4.2.2 Receitas via comercialização de insumos

A venda de insumos é outro elemento que compõe as receitas das cooperativas.

Em 2000 foram comercializados cerca de R\$ 26 milhões em insumos pelas cooperativas analisadas. Em 2005, somada a participação da Coopertradição, esse valor subiu para R\$ 117 milhões e em 2012, para R\$ 260 milhões, crescimento de 1.000% com relação ao ano inicial. A média de crescimento anual das vendas foi de 24,5%, superior a média apresentada no comércio de grãos.

Juntas, as cooperativas do Sudoeste comercializaram R\$ 1,7 bilhão em insumos, o que equivale a 30% do faturamento bruto no mesmo período. A **Tabela 32** apresenta a evolução da comercialização de insumos.

Tabela 32: Evolução da venda de insumos pelas cooperativas (em R\$ Mil)

	Coagro		Coasul		Coopertradição		Soma	
		% ¹		% ¹		% ¹		% ¹
2000	7.326	% ¹	19.016	% ¹	-	% ¹	26.342	% ¹
2001	7.939	8,4	23.352	22,8	-	-	31.291	18,8
2002	11.051	39,2	36.274	55,3	-	-	47.325	51,2
2003	15.942	44,3	58.964	62,6	-	-	74.907	58,3
2004	16.302	2,3	75.889	28,7	-	-	92.192	23,1
2005	15.266	- 6,4	55.705	- 26,6	47.021	-	117.992	28,0
2006	14.581	- 4,5	45.816	- 17,8	35.212	- 25,1	95.610	- 19,0
2007	18.249	25,2	72.508	58,3	41.315	17,3	132.073	38,1
2008	23.732	30,0	106.362	46,7	64.744	56,7	194.839	47,5
2009	22.249	- 6,2	101.640	- 4,4	62.966	- 2,7	186.856	- 4,1
2010	20.866	- 6,2	97.314	- 4,3	54.416	- 13,6	172.597	- 7,6
2011	26.982	29,3	136.529	40,3	73.143	34,4	236.654	37,1
2012	34.378	27,4	173.131	26,8	82.887	13,3	290.397	22,7
Soma	234.871	-	1.002.505	-	461.706	-	1.699.083	-
Média	-	15,2	-	24	-	11,5	-	24,5

¹ Crescimento anual das receitas via comercialização.

Fonte: Relatório de Gestão Coasul, Coagro e Coopertradição (vários anos).

A venda de insumos é maior na Coasul, que somou um bilhão de reais no total observado. Esse valor representa 28% do faturamento bruto da empresa no mesmo período.

Em 2012 a comercialização de insumos pela cooperativa foi de R\$ 173 milhões, o maior valor registrado.

A Coopertradição entre 2005 e 2012 vendeu R\$ 460 milhões em insumos, com crescimento médio das vendas de 11% ao ano. A Coagro, apesar de estar a mais tempo no mercado, vendeu entre 2000 e 2012 apenas R\$ 234 milhões, com evolução média de 15% ao ano.

Em 2009 e 2010, percebe-se que em todas as cooperativas houve queda na venda de insumos, na média das empresas a diminuição foi de -4% em 2009 e -7,6% em 2010. Essa queda decorre do aumento elevado no preço dos fertilizantes e glifosatos nestes anos, o que reduziu as receitas com a venda de insumos.

Após isso, nos últimos anos da tabela houve crescimento no comércio de insumos, retornando aos patamares de anteriores.

O aumento no volume de insumos consumidos pelos cooperados indica algumas questões: o aumento na modernização química e genética entre os associados. Isso reflete no aumento da produtividade das propriedades, na dependência dos produtores às sementes, fertilizantes, defensivos e de capital para aquisição de tais produtos.

Com relação ao capital, grande parte dos insumos adquiridos pelos produtores é via financiamento. Nesse sentido, é importante mencionar o papel do crédito agrícola e outras formas de financiamento, que nos últimos anos contribuíram para maior repasse de insumos por parte das cooperativas.

Além das formas oficiais de aquisição de insumos, via financiamento custeio, outra forma de financiamento destacou-se no repasse de insumos pelas cooperativas na região: o “contrato de troca”.

Nesse tipo de comercialização, também conhecida como “pacote futuro” ou “contrato de permuta”, a cooperativa fornece todos os insumos e assistência necessária ao produtor para garantir a safra. Em contrapartida, no momento da colheita, o agricultor entrega a empresa a sua produção, descontando automaticamente seu débito.

Essa estratégia de venda antecipada surgiu durante a crise do crédito nas décadas de 1980 e 1990, quando a falta de recursos para os produtores impulsionou a criação de formas alternativas de financiamento agrícola.

Atualmente esses contratos são importantes mecanismos para custear a safra dos associados, ao mesmo tempo, garantir que a produção seja entregue na cooperativa. Na **Tabela 33** estão demonstrados os valores aplicados pelas cooperativas neste tipo de operação.

Tabela 33: Créditos com base em troca e adiantamento de safra aos cooperados

	Coasul		Coagro		Coopertradição		Soma	
2000	2.340	% ¹	2.042	% ¹	-	% ¹	4.382	% ¹
2001	3.786	61,8	3.210	57,2	-	-	6.996	59,6
2002	6.145	62,3	3.146	- 2,0	-	-	9.292	32,8
2003	12.379	101,4	3.368	7,1	11.971	-	27.719	198,3
2004	18.914	52,8	4.610	36,9	17.119	43,0	40.644	46,6
2005	13.530	- 28,5	3.810	- 17,3	20.178	17,9	37.519	- 7,7
2006	11.781	- 12,9	4.354	14,3	13.116	- 35,0	29.252	- 22,0
2007	17.665	49,9	3.523	- 19,1	12.627	- 3,7	33.816	15,6
2008	23.303	31,9	1.799	- 48,9	25.591	102,7	50.694	49,9
2009	25.328	8,7	5.109	183,9	31.756	24,1	62.195	22,7
2010	24.960	- 1,5	5.504	7,7	29.525	- 7,0	59.989	- 3,5
2011	38.694	55,0	7.246	31,6	35.463	20,1	81.404	35,7
2012	49.481	27,9	5.294	- 26,9	48.873	37,8	103.649	27,3
Total	248.311	-	53.021	-	246.224	-	547.558	-
Média	-	34,1	-	18,7	-	22,2	-	37,9
2000/12	-	2.014	-	159	-	308	--	2.264

¹ Crescimento anual. Valores Correntes em Milhares R\$.

Fonte: Relatório de Atividades Coasul, Coagro e Coopertradição (vários anos).

Todas as cooperativas se utilizam deste mecanismo como forma de venda de insumos. Cooperalfa e Coamo (que atuam na região) também fazem uso desse tipo de comercialização. Um dos motivos apontados é o baixo nível de inadimplência dos produtores.

Entre 2000 e 2012, na soma das cooperativas foram antecipados valores na ordem de R\$ 547 milhões. Em 2012, os valores foram de R\$ 103 milhões. Comparando com o crédito oficial (SNCR), que foi de R\$ 1,39 bilhão na região, o valor das operações de troca das cooperativas representaram 7,5% em 2012 (BCB, 2012).

O crescimento anual dos valores antecipados pelas cooperativas foi de 38% ao ano, com crescimento de 2.264% entre 2000 e 2012. Entre as cooperativas, a Coasul apresentou o maior crescimento médio anual, cerca de 34%.

Coasul e Coopertradição se destacam neste sistema de trocas. A primeira, entre 2000 e 2012 antecipou cerca de R\$ 248 milhões, e a segunda, entre 2003 e 2012, R\$ 246 milhões.

A Coagro, comparada com as demais, apresentou baixa utilização deste sistema. Entre os anos apresentado a cooperativa somou R\$ 53 milhões. Isso, devido aos limites de antecipação de valores da empresa, que passou os anos 2000 se reestruturando de crise.

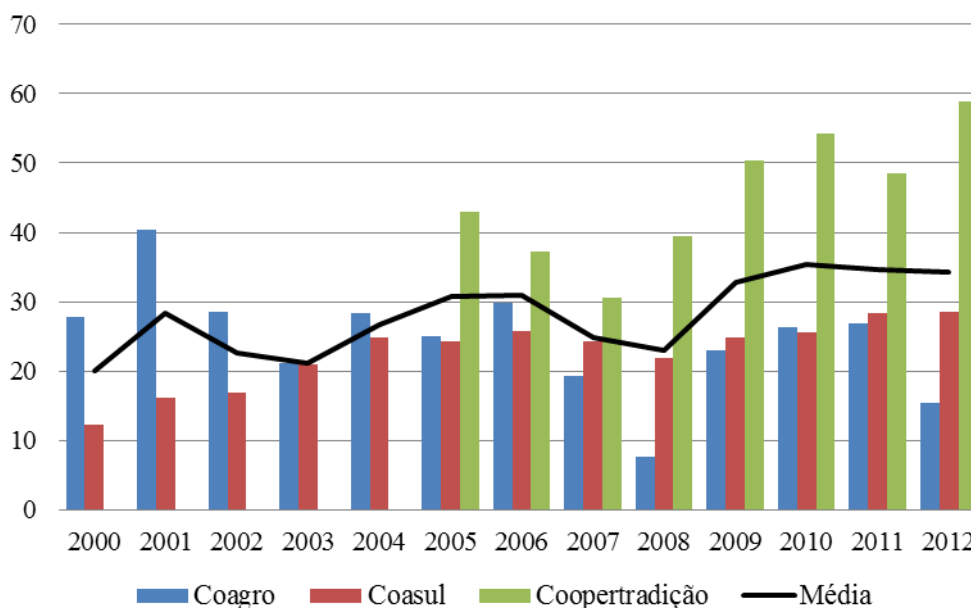
Para que as cooperativas possam antecipar recursos, mesmo via produtos (sementes, fertilizantes, defensivos...), elas demandam de grandes quantidades de capital de giro. Isso permite a venda a prazo do “pacote para a safra”, com recebimento somente no momento da colheita.

Nesse sentido, destacam-se as recentes políticas de obtenção de financiamento para capital de giro por parte das cooperativas, caso do PROCAP-AGRO e outras formas de captação de recursos (financiamento de curto prazo junto a bancos privados).

A CPR, que foi um dos principais mecanismos para captar recursos no mercado financeiro durante a década de 1990 por empresas e cooperativas, atualmente na região praticamente não tem sido utilizada pelas cooperativas.

A CPR apresenta uma operação muito arriscada para a cooperativa, uma vez que é através do seu endividamento que repassa recursos ao cooperado. Caso haja algum problema de inadimplência, a empresa tem de assumir a dívida. No caso do cooperado não cumprir sua parte (seja entrega em produto, ou dinheiro), a cooperativa ao executar o contrato, acaba tomando alguns bens do associado, dados como garantia. Além disto, como a maioria dos produtores associados possui pequenas e médias lavouras, o volume de recursos para se financiar por CPR na Bolsa de Mercadorias e Futuros é pequeno. Assim, para manter a boa relação entre a cooperativa e os associados e para garantir a saúde financeira das associações, esse tipo de financiamento via CPR está sendo abandonado pelas cooperativas do Sudoeste.

Praticamente todo o valor adiantado aos sócios refere-se ao fornecimento de insumos. A participação dos repasses aos cooperados no total de venda de insumos varia de acordo com cada cooperativa. Na média das empresas entre 2000 e 2012, o crédito com base em trocas foi de 33%. O **Gráfico 09** a seguir demonstra o percentual de participação das cooperativas no sistema de trocas.

Gráfico 09: Participação percentual do sistema de trocas nas vendas de insumos

Fonte: Relatório de Gestão Coasul, Coagro e Coopertradição (vários anos).

A Coopertradição se destaca na antecipação de recursos aos cooperados. Em 2012, o percentual de participação nas vendas de insumos chegou a 59%. A Coasul, nesse quesito oscilou entre 12 e 28%, com média de 23%.

A Coagro, mesmo possuindo baixos valores, como observado na tabela anterior, quando comparado com o valor das vendas de insumos, a média chega a 24,5%.

Conforme Alves (2003), o problema na operação de troca, onde vigora a equivalência em produto, é o risco de descolamento entre os preços dos insumos, adquiridos pela cooperativa para repasse aos cooperados, e os preços dos produtos agropecuários entregues por estes à cooperativa. Por exemplo, se o preço da saca de produto tiver oscilado muito entre o período de contratação e entrega da produção, a cooperativa ou os sócios podem ser prejudicados.

No caso dos contratos realizados pelas cooperativas da região Sudoeste, o valor a ser pago pelo cooperado é estabelecido no momento da compra dos insumos, observando o preço da saca de soja (maioria das vezes) naquela data e convertido já em um número de sacas a serem entregues futuramente. Se o preço da soja aumentar, quem deixa de ganhar é o produtor, caso ele diminua, a cooperativa assume o prejuízo.

Conclui-se com esses dados, que o sistema de troca é um importante mecanismo de financiamento dos cooperados e de venda de insumos. Isso oportuniza maior acesso dos

produtores à sementes e fertilizantes, contribuindo para a produtividade e ao mesmo tempo, garantindo a entrega do produto na cooperativa, que desencadeou no aumento do comércio de grãos (ver *Tabela 30* com relação ao valores do comércio de grãos e *Tabelas 35* para o aumento no volume recebido).

4.2.3 Receitas via produção industrial

O último fator para análise das receitas cooperativas é a produção industrial. Dentre as cooperativas estudadas até 2012, apenas a Coasul possuía atividade industrial, com Fábrica de Rações (para diversos animais) e o Complexo Avícola (Frigorífico de Aves e Fábrica de Ração para aves).

A Coagro, antes da crise dos anos noventa, possuía atividades industriais. No projeto de reestruturação da cooperativa, ela se desfez de algumas plantas (Frigorífico de aves e suínos, a Fábrica de Rações, a Unidade de Frios em Planalto). O Laticínio foi alugado para a Frimesa, mas a cooperativa ainda atua na coleta de leite.

A cooperativa possui investimentos programados para a agroindustrialização, com construção de uma fábrica de rações para gado leiteiro, um moinho de trigo e melhoramentos no laticínio.

A Coopertradição em 2013 inaugurou a Unidade de Beneficiamento de Sementes (UBS) e de Tratamento de Sementes Industrial (TSI), porém, os dados sobre o faturamento do empreendimento não estão disponíveis.⁵³ A **Tabela 34** apresenta a evolução do faturamento bruto da Coasul com seus respectivos projetos industriais.

⁵³ Esse empreendimento é em parceria com a Bayer CropScience, que fornece a tecnologia para cobertura industrial de sementes.

Tabela 34: Faturamento da Coasul com a produção industrial (em R\$ Mil)

	Coasul				Total	
	Fábrica de ração		Complexo Avícola			
2004	478	% ¹	-	% ¹	478	% ¹
2005	3.398	610	-	-	3.398	610
2006	7.420	118	-	-	7.420	118
2007	17.654	137	-	-	17.654	137
2008	31.644	79	-	-	31.644	79
2009	34.593	9,3	1.892	-	36.485	15,2
2010	37.574	8,6	13.783	628,2	51.357	40,7
2011	51.174	36,2	85.931	523,4	137.105	167
2012	59.792	16,8	174.183	102,7	233.975	70,6
Soma	243.731	-	275.790	-	519.521	-
Média	-	127%	-	418%	-	43,6%

¹ Crescimento anual. Valores Correntes em Milhares R\$.

Fonte: Relatório de Atividades Coasul (vários anos).

A Coasul adentrou na produção industrial em 2004 com a fábrica de rações. O projeto apresentou alta rentabilidade, aumentando o faturamento de R\$ 478 mil para R\$ 59 milhões em 2012. Nos anos apresentados, a fábrica faturou R\$ 243 milhões.

O complexo avícola da Coasul começou sua atividade em 2009, com faturamento de R\$ 1,8 milhão. Em 2012, quando o abatedouro aumenta sua capacidade de utilização, o faturamento atingiu R\$ 174 milhões. No período de funcionamento o complexo atingiu receitas de R\$ 275 milhões. A capacidade do abatedouro é de 100 mil aves dia, com integração de 200 aviários.

De acordo com Gonçalves (1987), a lucratividade da agricultura está associada ao nível de participação na renda industrial. A agroindústria é fator chave do desenvolvimento do setor primário, definindo a própria evolução agrícola. Sem o controle da produção de insumos, processo produtivo, transformação e distribuição, não só a agricultura estará submetida, mas a possibilidade de desnacionalização é grande.

A agroindústria cooperativa de dimensões empresariais permite que o produtor tenha domínio sobre o processo produtivo e assim, transformar-se num vendedor de produtos elaborados (GONÇALVES, 1987).

Comparadas com outras cooperativas do Paraná, principalmente às do Oeste do estado, as empresas do Sudoeste são muito inferiores na produção industrial. É recente o processo de agroindustrialização nas cooperativas da região.

Um fator importante para esse processo foram as políticas de crédito que incentivaram e proporcionaram os investimentos na agroindustrialização. No *Item 4.5* serão analisados os desdobramentos das políticas de financiamento no crescimento das cooperativas regionais e seu papel na industrialização.

Outro condicionante da industrialização, principalmente na área de gêneros alimentícios, foi o crescimento do mercado consumidor interno. A elevação do consumo nacional está ligado ao bom desempenho da economia, que gerou aumento de renda para uma grande parcela da população, melhorando sua condição de consumidores.

Nos anos 2000 prevaleceu a fase “a” do ciclo médio brasileiro. Rangel (1985) explica que apesar das influências do ciclo longo, a economia brasileira encontrou maneiras de crescer tanto nos períodos de ascensão como de recessão. No caso dos anos 2000, mesmo sob a égide do ciclo longo recessivo o Brasil retomou crescimento interno, em grande parte devido a ação do Estado, que estimulou a economia.

Conforme Figueiras e Oliveira (2011), os dados macroeconômicos indicam um cenário positivo no governo Lula, onde houve crescimento do PIB, das exportações, aumento real do salário mínimo e do emprego, expansão do crédito, distribuição de renda e do acúmulo de reservas internacionais.

Isso condicionou um fortalecimento do mercado consumidor nacional, transformando-o em um dos principais responsáveis pelo crescimento do setor agroalimentar brasileiro no contexto recente.

A Coasul, por exemplo, possui abate de frangos, onde cerca de 70% é vendido internamente, com destaque para redes de supermercados em São Paulo e Rio de Janeiro. A cooperativa planeja, incentivada pelo *boom* do mercado nacional, aproveitar a marca “*Le Vida*” (marca dos cortes de frango) e criar novos produtos na área de laticínios. Além disso, a cooperativa já trabalha para a integração da cadeia produtiva do frango, com a construção do incubatório para a produção dos próprios pintainhos.

A Coopertradição projeta para 2014 a construção de uma indústria de alimentos e bebidas, com cereal matinal, biscoitos, massas, panificação, cervejaria e snacks. Além disso, a cooperativa estuda a industrialização de milho, um moinho de trigo e ensaque de feijão, fechando a cadeia de produção dos cooperados, com agregação de valor.

É importante enfatizar que a diversificação da produção na indústria de alimentos não se refere apenas ao aumento da renda de parte da população. O consumo de alimentos mais

básicos cresce somente entre a população de renda muito baixa, logo a capacidade de crescimento ao longo prazo é pequena. A diversificação, com produtos mais elaborados e de maior valor agregado, busca romper a limitação do pequeno consumo de alimentos básicos e aumentar o consumo de alimentos industrializados tanto entre a população de baixa renda, como entre as camadas médias e altas (MEDEIROS, 2009).

No caso da Coagro, os investimentos no laticínio, que é administrado pela FRIMESA, decorrem da necessidade de modernização das estruturas para atender a demanda crescente do mercado. A fábrica de trigo, com investimentos previstos para 2014, aproveita o volume de produção de trigo recebido pela cooperativa, que em 2010 foi de 20,6 mil toneladas e a demanda do mercado.

Outro fator interessante é que as cooperativas seguem áreas diferentes na industrialização, exceto em alguns casos, como a indústria de trigo, pretendida pela Coagro e Coopertradição.

A Coasul concentrou sua atividade industrial no abate de frangos e fábrica de rações (diversas), a Coopertradição no beneficiamento de sementes e a Coagro, no setor de laticínios (junto à FRIMESA), fábrica de rações para gado leiteiro e indústria de trigo.

O BRDE, por ser o principal parceiro das cooperativas nos investimentos realizados no Estado do Paraná, tem influência sobre o processo de industrialização. O controle do banco sobre a distribuição de atividades industriais entre as cooperativas não é algo formalizado, mas a cada projeto encaminhado ao BRDE há um minucioso estudo de viabilidade econômica e social.

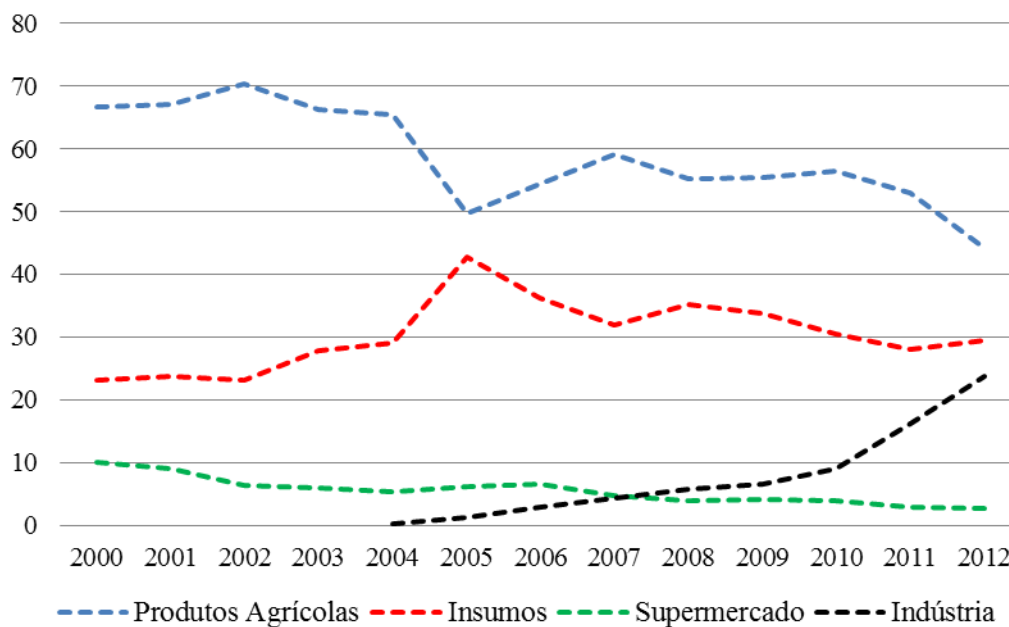
Além da análise de mercado, são avaliados pelo banco a capacidade gerencial do novo empreendimento, o perfil dos associados, o domínio da cadeia produtiva, se a cooperativa possui produção de matéria-prima suficiente para a indústria, se vai gerar algum benefício para os cooperados e se não vai haver disputas entre as instituições por território, produção e cooperados.⁵⁴ Esses são alguns requisitos para ter acesso aos recursos para investimentos realizados via financiamento do BRDE, o que acaba por vezes, limitando e ordenando a atuação das cooperativas.

Por fim, a sequência de gráficos a seguir demonstram a composição do faturamento das cooperativas regionais. O **Gráfico 10** demonstra a composição do faturamento das três cooperativas. Ele expressa a comercialização de produtos agrícolas (grãos), insumos,

⁵⁴ Informações obtidas em entrevista com Tiago Pesch, Gerente de Operações Adjunto/Grandes Empresas do BRDE-PR, responsável pelo financiamento das cooperativas no estado, no dia 04/07/2013.

supermercados e da produção industrial e suas respectivas participações na composição do faturamento bruto.

Gráfico 10: Composição do faturamento bruto das cooperativas do Sudoeste



Fonte: Relatório de Gestão Coasul, Coagro, Coopertradição (vários anos). Elaborado pelo autor.

Os itens citados correspondem a 99% do faturamento das empresas, sendo que os “serviços prestados” pelas cooperativas completam o percentual. Com relação ao mercado, somente Coasul e Coagro possuem essa atividade econômica. Os dados da Coopertradição foram adicionados somente a partir de 2005, pois é somente após esse ano que há informações completas da empresa.

No gráfico percebe-se que a renda proveniente da venda de produtos agrícolas diminuiu nos últimos anos, ao passo que a produção industrial aumentou. Em 2000 a comercialização agrícola era responsável por 67% do faturamento total. A indústria surge apenas em 2004, com participação de 0,2%. Em 2012, houve aproximação das atividades com o avanço da produção industrial, que foi de 23% e os produtos agrícolas caíram para 44%.

Os insumos aumentaram sua importância até 2005, quando somaram 43% do total faturado pelas cooperativas. Após isso diminuíram participação chegando a 32% em 2007 e 30% em 2012. Os mercados no início da década participavam com 10% da renda. Em 2005, esse valor caiu para 6% e em 2012 somou apenas 2% do total, tornando-se apenas uma atividade complementar das cooperativas.

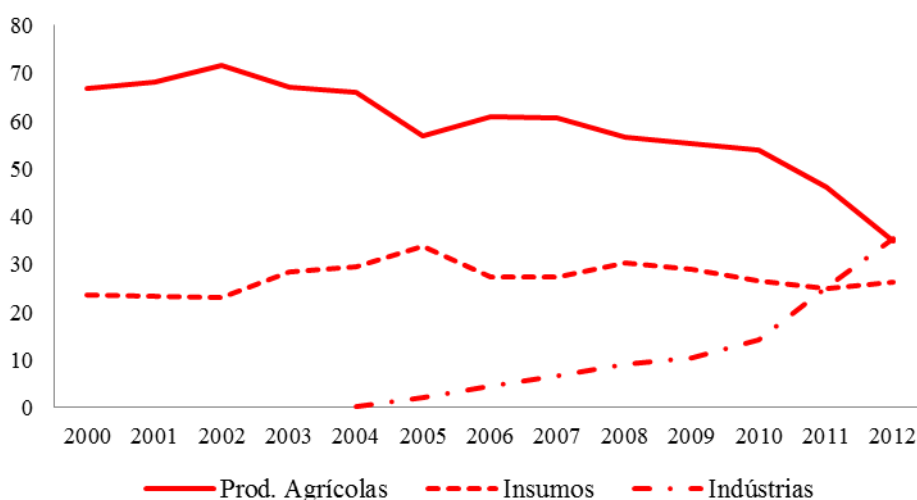
As diminuições registradas, nos insumos, mercados e produtos agrícolas, compreendem apenas valores percentuais, sendo que em valores reais todos os itens aumentaram. Como observado, atividade que mais cresceu nos últimos anos foi a indústria, passando a ocupar mais espaço no faturamento das cooperativas. Isso evidencia a evolução das instituições regionais de cooperativas de comercialização para cooperativas agroindustriais.

Na sequência de gráficos a seguir está demonstrada a composição do faturamento em cada uma das cooperativas estudadas. A Coasul apresentou maior mudança no faturamento. Depois do surgimento das indústrias e intensificação com o complexo avícola, houve forte avanço de espaço por essa atividade. Em 2012, a comercialização agrícola e as indústrias possuem a mesma participação, cerca de 35%. A tendência é que o setor industrial continue aumentando sua participação e logo desponte como principal fonte de divisas (**Gráfico 11**).

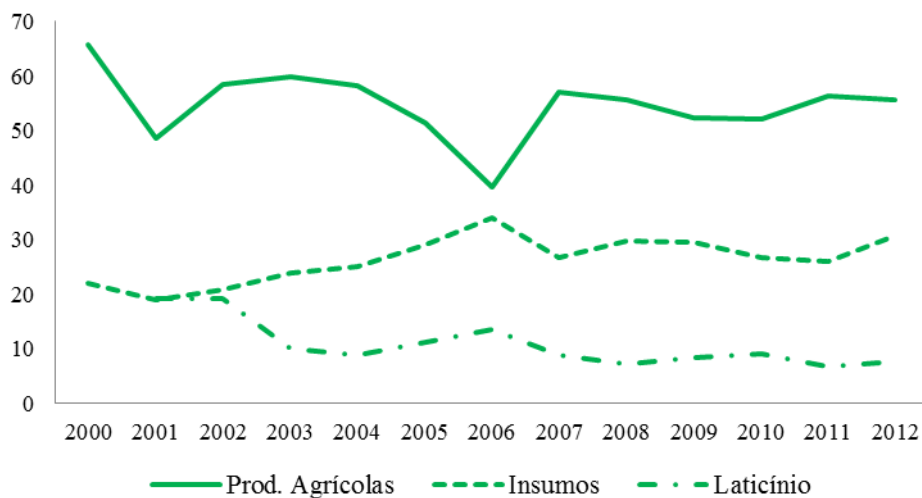
A Coagro manteve-se mais atrelada a comercialização agrícola, sendo que a renda do laticínio (mais entrega de leite) perdeu espaço nos últimos anos. Em 2000 ela representava 19% do faturamento e em 2012 apenas 8%. Em 2006 houve bruta queda na venda dos grãos, acarretando na diminuição de sua participação na renda total. Mas no geral os grãos perdem espaço devido ao aumento dos insumos. A venda de insumos se acelerou, elevando a participação de 22% em 2000 para 31% em 2012 (**Gráfico 12**).

A Coopertradição apresentou uma inversão na composição do seu faturamento. Entre 2005 e 2007 a maior parte da renda era da venda de insumos e a medida que foi ampliando seus armazéns e silos, aumentando a capacidade de comercialização de grãos, as vendas de produtos agrícolas tornou-se a principal atividade econômica da cooperativa (**Gráfico 13**).

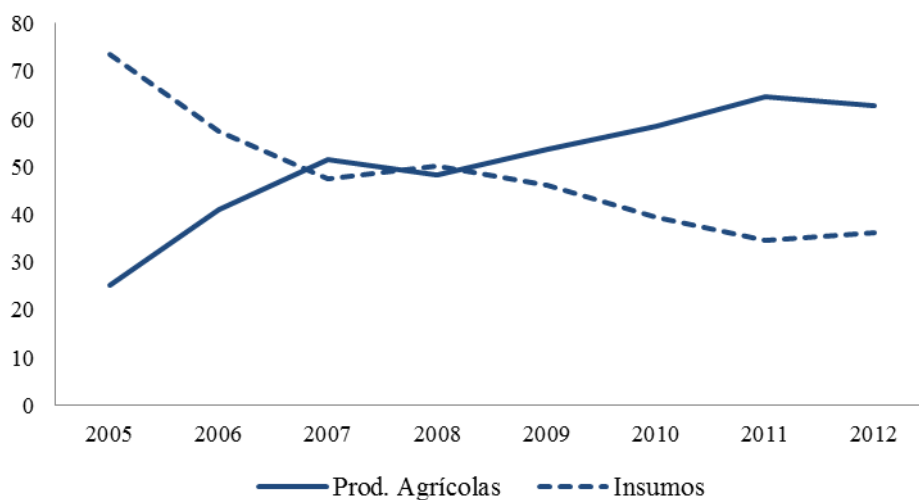
Gráfico 11: Composição do faturamento da Coasul



Fonte: Relatório de Atividades Coasul, vários anos.

Gráfico 12: Composição do faturamento da Coagro

Fonte: Relatório de Atividades Coagro, vários anos.

Gráfico 13: Composição do faturamento da Coopertradição

Fonte: Relatório de Atividades Coopertradição, vários anos.

4.3 Recebimento e capacidade de armazenagem das cooperativas

Como observado anteriormente, a comercialização de produtos agrícolas, que responde pela maior parte do faturamento das cooperativas, registrou aumento considerável nos últimos anos. O principal fator desse aumento é a expansão da capacidade de armazenagem, que permitiu às cooperativas expandir sua área de atuação e incorporar novos sócios.

A **Tabela 35** demonstra a evolução do recebimento da produção agrícola em sacas (60 kg) das cooperativas. Os produtos apresentados são soja, milho e trigo, que respondem pela maior parte do comércio de grãos.

Tabela 35: Recebimento da produção agrícola (em sacas)

	Coagro		Coasul		Coopertradição		Soma	
2000	830.994	% ¹	2.911.551	% ¹	-	% ¹	3.742.545	% ¹
2001	1.169.018	40,7	4.338.829	49,0	-	-	5.507.847	47,2
2002	1.035.612	- 11,4	3.931.221	- 9,4	-	-	4.966.833	- 9
2003	1.324.768	27,9	5.488.493	39,6	-	-	6.813.261	37
2004	1.061.014	- 19,9	5.192.487	- 5,4	-	-	6.253.501	- 8
2005	892.667	- 15,9	4.047.496	- 22,1	751.405	-	5.691.568	- 9
2006	718.870	- 19,5	3.866.666	- 4,5	1.178.681	56,9	5.764.217	1,3
2007	1.274.967	77,4	6.243.400	61,5	1.540.733	30,7	9.059.100	57
2008	1.429.605	12,1	6.716.666	7,6	1.923.756	24,9	10.070.027	11
2009	973.938	- 31,9	5.720.048	- 14,8	2.175.225	13,1	8.869.211	- 12
2010	1.415.278	45,3	7.736.216	35,2	2.821.358	29,7	11.972.852	35
2011	1.574.588	11,3	7.187.000	- 7,1	3.439.200	21,9	12.200.788	1,9
2012	1.279.123	- 18,8	6.101.073	- 15,1	3.218.189	- 6,4	10.598.385	- 13
Soma	14.980.442	-	69.481.146	-	17.048.547	-	101.510.135	-
Média	-	8,1	-	9,5	-	24,4	-	24,5

¹ Crescimento anual. Fonte: Relatório de Atividade Coasul, Coagro e Coopertradição (vários anos).

O recebimento da produção aumentou de 3,7 milhões de sacas em 2000, para 10,5 milhões em 2012, evolução de 183%, com média de crescimento de 24,5% ao ano. Entre 2000 e 2012 as cooperativas receberam juntas cerca de 100 milhões de sacas.

A Coasul foi responsável pela maior parte do volume recebido. Em 2010 o recebimento chegou a 7,7 milhões de sacas. O crescimento médio da cooperativa nesse quesito foi de 9,5% ao ano. Entre 2000 e 2012 a Coasul recebeu aproximadamente 69 milhões de sacas.

A Coopertradição de 2005 a 2012 recebeu cerca de 17 milhões de sacas, com evolução de 24,4% ao ano. Considerando que o início das atividades foi em 2003, houve rápido crescimento no recebimento da produção agrícola. Entre 2005/12 a empresa aumentou o recebimento de grãos em 328%.

É importante destacar que, dentre as cooperativas, a Coopertradição possui o maior índice de grandes produtores no corpo social. Em 2011 a maior parte dos sócios era de médios

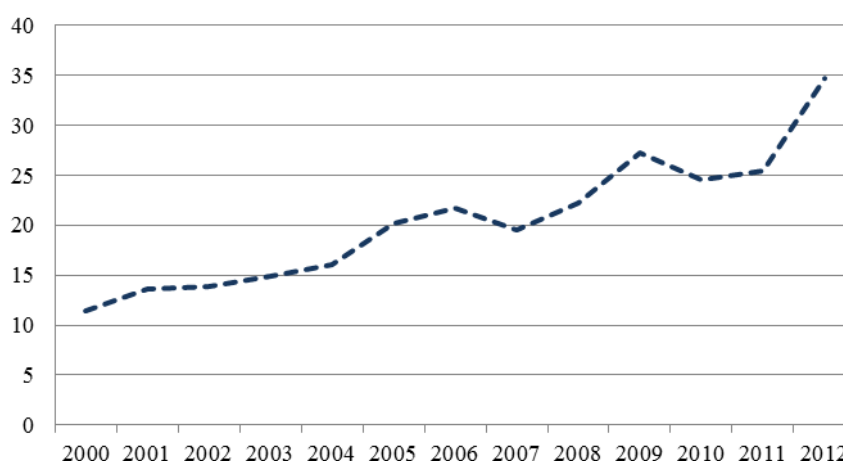
produtores, acima de 80 hectares. Isso explica o grande volume recebido pela cooperativa, mesmo com um número de sócios inferior às demais.

A Coagro nos anos observados recebeu cerca de 15 milhões de sacas, com média de crescimento de 8% ao ano. Em 2009, houve diminuição de 32% na recepção da soja, milho e trigo, decorrente de uma estiagem que atingiu a região, o que afetou o faturamento no ano. A Coasul também teve queda de recepção neste ano.

Entre 2000 e 2012 a produção no Sudoeste de soja, milho e trigo foi de 499,8 milhões de sacas e a soma das cooperativas no mesmo período foi de 101,5 milhões, equivalente a 20,3% da produção regional. Se incluir nesta conta outras cooperativas que atuam na região, como Coamo, Cooperalfa e Camisc, esse percentual aumenta muito.

O gráfico a seguir demonstra a participação da produção recebidas pelas cooperativas (soja, milho e trigo) com relação a produção, dos mesmos grãos, na região Sudoeste.

Gráfico 14: Participação das cooperativas na produção agrícola do Sudoeste⁵⁵



Fonte: Relatório de Atividades Coasul, Coagro e Coopertradição. IBGE, Produção Agrícola, vários anos.

Em 2000, Coasul e Coagro respondiam por 11,4% da produção regional. Em 2005, com a entrada da Coopertradição, esse percentual subiu para 20,1%.

Em 2010 a produção de soja, milho e trigo no Sudoeste foi de 48,7 milhões de sacas e as três cooperativas receberam 11,9 milhões, sendo responsáveis pelo recebimento de 24,5% da produção regional dos grãos no ano.

⁵⁵ O percentual pode variar um pouco, pois uma pequena parte dos grãos recebidos pelas cooperativas, sobretudo pela Coopertradição, é de fora do Sudoeste.

Em 2012 a produção na região diminuiu para 30,5 milhões de sacas e a produção recebida pelas cooperativas foi de 10,5 milhões de sacas, atingindo participação de 34,7% na produção agrícola do Sudoeste.

A crescente participação das cooperativas estudadas na produção regional demonstra a expansão das empresas, agregando novos sócios e aumentando o comércio de grãos. Contudo, essa expansão não seria possível sem infraestrutura necessária, ou seja, unidades de recebimento e armazenagem.

A capacidade de recebimento e armazenagem da produção foi o item mais investido pelas cooperativas nos últimos anos. A **Tabela 36** apresenta a evolução da capacidade de armazenagem das cooperativas comparando com dados de décadas passadas.

Tabela 36: Evolução da capacidade estática de armazenagem das cooperativas (ton.)

	Coasul	Coagro	C.tradição	Total	Cresc.
1980	40.100*	76.800	-	116.900	
1985	59.600	109.445	-	169.045	44,6
1990	102.050	117.420	-	219.470	29,8
1995	124.250	138.408	-	262.658	19,7
2000	156.162	60.000	-	216.162	-17,7
2001	156.162	60.000	-	216.162	0,0
2002	163.924	60.000	-	223.924	3,6
2003	207.424	60.000	-	267.424	19,4
2004	240.000	60.000	60.000	360.000	34,6
2005	244.494	60.000	60.000	364.494	1,2
2006	288.000	60.000	60.000	408.000	11,9
2007	288.000	60.000	71.000	419.000	2,7
2008	305.700	60.000	71.000	436.700	4,2
2009	311.700	61.980	71.000	444.680	1,8
2010	330.300	65.940	84.000	480.240	8,0
2011	338.190	73.620	93.000	504.810	5,1
2012	338.190	73.620	107.000	518.810	2,8

*1981. Fonte: Relatório de Gestão Coasul, Coagro e Coopertradição (vários anos).

Em 1981 a capacidade da Coasul era de 40 mil toneladas. Em 1985 se elevou para 59,6 mil toneladas, em 1990 era de 102 mil toneladas e 124 toneladas em 1995. Nesses mesmos anos a Coagro possuía capacidade superior, com 76,8 mil toneladas em 1980 e 109,4 mil toneladas em 1985, quase o dobro da Coasul.

Em 1990, a capacidade da Coagro foi para 117 mil toneladas, crescendo 10% com relação à 1985, enquanto que a capacidade da Coasul aumentou 21,5% neste período. Em

1995 a capacidade da Coagro foi para 134 mil toneladas, crescendo 14%, enquanto que a Coasul aumentou 21,5%.

Contudo, em 2000 a capacidade de armazenagem da Coagro foi para apenas 60 mil toneladas, menos da metade de 1995. Essa queda demonstra a gravidade da crise que acometeu a empresa, fazendo com que se desfizesse de boa parte de seus armazéns.

A cooperativa só voltou a investir novamente em armazenagem após 2008, quando iniciou uma política de expansão, com crescimento em 2009 para 61,9 mil toneladas, em 2010 para 65,9 mil toneladas e em 2011 e 2012 para 73,6 mil toneladas. Entre 2000 e 2012, o aumento da capacidade de armazenagem foi de 22,6%.

A Coasul, pelo contrário, continuou expandindo sua capacidade de armazenagem. Desde o início da década de 2000 aumentou o número de armazéns e silos, alguns pela incorporação, como ocorreu com a Camdul e Capeg, e outros pela construção ou ampliação.

Em 2000 a capacidade era de 156 mil toneladas e em 2005 foi para 244 mil, evolução de 56%. Em 2010 houve aumento para 330 mil toneladas e 338 mil toneladas em 2012. Entre 2000 e 2012, o crescimento da capacidade de armazenagem foi de 116%.

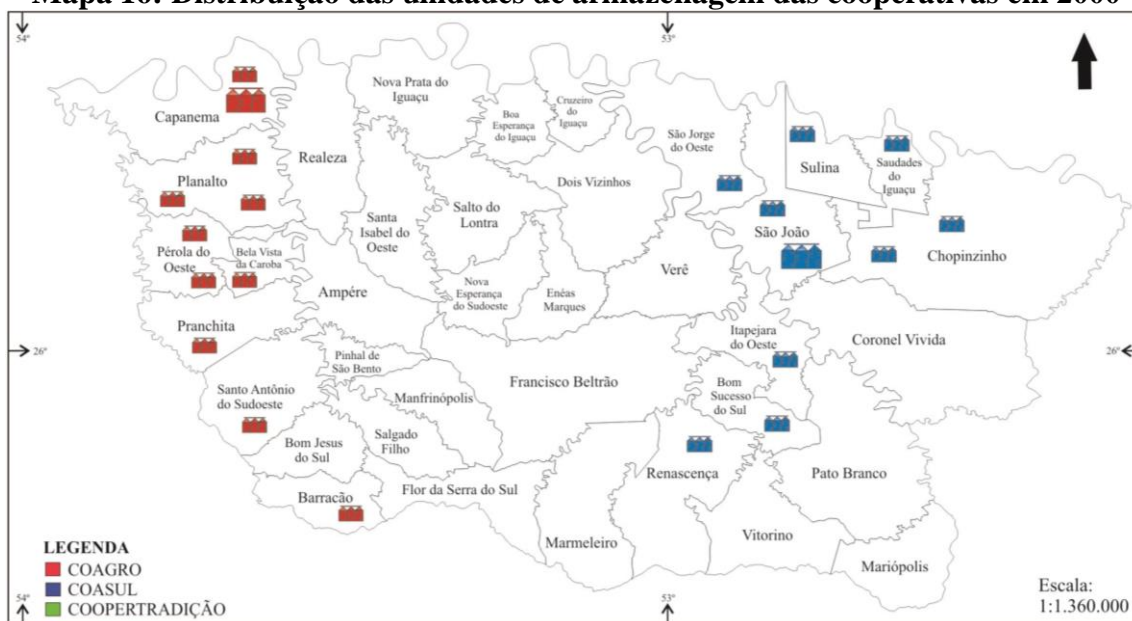
A Coopertradição em 2004 possuía capacidade de armazenagem de 60 mil toneladas. Em 2007 foi para 71 mil, em 2010 aumentou para 84 mil, em 2011 para 96 mil e em 2012 para 107 mil toneladas. Entre 2004 e 2012 o crescimento foi de 78,3%.

No Brasil o total de capacidade de armazenagem é de 139 milhões de toneladas, onde as cooperativas correspondem a 20,4%, o setor privado com 75,3% e os armazéns públicos, com apenas 4,3%. No Paraná, a capacidade estática de armazenagem é de 27,4 milhões de toneladas, sendo que 55% correspondem às cooperativas (CONAB, 2012).

Na região Sudoeste do Paraná, em 2012 a capacidade estática de armazenagem era de 1,7 milhão de toneladas (CONAB, 2012). Nesse mesmo ano, as cooperativas estudadas somaram capacidade de 518 mil toneladas, o que representa cerca de 30% da capacidade regional. Esse número é uma estimativa, visto que alguns silos e armazéns das cooperativas estão fora do Sudoeste.

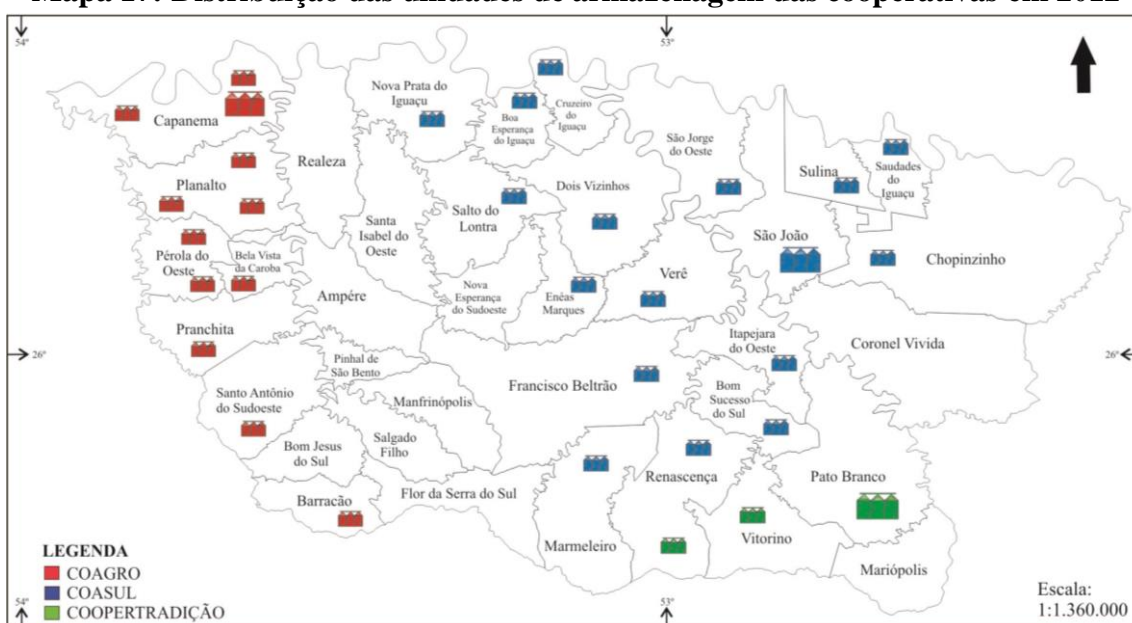
Os **Mapas 16 e 17** apresentam evolução (2000 e 2012) e a distribuição das unidades de armazenagem das cooperativas pela região Sudoeste. Nos mapas só estão considerados as unidades/entrepósitos que possuem armazéns, indiferente do tipo, seja convencional ou silo e indiferente da capacidade de cada unidade. O símbolo maior representa a sede e os menores os entrepostos.

Mapa 16: Distribuição das unidades de armazenagem das cooperativas em 2000



Fonte: Relatórios de atividade da Coagro e Coasul, 2000. Organizado pelo autor.

Mapa 17: Distribuição das unidades de armazenagem das cooperativas em 2012



Fonte: Relatórios de atividade da Coagro, Coasul e Coopertradição, 2012. Organizado pelo autor.

Juntas, Coagro e Coasul possuíam em 2000 armazéns em quinze cidades com vinte e uma unidades. Nesse momento, a Coagro já havia reduzido muito sua capacidade de armazenagem e número de armazéns. Em 1995, como observado anteriormente, a capacidade da empresa era de 138,4 mil toneladas, com vinte e duas unidades, presentes em oito cidades.

Em 2012, houve crescimento no número de unidades e na área de atuação. As três cooperativas estavam presentes em vinte cinco cidades, com trinta e duas unidades com sistema de recebimento e armazenagem.

A Coasul apresentou a maior evolução no número de unidades. Em 2000 a empresa possuía dez unidades de armazenagem, e em 2012, eram dezessete somente no Sudoeste paranaense. No total, a empresa conta com dezenove entrepostos com armazenagem.

Houve na cooperativa além do aumento na capacidade das unidades existentes, uma expansão horizontal. Em 2007, a Coasul alugou parte da estrutura da Camdul (Cooperativa Agrícola Mista Duovizinhense Ltda.), sendo os entrepostos de Dois Vizinhos, Verê, Sede Progresso (Verê), Salto do Lontra, Nova Prata do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu e Boa Esperança do Iguaçu. Em 2012, a cooperativa comprou seis unidades da Camdul que estavam alugadas.

A Coagro, no entanto, nesse tempo praticamente manteve o número de unidades, sendo que em 2000 eram onze e 2012, doze unidades. O que houve, foi uma pequena expansão no volume das unidades já existentes.

A Coopertradição, em 2012, possuía três unidades no Sudoeste, sendo que estas respondem por 76% do total da capacidade da cooperativa. No total, a cooperativa conta com sete unidades de armazenagem.

A evolução na capacidade de armazenagem é um item fundamental para análise do crescimento das cooperativas na região. É a partir do poder de armazenagem e processamento que a empresa pode aumentar sua capacidade de recebimento e assim, sua área de atuação. Sob essa ótica, as políticas de financiamento estão no centro do desenvolvimento das cooperativas no Sudoeste, pois foram base para a expansão de silos e armazéns. O próximo item destaca essa discussão.

4.4 Evolução do capital e dos investimentos das cooperativas

Um último dado que permite evidenciar o crescimento das cooperativas é o Ativo, ou o Capital da empresa. O Ativo Total representa o patrimônio total da cooperativa, envolvendo bens, créditos e direitos da empresa. É composto pelo Ativo Circulante, valor que a empresa irá receber no prazo de um ano; pelo Ativo de Longo Prazo, correspondente ao capital que a cooperativa deve receber no longo prazo (mais que um ano), geralmente é o investimento em

outros negócios ou sociedades; e o Ativo Imobilizado, que são os bens de capital, máquinas e equipamentos, prédios e móveis, automóveis... (LUDÍCIBUS, 2008).

Tabela 37: Evolução do Ativo Total das cooperativas (em Mil R\$)

	Coasul		Coagro		Coopertradição		Soma	
2000	57.455	%	14.967	%	-	%	72.423	%
2001	69.029	20,1	15.498	3,5	-	-	84.528	16,7
2002	100.543	45,7	16.909	9,1	-	-	117.452	39,0
2003	130.909	30,2	20.672	22,3	25.399	-	176.981	50,7
2004	146.594	12,0	24.667	19,3	43.809	72,5	215.072	21,5
2005	147.231	0,4	25.187	2,1	47.330	8,0	219.748	2,2
2006	158.610	7,7	27.170	7,9	42.961	-9,2	228.742	4,1
2007	159.919	0,8	31.380	15,5	49.439	15,1	240.739	5,2
2008	267.539	67,3	35.759	14,0	78.755	59,3	382.054	58,7
2009	319.167	19,3	37.658	5,3	116.239	47,6	473.065	23,8
2010	407.280	27,6	51.659	37,2	101.450	-12,7	560.390	18,5
2011	472.898	16,1	67.149	30,0	163.050	60,7	703.098	25,5
2012	505.646.	6,9	71.902	7,1	168.329	3,2	745.878	6,1
Média	-	21,2	-	14,4	-	27,2	-	22,7
2000/12	780	-	380	-	563 ²	-	930	-

¹ Crescimento anual. ² 2003/12. Valores Correntes.

Fonte: Relatório de Gestão Coasul, Coagro e Coopertradição (vários anos).

A evolução do Ativo Total evidencia o crescimento das cooperativas após 2000. A Coasul, a maior das três, possuía em 2012 ativos no valor de R\$ 505 milhões. Entre 2000 e 2012 a cooperativa aumentou em 780% seu patrimônio, com média de crescimento de 21,2%.

Em seguida, a Coopertradição somou R\$ 168 milhões em ativos em 2012, evoluindo 560% entre 2003 e 2012, com média de crescimento de 27,2% ao ano, o maior crescimento percentual registrado na região.

A Coagro, mesmo com as dificuldades de reestruturação financeira durante a década de 2000, demonstrou crescimento de 380% entre 2000/12, com evolução média de 14,4% ao ano. Para as cooperativas de maior porte, o crescimento apresentado foi abaixo da média do Sudoeste, mas, mesmo assim, foi um crescimento impressionante. A Coamo entre 2001/12 apresentou evolução de 370% no seu ativo total (de R\$ 951 milhões para R\$ 4,4 bilhões), o mesmo desempenho da Cooperalfa entre 2000/12 (de R\$ 253 milhões para R\$ 1,2 bilhão).

Avaliando a evolução dos valores, percebe-se que em alguns anos houve aumentos mais consideráveis nos ativos, sendo então, momentos de investimentos das empresas. Na Coasul, por exemplo, em 2008 o crescimento foi de 67%, na Coagro se destacam os últimos anos,

2010 e 2011 com 37 e 30% respectivamente, e na Coopertradição em 2004 com 72,5%, 2008 com 59% e 2011 com 60%. Esses, foram anos com grandes investimentos por parte das cooperativas, seja na construção de unidades e silos ou industrialização.

Contudo, o Ativo Total é muito abrangente para apresentar com clareza os valores investidos na área produtiva. Por isso, o dado que possibilita observar o crescimento real das cooperativas é o Ativo Imobilizado.

O Ativo Imobilizado corresponde apenas aos bens destinados à manutenção da atividade econômica da entidade, como máquinas e equipamentos, terrenos, prédios, armazéns e silos, veículos, etc. Na somatória das cooperativas, esse ativo aumentou mais de 1.000% entre 2000 e 2012.

Tabela 38: Evolução do Ativo Imobilizado das cooperativas (em Mil R\$)

	Coasul		Coagro		Coopertradição		Soma	
2000	16.485	% ¹	6.036	% ¹	-	% ¹	22.522	% ¹
2001	18.042	9,4	5.567	- 7,8	-	-	23.609	4,8
2002	22.068	22,3	6.106	9,7	-	-	28.174	19,3
2003	29.425	33,3	6.988	14,4	470	-	36.884	30,9
2004	38.120	29,5	8.122	16,2	923	96,4	47.166	27,9
2005	41.216	8,1	8.130	0,1	9.094	885,1	58.442	23,9
2006	39.803	- 3,4	7.727	- 5,0	8.506	- 6,5	56.036	- 4,1
2007	62.537	57,1	8.031	3,9	8.049	- 5,4	78.617	38,8
2008	98.183	56,9	8.578	6,8	10.648	32,3	117.410	49,3
2009	127.528	29,9	8.261	- 3,7	13.355	25,4	149.145	27,0
2010	190.332	49,2	9.227	11,7	18.668	39,8	218.228	46,3
2011	210.217	10,4	13.024	41,1	33.502	79,5	256.743	17,6
2012	221.484	5,4	13.023	- 0,0	41.536	24,0	276.044	7,5
Média	-	25,6	-	7,3	-	130	-	24
2000/12	1.244	-	115,7	-	8.735 ²	-	1.126	-

¹ Crescimento anual. ² 2003/12. Valores Correntes.

Fonte: Relatório de Gestão Coasul, Coagro e Coopertradição (vários anos).

O ativo imobilizado da Coasul e Coagro somavam apenas R\$ 22,5 milhões em 2000, aumentando para R\$ 276 milhões em 2012 (crescimento de 1.126%). Em 2003, com a Coopertradição os ativos somados eram de 36,8 milhões, crescendo 648% até 2012. A média de crescimento das empresas foi de 24% ao ano.

Entre 2000/12 o ativo imobilizado aumentou R\$ 253 milhões. Para a Coasul o incremento foi de R\$ 205 milhões, para a Coopertradição R\$ 41 milhões e para a Coagro, R\$ 7 milhões.

A Coasul possui maior ativo imobilizado, cerca de R\$ 221 milhões em 2012. Em 2000, o valor era R\$ 16 milhões, crescendo 1.200% até 2012. Os maiores aumentos do ativo foram em 2003 (33%) com a conclusão da fábrica de rações, em 2007 (57%), 2008 (57%) e 2010 (49%), relacionados a construção da fábrica de rações para aves e do frigorífico. A média de crescimento foi de 25,6% ao ano.

A Coagro, entre 2000 e 2012, praticamente duplicou o ativo permanente. Em vários anos o seu ativo decresceu. A queda no início da década de 7,8% (2001) deve-se à venda de alguns bens e nos anos seguintes (-5% em 2006, -3,7% em 2009, e -0,01% em 2012) decorrem da depreciação. Como este foi um período de pouco ou nenhum investimento, é natural que os ativos diminuam pela depreciação dos seus valores.

Em 2010/11, quando houve construção de silos, o aumento foi de 11% e 41%. O crescimento médio dos ativos da Coagro foi de 7,3% ao ano.

A Coopertradição cresceu muito em pouco tempo. Como a cooperativa foi constituída recentemente, entre 2003 e 2012 a evolução do ativo foi de 8.700%, com crescimento médio de 130% ao ano. O total do ativo em 2012 da cooperativa foi de R\$ 41 milhões, superando a Coagro.

Na comparação com grandes cooperativas, a média de crescimento regional foi superior. A Coamo cresceu entre 2000/12 cerca de 19% ao ano, com aumento de 550% entre estes anos. A Cooperalfa cresceu 13% ao ano nesse período, tendo aumentado seu ativo imobilizado em 230%.

A participação do Ativo Imobilizado nos Ativos Totais das cooperativas do Sudoeste indica quanto da empresa possui lastro real/concreto. As cooperativas tiveram desempenho singular. Na Coasul em 2000, o Ativo imobilizado correspondia a 29% do Ativo Total e em 2012, esse percentual aumentou para 44%.

Na Coagro, o Ativo Imobilizado equivalia em 2000 a cerca de 40% dos ativos totais e em 2012, diminuí para 18%.

As duas cooperativas tiveram trajetórias de crescimento nos últimos anos, porém, com intensidades diferentes. Enquanto a Coasul realizou grandes investimentos, com indústrias e

armazenagem, a Coagro, teve limites de investimentos, justamente pelas dificuldades financeiras com que iniciou a década.

Para a Coopertradição, em 2012 cerca 25% do Ativo Total correspondia ao Ativo Imobilizado. Em 2003 era de apenas 2%. Conforme a cooperativa foi concretizando os investimentos em silos, máquinas e unidades, foi aumentando a relação entre o Imobilizado e o Ativo Total.

Na média das cooperativas regionais em 2012, o Imobilizado correspondia a 37% do Ativo Total. Nas grandes cooperativas, o Imobilizado com relação ao Ativo Total representou em 2012 participações de 23% (R\$ 1 bilhão) para a Coamo e 32% (R\$ 385 milhões) para a Cooperalfa.

Do montante total do Ativo Imobilizado, uma parte corresponde à máquinas e equipamentos, utilizados diretamente na atividade produtiva da empresa. A **Tabela 39** apresenta a evolução dos valores para cada cooperativa desse dado e a participação no ativo imobilizado.

Tabela 39: Evolução dos valores de máquinas e equipamentos (em Mil R\$)

	Coasul		Coagro		Coopertradição		Soma		% A.I. ²
2000	1.502	% ¹	1.394	%	-	%	2.896	%	12,9
2001	1.501	-0,1	1.145	-17,9	-	-	2.646	-8,6	11,2
2002	4.084	172,1	1.107	-3,3	-	-	5.191	96,2	18,4
2003	5.284	29,4	1.705	54,0	72	-	7.061	36,0	19,1
2004	7.929	50,1	2.215	29,9	95	31,9	10.239	45,0	21,7
2005	10.804	36,3	2.012	-9,2	5.820	6.026	18.636	82,0	31,9
2006	9.929	-8,1	1.856	-7,8	5.936	2,0	17.721	-4,9	31,6
2007	9.467	-4,7	2.019	8,8	6.069	2,2	17.555	-0,9	30,6
2008	23.135	144,4	1.874	-7,2	7.447	22,7	32.456	84,9	27,6
2009	21.403	-7,5	1.770	-5,5	8.920	19,8	32.093	-1,1	21,5
2010	50.117	134,2	1.675	-5,4	11.528	29,2	63.320	97,3	29,0
2011	58.328	16,4	5.723	241,7	14.755	28,0	78.806	24,5	30,7
2012	63.450	8,8	3.318	-42,0	15.825	7,3	82.593	4,8	30,0
Média	-	47,6	-	19,7	-	15,9	-	37,9	-
2000/12	-	4.124	-	138	-	21.879	-	2.752	-

¹ Crescimento anual. ² Participação das Máquinas e Equipamentos no Total dos Ativos Imobilizados. Valores Correntes.
Fonte: Relatório de Gestão Coasul, Coagro e Coopertradição, vários anos.

Entre 2000 e 2012, houve crescimento de mais de 2.700% dos valores de máquinas e equipamentos das cooperativas, de R\$ 2,8 milhões para R\$ 82,5 milhões. Ao mesmo tempo, a participação no Ativo Imobilizado aumentou de 12,9% para 30%.

A Coasul apresentou o maior valor em máquinas e equipamentos. Em 2000 era R\$ 1,5 milhão, aumentado para R\$ 63,4 milhões em 2012. O grande aumento da empresa foi a partir de 2008, quando houve a construção do abatedouro de aves, aumentando o número de máquinas da empresa. Dos R\$ 63,4 milhões em equipamentos em 2012, cerca de 36 milhões (56,5%) referem-se à máquinas e equipamentos do Frigorífico de Aves.

O crescimento médio da cooperativa foi de 47% ao ano, enquanto que a variação entre 2000 e 2012 foi de 4.124%.

A Coagro teve a menor variação nos valores, com média de crescimento de 19,7% ao ano. Em 2011 chegou a possuir R\$ 5,7 milhões em máquinas e equipamentos, diminuindo em 2012 para R\$ 3,3 milhões. Entre 2000/12 a variação foi de 138%.

Quando há poucos investimentos no ano, os valores, com relação ao ano anterior, são negativos, sobretudo, em máquinas e equipamentos, que apresentam maior depreciação do que os demais bens.

A Coopertradição em 2003 e 2004 não possuía valor expressivo em máquinas. Mas, em 2005 registra-se aumento de R\$ 95 mil para R\$ 5,8 milhões, momento em que está finalizada a construção dos primeiros armazéns e de outras estruturas.

Após isso, houve crescimento constante dos valores. Em 2012, máquinas e equipamento somaram R\$ 15,8 milhões. A média de crescimento para a cooperativa (após 2005) foi de 37,9% ao ano. O crescimento entre 2003 e 2012 é gigantesco, pois a Coopertradição iniciou suas atividades sem nenhum valor de máquinas e equipamentos.

Os valores incrementados no Ativo, no Imobilizado e nas máquinas e equipamentos, demonstra o grau de investimentos das cooperativas nos últimos anos.

Do montante aplicado em silos, armazéns, lojas, máquinas e equipamentos e indústrias, provém, em grande parte, de recursos externos às cooperativas, obtidos via financiamento, com destaque para os programas governamentais de capitalização do setor. Assim, o próximo item demonstra a importância das políticas públicas e do capital externo no crescimento das cooperativas regionais.

4.5 O papel das políticas públicas na capitalização das cooperativas

Após a análise do crescimento das cooperativas, sob a ótica de diferentes indicadores, este item discute sobre o fator julgado fundamental para expansão das empresas na região: o crédito.

A hipótese da Dissertação é que as políticas de crédito agrícola e de investimentos no setor cooperativo, gestadas no governo pós-2003, foram decisivas para a reestruturação e modernização das cooperativas brasileiras e da região em estudo, fornecendo base ao recente período de crescimento.

Portanto, o objetivo nesse momento é comprovar tal hipótese no Sudoeste do Paraná, fazendo deste capítulo o mais importante da Dissertação.

Apesar dos múltiplos fatores que interferiram no desempenho das cooperativas, como evolução do mercado interno e externo, preços dos produtos agrícolas e condições climáticas, o crédito rural é, sem dúvida, o elemento central no recente processo de crescimento do setor na região Sudoeste.

Nos últimos anos, como observado no **Capítulo III**, houve a retomada dos programas de financiamento à nível federal, sendo eles, fundamentais para os investimentos na agropecuária e na agroindústria brasileira, alavancando o crescimento dos investimentos e modernização, da produção e produtividade, das exportações e geração de saldos do setor.

Essa retomada das políticas de crédito decorreu de mudanças na dinâmica cíclica da economia brasileira no início dos anos 2000. O advento de uma nova fase de ascensão do ciclo interno, bem como o compromisso do Governo Federal com os setores produtivos da economia, gerou um panorama político e econômico interno favorável, que impulsionou o crescimento das cooperativas agropecuárias.

Além dos benefícios indiretos que as cooperativas obtém com a capitalização dos sócios produtores, o financiamento foi a forma que as empresas utilizaram para concretizar vários investimentos. As políticas específicas para cooperativas, o PRODECOOP e PROCAP-AGRO, foram os programas mais acionados para expansão do setor (aquisição de silos, armazéns, compra de máquinas e equipamentos e industrialização).

É importante destacar que é da natureza das cooperativas, devido à legislação pertinente⁵⁶ e à própria doutrina cooperativista – que inibem a aplicação de capital para obtenção de lucros – a existência de sérios limites à auto-capitalização.

Conforme Benetti (1985), a cooperativa possui duas possíveis formas de capitalização interna: via formação de capital social e via fundos legais e estatutários. Porém, existem especificidades na formação de capital sob essas formas na empresa cooperativa, que a distinguem das demais empresas e são justamente o principal obstáculo ao seu crescimento através de recursos internos.

Com relação ao capital social da cooperativa, ele só pode ser formado por investimentos do produtor associado. O que significa que depende dos excedentes gerados e retidos em atividades econômicas do próprio setor. No caso de uma empresa capitalista qualquer, uma sociedade anônima, por exemplo, não existe tal restrição, uma vez que o capital da empresa é aberto a terceiros, ou seja, a qualquer tomador que nela aplicará em função da rentabilidade esperada para seu investimento. Assim, a cooperativa não pode transformar capital de terceiros em capital próprio, por meio da abertura de capital, como as outras empresas o fazem (BENETTI, 1985).

Nesse sentido, outro limitante é o fato de que a maior parte dos sócios das cooperativas são pequenos produtores, sobretudo no Sudoeste do Paraná, incapazes de transferir grandes volumes de recursos para as cooperativas.

A outra forma de capitalização da cooperativa é via criação de fundos “obrigatórios” (Fundos de Reserva e de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES e os fundos optativos ou voluntários, entre os quais sobressaem os fundos rotativos).⁵⁷

De acordo com Benetti (1985), os fundos constituem o capital da cooperativa e por isso são indivisíveis, sem participação para o produtor (a cooperativa não pode remunerar o capital investido nos fundos). Com isso, não existe nenhum incentivo para o produtor capitalizar a unidade de produção coletiva. Isso só ocorre por imposição da lei geral e pelo estatuto interno da instituição.

Contudo, mesmo com a constituição de fundos para investimentos existe uma grande dificuldade da cooperativa em gerar excedentes suficientes para formar um caixa considerável

⁵⁶ Lei nº 5.764/71 <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm>.

⁵⁷ Todos esses fundos são extraídos das sobras líquidas que representam a diferença entre vendas + receitas e custos + despesas (BENETTI, 1985).

para alavancar grandes investimentos, sobretudo, em cooperativas pequenas ligadas apenas ao comércio de grãos – caso das instituições do Sudoeste no início dos anos 2000.

Os setores ligados à atividade agropecuária demandam um grande volume de crédito. No caso das cooperativas, as peculiaridades do setor, como a sazonalidade da produção e o fato de o capital empregado na atividade ficar indisponível por vários meses, demandam de capital para investimentos e giro, mais do que o exigido em outras atividades econômicas (ALVES, 2003).

A baixa rentabilidade das cooperativas em algumas atividades, como na venda de insumos, no comércio de grãos (quando não possuem valor agregado) e o sistema de armazenagem, são outros elementos que limitam a geração de capital próprio.

A armazenagem, por exemplo, que aumentou consideravelmente nos últimos anos no Sudoeste, é a atividade mais difundida entre as cooperativas estudadas. Os armazéns e silos atendem à necessidade mais premente dos associados, possibilitando ao cooperado reter a sua produção à espera de melhoria nos preços. Contudo, a armazenagem possui baixa capacidade de geração de excedentes, pois quase não agregam valor à produção recebida (ALVES, 2003).

A capacidade efetiva de o setor cooperativista agropecuário gerar excedentes põe limite ao autofinanciamento. Para Benetti (1985), as cooperativas, principalmente na fase inicial, possuem capacidade de gerar excedentes insignificante, incapaz de financiar o projeto de expansão do setor. Esse processo exige um montante de recursos muito grande, uma espécie de acumulação prévia de capital (no sentido de existência de recursos prévios para inversão) que o produtor, mesmo estando disposto a passar à cooperativa, não poderia fazê-lo por não possuí-lo.

Portanto, os recursos externos possuem importância fundamental para o crescimento das cooperativas. O caminho que resta para eliminar a falta de acumulação "prévia" de capital no setor é a utilização de empréstimos para constituição dos fundos de inversão, sendo o mecanismo mais importante de formação dos fundos de capitalização das cooperativas (BENETTI, 1985).

4.5.1 Financiamento e crescimento das cooperativas

Boa parte da expansão das cooperativas do Sudoeste paranaense decorreu de recursos externos, adquiridos via financiamento, que aumentaram consideravelmente na última década.

Isso reflete a demanda do setor por capital para bancar novos investimentos e o contexto favorável das políticas de crédito.

As cooperativas do Sudoeste no começo da década de 2000 eram pequenas unidades de comercialização de grãos, incapazes de gerar excedente para sustentar um crescimento empresarial.

Nesse caso, houve a necessidade da existência de uma "acumulação primitiva" no sentido da haver disponibilidade de recursos financeiros prévios à "arrancada" do processo de desenvolvimento.

A **Tabela 40** apresenta os valores financiados pelas cooperativas após 2000. Os números indicam o valor das obrigações de cada cooperativa com financiamentos em cada ano. Por exemplo, em 2000 a Coagro devia em financiamento, cerca de R\$ 1,9 milhão e a Coasul, R\$ 21,7 milhões.

Tabela 40: Evolução dos financiamentos realizados pelas cooperativas (em Mil R\$)

	Coagro		Coopertradição		Coasul		Soma	
2000	1.969	% ¹	-	% ¹	21.788	% ¹	23.758	% ¹
2001	4.821	145	-	-	25.896	19	30.718	29,3
2002	2.659	- 45	-	-	36.275	40	38.935	26,7
2003	4.416	66	18.450	-	30.747	- 15	53.614	37,7
2004	5.562	26	31.637	71	38.785	26	75.985	41,7
2005	4.645	- 16	31.969	1	44.953	16	81.568	7,3
2006	5.965	28	25.240	- 21	47.248	5	78.453	- 3,8
2007	7.409	24	25.153	- 0,3	50.186	6	82.749	5,5
2008	10.445	41	36.140	44	68.269	36	114.855	38,8
2009	8.991	- 14	46.153	28	97.091	42	152.235	32,5
2010	16.989	89	61.231	33	173.636	79	251.857	65,4
2011	25.668	51	82.939	35	201.930	16	310.538	23,3
2012	25.710	0,2	94.813	14	228.078	13	348.601	12,3
Média	-	33	-	23	-	24	-	26
2000/12	-	1.205	-	414	-	947	-	1.367

¹ Crescimento anual. Valores Correntes. Fonte: Relatório de Gestão Coasul, Coagro e Coopertradição (vários anos).

Os valores citados somam os financiamentos de curto (que devem ser quitados no prazo de um ano) e longo prazo. Juntas, as cooperativas em 2012 possuíam em financiamento cerca de R\$ 348 milhões, mais de dez vezes o valor de 2000. Esse montante é maior que a Ativo Imobilizado das empresas, que em 2012 era R\$ 276 milhões, e representam 46% do total dos Ativos no ano.

A Coasul foi quem mais realizou financiamentos. Em 2000 o valor financiado foi de R\$ 21,7 milhões, enquanto que para Coagro foi de R\$ 1,9 milhão. Em 2012 o financiamento da Coasul aumentou para R\$ 228 milhões e da Coagro para R\$ 25,7 milhões. Neste ano a Coopertradição possuía em financiamento cerca de R\$ 95 milhões.

Entre 2000 e 2012 o valor financiado pela Coagro ampliou-se em 1.200%, para Coasul o aumento foi de 947% e para a Coopertradição entre 2003 e 2012, o aumento foi de 414%. A média de crescimento dos valores foi de 26% ao ano para as cooperativas, sendo a Coagro com 33% ao ano, a Coasul com 24% ao ano e a Coopertradição com 23% ao ano.

Nos últimos anos o volume de recursos alocados para as cooperativas se destacou. De 2008 a 2011 o crescimento médio foi de 40%. Em 2008 os valores financiados eram mais R\$ 100 milhões, em 2010 o valor subiu para R\$ 250 milhões e para R\$ 350 milhões em 2012.

Entre 2003 e 2013 a Coopertradição financiou R\$ 122 milhões, onde 60% foi para crédito rural (repasso cooperados) e capital de giro e 40% destinados à investimentos.⁵⁸

Esses financiamentos decorrem de políticas públicas e contratações privadas. Adiante, está demonstrado a participação de cada cooperativa na composição dos financiamentos, bem como, no que se concretizaram os recursos.

4.5.2 As políticas recentes e o crescimento das cooperativas no Sudoeste

Antes de 2003, as políticas que se destacaram na capitalização das cooperativas eram o PESA, Securitização e RECOOP. A Coagro em 2000 teve acesso aos dois primeiros, tendo refinanciado dívidas na ordem de R\$ 5 milhões via PESA, sendo R\$ 4,8 milhões via Banco do Brasil e R\$ 121 mil via BRDE, com juros de 9,5% e 8% ao ano, respectivamente e prazo de quitação em vinte anos. No mesmo ano, a cooperativa também refinanciou dívidas do Laticínio, cerca de R\$ 1,5 milhão via Securitização junto ao Banco do Brasil (Relatório de Atividades Coagro, 2000).

Em 2002 a Coagro realizou financiamento via RECOOP para obter Capital de Giro, no valor R\$ 200 mil.

A Coasul teve acesso ao RECOOP, contemplada com R\$ 16,3 milhões. Destes, R\$ 5,1 milhões foram para refinanciamento de quotas partes, R\$ 4,2 milhões em recebíveis de cooperados (financiamento das dívidas dos cooperados) e R\$ 7 milhões para novos

⁵⁸ Informações coletadas em entrevista com Erlon Karlo Lodi Bertochi, Gerente Financeiro da Coopertradição, em entrevista on-line (via e-mail). Data: 25/11/2013.

investimentos e capital de giro. A taxa de juros foi de 4% ao ano mais variação do IGP-DI, com prazo de amortização de quinze anos (Relatório de Atividades Coasul, 2000).

Todos esses financiamentos tiveram objetivos parecidos, de estabilização financeira das cooperativas. A maior parte dos recursos acabou se concentrando no alongamento de dívidas.

O surgimento do PRODECOOP em 2003 apresentou uma nova linha de financiamento para as cooperativas, incentivando investimentos para expansão, com melhora nas condições produtivas e de comercialização das empresas (aquisição de máquinas, construção de prédios, armazéns, silos, industrialização, infraestrutura, etc.).

No Sudoeste, este programa foi amplamente utilizado pelas cooperativas estudadas. A **Tabela 41** demonstra o débito anual das cooperativas com o PRODECOOP.

Os números correspondem ao valor que as cooperativas regionais possuíam de débito com financiamentos via PRODECOOP em cada ano. Em 2003, por exemplo, a Coagro devia R\$ 800 mil e a Coasul, R\$ 3,5 milhões.

Tabela 41: Evolução dos financiamentos via PRODECOOP

	Coagro	Coasul	C.tradição	Soma	Cresc.
2003	800.000	3.550.654	-	4.350.654	-
2004	791.582	5.731.032	5.632.165	12.154.779	179,4
2005	791.582	11.443.437	6.717.815	18.952.834	55,9
2006	779.081	12.673.610	8.769.038	22.221.729	17,2
2007	736.487	11.800.472	10.496.863	23.033.822	3,7
2008	1.297.969	19.020.488	12.901.076	33.219.533	44,2
2009	2.793.584	50.309.939	16.794.203	69.897.726	110,4
2010	5.891.498	46.887.020	24.726.106	77.504.624	10,9
2011	4.447.090	73.043.237	24.366.942	101.857.269	31,4
2012	2.313.098	59.440.765	23.739.157	85.493.020	-16,1
Média	24,6% a.a.	46,7% a.a.	20,7% a.a.	48,6% a.a.	-

Valores Correntes. Fonte: Relatório de Atividades Coagro, Coasul e Coopertradição, vários anos.

A cooperativa que apresentou maior financiamento via PRODECOOP foi a Coasul, que chegou a possuir R\$ 70 milhões de financiamento em 2011. Em 2008 e 2009, foi o momento de maior contratação de recursos, quando houve a construção da fábrica de rações para aves e do abatedouro de aves, que tiveram grande participação deste programa. O crescimento médio anual dos financiamentos foi de 46,7%.

A Coagro até 2007 havia realizado apenas um financiamento, de R\$ 800 mil em 2003. A partir de 2008, começou novos investimentos, com o aumento da tomada de recursos do programa. O maior débito da cooperativa com o PRODECOOP foi em 2010, com R\$ 5,8 milhões. A média anual de contratações com o programa foi de 24,6%.

A Coopertradição, desde sua fundação se utilizou dos recursos do PRODECOOP para sua expansão. Em 2004 a cooperativa realizou financiamento de R\$ 5,6 milhões para o início do primeiro entreposto comercial de grãos em Pato Branco. Em 2010/11/12 o volume contratado aumentou para R\$ 24 milhões, resultante de investimentos em novas unidades de armazenagem e no complexo agroindustrial. A média de contratações com o programa foi de 20,7% ao ano.

Os débitos com o programa das cooperativas regionais aumentaram de R\$ 3,4 milhões em 2003 para R\$ 101 milhões em 2011. A média de tomada de recursos foi de 48,6% ao ano.

Um fator importante no aumento das contratações via PRODECOOP foi o decréscimo na taxa de juros do programa, incentivando as cooperativas a pegar os recursos. Inicialmente era de 10,75% ao ano. Em 2006/07 os juros baixaram para 8,75% ao ano e em 2007/08 para 6,75% ao ano. Nos momentos de queda na taxa de juros houve aumento nos contratação de crédito por parte das cooperativas regionais. Em 2008 houve crescimento de 44,2% nos financiamentos realizados e 110% em 2009.

Para a Coagro a evolução foi de 75% em 2008, 115% em 2009 e 110% em 2010. Para a Coasul o aumento foi de 60% em 2008, 164% em 2009 e 55% em 2011. Na Coopertradição o aumento foi de 23% em 2008, 30% em 2009 e 47% em 2010.

Na metade de 2012 houve nova queda nos juros, para 5,5% ao ano, contudo, ainda é cedo para dizer se refletiu em mais tomada de mais recursos. No caso da Coopertradição, que já adiantou algumas informações, em 2012 foram investidos via BRDE/PRODECOOP cerca de R\$ 15 milhões e R\$ 23 milhões em 2013.

No **Quadro 1** (pág.196) estão relacionados os investimentos realizados pelas cooperativas via PRODECOOP, indicando o valor e finalidade dos recursos.

O PRODECOOP, além de contribuir para aumentar a capacidade de armazenagem, silos, secadores, moegas e tombadores, esteve no centro da reestruturação produtiva das cooperativas no Sudoeste. Foi a partir do programa que as cooperativas puderam construir seus respectivos projetos industriais. A Coasul, em 2003, no início da política financiou cerca de R\$ 3,5 milhões para a construção da primeira fábrica de rações, em 2008 foi contratado

mais R\$ 8,4 milhões para a construção da segunda fábrica de rações (aves) e em 2010, cerca de R\$ 70 milhões para a construção do Frigorífico de Aves.

Todos os contratos foram realizados via BRDE. Além da parte industrial, o banco atuou no financiamento de aviários para os cooperados da Coasul. Os recursos provêm de um convênio entre o banco e a cooperativa, que repassa aos sócios os valores, avalizando-os. Caso o produtor não pague o financiamento, a cooperativa tem de honrar os compromissos junto ao BRDE. Para o repasse são utilizadas diferentes políticas, de acordo com a condição do produtor (Pronaf, PSI ou outro). Desde 2010 a Coasul já avalizou junto ao BRDE cerca de R\$ 17 milhões para associados, referente ao financiamento para construção de aviários.

Para a Coopertradição, o PRODECOOP foi base para seu surgimento e crescimento, com taxas de juros atrativas e que dão competitividade. Sem esta política de financiamento, seria inviável a abertura da cooperativa.⁵⁹

Desde 2004, é via esta política que a cooperativa ampliou a estrutura de armazenagem e recebimento. Em 2012 foram contratados R\$ 16 milhões, via PRODECOOP e FINAME PSI, para a construção da Unidade de Beneficiamento de Semente (UBS) e de Tratamento de Sementes Industrial (TSI), que entrou em funcionamento em 2013.

A Coagro, na recente ampliação de sua capacidade de armazenagem, também contou com recursos do PRODECOOP, cerca de R\$ 4 milhões para armazenagem.⁶⁰

O PRODECOOP permitiu novos investimentos não apenas no Sudoeste paranaense. O programa foi um dos principais fatores para o crescimento das cooperativas no estado do Paraná nos últimos anos, o que desencadeou a demanda cada vez maior por recursos para capital de giro.⁶¹

O crescimento econômico das cooperativas aumentou a demanda do setor por recursos para manutenção das suas atividades. Como as cooperativas agropecuárias repassam recursos (muitas vezes de terceiros) a seus associados, o endividamento dessas empresas tende a ser mais elevado do que aquele verificado em outros segmentos da economia. Além desses recursos, as cooperativas também necessitam de capital de giro para financiar suas próprias atividades (ALVES, 2003).

⁵⁹ Informações coletadas em entrevista com Erlon Karlo Lodi Bertochi, Gerente Financeiro da Coopertradição, em entrevista on-line (via e-mail). Data: 25/11/2013.

⁶⁰ A Coagro apresentou pouca adesão do PRODECOOP, pois, no recente processo de crescimento foi utilizado outra política para investimento, o PRONAF. Por ser majoritariamente composta por produtores familiares, teve acesso aos recursos do programa, que possuem juros bem mais atrativos, de 2% ao ano.

⁶¹ Informações coletadas em entrevista realizada com Tiago Pesch, gerente de agronegócio do BRDE-Paraná, responsável pela relação entre o banco e cooperativismo agropecuário no estado. Data: 04/07/2013.

O repasse de insumos e produtos antecipados aos associados, uma operação comum entre as cooperativas, exige que a empresa possua capital para bancar esses valores, que serão somente ressarcidos na safra.

Com o aumento da demanda por capital de giro, houve pressão política do setor, exercida em conjunto com a OCEPAR, que resultou na criação do PROCAP-AGRO em 2009. Este programa trouxe uma nova possibilidade de crédito para capital de giro com valores até R\$ 50 milhões por cooperativa, com juros de 9% a 5,5% ao ano.

Antes do PROCAP-AGRO, havia uma linha especial junto ao PRODECOOP chamada de “PRODECOOP Giro” que buscava atender a demanda de capital de giro das cooperativas, contudo, era uma linha de caráter emergencial e passageira. As cooperativas regionais fizeram uso desta linha: a Coagro contratou cerca de R\$ 5,45 milhões e a Coasul R\$ 5,3 milhões. A **Tabela 42** demonstra a evolução dos débitos das cooperativas com o PROCAP-AGRO.

Tabela 42: Evolução dos financiamentos via PROCAP-AGRO

	Coagro	Coasul	C.tradição	Soma	Cresc.
2009	-	5.247.843	-	5.247.843	-
2010	-	50.873.512	4.724.067	55.597.579	959,4
2011	4.097.160	57.196.941	22.108.897	83.402.998	50,0
2012	-	76.054.306	16.369.549	92.423.855	10,8

Valores Correntes. Fonte: Relatório de Atividades Coagro, Coasul e Coopertradição, vários anos.

A Coagro realizou apenas um contrato, em 2011, na ordem de R\$ 4 milhões. Já a Coasul, desde o começo do programa realizou financiamentos. Em 2009 foram contratados R\$ 5,2 milhões, em 2010 cerca de R\$ 50 milhões e em 2012 a cooperativa tinha débito com o PROCAP de R\$ 76 milhões.

A Coopertradição também se utilizou dos recursos desta política. Foram contratados em 2010 cerca de R\$ 4,7 milhões, em 2011 o valor aumentou para R\$ 22 milhões e 16 milhões em 2012.

É importante destacar que o capital de giro é adquirido também, em grande parte, junto a instituições privadas, com financiamentos de curto prazo (máximo um ano para pagamento). No Sudoeste, além desse recurso oficial, os bancos privados eram os principais fornecedores de capital de giro, sobretudo, para compra de insumos que seriam repassados aos cooperados. O diferencial, é que nos contratos com instituições privadas o prazo de pagamento era de um ano, enquanto que no PROCAP pode ser parcelado e com juros menores.

A próxima tabela demonstra a participação do PRODECOOP e PROCAP na composição dos financiamentos totais realizados pelas cooperativas.

Tabela 43: Participação das políticas no total financiado pelas cooperativas

	Coasul		Coagro		Coopertradição		Média ¹
	<i>Prodecoop</i>	<i>Procap</i>	<i>Prodecoop</i>	<i>Procap</i>	<i>Prodecoop</i>	<i>Procap</i>	
2003	18,1	-	11,5	-	-	-	8,1
2004	14,2	-	14,8	-	17,8	-	16,0
2005	17,0	-	25,4	-	21,0	-	23,2
2006	13,1	-	26,8	-	34,7	-	28,3
2007	9,9	-	23,5	-	41,7	-	27,8
2008	12,4	-	27,9	-	35,7	-	28,9
2009	31,1	-	51,8	5,4	36,4	-	49,4
2010	34,7	-	27,0	29,3	40,4	7,7	52,8
2011	17,3	15,9	36,2	28,3	29,4	26,7	59,7
2012	9,0	-	26,1	33,3	25,0	17,3	51,0
Média	17,7	15,9	27,1	24,1	31,3	17,2	34,5

¹ Média da participação do PRODECOOP e PROCAP com relação ao total financiado pelas cooperativas.
Fonte: Relatório de Atividades Coagro, Coasul e Coopertradição, vários anos.

Na média, as políticas participaram entre 2003 e 2012 com 34,5% do total financiado. O ano que elas mais se destacaram foi em 2011, quando participaram com quase 59,7% dos financiamentos realizados.

Após 2009, com o início do PROCAP, a média aumentou de 29% para 49%. Entre 2009 e 2012 a média dos programas foi de 53%.

Para a Coagro, os anos com maior destaque foram entre 2009 e 2011, quando os programas foram superiores a 30%. Na média, o PRODECOOP correspondeu a 18% dos financiamentos realizados e o PROCAP 16%.

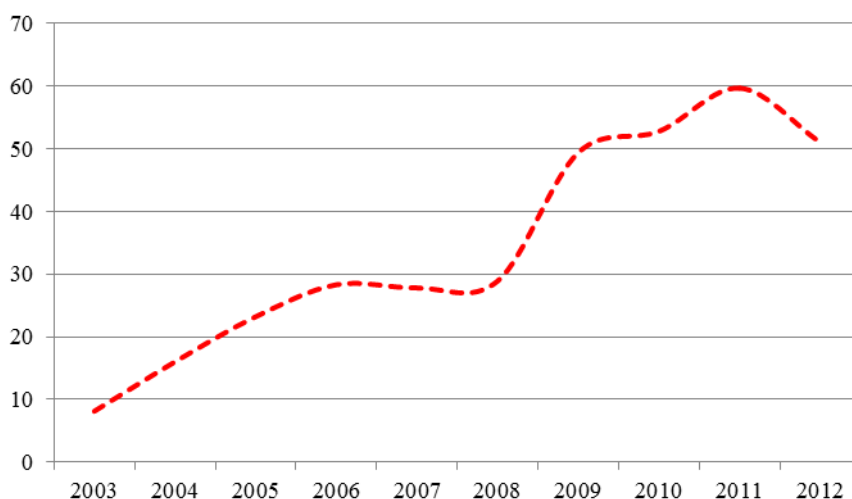
Na Coasul, o PRODECOOP participou com 27% do total financiado e o PROCAP cerca de 24%. Juntos, os programas somaram 59% do financiado entre 2009 e 2012.

Na Coopertradição a média da participação do PRODECOOP foi de 31,3% contra 17,2% do PROCAP. Entre 2010 e 2012 os programas foram responsáveis por 48% do total contratado pela cooperativa.

Se comparar a participação de ambos os programas nos recursos de longo prazo, o percentual dos programas é de quase 100%. Em 2011, por exemplo, o PRODECOOP teve participação de 52% e o PROCAP cerca de 39%, somando 91% do total dos financiamentos de longo prazo.

O **Gráfico 15** apresenta de forma mais didática os dados presente na tabela acima. Nele esta expressa a participação de ambas as políticas (PRODECOOP e PROCAP) no total financiado pelas cooperativas do Sudoeste.

Gráfico 15: Participação do PRODECOOP e PROCAP-AGRO no total financiado pelas cooperativas do Sudoeste



Fonte: Relatório de Atividades Coagro, Coasul e Coopertradição, vários anos.

Em 2011 os programas de capitalização do governo participaram com cerca de 60% do total financiado pelas cooperativas, sendo a maior participação na série analisada. O gráfico demonstra a importância que tais políticas possuem na capitalização das cooperativas regionais, comprovando a hipótese de que foram alicerce para o recente período de crescimento do setor. No item seguinte será apresentado os destinos de tais financiamentos, o que reforça e prova a hipótese levantada (*Quadro 1*).

4.5.3 Créditos de curto e longo prazo e os bancos públicos e privados

O crédito de curto prazo é àquele que deve ser quitado no prazo máximo de um ano, envolvendo, na maior parte das vezes, financiamento de capital de giro para bancar as atividades econômicas das cooperativas ou aquisição de insumos.

O crédito de longo prazo corresponde aos recursos financiados com prazo de pagamento estendido para além de um ano. Geralmente, são financiados em longo prazo que demandam maior volume de recursos e dependem de prazos maiores para o pagamento, como os investimentos em estruturas produtivas.

Na média de 2000 a 2011, o financiamento de curto prazo representou a maior parte das contratações das cooperativas regionais, cerca de 60% do valor total, sendo 40% o longo prazo. Nos últimos anos, a diferença entre essas modalidades diminuiu. Após 2008, a participação do curto prazo foi para 55% e o longo prazo aumentou para 45%.

Com relação aos agentes financeiros, destacam-se o Banco do Brasil e BRDE, que são instituições públicas e os bancos privados, que são em maior número: UNIBANCO, ITAÚ, BRADESCO, HSBC, SANTANDER/MERIDIONAL, VOTORANTIN, BANCO RURAL, SAFRA, FIBRA, PINE, ABC, BANDEIRANTES e SUDAMERIS (Relatórios de Atividades Coasul, Coagro e Coopertradição, vários anos). Há ainda os bancos internacionais BANKBOSTON e CITIBANK, que estavam presentes na capitalização das cooperativas até meados de 2005.

Algumas vezes, a capitalização das cooperativas ocorre direto com grandes empresas de insumos, que financiam e dão descontos nas compras em grandes quantidades. Essas operações geralmente ocorrem via CPR. A presença dos bancos internacionais citados acima é a prova disto. Estes bancos repassam os recursos de empresas como Cargill, Monsanto, Syngenta, Bayer e outras.

Além dos bancos, há as cooperativas de crédito. No caso destas instituições, elas atuam mais com o financiamento agrícola do que agroindustrial, por isso, aparecem pouco na capitalização das cooperativas agropecuárias. Nos últimos anos, o SICREDI está se destacando nos investimentos, isso, por repassar recursos do BNDES e BRDE.⁶²

A **Tabela 44** demonstra a distribuição dos financiamentos por instituições bancárias, divididas entre o Banco do Brasil, BRDE e Bancos Privados.

⁶² A importância maior na relação entre cooperativas agrícolas e de crédito é a capitalização do produtor. Muitas vezes o agricultor é associado tanto na cooperativa agrícola, como na de crédito, e ao mesmo tempo em que a cooperativa de crédito é importante para o financiamento da produção desse agricultor, a cooperativa agrícola é fundamental para a comercialização (tanto na venda dos insumos, como na compra da produção), o que faz dessa relação algo muito vantajoso para as três partes envolvidas.

Gonçalves (1987), já destacava a importância da aproximação entre cooperativas de crédito e cooperativas de produtores agrícolas. Para o autor, no capitalismo oligopólico um aspecto fundamental no processo de desenvolvimento agrícola está na capitalização do setor, ou seja, de onde vem o capital para o crédito rural, com a finalidade de suprir os recursos para investimento e custeio de safra. A centralização de capitais nas cooperativas de crédito seria uma alternativa interessante.

Na região Sudoeste percebe-se que ocorre a instrução aos associados das cooperativas agropecuárias para que façam o financiamento junto às cooperativas de crédito. A CRESOL (Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidário) é uma das instituições amplamente utilizadas na região para o financiamento agrícola, principalmente dos pequenos produtores via PRONAF. Esta parceria ocorre também com o SICREDI e SICOOB.

Tabela 44: Evolução dos financiamentos por banco (em Mil R\$)

	BRDE	Part.¹	BB	Part.¹	Privados	Part.¹	Total
2002	8.178	21,0	12.579	32,3	18.177	46,7	38.935
2003	12.015	34,2	11.743	33,4	11.406	32,4	35.165
2004	18.695	24,6	10.483	13,8	46.805	61,6	75.983
2005	24.718	30,3	12.363	15,2	44.485	54,5	81.566
2006	25.545	32,6	13.942	17,8	38.965	49,7	78.452
2007	24.093	29,1	10.018	12,1	48.647	58,8	82.758
2008	31.696	27,6	19.100	16,6	64.057	55,8	114.853
2009	64.872	42,6	23.909	15,7	63.453	41,7	152.234
2010	103.226	41,0	33.370	13,2	115.258	45,8	251.854
2011	107.037	34,5	47.011	15,1	156.507	50,4	310.555
Média	-	31,7	-	18,5	-	49,7	-
2002/11²	-	1.209	-	274	-	761	-

¹ Participação com relação ao total dos financiamentos. ² Crescimento dos valores entre 2002/11 Valores Correntes. Fonte: Relatório de Atividades Coagro, Coasul e Coopertradição, vários anos.

Os bancos privados possuem importante participação no financiamento das cooperativas do Sudoeste. Na média dos anos, o crédito proveniente destas instituições foi cerca de 50%.

Dentre os bancos públicos, destaca-se o BRDE. Em 2002 o volume alocado via banco foi de R\$ 8 milhões, o que corresponde a 21% do total financiado pelas cooperativas. Já o Banco do Brasil, neste ano participou com R\$ 12 milhões, 32% do total.

Ao longo dos anos houve inversão na importância dos bancos públicos. Enquanto o BRDE aumentou seu percentual de participação, o Banco do Brasil diminuiu. Em 2009, por exemplo, o primeiro participou com 42,6% do financiamento realizados, R\$ 64,8 milhões, enquanto o outro, apenas 15,7%, R\$ 24 milhões.

Na média dos anos, o BRDE correspondeu a 31,7%, o Banco do Brasil com 18,5% e os Bancos Privados, com 44% dos financiamentos. No crescimento de 2002 a 2011, destaque para o BRDE, que aumentou o valor de financiamento em 1.209% seguido dos Bancos Privados com 761% e do Banco do Brasil com 274%.

É importante salientar que em alguns casos, os financiamentos realizados junto a bancos privados envolvem recursos de políticas públicas. De 2009 em diante o sistema financeiro foi autorizado a realizar operações do PROCAP. Nesse momento, o volume de recursos oriundos dos bancos privados aumentou de R\$ 63 milhões, para R\$ 115 milhões e R\$ 156 milhões.

Apesar do grande volume proveniente dos bancos privados, a participação dessas instituições concentra-se no crédito de curto prazo. A tabela a seguir apresenta a distribuição dos financiamentos de curto prazo por banco.

O empréstimo de recursos de curto prazo aumentou 1.412% entre 2001 e 2011, de R\$ 11 milhões para R\$ 177 milhões. A maior parte desses financiamentos correspondem a capital de giro, utilizado para compra de insumos que foram repassados aos sócios.

Tabela 45: Evolução dos financiamentos de Curto Prazo por banco (em Mil R\$)

	BRDE	Part.¹	BB	Part.¹	Privados	Part.¹	Total
2001	696	5,9	761	6,5	10.270	87,6	11.727
2002	747	3,4	2.780	12,8	18.177	83,7	21.704
2003	850	5,3	3.773	23,5	11.406	71,2	16.029
2004	777	1,5	3.833	7,5	46.764	91,0	51.374
2005	1.816	3,6	4.665	9,2	44.401	87,3	50.882
2006	3.580	7,4	4.653	9,7	39.903	82,9	48.136
2007	3.036	5,3	5.339	9,4	48.647	85,3	57.022
2008	2.830	3,4	16.072	19,5	63.555	77,1	82.457
2009	4.786	5,4	20.351	23,0	63.176	71,5	88.313
2010	15.691	12,1	20.073	15,5	93.643	72,4	129.407
2011	13.729	7,8	32.646	18,4	130.645	73,8	177.020
Média	-	5,6	-	14,1	-	80,3	-
2001/11²	-	1.873	-	4.190	-	1.172	1.412

¹ Participação com relação ao total dos financiamentos. ² Crescimento dos valores entre 2001/11 Valores Correntes. Fonte: Relatório de Atividades Coagro, Coasul e Coopertradição, vários anos.

No financiamento de curto prazo os bancos privados são superiores aos públicos. Na média dos anos, as instituições privadas representaram 80,3% do total do crédito de curto prazo.

Em 2004 a participação destas instituições chegou a 91%, e após isso, os bancos privados aumentaram significativamente os empréstimos para as cooperativas. Em 2011 o valor de débito das cooperativas com os bancos privados foi de R\$ 130,6 milhões, de um total de R\$ 177 milhões.

O BRDE é pouco destacado neste sentido. Como é um banco de investimento, a maior parte dos contratos realizados são direcionados à investimentos de longo prazo. A média do banco foi de apenas 5,6% nos financiamentos totais de curto prazo.

O Banco do Brasil participou na média anual com 14%, com destaque em alguns anos, como em 2009, com 23% e 2003 com 23,5%.

Tanto o Banco do Brasil, como o BRDE, aumentaram consideravelmente nos últimos anos o volume de recursos alocados no curto prazo. Em 2008, o crédito de curto prazo para as cooperativas via BRDE foi de R\$ 2,8 milhões, enquanto que em 2010 aumentou para R\$ 15,6 milhões (457%). No Banco do Brasil, em 2007 o valor foi de R\$ 5,3 milhões e em 2011 sobe para R\$ 32 milhões (503%).

Um dos fatores para tal evolução foram os recursos contratados via PROCAP-AGRO pelos bancos oficiais, que possui prazo de pagamento de até dois anos para capital de giro.

No caso dos financiamentos de longo prazo, que são utilizados pelas cooperativas para investir em estruturas produtivas e comerciais, houve crescimento de 686% entre 2002 e 2011, de R\$ 17 milhões para R\$ 135 milhões. Em 2011, dos R\$ 310 milhões de débitos com financiamento, R\$ 135 milhões são de longo prazo, ou seja, 44%. A **Tabela 46** demonstra a evolução dos financiamentos de longo prazo, divididos por instituição.

Tabela 46: Evolução dos financiamentos de Longo Prazo por banco (em Mil R\$)

	BRDE	Part.¹	BB	Part.¹	Privados	Part.¹	Total
2002	7.430	43,1	9.798	56,9	-	0	17.228
2003	11.164	58,3	7.970	41,7	-	0	19.134
2004	17.917	72,8	6.649	27,0	41	0,2	24.607
2005	22.902	74,6	7.698	25,1	114	0,4	30.714
2006	21.964	70,1	9.288	29,7	62	0,2	31.314
2007	21.056	81,8	4.678	18,2	-	0	25.734
2008	28.816	89,0	3.027	9,3	551	1,7	32.394
2009	60.165	94,2	3.558	5,6	177	0,3	63.900
2010	87.535	71,5	13.296	10,9	21.615	17,7	122.446
2011	93.308	68,9	24.517	18,1	17.529	13,0	135.354
Média	-	72,4	-	24,2	-	3,3	-
2002/11²	-	1.156	-	150	-	-	686

¹ Participação com relação ao total dos financiamentos. ² Crescimento dos valores entre 2002/11 Valores Correntes. Fonte: Relatório de Atividades Coagro, Coasul e Coopertradição, vários anos.

Prevaecem as instituições públicas no fornecimento dos recursos de longo prazo, principalmente o BRDE. Na média dos anos, o banco correspondeu a 72,4% dos financiamentos, sendo que em 2009 alcançou 94,2%. Entre 2002 e 2011 houve crescimento de 1.156%.

O BRDE por ser um banco de investimento, atua quase que exclusivamente no crédito de longo prazo. Em todos os projetos de expansão das cooperativas, como o Frigorífico de Aves, Fábrica de Ração e construção de silos, o banco foi parceiro no financiamento.

A crescente importância do BRDE está atrelada às políticas de investimento para as cooperativas, caso do PRODECOOP e PROCAP, que são as principais fontes de recursos do banco para o setor e que nos últimos anos tiveram crescimento considerável nos valores disponibilizados.

O Banco do Brasil, pelo contrário, diminuiu sua importância. Em 2002 o banco participava com 57% dos financiamentos de longo prazo, decrescendo para 5,6% em 2009 e aumentando para 11% em 2010, e 18% em 2011.

Os Bancos Privados até 2009 haviam realizado pouca ou nenhuma operação de crédito de longo prazo. Em 2010 e 2011 se destacaram com R\$ 21,6 e R\$ 17,5 milhões, superiores ao BB. Isso, devido a participação de bancos privados na intermediação de políticas públicas.

O **Quadro 1** apresenta a evolução dos investimentos das cooperativas que tiveram participação das políticas de crédito após 2000. São apresentados o ano, a instituição e política que viabilizaram os recursos, a cooperativa, a finalidade e valor do financiamento. Não foram considerados todos os investimentos, devido a dificuldade de obter e organizar tais informações.

A soma dos valores aplicados foi de R\$ 330,4 milhões, tendo a Coagro participado com R\$ 55,3 milhões (16,7%), a Coasul com R\$ 204,7 milhões (62%) e a Coopertradição com R\$ 70,3 milhões (21,2%).

Com relação aos bancos, cerca de R\$ 51,7 milhões foi via Banco do Brasil (15,6%), R\$ 266,8 milhões via BRDE (68,6%) e R\$ 11,8 milhões via bancos privados (3,5%).

No quadro fica evidente que as políticas de financiamento do cooperativismo agropecuário foram fundamentais para viabilizar os novos investimentos, permitindo o crescimento do setor na região Sudoeste nos últimos anos.

Além dos programas específicos para as cooperativas (RECOOP, PRODECOOP e PROCAP), aparecem políticas como a Securitização, PESA, FINAME e PRONAF. Este último foi acionado pela Coagro para seus investimentos, que somarão cerca de R\$ 30 milhões, com juros de 2% ao ano, as menores taxas para investimento no país. A cooperativa teve acesso a esses recursos devido ao alto índice de produtores familiares associados, que participam com mais de 70% da produção recebida.

Quadro 1: Investimentos das cooperativas agropecuárias do Sudoeste do Paraná

	Banco	Cooperativa	Programa	Finalidade	Valor
2000	BB	Coagro	PESA	Renegociação de Dívidas.	4.798.000
2000	BRDE	Coagro	PESA	Renegociação de Dívidas.	121.000
2000	BB	Coagro	Securitização	Renegociação de Dívidas do Laticínio.	1.552.000
2000	BRDE	Coasul	RECOOP	Refinanciamento de Cotas partes.	5.100.062
2000	BRDE	Coasul	RECOOP	Recebíveis de cooperados.	4.257.160
2000	BRDE	Coasul	RECOOP	Capital de Giro.	5.005.754
2000	BRDE	Coasul	RECOOP	Investimentos: 4 secadores (330 ton./h), 3 silos (120 mil sacas), aquisição de máquinas e equipamentos, tombador, balança e armazéns.	1.994.246
2002	BB	Coagro	RECOOP	Capital de Giro.	253.895
2003	BRDE	Coagro	PRODECOOP	Aquisição de três Secadores (40 ton./h).	800.000
2003	BRDE	Coasul	PRODECCOP	Construção da Fábrica de Rações e concentrados.	3.550.654
2004	BRDE	Coagro	PRODECOOP	Capital de Giro.	80.518
2004	BRDE	Coasul	PRODECOOP	Ampliação da fábrica de rações e construção de armazéns.	2.180.358
2004	BRDE	Coopertradição	PRODECOOP	Construção da Unidade de Grãos em Pato Branco: 10 silos (30 mil ton.) e 2 tombadores (180 ton./h).	6.700.000
2005	BRDE	Coagro	PRODECOOP	Capital de Giro.	80.518
2005	BRDE	Coasul	PRODECOOP	Ampliação da capacidade de recebimento e armazenagem (75 mil sacas), e aquisição de máquinas e equipamentos.	2.546.852
2006	BRDE	Coagro	PRODECOOP	Capital de Giro.	80.518
2006	BB	Coasul	PRODECOOP Giro	Capital de Giro.	1.826.293
2007	BRDE	Coagro	PRODECOOP	Capital de Giro.	103.821
2007	BRDE	Coopertradição	PRODECOOP	Unidade de Clevelândia: 3 silos (12,5 mil ton.) e balança.	4.000.000
2008	UNIBANCO	Coagro	PRODECOOP Giro	Capital de Giro.	560.000
2008	BRDE	Coasul	PRODECOOP	Construção nova Fábrica de rações (aves).	8.478.919
2008	BB	Coasul	PRODECOOP Giro	Capital de Giro.	3.565.388
2009	BRDE	Coagro	PRODECOOP	Construção de 1 silo (33 mil sacas).	318.600
2009	UNIBANCO	Coagro	PRODECOOP Giro	Capital de Giro.	1.004.332

	Banco	Cooperativa	Programa	Finalidade	Valor
2009	BRDE	Coasul	PRODECOOP	Repasse aos cooperados para construção aviários.	12.000.000
2009	BRDE	Coasul	PROCAP-AGRO	Capital de Giro.	5.247.843
2010	ITAÚ	Coagro	PRODECOOP Giro	Capital de Giro.	3.894.315
2010	BRDE	Coagro	FINAME	Repasse associados.	1.244.980
2010	BRDE	Coagro	PRODECOOP	Construção de 2 silos (33 mil sacas cada).	1.400.000
2010	BRDE	Coasul	PRODECOOP	Construção Abatedouro de Aves.	70.000.000
2010	BRDE	Coasul	PRODECOOP	Construção de novos silos.	3.500.000
2010	BRDE	Coasul	PROCAP-AGRO	Capital de Giro.	40.000.000
2010	BRDE	Coopertradição	PROCAP-AGRO	Capital de Giro.	4.724.000
2010	BRDE	Coopertradição	FINAME	Compra de Máquinas e Equipamentos.	1.173.330
2011	BRDE	Coagro	PRODECOOP	Construção de 3 silos (50 mil, 33 mil e 45 mil sacas).	1.045.000
2011	FIBRA	Coagro	PROCAP-AGRO	Capital de Giro.	2.061.411
2011	HSBC	Coagro	PROCAP-AGRO	Capital de Giro.	2.035.749
2011	BRDE	Coagro	PRODECOOP	Aquisição de máquinas e equipamentos.	448.324
2011	BB	Coasul	PROCAP-AGRO	Capital de Giro.	7.056.599
2011	BRDE	Coasul	PROCAP-AGRO	Capital de Giro.	10.314.434
2011	BRDE	Coopertradição	PRODECOOP	Expansão da Unidade de Clevelândia: silos, tombador, balança e secador.	1.500.000
2011	BRDE	Coopertradição	PROCAP-AGRO	Capital de Giro	22.108.897
2012	ITAÚ- UNIBANCO	Coagro	PRONAF Agroindústria	Modernização de estruturas produtivas e de atendimento: Depósitos (2600 m²), construção mercado, R\$ 1,4 milhão. Secador de 60 ton/h de 800 mil. Silos de 150 mil sacas e Secador de 60 ton/h (R\$ 3,7 milhões).	2.268.299
2012	BB				2.650.727
2012	BRDE	Coasul	PROCAP Emergencial	Capital de Giro.	16.573.262
2012	BB	Coasul	FINAME	Investimentos.	1.579.712
2012	BRDE	Coopertradição	PRODECOOP	Unidade de Recebimento de Feijão.	2.500.000
2012	BRDE	Coopertradição	PRODECOOP	Aquisição de secador, balança e outras melhorias na Unidade de Água Doce.	850.000
2012	BRDE	Coopertradição	FINAME	Aquisição de máquinas e equipamentos.	7.319.270

	Banco	Cooperativa	Programa	Finalidade	Valor
2013	BB	Coagro	PRONAF Agroin.	Fábrica de rações com capacidade de produção de 40 t./dia.	3.500.000
2013	BB	Coagro	PRONAF Agroin.	Quatro silos novos e dois secadores.	3.500.000
2013	BRDE	Coopertradição	PRODECOOP e Finame	Construção do Complexo Agroindustrial: UBS (Unidade de Beneficiamento de Sementes) – 12 ton./h.	16.000.000
2013	BRDE	Coopertradição	PRODECOOP e Finame	Construção do Complexo Agroindustrial: TSI (Tratamento de Sementes Industrial) – 20 ton./h.	2.000.000
2013	BRDE	Coopertradição	PRODECOOP	Melhorias Un. Vitorino: Aumento da capacidade para 14 mil ton.	1.500.000
2014	BB	Coagro	PRONAF Agroin.	Construção de Unidade São Luiz (nova), com capacidade para 100 mil sacas.	3.000.000
2014	BB	Coagro	PRONAF Agroin.	Aquisição de secadores e depósitos.	1.500.000
2014/18*	BB	Coagro	PRONAF Agroin.	Projeto Agroindústria (Indústria de Leite e Trigo).	17.000.000
Total	-	-	-	-	330.405.040

*Investimentos futuros. Fonte: Relatório de Atividades Coasul, Coagro e Coopertradição, vários anos; Informe Diário Paraná Cooperativo (OCEPAR); Imprensa Coasul, Coagro e Coopertradição, vários anos. Organização do Autor.

4.5.4 Evolução da taxa de juros

Outro elemento que tornou atrativo a contratação de financiamentos, sobretudo das políticas citadas, foi a taxa de juros. Os subsídios nos juros fazem parte da história do cooperativismo no país. Na década de 1970 e 1980 esse era o mecanismo utilizado pelo governo para incentivar as cooperativas a investirem.

Em 1980, enquanto a inflação anual era de 110%, a taxa de juros cobradas das cooperativas era de 45%, ou seja, a taxa real paga pelas empresas era subsidiada em 65%. Conforme Benetti (1985), o dinheiro era repassado às cooperativas com taxa de juros que após a correção monetária, ficavam abaixo da inflação, portanto, não havia custo real para as empresas.

Sem os subsídios dos juros, a rentabilidade das cooperativas deveria ser muito maior para poder pagar seus investimentos, remunerar o capital de terceiros e no caso, gerar lucros. Quando os recursos são subsidiados a lucratividade dos novos investimentos não precisa ser tão elevada e assim, os riscos da tomada de crédito são menores, portanto, incentivando sua utilização (BENETTI, 1985).

No caso recente, a taxa de juros diminuiu consideravelmente. A taxa Selic caiu de 19% em 2000 para 7,25% em 2012 (BCB, 2012). A **Tabela 47** apresenta a média dos juros pagos, a inflação e os juros reais (descontado o valor da inflação).

Tabela 47: Evolução dos juros médios pagos pelas cooperativas

	Juros Médios	Inflação	Juros Reais
2001	9,98	7,67	2,31
2002	12,89	12,53	0,36
2003	10,69	9,3	1,39
2004	9,51	7,6	1,91
2005	9,13	5,69	3,44
2006	9,26	3,14	6,12
2007	8,62	4,46	4,16
2008	7,48	5,9	1,58
2009	7,23	4,31	2,92
2010	7,16	5,91	1,25
2011	6,91	6,5	0,41
2012	5,71	5,84	-0,13

Fonte: Relatório de Atividades Coagro, Coasul e Coopertradição, vários anos. Inflação (BCB).

Para as cooperativas estudadas em 2001, a taxa média de juros pagas foi de 9,98%. Em 2002 aumentou para 12,89% e 10,69% em 2003. Após isso houve queda nos juros chegando a 5,71% em 2012.

Descontando a inflação, obtém-se a taxa real de juros pagos. O maior valor foi em 2006, quando a taxa real foi de 6,12%. Neste ano, a inflação foi de apenas 3,14% ao ano. A menor taxa foi em 2012, quando o valor pago foi negativo, de -0,13%, ou seja, descontando a inflação anual, neste ano as cooperativas pagaram menos do que contrataram.

Nos últimos anos, com a estabilização da taxa de inflação, mantendo-se entre 5% e 6%, e com a redução dos juros cobrados às cooperativas, a taxa real tem sido cada vez menor. Isso contribuiu nos investimentos realizados pelo setor.

Os juros diferenciados para as cooperativas agropecuárias foram um dos fatores que aumentaram a competitividade do setor perante as empresas privadas. Por exemplo, enquanto a taxa de juros via PRODECOOP é de 5,5% ao ano o crédito para investimento do setor privado é o dobro.⁶³

4.6 Análises do endividamento e rentabilidade das cooperativas

De acordo com Benetti (1985), a atenção aos aspectos puramente quantitativos no processo de crescimento do setor, como a evolução das receitas, do imobilizado, patrimônio líquido, garantem a análise da “performance” das cooperativas, contudo, é importante estar atento à outros indicadores que evidenciam outra face do processo de expansão, como: as condições financeiras das cooperativas, rentabilidades, grau de endividamento, etc.

Assim, o objetivo deste item final é fazer uma análise do crescimento das cooperativas observando dados mais complexos que permitem tirar conclusões sobre a condição financeira do setor e as perspectivas futuras.

Benetti (1992), em seu estudo sobre o crescimento e a recessão do cooperativismo agropecuários no Rio Grande do Sul, nas décadas de 1970 e 1980, evidenciou que a crise teve como principal condicionante o alto nível de endividamento das cooperativas, gerados durante o período de crescimento, com a ampla contratação de financiamentos para a expansão, sem considerar a rentabilidade dos investimentos.

O atual período de crescimento das cooperativas tem algumas similaridades com os anos setenta e oitenta. Com relação aos financiamentos, após 2000 as políticas de crédito

⁶³ Informações coletadas em entrevista realizada com Tiago Pesch, gerente de agronegócio do BRDE-Paraná, responsável pela relação entre o banco e cooperativismo agropecuário no estado. Data: 04/07/2013.

voltaram a favorecer as cooperativas. O PRODECOOP foi um importante mecanismo para investimentos na produção (armazenagem, processamento e agroindustrialização).

Atualmente as cooperativas estão muito bem assistidas com relação à recursos para investimento e formação de capital de giro, inclusive, tem sobrado recursos para o setor a nível de nacional.⁶⁴

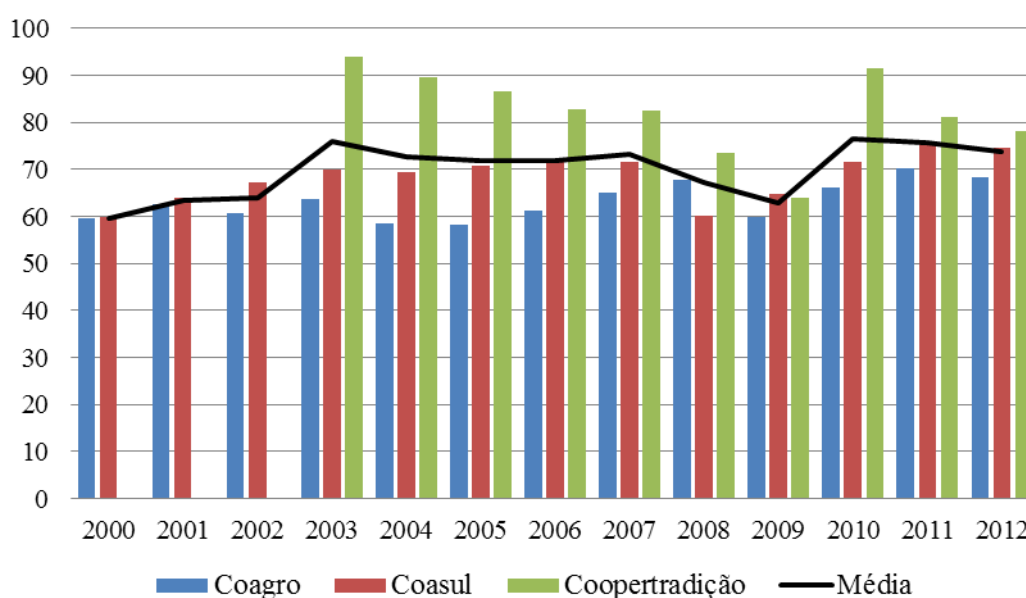
Sem dúvida, o crescimento via captação de recursos externos ocasionou aumento nas dívidas das cooperativas. Mas, o contexto em que esse endividamento ocorre é bem diferente das décadas passadas.

No mundo dos negócios, é normal que qualquer empresa se utilize de financiamento externo para desenvolver suas atividades correntes (financiamento para estoques, gastos com produção e capital de giro) e para os projetos de investimentos fixos (BENETTI, 1985).

O problema é quando os níveis de endividamento se tornam altos e incompatíveis com o crescimento das vendas e da produtividade da empresa. O que não é o caso das cooperativas regionais.

O **Gráfico 16** demonstra a grau de endividamento das cooperativas do Sudoeste, sendo que o valor 100 corresponde ao total do capital da empresa. Quando mais próximo de 100 maior o grau de endividamento.

Gráfico 16: Grau de endividamento das cooperativas do Sudoeste



Fonte: Relatório de Gestão Coasul, Coagro e Coopertradição (vários anos). Elaborado pelo autor.

⁶⁴ Informações coletadas em entrevista realizada com Tiago Pesch, gerente de agronegócio do BRDE-Paraná, responsável pela relação entre o banco e cooperativismo agropecuário no estado. Data: 04/07/2013.

Com relação às médias regionais, até 2002 o grau de endividamento girava em torno de 60%. Em 2003 começa a aumentar esse percentual. Tanto pelo surgimento da Coopertradição, que teve neste ano elevado grau de dívidas e porque a partir desse ano inicia-se o PRODECOOP, onde as cooperativas utilizaram-se de recursos desta política.

Em 2003 o endividamento das cooperativas foi de 76%, diminuindo nos anos seguintes, e aumentando novamente em 2010, quando outro programa entra no cenário de financiamento das cooperativas, o PROCAP-AGRO, elevando o grau de endividamento para 76%.

A Coagro, no início da década, encontrava-se em situação econômica delicada. Em 1999 o grau de endividamento correspondia a 83% de todo seu ativo. Com a venda de algumas unidades, máquinas e equipamentos e outros bens, a cooperativa conseguiu reduzir as dívidas para 60% em 2000. A partir de 2007 o percentual de endividamento começa a subir.

Na segunda metade da década, a Coagro realizou alguns investimentos. Após 2008/09 houve aumento no Ativo Imobilizado da empresa, ao passo que cresceu o volume financiado. Após esses anos foram registrados os maiores níveis de endividamento, chegando a 70% em 2011.

A Coasul, pelo contrário, em 1999 registrava apenas 48% de endividamento com elevação ao longo dos anos. Em 2003 a cooperativa chegou a dever 70% dos ativos, baixando para 60% em 2008 e novamente subindo em 2011 para 75,8%. Os anos destacados foram momentos de grandes financiamentos realizados para expansão, como em 2003 com a construção da fábrica de rações e em 2008 a construção do Complexo Avícola.

A Coopertradição já iniciou suas atividades com alto grau de endividamento, cerca de 94% do seu capital, diminuindo um pouco ao longo dos anos, mas quase sempre acima de 70%. Como a empresa se expandiu com base em recursos externos desde a fundação, boa parte do patrimônio é financiada e é normal que o grau de endividamento seja elevado.

É importante destacar que as cooperativas agropecuárias do Sudoeste, frequentemente, assumem o papel de repassadoras de recursos de terceiros a seus associados (venda de insumos, etc.), fazendo com que o grau de endividamento seja mais elevado do que àquele verificado em outros segmentos da economia – *ver Tabela 33*.

O grau de endividamento das cooperativas de maior porte foi menor do que o das regionais. O fato decorre da maior capacidade de geração de excedentes das grandes cooperativas por movimentarem maior volume de recursos e estarem ligadas à atividade

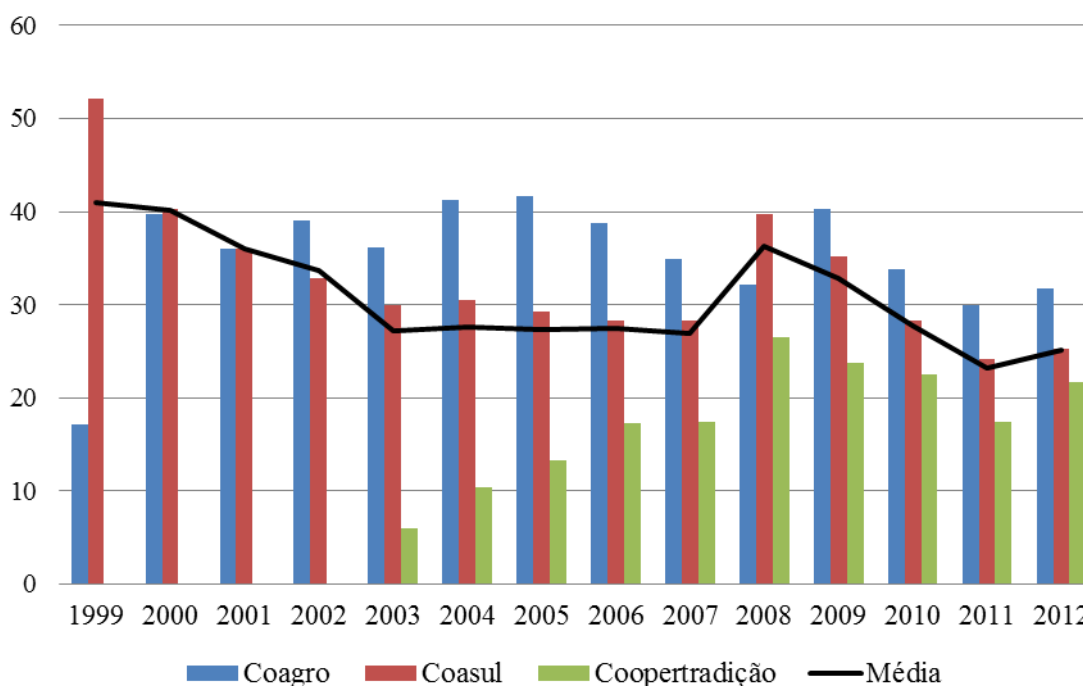
industrial, que gera mais lucros e contribui para formação de capital próprio.⁶⁵ A Coamo apresentou grau de endividamento de 48% entre 2001 e 2012 e a Cooperalfa 54% de 2000 a 2012.

Com relação ao período de crise do cooperativismo nos anos noventa, o grau de endividamento das cooperativas atualmente é baixo. Em 1989, por exemplo, o grau de endividamento das cooperativas brasileiras era de 48% e em 1999 esse percentual aumentou para 104% (BALANÇO ANUAL, 1989/99).

É importante destacar também a natureza dos investimentos, que durante o pós-2003 voltaram-se para a expansão do setor (armazéns, silos, indústrias, etc.). Na década de noventa a maioria dos financiamentos era para alongamentos de dívidas das cooperativas. O exemplo mais claro foi o RECOOP, gestado em 1998 com objetivos de saneamento e alongamento de débitos das cooperativas agropecuárias.

Outra informação válida é a participação do Patrimônio Líquido (capital/ativo da empresa após descontar todos os débitos) sobre o Ativo total. Isso demonstra o percentual de quanto dos ativos da empresa decorrem de capital próprio. Esse dado, assim como no grau de endividamento, pode ser utilizado para determinar a quantidade de recursos próprios e externos no crescimento das cooperativas regionais.

⁶⁵ É interessante destacar que os lucros provenientes da atividade industrial das cooperativas não necessita ser repassado aos cooperados como sobras. Os lucros da atividade industrial são retidos em fundos de investimento, assistência técnica e educacional.

Gráfico 17: Participação do Patrimônio Líquido sobre o Ativo das cooperativas

Fonte: Relatório de Gestão Coasul, Coagro, Coopertradição (vários anos). Elaborado pelo autor.

Na média, cerca de 30% dos ativos das empresas decorre de capital próprio. No começo da década esse percentual era de 40%, diminuindo ao longo dos anos. Isso reafirma que o crescimento das cooperativas foi pautado na utilização de financiamentos externos.

A Coasul em 1999 possuía 52% dos ativos financiados com capital próprio, em 2007 esse percentual baixou para 28%, aumentando em 2008 para 39% e novamente diminuindo, chegando a 25% em 2012.

A Coagro em 1999 contava com apenas 17% dos ativos financiados com capital próprio. Houve aumento em 2000 para 39% com a venda de muitos ativos. Em 2005 o percentual chegou a 41,5% e a partir de então começa a diminuir, exceto o crescimento em 2009. Nos últimos anos do gráfico, foi justamente o momento em que a empresa realizou alguns financiamentos o que justifica essa queda do capital próprio na formação do ativo.

A Coopertradição foi quem apresentou a menor participação do capital próprio nos ativos. Em 2003 o percentual era de 6%, aumentando para 26% em 2008, o máximo atingido e reduzindo nos anos seguintes. Em 2012, a participação era de 22%.

O elevado grau de endividamento e a baixa participação dos recursos próprios no ativo deixam a impressão de que as empresas estão com problemas financeiros. Na verdade, esta é uma conclusão precipitada.

Tanto o gráfico do grau de endividamento, como da participação do PL sobre o Ativo, demonstram a natureza do crescimento das cooperativas, que foi via captação de recursos externos, principalmente, das políticas de financiamento.

Quando o Patrimônio Líquido (PL) é comparado com apenas o Ativo Imobilizado, pode-se averiguar maior participação de recursos próprios em ativos reais. A **Tabela 48** demonstra o coeficiente que mede o valor do patrimônio líquido dividido pelo valor do ativo imobilizado.

Tabela 48: Participação do Patrimônio Líquido sobre o Imobilizado das cooperativas

	Coasul	Coagro	C.tradição	Soma
2000	1,40	0,98	-	1,29
2001	1,38	1,00	-	1,29
2002	1,50	1,08	-	1,41
2003	1,33	1,07	3,24	1,30
2004	1,17	1,25	4,90	1,26
2005	1,05	1,29	0,69	1,03
2006	1,13	1,36	0,87	1,12
2007	0,72	1,36	1,07	0,82
2008	1,08	1,34	1,96	1,18
2009	0,88	1,83	2,06	1,04
2010	0,61	1,90	1,22	0,71
2011	0,54	1,54	0,85	0,63
2012	0,58	1,75	0,88	0,68

Fonte: Relatório de Gestão Coasul, Coagro, Coopertradição (vários anos). Elaborado pelo autor.

Nos anos onde o valor esteve acima de um, significa que o imobilizado foi coberto com folga pelos recursos próprios da cooperativa. O valor um corresponde ao total do Imobilizado, acima disso a empresa possui mais capital próprio, abaixo, menos participação própria.

Na somatória das cooperativas, percebe-se que no início da década o coeficiente era maior, diminuindo ao longo dos anos.

No caso particular, a Coagro apresentou nos últimos anos melhor desempenho, com 1,90 em 2010 (isso significa que a cooperativa possui quase o dobro do valor do ativo imobilizado em capital próprio), 1,54 em 2011 e 1,75 em 2012. A cooperativa estabeleceu evolução positiva de 2000 em diante, com queda após 2010, devido aos empréstimos para expansão.

Já Coasul e Coopertradição tiveram evolução contrária, com maior participação do PL no Imobilizado no começo da década e diminuindo em seguida. Isso reflete o grande valor investido ao longo dos anos, quase sempre, proveniente de recursos externos.

A Coasul em 2000 apresentava coeficiente de 1,40 decaindo para 0,54 em 2011 e 0,58 em 2012. A Coopertradição em 2003 possuía coeficiente de 3,24 e 4,9 em 2004. Isso significa que o PL era cinco vezes maior que o Imobilizado. Essa diferença observada decorre do fato que nestes anos a empresa não possuía muitos ativos reais, pois estavam em construção. Em 2005 quando já esta concluída a matriz e unidade de grãos em Pato Branco o coeficiente diminuiu para 0,69.

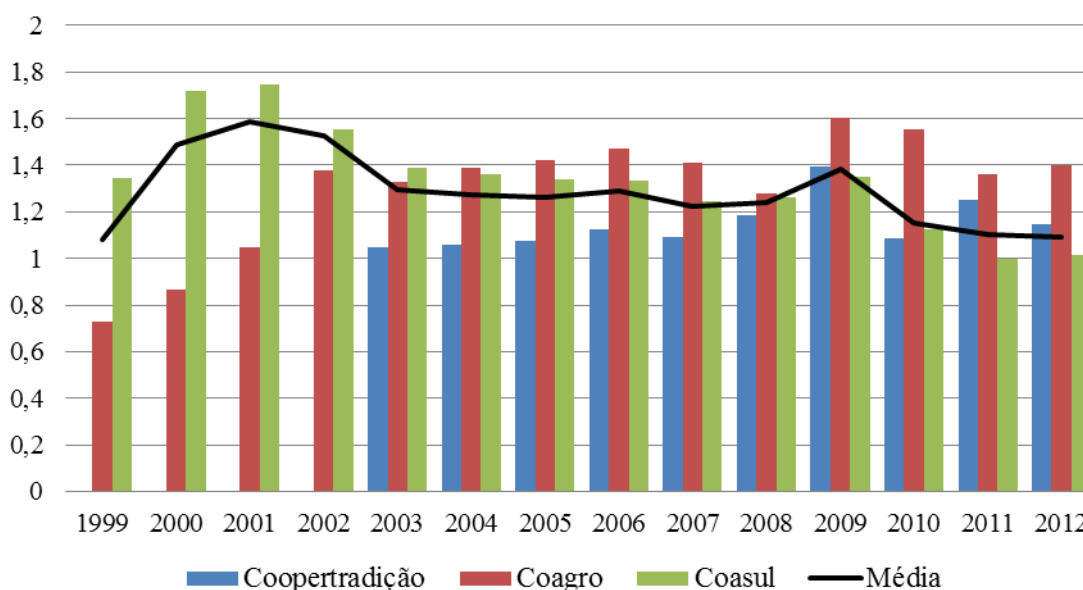
Em 2008 e 2009 houve crescimento para 1,96 e 2,06 e depois, novamente por causa de novos investimentos, a coeficiente diminuiu, chegando a 0,88 em 2012.

No geral as cooperativas possuem boa participação própria no Imobilizado. A Coasul possuiu níveis menores, que como já mencionado, decorrentes dos grandes investimentos no Complexo Avícola, que chegam a quase R\$ 100 milhões. À medida que os investimentos amadurecerem, o coeficiente irá subir como já registrado entre 2011 e 2012.

Com relação a rentabilidade das atividades das cooperativas regionais, o **Gráfico 18** demonstra o índice de Liquidez Corrente. A liquidez corrente indica quanto a cooperativa tem em dinheiro, num curto espaço de tempo, para cada um real de dívida. Conforme Ludícibus (2008), este é um índice muito divulgado e frequentemente considerado como o melhor indicador da situação de liquidez das empresas.

No caso de o número ser menor que um real, significa que a empresa obteve menos que investiu, e está em prejuízo. Se for maior, a diferença é liquidez da empresa.

Por exemplo, a Coagro em 1999 para cada real, o retorno foi de R\$ 0,73, ou seja, a empresa devia 27 centavos. Já a Coasul em 2002 teve para cada real investido, retorno de R\$ 1,75, com liquidez de 75 centavos. Este indicador é realmente muito importante, pois, se ele for menor que um significa que a empresa está em dívida corrente.

Gráfico 18: Liquidez corrente das cooperativas do Sudoeste paranaense

Fonte: Relatório de Gestão Coasul, Coagro e Coopertradição (vários anos). Elaborado pelo autor.

Na média, a liquidez manteve-se sempre acima de um real, o que é positivo. Em 2001 a liquidez chegou a R\$ 1,60, ou seja, para cada um real de dívida, havia sessenta centavos de capital. Em 2012 esse valor diminuiu para R\$ 1,09.

A diminuição ao longo dos anos reflete os altos investimentos realizados e o aumento na remessa de capital para pagar parcelas dos financiamentos e encargos. Porém, isso não significa debilidade financeira das empresas.

No começo da década a Coagro apresentava problemas. Até 2001, a liquidez da cooperativa era menor que suas dívidas. Em 1999 era de R\$ 0,73 e em 2000 de R\$ 0,86. Com o passar dos anos os valores aumentaram, sendo a cooperativa que apresentou melhor desempenho de liquidez. Em 2009 a liquidez foi de R\$ 1,60 e 2012 foi de R\$ 1,40.

Na Coasul, pelo contrário, a liquidez diminuiu. Em 2001 chegou a R\$ 1,74 e depois diminuindo para R\$ 1,33 em 2006, chegando a R\$ 0,99 em 2011 e R\$ 1,01 em 2012. Como observado anteriormente, a Coasul foi a cooperativa que mais investiu. Nos anos recentes, com a construção do abatedouro de aves houve grande mobilização de capital externo e que recém começam a dar retorno. É provável que com o amadurecimento dos investimentos e a ampla utilização da capacidade do abatedouro, ocorra maior retorno e a liquidez da empresa aumente.

É importante ressaltar também uma questão referente à taxa de lucro: quanto maior o capital investido em um empreendimento e conseqüentemente maior a escala de produção, se

reduz a rentabilidade por unidade ao mesmo tempo em que aumenta a rentabilidade total do investimento. Ou seja, cai a taxa de lucro à medida que aumenta a massa de lucro (o ganho é na escala produzida) (MARX, 1984).

A Coopertradição, por ter realizado grandes investimentos desde sua fundação, também possuiu baixo grau de liquidez. Em 2003 era R\$ 1,04, em 2009 era R\$ 1,39 e em 2012 diminuiu para R\$ 1,14.

Coamo e Cooperalfa, que possuem estruturas produtivas (industriais) já consolidadas, possuem grau de liquidez maior. A Coamo em 2012 apresentou liquidez de R\$ 2,07 e a Alfa de R\$ 1,79.

É importante salientar, que diferente do que ocorreram em décadas passadas, atualmente os projetos de ampliação das cooperativas, sobretudo os que ocorrem via financiamento, possuem ampla pesquisa de mercado, rentabilidade e logística, dando segurança ao investidor, no caso, as cooperativas e aos financiadores, os bancos e o governo.

Nesse sentido, os últimos anos representaram um avanço do mercado interno e externo para as cooperativas. Esse foi um fator que somado as políticas de crédito, impulsionou os investimentos realizados pelo setor. Como mencionado no *Item 4.2.3*, muitos dos projetos industriais das cooperativas tem como foco o mercado consumidor nacional, como o abate de frangos, laticínios, moinhos de trigo, feijão e outras indústrias alimentícias.

Assim, ao mesmo tempo em que houve crescimento dos financiamentos, as receitas das cooperativas também aumentaram. Na década de oitenta, Benetti (1985), apresenta a seguinte relação: as receitas subiram cerca de 65% para as cooperativas estudadas entre 1982/83, enquanto as despesas financeiras aumentaram 324%, ultrapassando em valores reais as receitas o que gerou um déficit nas contas das instituições.

No caso das cooperativas regionais, enquanto os financiamentos cresceram em média 24% entre 2004 e 2012 o lucro aumentou 34% ao ano neste período. Sendo que o valor total financiado pelas cooperativas é de apenas 35% das receitas.

Por fim, foram considerados na análise do contexto financeiro a evolução dos “Investimentos” e as “Aplicações Financeiras”.

Os “Investimentos”, presente no balanço patrimonial das empresas, correspondem às participações societárias permanentes, assim entendidas as importâncias aplicadas na aquisição de ações e outros títulos de participação societária com a intenção de mantê-las em caráter permanente, seja para se obter o controle societário, seja por interesses econômicos entre eles, como fonte permanente de renda (LUDÍCIBUS, 2008).

Tabela 49: Evolução dos “Investimentos” em títulos e ações das cooperativas

	Coasul	Coagro	Tradição	Soma
2000	457.205	148.943	-	606.148
2001	582.117	157.619	-	739.736
2002	712.384	173.268	-	885.652
2003	809.361	212.529	200	1.022.090
2004	878.914	330.629	200	1.209.743
2005	1.001.597	464.321	13.256	1.479.174
2006	1.113.469	493.293	13.256	1.620.018
2007	1.227.027	518.675	13.256	1.758.958
2008	1.352.024	541.187	13.256	1.906.467
2009	1.373.380	1.329.125	26.156	2.728.661
2010	2.106.866	1.346.048	26.156	3.479.070
2011	2.195.405	1.360.634	26.156	3.582.395
2012	2.303.979	1.426.862	4.403.202	4.174.043

Valores Correntes. Fonte: Relatório de Gestão Coasul, Coagro e Coopertradição (vários anos).

Os valores aplicados pelas cooperativas em outras sociedades aumentaram de R\$ 606 mil em 2000 para R\$ 4,1 milhões em 2012. A Coasul apresenta o maior valor, cerca de R\$ 2,3 milhões no ano, seguida da Coagro com 1,4 milhões e a Coopertradição com apenas R\$ 26 mil.

No caso da Coasul a maior parte desses investimentos, cerca de 70% é em outras cooperativas, com destaque para o Sicredi, onde foi investido R\$ 1,4 milhões em 2012. Outras instituições são: Sicoob, Cresol, Coodetec, Coopavel, Capeg, Coamo e Agraria. Também, são investidos em ações do Banco do Brasil. O restante corresponde ao aluguel do Laticínio para a Frimesa.

O mesmo ocorre com a Coagro, cerca de 50% dos investimentos estão entre o Sicredi, Credicoopavel e Cooperalfa. O restante corresponde ao aluguel do Laticínio para a Frimesa e ao valor aplicado em propriedades (terrenos, edificações e máquinas).

Por outro lado, as “Aplicações Financeiras” ou “Aplicações de Liquidez Imediata” registram o numerário que está aplicado em banco, que poderá ser resgatado a qualquer momento pela empresa. São aplicações com liquidez imediata, ou seja, não dependem de prazos específicos para que possam ser resgatados (LUDÍCIBUS, 2008).

A **Tabela 50** apresenta a evolução das aplicações financeiras das cooperativas do Sudoeste paranaense.

Tabela 50: Evolução das Aplicações Financeiras das cooperativas (em Mil R\$)

	Coasul	Coagro	C.tradição	Soma
2000	15.803	-	-	15.803
2001	11.777	266	-	12.044
2002	5.225	2.159	-	7.385
2003	8.180	2.359	1.943	12.482
2004	14.075	4.015	1.513	19.604
2005	16.969	4.477	672	22.118
2006	25.805	7.128	1.051	33.985
2007	30.037	9.274	2.747	42.059
2008	45.220	11.627	3.844	60.693
2009	56.729	10.166	3.818	70.714
2010	68.600	21.902	6.046	96.549
2011	49.193	26.777	29.582	105.552
2012	45.000	30.305	19.116	94.422

Valores Correntes. Fonte: Relatório de Gestão Coasul, Coagro e Coopertradição (vários anos).

O volume aplicado em bancos teve seu maior destaque em 2011, quando as cooperativas apresentaram valor de R\$ 105,5 milhões. Em 2002 foi registrado o menor volume de aplicações, cerca de R\$ 7 milhões. O crescimento médio anual das aplicações foi de 20,8% e comparando os valores de 2012 e 2000, houve aumento de 500%.

A cooperativa que mais se destaca é a Coasul. Em 2010 as aplicações realizadas somaram R\$ 68 milhões, equivalente a 71% do total das empresas estudadas. A evolução dos valores foi de 16,4% ao ano. Entre 2000 e 2012 o crescimento foi de 185%.

Com relação aos valores percentuais de crescimento, a Coagro se destaca. A média das aplicações da cooperativa foram 34,4% ao ano entre 2002 e 2012. Nesse mesmo período os valores aumentaram 1.300%. Em 2001 as aplicações somaram apenas R\$ 266 mil, no ano seguinte alcançaram R\$ 2,1 milhões, crescendo para R\$ 11,6 milhões em 2008, R\$ 21,9 milhões em 2010 e R\$ 30,3 milhões em 2012.

Diferentes dos “Investimentos”, as aplicações se concentram em bancos privados. No caso da Coagro, entre 2010 e 2012, os valores aplicados foram distribuídos: 30,5% no Itaú, 27% no Sicredi, 20,6% no Bradesco, 10,5% no HSBC e 5,3% no Banco do Brasil. As demais cooperativas não detalham sobre as aplicações financeiras.

Durante os anos 2000, o capital das cooperativas aplicado em outros negócios e em bancos aumentou consideravelmente. Esse fator indica crescimento econômico e sobra de capital, que foi aplicado com objetivo de obter maior rentabilidade. Isso confirma o bom

momento vivido pelo cooperativismo no Sudoeste e no restante do país, bem como, a tentativa das cooperativas de lucrar com atividades puramente financeiras e não produtivas.

4.7 Considerações do Capítulo

- Exceto em alguns casos isolados e por motivos específicos, os anos 2000 representam um novo momento de crescimento das cooperativas agropecuárias brasileiras. No centro do processo de reestruturação econômica do setor, destacam-se as políticas de financiamento para a agricultura e cooperativas.
- No Sudoeste do Paraná, as cooperativas apresentaram elevado crescimento nos anos 2000, aumentando seu território de atuação, o número de sócios, a recepção de grãos, venda de insumos e faturamento, ganhando cada vez mais importância econômica na região.
- Para Coasul, Coagro e Coopertradição, é nítido o papel das políticas de crédito nos seus respectivos crescimentos. Os principais desdobramentos dos programas foram: construção de silos e armazéns, aquisição de máquinas e equipamentos, impulsão de projetos industriais.
- Esses investimentos, além de permitir o surgimento da Coopertradição, possibilitaram às cooperativas expandir sua área de atuação, aumento no número de sócios e diversificar suas atividades, em alguns casos, com agregação de valor via industrialização.
- O PRODECOOP foi a política mais importante para o crescimento das cooperativas estudadas. Os recursos do programa favoreceram os investimentos produtivos, garantindo a expansão da atividade econômica.
- PROCAP-AGRO e PRONAF também foram políticas fundamentais. O primeiro garantiu às cooperativas acesso a capital de giro, necessário para a continuidade do processo de crescimento das empresas. O PRONAF, além de contribuir para o financiamento dos sócios, que na maioria são pequenos produtores, garantiu investimentos produtivos, principalmente para a Coagro.
- Com relação a saúde financeira das cooperativas, apesar do crescimento ser pautado em recursos externos, o que elevou o grau de endividamento das empresas, houve como efeito o aumento no faturamento e na geração de excedentes que permitem o saneamento das dívidas (que possuem juros menores e fixos, com longos prazos de pagamento) sem muitos esforços.

CONCLUSÃO

A presente Dissertação analisou a dinâmica recente do desenvolvimento do cooperativismo agropecuário no Brasil e no Sudoeste do Paraná. Após os anos 2000, constatou-se o surgimento de uma nova fase de crescimento, com aumento no número de produtores, no volume de vendas internas e externas, na capacidade de armazenagem e produtiva e na geração de divisas. Exceto em alguns casos isolados, este desempenho foi registrado em todos os níveis: nacional, estadual e regional.

Assim como proposto na hipótese inicial, o crédito oficial, mais especificamente as políticas de financiamento às cooperativas agropecuárias, foi o elemento central para garantir a expansão do setor.

Na década de 2000, principalmente após 2003, os setores produtivos da economia voltaram a ser amparados pelo Estado após um longo período de afastamento. Houve a reestruturação das políticas de financiamento agropecuário e agroindustrial (onde incluem-se as cooperativas) com considerável incremento nos valores aplicados.

As políticas de capitalização criadas para o cooperativismo foram: PRODECOOP em 2003 e PROCAP-AGRO em 2009. O setor passou muitos anos sem recursos para investimentos, criando déficits na área de armazenagem, recebimento e industrialização. Com os programas foi possível retomar vários projetos de necessidade, estando, portanto, no centro da reestruturação produtiva e comercial das empresas.

Por outro lado, o crédito voltado aos produtores agrícolas também foi importante para garantir a produção e investimentos no campo, transformando os últimos anos em uma segunda rodada do processo de modernização da agropecuária braseira, principalmente para os pequenos e médios agricultores.

Além da conclusão de que as políticas de financiamento foram indutoras do desenvolvimento do cooperativismo agropecuário no país e no Sudoeste paranaense, a partir da pesquisa desdobram-se outras quatro conclusões pertinentes:

1. *A influência da dinâmica cíclica para a retomada das políticas de crédito agropecuário e agroindustrial (cooperativas).*

Os anos 2000 demonstraram que os movimentos internos ainda se fazem presente na economia brasileira. A retomada da fase de ascensão do ciclo médio permitiu que o país engendrasse novo crescimento econômico, mesmo que externamente ainda prevaleça a fase

recessiva do ciclo longo. Nos anos noventa, quando o país estava em crise, isso não aconteceu devido a postura do Estado de abdicar de políticas de estímulos e planejamento econômico.

É importante salientar que a retomada da ascensão do ciclo interno brasileiro está relacionada com as mudanças políticas no início do século XXI. Pode-se afirmar que nesse momento a economia cresceu por muitos motivos, mas fundamentalmente porque o Estado fez uso de políticas específicas para a retomada da fase “a” do ciclo médio, que é o caso das políticas de crédito voltadas para a agricultura e cooperativas.

Assim, a reestruturação do crédito, tanto para a agroindústria cooperativa, como para os produtores, está relacionada com a dinâmica cíclica do desenvolvimento econômico brasileiro. O crescimento da economia nacional após 2003/04 proporcionou o aumento na poupança interna do Estado o que fortaleceu uma série de políticas de investimento.

A dinâmica cíclica também desencadeou mudanças na conjuntura econômica recente, com aumento na produção industrial, nas exportações, geração de empregos e consequente elevação da renda populacional. O bom desempenho da economia condicionou a evolução do mercado interno com aumento do consumo, queda da inflação, estabilização de preços, etc. Isso, somado ao comércio exterior, foi um estímulo para setores produtivos ligados à agropecuária.

2. A importância do capital financeiro como ordenador da produção agropecuária e de setores relacionados.

Desde a década de 1960 o capital financeiro assumiu o controle da produção no campo, determinando também a evolução de setores relacionados, como as indústrias a montante e jusante (CAI).

Com relação ao cooperativismo, foi a partir de incentivos financeiros que houve a construção dos primeiros complexos agroindustriais nos anos sessenta e setenta. Nos anos noventa, com o afastamento do Estado, a capitalização das cooperativas ficou comprometida. Para grande maioria do setor, que não tinha condições de aportar capital, foi um momento de crise e dificuldades de investimento.

Nesse contexto, o acesso aos recursos financeiros fez a diferença. O setor privado internacional, que estava altamente capitalizado, teve condições de ampliar suas atividades, atuando através dos novos mecanismos de crédito privado. As cooperativas, sem recursos de giro e investimentos, tiveram sua expansão comprometida. Contudo, é preciso ressaltar que algumas grandes cooperativas se expandiram neste período, justamente pela incorporação de pequenas cooperativas em crise.

Nos anos 2000, com a retomada das políticas de financiamento, esse panorama mudou. A recuperação dos recursos oficiais para a produção deu fôlego para uma série de setores interligados, como produção de insumos, máquinas e equipamentos, pesquisa e tecnologia e agroindústrias, setores que nos anos noventa foram dominados pelo capital privado externo. Ou seja, o crédito, além de impulsionar a produção no campo, atua como indutor dos setores industriais interligados.

3. A importância do Estado para alavancar o crescimento do cooperativismo agropecuário e a consequente nacionalização do setor agroindustrial.

A ação do Estado no desenvolvimento das cooperativas agropecuárias é antiga, fazendo uso do setor de acordo com as necessidades de cada período. Isso ocorreu dos anos trinta até meados dos anos oitenta. Durante o governo militar, o cooperativismo foi um importante instrumento de pulverização da modernização agrícola, atuando também na disseminação do capitalismo no campo brasileiro.

A principal forma de ação do governo foi via crédito, direcionando recursos para investimentos em determinadas áreas. Nesse contexto, destacaram-se a participação do BNDES, BRDE e do Banco do Brasil.

Durante a década de 1990, a falta de investimentos oficiais com a decadência da política de financiamento prejudicaram as cooperativas, que até então haviam se desenvolvido sob o amparo estatal.

Nos anos 2000, para que a produção agropecuária continuasse desenvolvendo-se, havia a demanda por investimentos em recebimento e armazenagem e na agregação de valor à produção. Todos esses itens foram contemplados pela política agrícola.

Isso reforça o papel do governo como agente do desenvolvimento nacional, sobretudo, na agropecuária e agroindústria, onde a ação do capital privado internacional é intensa.

O forte investimento do Estado nas cooperativas não é apenas uma questão social, mas econômica e de soberania nacional. Atualmente, as cooperativas estão entre empresas brasileiras com maior competitividade na agropecuária, fazendo frente ao capital privado. Das dez maiores empresas ligadas a agropecuária em 2012, seis são cooperativas, duas são privadas de capital nacional e duas de capital externo (EXAME, 2012).

Com relação ao lucro, a soma dos valores das dez empresas em 2012 foi de R\$ 493 milhões. Desse montante, R\$ 351,5 milhões, cerca de 71%, foram das cooperativas (EXAME, 2012).

Nos anos noventa, o governo brasileiro abdicou do seu papel no desenvolvimento da economia produtiva, trabalhando em prol do capital financeiro especulativo. Prova disso, foi a política macroeconômica neoliberal, pautada no aumento de juros, controle da inflação e déficit na balança comercial (mercadorias e capitais).

Nos últimos anos, o governo implantou outra ideologia política, muito parecida com o nacionalismo desenvolvimentista. O Estado retomou seu papel como fomentador de setores produtivos, entendendo que o avanço da indústria, agroindústrias e agropecuária são necessários para recuperação econômica nacional.

4. Importância das políticas públicas no desenvolvimento regional.

Por fim, o trabalho teve um enfoque regional, analisando quais foram os impactos do crédito oficial para as cooperativas e para a agropecuária como um todo.

O crédito durante os anos 2000 foi tratado pelos formuladores de políticas não mais apenas como instrumento de financiamento da produção (agrícola e industrial), mas como elemento de combate às desigualdade regionais (MEDEIROS, 2013). Prova disso, foram os desdobramentos dos programas de investimento para as cooperativas do Sudoeste paranaense.

No caso do Sudoeste paranaense, as políticas voltadas às cooperativas tiveram impactos positivos na expansão horizontal e vertical das instituições.

Na expansão horizontal, ou territorial, houve a construção de novos entrepostos de recebimento ou adequação de antigas estruturas: no caso da Coopertradição, são exemplos, a construção das unidades de grãos em Pato Branco, Clevelândia, Palma Sola e Vitorino. A Coasul utilizou recursos para a construção, ampliação ou melhorias nas unidades de São João, Dois Vizinhos, Marmeleiro, Renascença, Francisco Beltrão, Verê, Sulina, Bom Sucesso do Sul, Chopinzinho, Salto do Lontra e São Jorge do Oeste.

A Coagro, por ser uma cooperativa antiga e com território de atuação delimitado, se utilizou dos financiamentos para melhorias nas unidades de Pranchita, Capanema, Planalto, Pérola do Oeste, Bela Vista da Caroba e Santo Antônio do Sudoeste.

O aumento na capacidade de armazenagem possibilitou às cooperativas mais espaço pela região e fora dela. Isso impulsionou o crescimento na produção recebida e no número de sócios.

Com relação à expansão vertical ou agroindustrial, houve, por parte da Coasul, a construção da fábrica de rações (2003) e do Complexo Avícola (fábrica de rações para aves e abatedouro de aves) (2008/09), além dos recursos repassados aos produtores para edificação dos aviários.

No caso da Coopertradição, houve a construção do Complexo Agroindustrial de Sementes: a UBS (Unidade de Beneficiamento de Sementes) e TSI (Tratamento de Sementes Industrial) e da unidade de beneficiamento de feijão (2012).

Na Coagro, a verticalização ocorreu com as melhoras no laticínio (2013/14), com a construção da fábrica de rações (2014) e moinho de trigo (previsto para 2018). Para a Coagro, os investimentos em indústria decorrem do PRONAF diferentes das outras cooperativas, que foram pautados no PRODECOOP.

A entrada na produção industrial garantiu maior controle sobre a cadeia produtiva, seja pela produção de insumos, sementes, carnes ou outros. Isso significou maior competitividade e aumento no faturamento. As cooperativas deixaram de ser apenas uma resposta ao capital comercial para concorrerem com o capital industrial, uma tendência que foi travada na região pela crise nos anos noventa.

Com os novos investimentos, as cooperativas regionais deram os primeiros passos para alcançar o patamar de grandes empresas. Os investimentos contribuíram para aumento da produtividade na lavoura e no desenvolvimento da agroindústria regional. Com isso, na divisão territorial do trabalho, o Sudoeste paranaense está se consolidando cada vez mais – além de produtor primário – na agregação de valor aos produtos agropecuários.

Por fim, é importante destacar a relevância do tema para a Geografia. O estudo da relação entre capital financeiro (crédito), agricultura e agroindústrias (cooperativas) e ação do Estado, é fundamental para compreensão de mudanças que ocorrem no espaço rural e urbano, na evolução das forças produtivas e relações de produção, na evolução da produção e da produtividade, no desenvolvimento regional, etc.

Todas essas temáticas interessam a ciência geográfica, sobretudo à Geografia Econômica que busca desvendar as dimensões espaciais dos diferentes modos de produção, neste caso, do capitalismo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, André Gustavo de M. P. **As cooperativas agropecuárias e o BRDE – Histórico, Situação Atual e Perspectivas**. Diretoria de Planejamento, BRDE. Novembro/2003.
- ARAÚJO, Aloysio Marthins et all. **Brasil: questões nacionais e regionais**. Geografia Econômica: Anais da geografia econômica e social, nº 3. Departamento de Geociências, UFSC, Florianópolis, SC, 2009.
- ARRIGUI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: Origens e fundamentos do século XXI**. Boitempo, São Paulo: 2008.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário Estatístico do Crédito Rural**. Brasília: BACEN, vários anos.
- BANCO DO BRASIL. **Evolução Histórica do Crédito Rural**. In Revista de Política Agrícola, ano XIII, nº 4. Brasília, DF. Out/Nov/Dez de 2004, pp. 10-17. Disponível em: <http://www.embrapa.br/publicacoes/tecnico/revistaAgricola/rpa-anos-anteriores-1/de-2000-a-2004/Miolo_pol_Agr_4.pdf> Acesso em março de 2012.
- BANCO DO BRASIL. **Banco do Brasil e cooperativas**. In Revista de Política Agrícola, ano XIII, nº 4. Brasília, DF. Out/Nov/Dez de 2004, pp. 36-40. Disponível em: <http://www.embrapa.br/publicacoes/tecnico/revistaAgricola/rpa-anos-anteriores-1/de-2000-a-2004/Miolo_pol_Agr_4.pdf> Acesso em março de 2012.
- BANCO MUNDIAL. Banco de dados <<http://data.worldbank.org/>> Acesso em julho de 2012.
- BATISTA JR., Paulo. **O Brasil depois do Plano Real**. Boitempo Editorial, 1ª Ed., São Paulo, 2000.
- BELIK, Walter. PAULILLO, Luiz Fernando. **Mudanças no Financiamento da Produção Agrícola Brasileira**. São Paulo, 2001.
- BENETTI, Maria Domingues. **Boom exportador: ruptura ou continuidade do padrão do comércio externo brasileiro?** Indic. Econ. FEE, v. 34, n. 1, Porto Alegre, jul. 2006 (p.75-88).
- BENETTI, Maria Domingues. **Elementos para a discussão das relações entre Estado e Cooperativismo**. Ensaio FEE, Porto Alegre, 5(2): 163-168, 1984.
- BENETTI, Maria Domingues. **Endividamento e crise no cooperativismo empresarial do Rio Grande do Sul: Análise do caso FECOTRIGO/CENTRALSUL – 1974-83**. Ensaio FEE, Porto Alegre, 6(2): 23-55, 1985.
- BENETTI, Maria Domingues. **Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul**. 5 ed. Porto Alegre: FEE, 1982.
- BENETTI, Maria Domingues. **Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul: Uma análise do desenvolvimento da COTRIJUI, COTRISA e FECOTRIGO 1957/1980**. Fundação de Economia e Estatística – FEE, 3ª impressão. Porto Alegre, RS – Nº5, Setembro de 1992.
- BNDES. Site <<http://www.bndes.gov.br>> Acesso em julho de 2012.
- BRAGA, Marcelo José; REIS, Brício dos Santos (org.). **Agronegócio Cooperativo – Reestruturação e estratégias**. UFV, Departamento de Economia Rural. Viçosa (MG), 2005.

BRANDÃO, Vladimir. **Cooperativismo com o pé na tábua**. In Revista Globo Rural, Ed. Globo, nº 213, julho de 2003.

BRASIL. **Projeto de Medida Provisória, E.M.I. nº 58**, 04 de setembro de 1998. Dispõe sobre a implementação do RECOOP e projeto de decreto regulamentando a matéria no que se refere à contratação de operações de crédito.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. Editora Perspectiva, 2ª Ed., São Paulo – 1992. *Edição Original* – Flamarion, Paris – 1969.

BRESSER-PERREIRA, Luiz Carlos. **Rangel: Ciclos longos e dualidade**. Texto para Discussão 318, FGV-EESP, Agosto de 2012.

BRESSER-PERREIRA, Luiz Carlos. RÊGO, José Marcio. **Um mestre da economia brasileira: Ignácio Rangel**. Revista de Economia Política, vol.13, nº2 (50), abril-junho de 1993.

BRDE, **Relatório de Atividades**, vários anos.

CANO, Wilson. **Ensaio sobre a formação econômica e regional do Brasil**. Editora da UNICAMP, São Paulo. 2002.

CAZAROTTO, Simone; PEREIRA, Wellington. **As cooperativas de produção agroindustrial no Paraná e o BRDE como seu agente indutor de Desenvolvimento**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, n.122, p.177-200, Curitiba, jan./jun. de 2012.

COAGRO – **Relatório de Atividades**, 1999 a 2012.

COAMO – **Relatório de Atividades**, 1999 a 2012.

COASUL – **Relatório de Atividades**, 1980 a 2012.

COLET, Ires Conte. **A cooperativa agropecuária Sudoeste – COASUL: Sua origem e seu desenvolvimento no âmbito regional**. Monografia Geografia, UNIOESTE, Francisco Beltrão, PR, 2003.

CONAB – **Companhia Nacional de Abastecimento**. Capacidade Estática de Armazenagem. Disponível em <<http://sisdep.conab.gov.br/capacidadeestatica/>> Acesso em junho de 2012.

CONTI, Bruno Martarello; ROITMAN, Fábio Brenner. **Pronaf: uma análise da evolução das fontes de recursos utilizadas no programa**. Revista do BNDES, nº 35, junho 2011.

COOPERALFA – **Relatório de Atividades**, 1985 a 2012.

COOPERTRADIÇÃO – **Relatório de Atividades**, 2003 a 2012.

CORRÊA, Domingos Sávio. **Geografia das fusões e aquisições de empresas no Brasil**. Cadernos Geográficos, Publicação do Departamento de Geociências – CFH/UFSC, nº 20, Florianópolis, SC, Junho de 2010.

CRÚZIO, Helton de Oliveira. **Por que as cooperativas agropecuárias e agroindustriais brasileiras estão falindo?** RAE – Revista de Administração de Empresas. Abr./Jun. de 1999.

DELFIN NETTO, Antônio. **O plano real e a armadilha do crescimento econômico**. In O Brasil pós-Real: a política econômica em debate/Aloisio Mercadante (org.), UNICAMP, Campinas, SP, 1997.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Unicamp/Ícone, 1985.

- DELGADO, Guilherme Costa. **Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária**. Dossiê Desenvolvimento Rural, Estudos Avançados, 43. São Paulo, 2001.
- DELGADO, Nelson Giordano. **Capitalização e crescimento em uma grande cooperativa no Paraná: o caso da Cocamar – 1969-81**. Ensaio FEE, 4 (1): 65-89, Porto Alegre, 1983
- DENKER, Nelson. **A expansão e crescimento da COAMO Agroindustrial Cooperativa**. IV EPCT – Encontro de Produção Científica e Tecnológica, Campo Mourão, 20 a 23 de outubro de 2009.
- DENKER, Nelson. **A expansão e o crescimento da COAMO Agroindustrial Cooperativa Ltda**. Dissertação de Mestrado, UFPR – Curitiba, PR, 2009.
- EGLER, Cláudio A. G. **Questão Regional e Gestão do Território no Brasil**. In: **Geografia: Conceitos e Temas**. Org. Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa – 4ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2002.
- EGLER, Cláudio A. G. **Que fazer com a geografia econômica neste final de século?** Simpósio Internacional “Lugar sócio-espacial, mundo”, São Paulo, setembro de 1994.
- ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. 6ª ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.
- ESPÍNDOLA, Carlos José. **A dinâmica territorial das agroindústrias do Oeste catarinense: o caso da Sadia**. In O pensamento de Ignácio Rangel. Ogr. Mamigonian e Campos, UFSC-PPGG, Florianópolis, 1997.
- ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias de carne no Sul do Brasil**. Tese de Doutorado em Geografia. São Paulo, FFLCH/USP, 2002.
- ESPÍNDOLA, Carlos José. **Notas sobre as recentes exportações brasileiras de commodities agropecuárias**. Rev. Princípios, Ed. Anita Garibaldi. Nº 125, Junho-julho de 2013, p.44-49.
- ESPÍNDOLA, Carlos José; BASTOS, José Messias. **Reestruturação agroindustrial e comercial no Brasil**. Cadernos Geográficos, Publicação do Departamento de Geociências – CFH/UFSC, nº 9. Florianópolis, março de 2005.
- EXAME, **Maiores e Melhores**, vários anos.
- EW, Aní Reni. **Reestruturação do cooperativismo agropecuário no Rio Grande do Sul – estudos de caso - década de 90**. Dissertação de Mestrado em Economia Rural, PGDR/UFRGS, Porto Alegre, 2001.
- FAJARDO, Sergio. **A participação da Cooperativa COCARI no Setor Agroindustrial na Década de 1990**. In: Anais IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária e V Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 29/10 a 02/11 de 2009, Niterói – RJ. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/trabalhocompletos/sergiofajardo.pdf>> Acesso em março de 2012.
- FARIAS, Fernando Rodrigo. **O Pronaf e o desenvolvimento da agricultura familiar do município de Flor da Serra do Sul/PR**. UNIOESTE, Dissertação – Mestrado em Geografia/Fco. Beltrão, 2010.
- FICAGNA, Eliane E. F. **O Desenvolvimento do Cooperativismo Agrícola na Região Sudoeste do Paraná no período de 1985 a 1989**. Francisco Beltrão: FACIBEL, 1991.

- FIGUEIRAS, Luiz; OLIVEIRA, Elizabeth. **A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro**. Artigo submetido às Sessões Ordinárias/ Área 2 – História Econômica e Economia Brasileira – Economia Brasileira Contemporânea, 2011.
- FILHO, Miguel H. da Cunha; PINHEIRO, José César V. **Algumas considerações sobre o cooperativismo agrário brasileiro**. Texto publicado pela SOBER, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/10P467.pdf>> Acesso em junho de 2011.
- FILHO, Paulo Faveret. **A evolução do crédito rural na década de 90: Implicações para os produtores**. In Agronegócio Cooperativo: Reestruturação e Estratégias. Viçosa: UFV, DER, 2005, p. 221-248.
- FILHO, Sérgio Buarque de Hollanda. **A Organização Mundial do Comércio e os países desenvolvidos**. Cadernos Geográficos, Publicação do Departamento de Geociências – CFH/UFSC, nº 8. Florianópolis, março de 2005.
- FLEURY, Maria Tereza Leme. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. (Teses 11), Global, São Paulo, 1983.
- FREEMAN, Christopher. **Inovação e ciclos longos de desenvolvimento econômico**. Ensaios FEE, Porto Alegre 5(1): 5-20, 1984.
- FREITAS, Márcio Lopes de. **A Força das cooperativas no campo**. Campo Aberto, n. 72, jun. 2003. Disponível em: <http://www.massey.com.br/portugues/campo/campo_aberto.asp>. Acesso em agosto de 2012.
- FRIMESA - <www.frimesa.com.br> Acesso junho em 2012.
- FRONZAGLIA, Thomaz. **Governança corporativa em cooperativa agroindustrial: estudo de caso da CAROL**. Informações Econômicas, vol.35, nº 12, São Paulo, pp. 38-51, dez. 2005.
- FURSTENAU, Vivian. **A política de crédito rural na economia brasileira pós 1960**. Ensaios FEE, Porto Alegre, 1987.
- FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. Paz e Terra, São Paulo, 1998.
- GASQUES, José G. CONCEIÇÃO, Júnia (Orgs.). **Transformações da Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 2001.
- GASQUES, José G.; REZENDE, Gervásio C.; SALERMO, Mario Sergio; CONCEIÇÃO, Júnia C.P.R.; CARVALHO, João Carlos de S. **Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil**. Texto para discussão, N°1009, IPEA, Brasília, fevereiro de 2004.
- GATTI, Elcio U.; VIEIRA, José Luiz T. M.; SILVA, Valquíria. **Análise do perfil distributivo do crédito rural no Brasil, 1960-90**. Agricultura em São Paulo, 40(1):65-99. São Paulo, 1993.
- GAZETA MERCANTIL. **América econômica**. Edição anual, 1995/96.
- GAZETA MERCANTIL. **América econômica**. Edição anual, 1996/97.
- GAZETA MERCANTIL. **Atlas do mercado brasileiro**. Edição anual, 1999.
- GAZETA MERCANTIL. **Atlas do mercado brasileiro**. Edição anual, 2001.
- GAZETA MERCANTIL. **Balanço Anual**. Edição anual, 1989.
- GAZETA MERCANTIL. **Balanço Anual**. Edição anual, 1990.
- GAZETA MERCANTIL. **Balanço Anual**. Edição anual, 1991.

- GAZETA MERCANTIL. **Balço Anual**. Edição anual, 1995.
- GAZETA MERCANTIL. **Balço Anual**. Edição anual, 1997.
- GAZETA MERCANTIL. **Balço Anual**. Edição anual, 1998.
- GAZETA MERCANTIL. **Balço Anual**. Edição anual, 1999.
- GAZETA MERCANTIL. **Balço Anual**. Edição anual, 2000.
- GAZETA MERCANTIL. **Balço Anual**. Edição anual, 2001.
- GAZETA MERCANTIL. **Balço Anual**. Edição anual, 2003.
- GAZETA MERCANTIL. **Balço Anual**. Edição anual, 2007.
- GAZETA MERCANTIL. **Balço Anual**. Edição anual, 2008.
- GAZETA MERCANTIL. **1000 maiores empresas da América Latina**. Edição anual, 1999.
- GERMER, C. M. **Marx e o papel determinante das forças produtivas na evolução social**. Crítica Marxista 29, São Paulo: Ed. Unesp, 2009, pp.75-95.
- GIMENES, Régio M. T.; et all. **Evolução do crédito rural no Brasil e o papel das cooperativas agropecuárias no financiamento dos produtores rurais**. XLVI SOBER, Rio Branco – Acre, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/855.pdf>> Acesso em maio de 2012.
- GIMENES, Régio Márcio Toesca; GIMENES, Fátima Maria Pegorini. **Cooperativismo agropecuário: os desafios do financiamento das necessidades líquidas de capital de giro**. Rev. econ. Contemporânea, vol.10, n.2, pp. 389-410. Rio de Janeiro, Maio./ago. de 2006.
- GONÇALVES, José Sidnei. **A questão agrária nos clássicos revisada: as ideias, seu tempo e seu lugar**. Informações Econômicas, SP, v.23, n.8, ago. de 1993, pp. 01-11.
- GONÇALVES, José Sidnei. **Agricultura Sob a Égide do Capital Financeiro: Passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento do agronegócio**. São Paulo, v.35, nº 4. Abril de 2005.
- GONÇALVES, José Sidnei. **Capitalismo e cooperativismo na agricultura**. Relatório de Pesquisa do Instituto de Economia Agrícola, São Paulo, 1987.
- GONÇALVES, José Sidnei. **Crise Agrária no Desenvolvimento Capitalista: fugindo da aparência na busca da essência**. Informações econômicas, IEA-SP, v.33, n.11, Nov. 2003.
- GONÇALVES, José Sidnei. **Transformações econômicas recentes e necessidade de reorganização da economia aplicada à agricultura: texto para discussão**. Informações econômicas, vol.24, n.11, São Paulo – Nov. 1994.
- GONÇALVES, José Sidnei; FERREIRA, Luis Gustavo. **Dívida do crédito rural e fracasso dos resultados das sucessivas renegociações**. Informações Econômicas, vol.40, nº 8, São Paulo, pp. 40-61, ago. de 2010.
- GONÇALVES, José Sidnei; FONSECA, Maria da Graça Derengowski. **Financiamento do Investimento da Agroindústria e Agropecuária: Análise de dois Planos Governamentais Recentes**. In: Informações Econômicas. São Paulo, v, 25, n.6, jun.1995, p. 1-17. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/OUT/publicações>> Acesso em junho de 2012.

- GONÇALVES, José Sidnei; MARTIN, Nelson Batista; RESENDE, José Venâncio; VEGRO, Celso Luis R. **Novos títulos financeiros do agronegócio e novo padrão do financiamento setorial**. In: Informações Econômicas. São Paulo, v, 35, n.7, jul.2005, p. 63-90.
- GONÇALVES, José Sidnei; VEGRO, Celso Luis R. **Crise econômica e cooperativismo agrícola: Uma discussão sobre os condicionantes das dificuldades financeiras da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC)**. Agricultura em São Paulo, SP, 41(2): 57-87, 1994.
- GONÇALVES, José Sidnei; et all. **Dossiê questão agrária e agricultura**. Anais de Geografia Econômica e Social, nº 4. Florianópolis, julho de 2012.
- GONZALEZ, B.; COSTA, S. **Agricultura brasileira: modernização e desempenho**. Teoria e evidência econômica, vol.5, n.10, 1998.
- GRAMSCI, Antonio. **A questão Meridional**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp-IE, 1998.
- GREENSPAN, Alan. **A era da turbulência: aventuras em um novo mundo**. Elsevier, Rio de Janeiro, 2008.
- GUIMARÃES, Alberto P. **O complexo agroindustrial como etapa e via de desenvolvimento da agricultura**. REP, vol.2/3, n.2, julho/setembro – 1982.
- HADDAD, Fernando. **Sindicalismo, Cooperativismo e Socialismo** In: Filosofia política contemporânea: controvérsias sobre civilização, 1ª ed, São Paulo, Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2006.
- IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, vários anos.
- ILHA, Paulo César da Silva. **A gestão estratégica das cooperativas agroindustriais: O caso do Oeste do Paraná**. Rev. Ciên. Empresariais da UNIPAR, v.7, n.1, Umuarama, PR – jan./jun. 2006.
- IPARDES. **Cooperativas de produção agropecuária no Paraná – Diagnóstico e análises**. Publicação, Eunice Eilberg (coord.). Curitiba, julho de 1974.
- IPEA – **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Banco de Dados, vários anos.
- JORNAL DE BELTRÃO. **Cooperativismo: sucesso e fracassos**. Reportagem de 01/04/2011.
- JORNAL REGIONAL. **Cooper São Miguel comemora 27 anos**. Reportagem de 08/11/1997.
- JORNAL REGIONAL. **Espaço Cedido - Editorial**. Reportagem de 12/06/1993.
- JORNAL REGIONAL DO OESTE. **Cooper São Miguel elege novo presidente em 30 dias**. Ano V, nº 248, São Miguel do Oeste, 17 de janeiro de 1998.
- JORNAL REGIONAL DO OESTE. **Zonin entrega demissão dia 15**. Ano V, nº 247, São Miguel do Oeste, 10 de janeiro de 1998.
- JUNIOR, Aloysio Marthins de Araújo, et all. **Brasil: questões nacionais e regionais**. Anais de Geografia Econômica e Social, nº 3. Florianópolis, julho de 2009.
- KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Abril Cultural, 1986. E Doc. Livre Docência: FFLCH-USP.
- KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Abril Cultural, Série Os economistas, São Paulo: 1983.

KONDRATIEV, Nicolai D. **Los grandes ciclos de la vida economica**. The Review of Economic Statistics, vol. XVII, nº6, noviembre de 1935.

LARA, Fernando M. **Desindustrialização: aspectos conceituais e evidências empíricas recentes sobre a economia brasileira**. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 7-18, 2011.

LIMA, Jandir Ferrera; ALVES, Lucir Reinaldo. **Cooperativismo e desenvolvimento rural no Paraná do agronegócio**. Artigo premiado em 3º lugar no IV Prêmio BRDE de Desenvolvimento, Paraná, 2011.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo**. São Paulo, Global, 1982.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo, Abril Cultura, 1982.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América**. São Paulo, Brasil Debates, 1980 (coleção alicerces).

LESBAUPIN, Ivo. **O desmonte da nação, Balanço do Governo FHC**. Editora Vozes, 2 ed. Petrópolis, RJ, 1999.

LOPES, Ignez; LOPES, Mauro; BARCELOS, Fábio Campos. **Das políticas de substituição das importações à agricultura moderna**. Revista de Política Agrícola, Ano XVI – nº4, Out./Nov./Dez. de 2007.

LUCENA, Romina B.; SOUZA, Nali de Jesus. **Políticas agrícolas e desempenho da agricultura brasileira: 1950-00**. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v.19, nº2, p.180-200, ago. 2001.

LUDÍCIBUS, Sérgio. **Análise de Balanços**. 9ª ed. Atlas, São Paulo, 2008.

MAFIOLETTI, Robson Leandro. **Análise econômica-financeira comparativa de diferentes projetos de investimento em agroindústrias de cooperativas no âmbito do PRODECOOP**. Relatório técnico da OCEPAR, Curitiba, 2002.

MAMIGONIAN, Armen. A Geografia e a Formação Social como Teoria e como Método. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org.). **O Mundo do Cidadão, Um Cidadão do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MAMIGONIAN, Armen. **Estudos de Geografia Econômica e de pensamento geográfico**. Livre Docência, FFLCH – USP, 2004.

MAMIGONIAN, Armen. **Introdução ao pensamento de Ignácio Rangel**. GEOSUL, nº2, 1º sem. de 1987.

MAMIGONIAN, Armen. **Kondrattieff, Ciclos Médios e Organização do Espaço**. In: GEOSUL, vol, 14, nº 28, Florianópolis, jul/dez, 1999.

MAMIGONIAN, Armen. **Gênese e Objeto da Geografia: Passado e Presente**. In: GEOSUL, vol, 14, nº 28, Florianópolis, jul/dez, 1999.

MAMIGONIAN, Armen. **Tendências Atuais da Geografia**. In: GEOSUL, vol, 14, nº 28, Florianópolis, jul/dez, 1999.

MAMIGONIAN, Armen. **Teorias sobre a industrialização**. Departamento de Geografia, USP, São Paulo, 1990.

- MAMIGONIAN, Armen. CAMPOS, D. (Organizadores). **O pensamento de Ignácio Rangel**. UFSC, PPGG, Florianópolis, 1997.
- MARX, Karl. **Contribuição a Crítica da Economia Política**. 1983.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política – o processo de produção do capital**. V.1. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 1ª Ed. Expressão Popular, São Paulo – 2009.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista 1848**. L&PM, Porto Alegre, 2001.
- MATHEIU, Hans. **A nova política industrial: o Brasil no novo paradigma**. Marco Zero, ILDEFES, FINEP, São Paulo: 1996.
- MCR – **Manual do Crédito Rural**, BACEN, 2012.
- MDA – **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em <<http://www.mda.gov.br>> Acesso em fevereiro de 2013.
- MDIC – **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**. Estatísticas do comércio externo, vários anos.
- MEDEIROS, Marlon Clovis. **A geografia do consumo de alimentos e a dinâmica do setor agroalimentar brasileiro**. Cadernos Geográficos, n.23. Florianópolis: UFSC, 2010.
- MEDEIROS, Marlon Clovis. **A geografia econômica do setor agroalimentar brasileiro: investimentos, recursos ociosos e dinâmica cíclica (1990-2007)**. Tese Dr., FFLCH – Departamento de Geografia, Programa de pós-graduação em Geografia Humana, USP. São Paulo, 2009.
- MEDEIROS, Marlon Clovis. **Industrialização e agricultura: o complexo agroindustrial do arroz de Santa Catarina**. Edunioeste, Cascavel – PR, 2006.
- MEDEIROS, Marlon Clovis. **Novas dinâmicas do capital financeiro na agricultura brasileira**. Rev. Princípios, Ed. Anita Garibaldi. Nº 125, Junho-julho de 2013, p.40-43.
- MEDEIROS, Marlon Clovis; SAMPAIO, Fernando dos Santos. **Notas sobre a utilização de dados estatísticos na pesquisa em geografia agrária**. In: Anais de Geografia Econômica e Social, nº 3, pp. 315-319. Florianópolis, julho de 2009.
- MELO, Fernando Homem. **O Plano Real e a agricultura brasileira: perspectivas**. Revista de Economia Política, vol.19, nº 4 (76), pp. 146-155, outubro-dezembro de 1999.
- MERCADANTE, Aloísio. **O Brasil pós-Real: a política econômica em debate**. IE-UNICAMP, Campinas, SP, 1998.
- MULLER, Geraldo. **Agricultura e Industrialização do campo no Brasil**. REP, vol.2, n.6, abril/junho – 1982.
- NASCIMENTO, Andressa; PIZAIA, Marcia Gonçalves; CAMARA, Marcia Regina. **Fontes de financiamento da agricultura brasileira**. XLV Congresso da SOBER, Londrina, PR – 22 a 25 de julho de 2007. Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/6/62.pdf>> Acesso em junho de 2012.
- NAPOLEONI, Claudio. **O pensamento econômico do século XX**. Círculo do Livro, São Paulo: 1963.

NAVARRO, Z. **Agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica.** In Agricultura Brasileira. Brasília: IPEA, 2010. Pp.75-95.

NETO, Sigismundo Bialoskorski. **Cooperativas agropecuárias no estado de São Paulo: uma análise da evolução da década de 1990.** Informações Econômicas, v.5, nº 8, São Paulo, ago. de 2005.

NETTO, José Paulo. **FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras.** O desmonte da nação, Balanço do Governo FHC/Ivo Lesbaupin (org.) Editora Vozes, Petrópolis, 1999.

NINAUT, Evandro Scheidt; MATOS, Marcos Antonio. **Panorama do cooperativismo no Brasil: censo, exportações e faturamento.** Informações Econômicas, SP, v.38, n.8, ago. 2008.

OLIVEIRA, Belmira Neves. **RECOOP frustra as cooperativas agropecuárias.** OCB, 2001.

OLIVEIRA, Clesiane. CARVALHO, Glauco Rodrigues. **Financiamento da agricultura brasileira: os novos instrumentos de captação de recursos privados.** XLIV CONGRESSO DA SOBER “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento”. Fortaleza – BH, 2006.

OREIRO, José L.; FEIJÓ, Carmem A. **Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro.** Revista de Economia Política, vol. 30, nº 2 (118), pp. 219-232, abril-junho/2010.

OCB – **Organização das Cooperativas Brasileiras.** Disponível em <<http://www.ocb.org.br>> Acesso em julho de 2012.

OCB, Gerência Técnica. **Informações sobre o RECOOP.** (online) 2003. Disponível em <<http://www.portfolioweb.kit.net/ocb2003/gerencias/tecnica/siterecoop.html>> Acesso em abril de 2012.

OCB. **Números do Cooperativismo Brasileiro,** OCB/Germec, 2006.

OCB. **Números do Cooperativismo Brasileiro,** OCB/Germec, 2007.

OCB. **Números do Cooperativismo Brasileiro,** OCB/Germec, 2008.

OCB. **Números do Cooperativismo Brasileiro,** OCB/Germec, 2009.

OCB. **Números do Cooperativismo Brasileiro,** OCB/Germec, 2010.

Organização das Cooperativas Brasileiras. **Relatório de Atividades 2007.** Disponível em <http://www.brasilcooperativo.coop.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/relatorio_atividades_2007.pdf> Acesso em março de 2012.

Organização das Cooperativas Brasileiras. **Relatório de Atividades 2008.** Disponível em <http://www.brasilcooperativo.coop.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/relatorioatividadesocb_2008_publicacaoweb.pdf> Acesso em março de 2012.

Organização das Cooperativas Brasileiras. **Relatório de Atividades 2009.** Disponível em <http://www.brasilcooperativo.coop.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/relatorio_ocb_2009_web.pdf> Acesso em março de 2012.

OCEPAR – **Organização das Cooperativas do Estado do Paraná.** Disponível em <<http://www.ocepar.org.br>> Acesso em julho de 2012.

OCEPAR. **Revista Paraná Cooperativo.** Edição especial, nº 89, nov./dez. de 2012.

OCEPAR. **Revista Paraná Cooperativo.** Edição especial, nº 76, nov./dez. de 2011.

- OCEPAR. **Revista Paraná Cooperativo**. Edição especial, nº 63, nov./dez. de 2010.
- OCEPAR. **Revista Paraná Cooperativo**. Edição especial, nº 54, nov./dez. de 2009.
- OCEPAR. **Revista Paraná Cooperativo**. Edição especial, nº 46, nov./dez. de 2008.
- OCEPAR. **Revista Paraná Cooperativo**. Edição especial, nº 37, nov./dez. de 2007.
- OCEPAR. **Revista Paraná Cooperativo**. Edição especial, nº 26, nov./dez. de 2006.
- OCEPAR. **Revista Paraná Cooperativo**. Edição especial, nº 16, nov./dez. de 2005.
- OCEPAR. **Revista Paraná Cooperativo**. Edição especial, nº 06, nov./dez. de 2004.
- OCESC – **Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina**. Disponível em <<http://www.ocesc.org.br>> Acesso em julho de 2012.
- PANZUTTI, Ralph. **Sistema financeiro e cooperativas agrícolas**. SOBER, 2008. Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/6/634.pdf>> Acesso em agosto de 2012.
- PARADELO, Breno (resp.). **Panorama do cooperativismo brasileiro – Ano 2011**. Relatório de Gerencia e Monitoramento, SESCOOP, março de 2012. Disponível em <http://www.brasilcooperativo.coop.br/gerenciador/ba/arquivos/panorama_do_cooperativismo_brasileiro_2011.pdf> Acesso em junho de 2012.
- PREBISH, Raúl. **Keynes, uma introdução**. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1991.
- RAMOS, Simone Yuri; JUNIOR, **Geraldo Bueno Martha**. **Evolução da política de crédito rural brasileira**. Embrapa Cerrados, Planaltina – DF, 2010.
- RANGEL, Ignácio. **A história da dualidade brasileira**. Revista de Economia Política, vol. 1, nº 4, outubro/dezembro de 1981.
- RANGEL, Ignácio. **As crises gerais**. Revista de Economia Política, vol. 12, nº 2 (46), abril-junho de 1992.
- RANGEL, Ignácio. **Ciclo Tecnologia e Crescimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- RANGEL, Ignácio. **Dualidade básica da economia brasileira**. Textos Brasileiros de Economia, ISEB, Rio de Janeiro, 1957.
- RANGEL, Ignácio. **Economia Milagre e Anti-Milagre**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1985.
- RANGEL, Ignácio. **Obras Reunidas. Vol. 1 e 2**. Rio de Janeiro: Contraponto/BNDES, 2005.
- RANGEL, Ignácio. **O ciclo médio e o ciclo longo no Brasil**. Ensaios FEE, porto Alegre, 3(2): 31-42, 1983.
- RANGEL, Ignácio. **Questão agrária, industrialização, e crise urbana no Brasil**. Ed. Universidade UFRGS, Porto Alegre, 2000.
- RANGEL, Ignácio. **Recessão, inflação e dívida interna**. Revista de Economia Política, vol. 5, nº 3, julho-setembro de 1983.
- REZENDE, Gervásio C. **Política de Preços Mínimos na Década de 90: Dos Velhos aos Novos Instrumentos**. Brasília: IPEA, Texto para discussão nº 740, janeiro 2000.
- RICKEN, José Roberto. **A integração econômica e social nas cooperativas agropecuárias do Paraná**. Dissertação de Mestrado, FGV, Rio de Janeiro, 2009.

- RICKEN, José Roberto; RITZMANN, Sigrid Ursula L. **O cooperativismo agropecuário brasileiro**. CONFEBRÁS. Brasília, 2001.
- RICKEN, José Roberto; TENÓRIO, Fernando Guilherme; KRONEMBERGER, Thais Soares. **O cooperativismo agropecuário no estado do Paraná: a questão da integração**. Disponível em <<http://www.fearp.usp.br/cooperativismo/25.pdf>> Acesso em Março de 2012.
- SADRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. Editora Best Seller, São Paulo, 1999.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4º Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SANTOS, Milton. **Economia Espacial**. São Paulo: Edusp 2 Ed, 1979.
- SANTOS, Milton. **Por Uma Geografia Nova**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SANTOS, Milton. **Sociedade e Espaço: A formação social como teoria e como método**. Boletim Paulista de Geografia, nº 54. São Paulo, Junho, 1977.
- SAMPAIO, Fernando dos Santos. **Made in Brazil: dinâmica sócio-espacial da indústria citrícola paulista**. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP, 2003.
- SAMPAIO, Fernando do Santos, BROIETTI, Marcos H.; MEDEIROS, Marlon C. **Dinâmica capitalista da agricultura brasileira: acumulação e relações e trabalhos**. Cadernos Geográficos, Publicações do Departamento de Geociências, CFH/UFSC. Florianópolis, n.11, Maio de 2005.
- SCHNEIDER, J. O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. São Leopoldo: UNISINOS, 1991.
- SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro: 1961.
- SEABRA, Manuel Gonçalves. **As cooperativas mistas do estado de São Paulo**. Universidade de São Paulo, IGEOG-USP, Série Teses e Monografias, Nº30. São Paulo, 1977.
- SEIBERT, Carlos Alberto. **Os moradores do loteamento Ceval na história de Marechal Cândido Rondon (1991-2007): Um estudo de caso sobre a formação do setor urbano-industrial e a luta por moradia**. Dissertação de Mestrado, UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon – PR, 2008.
- SERRA, Elpídio. **A teoria e a prática cooperativista entre os produtores rurais**. Geografia Social e Agricultura no Paraná, Maringá, p. 126 – 161, 2001.
- SERRA, Elpídio. **Um pouco da história do cooperativismo agrícola no Paraná**. Boletim de Geografia – UEM, Ano 13, nº 13, Maringá, PR – Outubro de 1995.
- SESCOOP – **Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo**. Ocepar, 2012.
- SETTI, Eloy Olindo. **Cooperativismo Paranaense: OCEPAR 40 anos construindo o futuro**. OCEPAR, Curitiba, 2011.
- SILVESTREIN, Alvirio. **Bodanese, a geração de um pioneiro**. Mércur, Chapecó, 1999.
- SIMÃO, G. L.; CAMPOS, A. C. **Participação das cooperativas brasileiras no comércio internacional**. Revista de Política Agrícola, v. 3, p. 35-46, 2011.
- SINHORINI, José Marcos. **A COAGRO e seu processo de territorialização no Sudoeste do Paraná**. Dissertação de Mestrado, UNESP – Presidente Prudente, 2007.

SINGER, Paul. **A raiz do desastre social: a política econômica de FHC**. In O desmonte da nação, Balanço do Governo FHC/Ivo Lesbaupin (org.) Editora Vozes, Petrópolis, 1999.

SOARES, Paulo de Tarso. **Questionando os questionamentos os clássicos do marxismo sobre a agricultura**. In: Workshop teórico, economia, política e agricultura. São Paulo, dez. de 1998.

STIGLITZ, Joseph E. **O mundo em queda livre: os EUA, o mercado livre e o naufrágio da economia mundial**. Companhia das Letras, São Paulo, 2010.

STIGLITZ, Joseph E. **Os exuberantes anos 90 – uma nova interpretação da década mais prospera da história**. Companhia das Letras, São Paulo: 2003.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Notas sobre o complexo agroindustrial e a industrialização da agricultura no Brasil**. REP, vol.3, n.2, abril/junho – 1983.

TÁVORA, Fernando Lagares. **A política agrícola brasileira: análise e histórico recente**. Revista de Informação Legislativa, a. 40, nº 157. Brasília, jan./mar. de 2003.

TROTSKY, Leon. **Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia**. In A história da Revolução Russa, Vol. 1. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.

UNIRCOOP. Rede de Universidades das Américas para Estudos Cooperativos e Associativos. **Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenários e tendências**. UNIRCOOP, 2003.

VALOR ECONÔMICO. **Valor 1000**, Edição anual 2008.

VALOR ECONÔMICO. **Valor 1000**, Edição anual 2009.

VALOR ECONÔMICO. **Valor 1000**, Edição anual 2010.

VALOR ECONÔMICO. **Valor 1000**, Edição anual 2011.

VALOR ECONÔMICO. **Valor 1000**, Edição anual 2012.

VELLUTINI, Roberto de A. S. **Financiamento do desenvolvimento agrícola**. Revista de Economia e Política, vol. 11, nº2 - 1991.

VOLLES, Adriana; et all (org.). **Ensaio sobre o cooperativismo solidário**. CRESOL – INFOCOS, Midiograf – Londrina, 2010.